



**Instituto Federal Catarinense**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
*Campus Camboriú*

**ALESSANDRA DA SILVA**

**“AS FILHAS DA MÃE”:**  
EXPERIÊNCIAS DE FILHAS DE MÃES SOLO QUE SE TORNARAM PROFESSORAS

**Camboriú**

**2025**

**ALESSANDRA DA SILVA**

**“AS FILHAS DA MÃE”:  
EXPERIÊNCIAS DE FILHAS DE MÃES SOLO QUE SE TORNARAM PROFESSORAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Camboriú – para obtenção do grau de Mestra em Educação.  
Orientadora: Dra. Luciana Carlos Geroleti

**Camboriú  
2025**

**Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú**

S586 Silva, Alessandra da

“As Filhas da mãe”: experiências de filhas de mães solo que se tornaram professoras / Alessandra da Silva. — Camboriú: Instituto Federal Catarinense, 2025.

207f.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto Federal Catarinense: Camboriú, 2025.

Orientador(a): Dra. Luciana Carlos Geroleti

1. Professoras. 2. Mães Solo. 3. Mulheres. 4. Experiências. 5. Memórias.  
I. Título.

CDU: 371.13

**Ficha elaborada pela Biblioteca Camboriú**

**ALESSANDRA DA SILVA**

**“AS FILHAS DA MÃE”:  
EXPERIÊNCIAS DE FILHAS DE MÃES SOLO QUE SE TORNARAM  
PROFESSORAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo curso de Mestrado em Educação do Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú*.

Camboriú (SC), 10 de fevereiro de 2025.

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Profa. Luciana Carlos Geroleti, Dra.

Orientadora e presidente da banca examinadora

Instituto Federal Catarinense

**BANCA EXAMINADORA**

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Profa. Tânia Welter, Dra.

Instituto Egon Schaden

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Profa. Andressa Grazielle Brandt, Dra.

Instituto Federal Catarinense



**DECLARAÇÃO Nº 1/2025 - CCPGE (11.01.03.47)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 13/02/2025 11:30 )**

ANDRESSA GRAZIELE BRANDT  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGES/CAM (11.01.03.56)  
Matrícula: ###616#4

**(Assinado digitalmente em 13/02/2025 12:21 )**

LUCIANA CARLOS GEROLETI  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
GRPEDAG/AB (11.01.15.26)  
Matrícula: ###714#5

**(Assinado digitalmente em 13/02/2025 13:56 )**

TANIA WELTER  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.039-##

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo:  
**DECLARAÇÃO**, data de emissão: **13/02/2025** e o código de verificação: **fbab177d27**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres que estiveram comigo neste processo de escrita e de descobertas. Além de agradecer, peço licença a todas as autoras que escreveram comigo quando de suas obras utilizei e me inspirei para seguir.

Agradeço imensamente à Prof.<sup>a</sup> Dra. Idorlene da Silva Hoepers, que me acompanhou até 2024, quando pediu licença para cursar pós-doutorado. Agradeço da mesma forma à Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Carlos Geroleti, que seguiu comigo até a banca de defesa. Elas orientaram meus passos nesta estrada de muitas incertezas. Agradeço às demais professoras e professores do curso, principalmente ao Prof. Dr. Alexandre Vanzuita, que nos deixou em 2024, mas que foi crucial nesta caminhada.

Agradeço às participantes desta pesquisa que confiaram a mim suas histórias de vida e as de suas mães. Agradeço também às professoras colegas de trabalho que estiveram comigo nesse processo.

Agradeço às mulheres do Movimento Feminista Mulheres do Litoral (MULIT), do qual faço parte e que foi fundamental na formação do meu eu-militante na luta por direitos e reconhecimento das mulheres e meninas no estado de Santa Catarina.

Agradeço a todas as mulheres de minha família que me levaram a escrever até aqui. Principalmente à minha mãe, “mãe solo em família nuclear”. Com sua voz a me dizer: “Tu tens mãos de professora, filha. Olha como é bonita!” Foi sua caminhada que me levou a sonhar e a querer “ser professora”. Agradeço também a minhas irmãs por suas histórias de muita luta, em especial à Sueli, que é mãe solo de três – sua história sempre me atravessou.

Às professoras da minha infância, que me ensinaram a escrever e a empatia, mesmo àquela que foi a mais cruel, a primeira. Descobri com ela qual professora eu não quero ser. Pouco a pouco, descobri que queria mesmo estar neste lugar ao qual fui conduzida pela voz e pelas mãos de minha mãe.

Agradeço a meu irmão Édio, que, com suas caixas de papelão cheias de gibis, me influenciou quando lia para mim. Agradeço a meus filhos, Gustavo e Victor, por suas existências que me tornaram mãe. Agradeço a meu companheiro, Willian Diógenes Meister, que um dia me disse: “não é só amor, é amor e revolução!”

Celebro as pequenas revoluções que me tornam quem sou. Tornam-me mulher, mãe, filha, irmã, nora, cunhada, feminista, vegana entre tantas outras. Eu, nós. Revolução que me torna professora da infância todos os dias com o mesmo frio na barriga de vinte anos atrás. Sim, é amor e revolução. Obrigada!

“A voz da minha mãe a me trazer lembranças de nossa vivência [...] me colocando face a face com o meu eu-menina” (Conceição Evaristo<sup>1</sup>, 2018, n.p.).

---

1. Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestra em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto (UFMG, 2024). Conceição Evaristo por ela mesma: “Sou mineira, filha dessa cidade, meu registro informa que nasci no dia 29 de novembro de 1946. Essa informação deve ter sido dada por minha mãe, Joana Josefina Evaristo, na hora de me registrar, por isso acredito ser verdadeira. Mãe, hoje com os seus 85 anos, nunca foi mulher de mentir. Deduzo ainda que ela tenha ido sozinha fazer o meu registro, portando algum documento da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Uma espécie de notificação indicando o nascimento de um bebê do sexo feminino e de cor parda, filho da senhora tal, que seria ela. Tive esse registro de nascimento comigo durante muito tempo. Impressionava-me desde pequena essa cor parda. Como seria essa tonalidade que me pertencia? Eu não atinava qual seria. Sabia sim, sempre soube que sou negra” (UFMG, 2024). **Disponível em:** <<http://www.letas.ufmg.br/literaafro/autoras/188-conceicao-evaristo>> **Acesso em:** 01/03/2024.

## RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida na linha de pesquisa *Processos Educativos e Inclusão* do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú – SC. Trata sobre mulheres (Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2021; Monique Wittig, 2019) professoras, mais especificamente sobre professoras filhas de mães solo, conceito este que, como se verá ao longo da pesquisa, representa ainda novidade no campo científico (Vera Iaconelli, 2023; Elisabeth Badinter, 1985, 2011; Simone Beauvoir, 2016; Sabrina Finamori; Maria Alice Batista, 2022). Teve como objetivo geral analisar, por meio das narrativas, como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas de Santa Catarina, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe, gênero, território e demais atravessamentos. A metodologia utilizada foi a analítico-descritiva e interpretativa, de Gabriele Rosenthal (2011), com entrevistas semiestruturadas. As análises foram realizadas por meio do diálogo entre a empiria, a teoria e a conjuntura social e política do período histórico pesquisado. Como base teórica, utilizamos a interseccionalidade em Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e Patricia Hill Collins (2022) e as experiências em Conceição Evaristo (2018; 2020; 2021), bem como diversas teóricas e feministas, tencionando priorizar intelectuais negras, indígenas, latinas e do sul global, sempre que possível. Como se verá, as narrativas de Sallas, Araucária e Isabella apontam suas experiências e as possibilidades de escolha que envolvem principalmente a Educação. Suas experiências são atravessadas pela luta diária de suas mães solas pela sobrevivência, que compõe suas visões de mundo, bastante semelhantes, e as aproxima como grupo social.

**Palavras-chave:** Professoras. Mães Solo. Experiências. Mulheres. Memórias.

## ABSTRACT

This dissertation was developed in the *Educational Processes and Inclusion* research line of the Postgraduate Program in Education at the Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú – SC. It deals with women (Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2021; Monique Wittig, 2019) teachers, more specifically about teachers who are daughters of solo mothers, a concept that, as will be seen throughout the research, still represents a novelty in the scientific field (Vera Iaconelli, 2023; Elisabeth Badinter, 1985, 2011; Simone Beauvoir, 2016; Sabrina Finamori; Maria Alice Batista, 2022). Its general objective is to analyze, through narratives, how the experiences lived by women daughters of solo mothers, who became teachers in public schools in the Foz do Rio Itajaí Region, born between 1970 and 2000, affected their trajectories and the construction of the becoming a woman and a teacher, considering the intersections of race, class, gender, territory and other crossings. The methodology used was the analytical-descriptive and interpretative, by Gabriele Rosenthal (2011), with semi-structured interviews. The analyzes were conducted through the dialogue between empirics, theory and the social and political conjuncture in the historical period researched. As theoretical basis, were adopted the intersectionality in Patricia Hill Collins and Sirma Bilge (2021) and Patricia Hill Collins (2022) and the experiences in Conceição Evaristo (2018; 2020; 2021), as well as several women theorists and feminists, prioritizing black, indigenous, latino and global south intellectuals, whenever possible. As will be seen, the narratives of Sallas, Araucária and Isabella point out their experiences and the possibilities of choice that mainly involve Education. Their experiences are crossed by their solo mothers' daily struggle for survival, which makes up their similar worldviews and brings them together as a social group.

**Keywords:** Teachers. Solo Mothers. Experiences. Women. Memories.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO 1 COM 30 QUESTÕES</b>	<b>33</b>
<b>QUADRO 2: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO 2 COM 10 QUESTÕES</b>	<b>35</b>
<b>QUADRO 3: LEGISLAÇÃO NACIONAL – POLITICAS PÚBLICAS</b>	<b>81</b>
<b>QUADRO 4: LEIS E TRATADOS INTERNACIONAIS</b>	<b>84</b>
<b>QUADRO 5: AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DAS MULHERES – 2023</b>	<b>85</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACT** – Admissão (Admitido / Admitida) em Caráter Temporário

**ALESC** – Assembleia Legislativa de Santa Catarina

**AMB** – Articulação da Mulher Brasileira

**BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEDAW** – Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**CEDIM** – Conselho Estadual de Direitos das Mulheres

**CNDM** – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres

**CNJ** – Conselho Nacional de Justiça

**CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**COHAB** – Companhia de Habitação Popular

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**CEVID** – Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

**DEDAW** – Declaração da Assembleia Geral da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**ESP** – Escola Sem Partido

**FLACSO** – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

**FIPEZAP** – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP – Zap Imóveis

**FURB** – Fundação Universidade Regional de Blumenau

**GDE** – Gênero e Diversidade na Escola

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IEG** – Instituto de Estudos de Gênero da UFSC

**IFC** – Instituto Federal Catarinense

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INEP** – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”

**INESC** – Instituto de Estudos Socioeconômicos

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LGBTQIAPN+** – Sigla para denominar a comunidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outras pessoas que não se identificam com a heteronormatividade.

**MEC** – Ministério da Educação

**MMFDH** – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**ONG** – Organização Não-Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OVM/SC** – Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina

**PAD** – Processo Administrativo Disciplinar

**PIEIS** – Programa Experimental de Ingresso ao Ensino Superior da UFSM

**PL** – Partido Liberal ou Projeto de Lei, de acordo com o contexto.

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atualmente MDB)

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNPM** – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

**PPA** – Plano Plurianual

**PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PRTB** – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

**PSE** – Programa Saúde na Escola

**PT** – Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores

**PSD** – Partido Social-Democrata

**SAS/SC** – Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família de Santa Catarina

**SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC

**SED/SC** – Secretária de Estado de Educação de Santa Catarina

**SINTE** – Sindicato de Trabalhadores em Educação do Estado de Santa Catarina

**SPM** – Secretaria de Políticas para as Mulheres

**UAB** – Universidade Aberta do Brasil

**UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UFC** – Universidade Federal do Ceará

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UFSM** – Universidade Federal de Santa Maria

**UNESP** – Universidade Estadual Paulista

**UNISUL** – Universidade do Sul de Santa Catarina

**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1. MÃE SOLO X MÃE SOLTEIRA: O “SER MÃE”: NÃO É UM ESTADO CIVIL?</b>	<b>26</b>
1.1 – A PERGUNTA DA PESQUISA	29
1.2 – OBJETIVOS	30
<b>1.2.1 – Objetivo geral</b>	<b>30</b>
<b>1.2.2 – Objetivos específicos</b>	<b>30</b>
1.3 – A PESQUISA COMO O CAMINHO DAS MULHERES QUE MIGRAM: DA DECISÃO DE PARTIDA À CHEGADA NUM LUGAR POSSÍVEL	31
1.4 MÃES SOLO E SUAS FILHAS NOS BANCOS DE DISSERTAÇÕES E TESES: APROFUNDAMENTOS SOBRE O USO DO TERMO “MÃE SOLO” E A ORIGINALIDADE DESSA PESQUISA	40
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: CONSTRUÇÃO E ATRAVESSAMENTOS</b>	<b>51</b>
2.1 – “PRA” FALAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E CONCEITOS	52
2.2 – MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES NO SÉCULO XX: ATRAVESSAMENTOS	52
2.3 – MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR	57
2.4 – A REDEMOCRATIZAÇÃO E OS DIREITOS DAS MULHERES EM PAUTA	59
2.5 – A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FEMINISTAS E O GÊNERO COMO PAUTA	65
2.6 – A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS	70
2.7 – UMA MULHER COMO PRESIDENTA DO BRASIL E O (POSSÍVEL) IMPACTO NAS POLÍTICAS DE GÊNERO E PARA AS MULHERES	75
<b>3. TORNANDO-SE PROFESSORA: EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE FILHAS DE MÃES SOLO</b>	<b>88</b>
3.1 – AS FILHAS: INFÂNCIA, MIGRAÇÃO E MORADIA	89
3.2 – AS MÃES: “MINHA MÃE NÃO FOI MÃE SOLO, FOI MÃE SOLTEIRA!”	110
3.3 – TRABALHO REMUNERADO E DE CUIDADOS: O ACÚMULO, OS ATALHOS E AS PRESENCAS-AUSÊNCIAS	121
3.4 – FILHAS, MÃES, AVÓS: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS ENCRUZILHADAS DAS GERAÇÕES	128

3.5 – O TORNAR-SE PROFESSORA: “DEI MEU DIPLOMA PRA ELA NUM QUADRINHO, DE PRESENTE”	137
<b>4. UM “ESTADO” DE PERSEGUIÇÃO DE GÊNERO</b>	<b>163</b>
4.1 – EU, MENINA-MULHER, QUE NASCI E CRESCI AQUI	164
4.2 – CADÊ O DIREITO QUE “TAVA” AQUI?	165
4.3 – GÊNERO-DIVERSIDADE X FUNDAMENTALISMO: ATAQUES À EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA	177
4.4 OVM: OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	181
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>190</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>202</b>

## APRESENTAÇÃO

A construção deste trabalho se dá por marcas que constituíram minha história individual, experiências com minha mãe e minhas irmãs e irmãos. Construção essa alimentada diariamente através da narrativa de minha mãe, quase que uma ladainha<sup>2</sup> constante em minha memória. Na teoria, ou pelo recorte que adotamos para esta dissertação, minha mãe não é uma mãe solo, mas, na prática, sempre esteve à frente de tudo. Eu menina, mulher e também professora me tornei a partir das faltas que lhe atravessavam num querer desejante, latente por uma nova realidade que pouco se concretizou. Minha escrita perpassa por uma visão de mundo, pelo lugar que ocupo na sociedade como uma mulher da classe trabalhadora deste país, filha, irmã, sobrinha, tia, mãe, feminista, professora, ambientalista, vegana.

Essa construção, esse tornar-se mulher, também se deu em meu corpo pelo assédio desde a infância. Pela vida em alerta constante, o que chamo de “estado de fuga”, pois era necessário fugir das situações às quais era submetida diante da falta de cuidados pelos mais diversos motivos. Quem carrega a culpa por condições precárias onde todas as pessoas estão submersas a essa realidade? A poeira da estrada confunde os olhos no caminhar.

Escrevo em nome e em homenagem a todas as mulheres que me atravessaram a vida íntima, no interior de minha família. Mas também as que, através do trabalho, da academia e da militância feminista, que atravessa as diversas áreas, se juntaram à minha história. Não somente contribuíram com a minha construção nesse torna-se mulher e professora, que é transformação constante, mas me levam a ser mais humana, mais sensível.

As histórias impulsionam o desejo de transformar, através da luta, a realidade das mulheres que habitam em mim. Luta que no movimento feminista enfrenta as violências, as desigualdades sociais com a crença de que é somente por meio de uma Educação Crítica, antirracista<sup>3</sup>, anticapitalista<sup>4</sup>, antissexista<sup>5</sup>, que construiremos uma sociedade capaz de superar as contradições que nos afetam cotidianamente.

---

2. *Ladainha*, segundo o dicionário Michaelis: 1. [...] Série de curtas invocações em honra de Deus, da Virgem ou dos santos. 2. Enumeração ou conversa longa e fastidiosa; lenga-lenga. 3. Discurso longo e monótono. 4. CAP Canto entoado no ritual de abertura de uma roda de capoeira.

3. Ser antirracista é desenvolver ações que combatam o racismo nas suas diversas formas na sociedade, seja de maneira individual, no dia a dia, ou de forma coletiva e organizada junto a movimentos sociais. Levamos em consideração que a luta antirracista não tem o mesmo peso entre pessoas brancas e negras (Djamila Ribeiro, 2019; Grada Kilomba, 2019; Cida Bento, 2022).

4. Anticapitalista é a pessoa ou organização que luta contra o modo de produção vigente, o capitalismo, que gera desigualdades sociais e econômicas através da exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores. Neste ponto, destacamos a exploração do trabalho de cuidado, trabalho de reprodução social privado como também aquele remunerado, geralmente com poucos direitos e executado principalmente por mulheres negras, não somente no Brasil, mas também no mundo (Cinzia Arruzza; Nancy Fraser; Tithi Bhattacharya, 2019; Heleieth Safiotti, 2013).

5. Antissexista, “pois luta pelos mesmos direitos dentro de uma perspectiva de equidade” (UFSC, 2017).

Na sequência, iniciaremos a descrição do caminhar desta dissertação, como se deu o processo de escrita da pesquisa. O eu-menina interpela o eu-mulher a estar nesse lugar de reflexão, indignação e sensibilidade que possibilita enxergar, para além da minha realidade, a realidade daquelas que me retiram da individualidade e me colocam num refletir coletivo, por me reconhecer em cada uma em algum momento, em algum trecho da estrada que percorreram. Suas histórias me são semelhantes, suas narrativas me atravessam no existir e resistir. Espero que outras se reconheçam e se coloquem reflexivas, indignadas e como parte do processo de transformação ao receberem crianças e famílias em espaços coletivos, principalmente da Educação.

## INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023, constatou que no Brasil há 2,4 milhões de docentes que atuaram na Educação Básica. Destes 1,9 milhão, que corresponde a 79,5%, são mulheres. Do total de profissionais da Educação, mais de 144 mil estavam em cargos de direção, sendo que 81,6%, cerca de 117 mil, são mulheres.

O Censo Escolar 2023, publicado em 2024, ainda apresenta *sexo* como marcador da pesquisa no formulário<sup>6</sup> para “professores” e não *gênero*, embora este último seja categoria reconhecida tanto na academia quanto nas organizações governamentais. Os dados a seguir representam a composição do quadro docente a nível nacional da etapa da Educação Básica, a partir do formulário apresentado. Será que esse formulário é suficiente para compreendermos o perfil das professoras e professores que atuam na Educação brasileira?

Na educação infantil brasileira, atuam 685 mil docentes. Esse total é 4,2% superior em relação ao ano anterior. São 96,2% docentes do sexo feminino e 3,8% do sexo masculino. Observa-se maior concentração de docentes nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos. No ensino fundamental, atuam 1.419.918 docentes, sendo 77,6% do sexo feminino e 22,4% do sexo masculino. Nos anos iniciais, atuam 769.366 docentes. Desses, 87,7% são do sexo feminino e 12,3% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos. Nos anos finais do ensino fundamental, atuam 774.395 docentes. São 66,2% do sexo feminino e 33,8% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos. Um total de 538.781 professores atuou no ensino médio em 2023. São 58,6% do sexo feminino e 41,4% do sexo masculino. Observando a distribuição dos docentes por idade verifica-se maior concentração nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Brasil, 2024, p. 55-62).

Segundo os gráficos do Resumo Técnico do Estado de Santa Catarina, do Censo Escolar da Educação Básica 2021 (Brasil, 2022), o total de profissionais docentes atuantes em Santa Catarina em 2021, na Educação Básica, era 110.759. Quando usamos a lupa de gênero, mesmo que ainda incipiente diante da diversidade social deste marcador, considerando ainda que estão divididos por sexo, como verificamos no formulário, encontramos um universo de 89.083 professoras e 21.670 professores distribuídos nas diversas etapas da Educação Básica.

Na Educação Infantil, etapa em que duas das participantes desta pesquisa atuam,

---

6. Agência Gov: Ministério da Educação divulga panorama das mulheres na educação básica. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>> Acesso em: 03/11/2024.

estão a maioria dos docentes da Educação Básica, totalizando 32.228. Destes, 30.582 são professoras, representando 94,8%, e 1.648 são professores, representando 5,1%. Já no Ensino Fundamental tínhamos, no mesmo período, em Santa Catarina, um total de 57.247 docentes distribuídos entre os Anos Iniciais e os Anos Finais desta etapa. Nos Anos Iniciais, o estado contava com um total de 29.659 docentes, sendo 25.669 professoras, representando 86,5%, e 3.990 professores, correspondendo 13,4%. Nos Anos Finais, eram 27.588 profissionais docentes, distribuídos em 19.507 professoras, 70,7%, e 8.081 professores, equivalente a 29,2% do total. Da mesma forma, no Ensino Médio atuavam 26.886 docentes, sendo 18.933 professoras, 62,6% do total, e 7.953 professores, ou 37,3%. Os números elencados neste estudo correspondem a docentes atuantes tanto na rede privada, quanto nas redes públicas municipais, estadual e federal.

Percebemos com estes dados que quanto mais dependência de cuidados têm os alunos, maior o número de professoras em relação a professores nestas etapas. A quantidade de professoras atuando na Educação Básica nos leva a refletir sobre como as profissões relacionadas ao cuidado são feminilizadas. Dentro dessa dimensão quantitativa, refletir qualitativamente sobre essas mulheres que atuam como docentes é de fundamental importância para pensarmos as estruturas da educação, principalmente a Educação Pública, a fim de se construir políticas públicas específicas.

Cláudia Pereira Vianna (2002) diz que o caráter crescente de mulheres na docência foi um movimento internacional, com a ida das mulheres para o mercado de trabalho. “[...] remete a um fenômeno de amplitude internacional, ainda que não universal; e no Brasil, já há algum tempo, muitos trabalhos vêm destacando a predominância feminina na composição sexual da categoria docente” (p. 6). A autora, nos recorda do primeiro “Censo do Professor”, realizado em 1997, mas que foi divulgado apenas em 1999.

De acordo com o primeiro Censo do Professor, 14,1% da categoria é constituída de homens e 85,7% de mulheres. Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) com 52 mil professores brasileiros mostra que 97,4% dos docentes de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental são mulheres. Elas ocupam 80,6% das 5ªs até as 8ªs séries desse ensino e 60,8% do Ensino Médio. A pesquisa da CNTE aponta ainda que entre diretores, coordenadores e supervisores ligados à Educação Básica 90,1% são mulheres (Vianna, 2002, p. 3).

Segundo o IBGE (2022), as mulheres ainda trabalham nos afazeres domésticos num número médio de 21,3 horas semanais, em contrapartida aos homens, que dedicam 11,7 horas semanas em média. Quais são as histórias das mulheres que se tornaram professoras? Por que escolheram essa profissão? Qual a carga de trabalho a que estão submetidas? Como

chegaram a ocupar vagas no serviço público como professoras? Quais implicações de gênero, raça, moradia e transporte estão envolvidas? Todas essas questões precisam estar atravessadas para identificarmos as professoras e demais profissionais da educação e pensar em políticas educacionais a partir de informações específicas da totalidade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, ainda em vigência, prevê algumas metas referentes à igualdade no âmbito da educação. Porém, a palavra *gênero* aparece uma única vez.

Essas desigualdades também se refletem na participação e rendimento no mercado de trabalho. Considerando a desigualdade de gênero, a população negra apresenta as mais elevadas taxas de desocupação e de rendimento, ainda que disponha do mesmo nível de escolaridade. Segundo estudo do IPEA (2012), a taxa de desocupação do homem negro é de 6,7%, e a da mulher negra 12,6%, enquanto a de homem e mulher não negros é de 5,4% e 9,3%, respectivamente (Brasil, 2014, p. 34).

Neste ponto, sobre o reconhecimento da luta histórica das mulheres por mais educação

Vale destacar que o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos é fruto, em grande medida, das históricas demandas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento de mulheres, pela criação e ampliação de vagas em creches e pré-escolas, o que também vem influenciando o tratamento prioritário que a educação infantil tem recebido (Brasil, 2014, p. 16).

Considerando a igualdade de gênero, de forma bastante superficial identificamos no texto das metas do PNE o uso das palavras *igualdade* apenas uma vez, *desigualdades* dez vezes, *mulher* três vezes e *mãe* nenhuma vez. Ao não ser citada a palavra *mãe* significa que o documento não propõe nenhuma ação relacionada às “meninas-mães”, crianças e adolescentes, sujeitas em idade escolar que, devido a questões diversas, geralmente não voltam para a escola após dar à luz. Jarid Arraes (2022) traz, em um de seus textos, a história de uma “menina-estudante-mãe” e, dentro desta contradição, o dilema geracional vivido.

Aos quinze anos, deixou a vida para trás quando teve que escolher entre a gravidez e o Ensino Médio. A barriga era perceptível e falada, famosa por ser uma das raras barrigas de adolescente que a maioria dos colegas já tinha presenciado. Um fenômeno da impulsividade e um atestado da incapacidade feminina de fechar as pernas, segundo vô Jorge (Arraes, 2022, p. 10).

Importante trazer números que dimensionem as mulheres na Educação de Jovens e Adultas/Adultos (EJA), modalidade de ensino que as mães solas desta pesquisa experienciaram depois dos seus 50 anos. De acordo com o Censo Escolar 2023, nesta modalidade Santa Catarina possui um total de 52.777 estudantes, sendo que 27.698 são alunos

e 25.079 são alunas. Até 30 anos, a presença masculina se sobressai; a partir dos 40, são as mulheres que se destacam na pesquisa. Aqui relacionamos com a idade das mães das participantes. Por que essas mulheres aparecem em maior quantidade depois dessa idade? Será que a carga de trabalho as impede de usufruírem da educação formal? Será que a maternidade atrasou o seu percurso educacional? Ilustramos essa situação real através da ficção de Jarid Arraes (2022).

Fiquei pensando nessa promessa e ganhei outra surpresa, o anúncio que mainha tinha se matriculado no supletivo e iria, de uma vez por todas, terminar o ensino médio. Eu estava muito feliz por ela, feliz por mim. Carreguei por muito tempo o peso de ter interrompido a vida de mainha (Arraes, 2022, p. 20)

As mulheres mães e estudantes, seja na Educação Básica, em suas diversas modalidades, como na EJA, assim como na Educação Superior, estão esquecidas. A educação precisa ser pensada de forma interseccional para contemplar todas as formas de desigualdade, principalmente as que ferem a dignidade e o desenvolvimento educacional e cultural de meninas e mulheres.

Segundo o sistema de inteligência de dados da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, o ambiente escolar tem reproduzido também as violências de gênero sofridas pelas mulheres na sociedade. Os dados apontam que as principais vítimas de violência na escola são do “sexo feminino” e os principais agressores do “sexo masculino”. Os indicadores<sup>7</sup> apontam casos de violência sexual e agressões motivadas por preconceito étnico-racial, orientação sexual, namoro, gênero e preconceito religioso.

A proposta curricular do estado de Santa Catarina de 2014 previa discutir relações de gênero e diversidade sexual, entre outros temas importantes para a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas.

A proposta Curricular de Santa Catarina de 2014 se embasa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Direitos Humanos, e propõe a discussão da educação para as relações de gênero; a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero); a formal; educação e prevenção; a educação ambiental; a educação das relações étnico-raciais; e as modalidades de ensino: a educação especial; a educação escolar indígena; a educação do campo e a educação escolar quilombola (Mareli Eliane Graupe; Lucia Aulete Burigo de Sousa, 2015, p. 103).

O Currículo Base da Educação do Território Catarinense – 2019, elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz o seguinte texto que remete a

7. Sistema de Inteligência de Dados da Rede Estadual de Ensino de SC. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/indicadores-educacionais/>> Acesso em: 16/11/2024.

necessidade de ações concretas na Educação Básica referente à educação baseada na igualdade de gênero.

Evidencia-se, também, a necessidade de formação docente com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para equacionar questões ligadas ao combate às discriminações raciais, de gênero, ao feminicídio, à xenofobia e à homofobia. Além disso, faz-se necessária a construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola e a valorização dos diversos saberes e culturas, garantindo assim o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/1996, atualizada em 2018, em seu art. 3º, incisos I, II, III, IV, XII (Santa Catarina, 2019, p. 42).

O Programa Saúde na Escola (PSE), do Governo Federal, frisa a necessidade de Educação Sexual no âmbito da Educação Básica através dos currículos, como já traziam as metas do PNE (2014). Em Santa Catarina, existem 4.075 unidades pactuadas contemplando 994.759 estudantes. Porém esta pesquisa não alcançou dados referentes à Educação Sexual nas Escolas do Estado.

Construir uma sociedade que não subjuguie mulheres e meninas perpassa pela educação crítica. A fala a seguir, proferida em 2018 pelo então candidato a vice-presidência da república, Hamilton Mourão (PRTB), que se elegeu com sua chapa, representa o que uma sociedade patriarcal sem educação crítica produz: “A partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais. Atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai e avô, é mãe e avó. E, por isso, torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados que tendem a ingressar nessas narcoquadrilhas” (Exame, 2018).

Discursos como estes são marcados por misoginia, apontando as mulheres como responsáveis pelas mazelas sociais, mascarando as ausências do Estado e dos progenitores, resultado do machismo estrutural<sup>8</sup>. Todas essas manifestações foram intensificadas num misto de períodos difusos que se atravessaram pós-golpe<sup>9</sup> contra a única presidenta que tivemos até hoje, Dilma Rousseff, culminando com a chegada da extrema-direita ao poder e, por fim, uma pandemia de alcance mundial, a Covid-19<sup>10</sup>.

Sendo a sociedade brasileira uma sociedade patriarcal<sup>11</sup>, quantas de nós já ouvimos a expressão “filhas da mãe”? Essa expressão é usada com o intuito de xingar,

8. Machismo estrutural “[...] é uma discriminação criada pelo sistema patriarcal, através do pressuposto de que mulheres são inferiores aos homens. A ideia de equidade de gênero é repudiada pelo machismo, pois ele determina que os homens devem estar acima das mulheres, possuindo mais direitos e tendo controle sobre os seus corpos e vidas”. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/page/view.php?id=4290875>> Acesso em: 10/03/2024.

9. Cf. Harvey, D. *et al.*, 2012; Maricato, Ermínia *et al.*, 2013; Singer, A. *et al.*, 2016.

10. “Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus”. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia>> Acesso em: 26/10/2023.

humilhar e desqualificar alguém através de sua mãe. Para esta dissertação, essa expressão vem para fazer refletir e dizer que não há nada de errado em ser uma “filha da mãe” a não ser pela falta, pelas ausências. A falta do cuidado que a criança em questão tem por direito daquele que se ausenta, se permite não assumir suas responsabilidades diante da educação, recursos financeiros, cuidados e afeto cruciais para o desenvolvimento saudável. Entendemos que essa ausência do genitor e do Estado é que leva crianças deste país a serem usadas por “narcoquadrilhas” em diferentes níveis, por vezes a única saída que enxergam para suprir suas necessidades mais imediatas.

Queremos de fato provocar à reflexão sobre como expressões como essa, utilizada no título desta dissertação, estão naturalizadas no imaginário social e contribuem para oprimir grupos que estão fora das normas historicamente instituídas, como no caso das mães solo. A representação do que é ser mulher e menina é construída no imaginário social e a partir de determinações previamente elaboradas social e culturalmente. Diante destas condições, como cada uma de nós, mulheres, nos tornamos quem somos? Por quais caminhos percorrem nossas construções? O que nos marca? Quais experiências nos atravessam, formando quem somos?

Diante deste contexto, começamos a pensar nas possibilidades para a pesquisa. Em 2022, iniciamos a proposta que nos conduziu ao exercício de análise e interpretação das histórias de professoras filhas de mães solo partindo de suas narrativas sobre suas experiências com suas mães. É fundamental apresentar que o movimento que se faz a partir da temática é o exercício de compreensão sobre os caminhos percorridos, o caminho das experiências individuais, caracterizando um sistema que afeta o coletivo de mulheres mães solo e suas famílias, e vice-versa, além de como essas filhas se tornaram professoras e são afetadas em seus fazeres pedagógicos.

Ao emergir das memórias (Walter Benjamin) e das experiências<sup>12</sup> (Joan Scott, 1998; Conceição Evaristo, 2018) de filhas de mães solo, pretendemos contribuir com a visibilização da realidade de milhões de brasileiras, mães e filhas. Partindo dessas histórias narradas, vivenciadas com suas mães, os artefatos guardados que trouxeram consigo, estas mulheres dão contornos às memórias de suas experiências. Histórias muitas vezes marcadas

---

11. Conforme Carole Pateman (1993), o patriarcado, espécie de poder político, é o único conceito que se refere especificamente à sujeição das mulheres, sendo o patriarcado moderno, fraternal e contratual, o que estrutura a sociedade civil capitalista.

12. Aqui utilizaremos a experiência a partir de Evaristo numa aproximação do seu uso indireto de experiência em Walter Benjamin. A experiência que é passada das mais velhas para as mais novas a partir da história vivida narrada. Mas também em Scott, pois, para além do individual, faz sentido no coletivo anticapitalista lutar contra o modo de produção vigente – o capitalismo –, sendo as mulheres as mais afetadas pela exploração e desigualdade econômico-social.

por violências<sup>13</sup>, separação, “escolhas”<sup>14</sup> e superação de muitos desafios experimentados. As ausências também estão sendo consideradas nesse processo. É sobre estas histórias individuais e coletivas que, com olhar sensível, escrevemos. Com isso, abrimos a possibilidade de conhecer as mães solo por um prisma diferente: pela perspectiva de suas filhas, pelas narrativas de quem se construiu a partir deste lugar onde reside a realidade, longe do discurso hegemônico – maternidades reais, maternidades possíveis, maternidades solo.

Estão representadas aqui, a partir de suas filhas que se tornaram professoras, parte das 11 milhões de mulheres do Brasil, metade das mães brasileiras com registro (IPEA, 2022), que compõem uma importante parcela da população que hoje está nas estatísticas, mas nem sempre foi assim. Nem sempre fizeram parte do orçamento do Estado na construção de políticas públicas sociais, aliás, muito recentes. Mas foi desde o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, há 9 anos<sup>15</sup>, que o Brasil passou por um período infértil, estéril, seco para o desenvolvimento de políticas públicas sociais em geral e principalmente de gênero. O Estado brasileiro somente voltou a investir em políticas que promovem a igualdade de gênero e a igualdade racial a partir da equidade de direitos, pilares para o desenvolvimento de qualquer país, a partir da chegada do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026).

Procurando dar resposta a estas distintas questões, a pesquisa foi assim dividida. No primeiro capítulo trazemos a discussão sobre o termo mãe solo na academia, nos movimentos sociais, como analisamos e identificamos a circulação do termo nestes espaços. Como principais teóricas para a discussão trazemos Elisabeth Badinter (1985; 2011); Simone Beauvoir (2016); Lize Borges Galvão (2020); Sabrina Finamori e Maria Alice Batista (2022); Vera Iaconelli (2023). Também no primeiro capítulo trazemos a metodologia utilizada, o Estado do Conhecimento e os caminhos escolhidos para alcançar os resultados apresentados na pesquisa (Gabriele Rosenthal, 2011; Marília Morosini, Pricila Kohls-Santos e Zoraia Bittencourt, 2021).

No segundo capítulo, a partir de diversas teóricas dos estudos feministas e de gênero, tratamos sobre a construção de políticas públicas de gênero, bem como políticas para as mulheres no Brasil, no contexto histórico e político do recorte onde estão inseridas as

13. Segundo a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), o direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros: a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação (Brasil, 2015, p. 9).

14. Entendemos que as escolhas são limitadas à realidade determinada pelas condições sociais e econômicas. Então, essas escolhas não são amplas; pelo contrário, bastante limitadas.

15. Durante os governos do golpista Michel Temer (vice-presidente da chapa de Dilma, que assume a presidência entre 2016 e 2019) e de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Entre as autoras, destacam-se Albertina de Oliveira Costa (2014), Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira (2017), Bila Sorj (2020), Constância Lima Duarte (2009), Céli Pinto (2006), Eva Alterman Blay (2001), Jacqueline Pitanguy (2020), Joana Maria Pedro, Cristina Sheibe Wolf e Janine Gomes da Silva (2022), Leila de Andrade Linhares Basterd (1994), Loudes Maria Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (2013), Luciana Carlos Geroleti (2019), Lia Ciomar Macedo de Faria e Ediana Abreu Avelar (2007) e Marta Ferreira Santos Farah (2004).

As “políticas” foram estruturadas e articuladas por movimentos feministas e de mulheres com o Estado a partir da luta internacional e interna por cidadania no Brasil, a partir da década de 1970. Neste embate, estavam mulheres que se declaram feministas, lideranças comunitárias e religiosas e também mulheres que estavam inseridas em agrupamentos de esquerda contra a ditadura cívico-militar, além daquelas organizadas nos sindicatos (Souza-Lobo, 2021; Geroleti, 2019). É a partir dos anos 1980 que os direitos das mulheres passam a fazer parte do debate público através da mídia também com discursos diversos.

O imaginário social sobre papéis de gênero ainda é formado por concepções biologizantes, a partir de uma visão fundamentalista e conservadora sobre o feminino, consequentemente reproduzindo a imagem do masculino por este viés. Nesta perspectiva, seguimos investigando os anos 1980 para compreender o processo da redemocratização a partir das lutas das mulheres e pós-Constituição de 1988. Seguimos pela década de 1990 e pelos anos 2000 até a atualidade. Assim, fizemos o exercício de observação sobre o Estado, as influências de organizações internacionais, as políticas neoliberais e como o modo de produção econômico dá contornos à suposta ascensão social e econômica de mulheres e demais grupos pelos quais estão atravessadas (Collins; Bilge, 2021).

No terceiro capítulo, apresentamos as análises das entrevistas com Sallas, Araucária e Isabella (pseudônimos<sup>16</sup> escolhido por elas), através de suas narrativas. Realidades de mulheres que migraram, ainda crianças, com suas mães, com a pouca estrutura que tiveram que construir a partir do que conseguiram reunir, por vezes sem rede de apoio, longe de qualquer amparo. Tornaram-se mulheres e professoras atravessadas por seus passados e o passado das que vieram antes, com o desafio de sobreviver com suas famílias que não fazem parte do modelo socialmente aceitável. Suas marcas estão carregadas de trabalho, migração, educação, desafios, violências, ausências-presenças, admiração.

Entendendo que as mulheres entrevistadas para a pesquisa são diversas, optamos

---

16. Isabella era um dos nomes escolhidos pela mãe para lhe dar ao nascimento. Sallas, nome artístico escolhido pela participante, era o sobrenome de um tio pelo qual tinha muito carinho. Araucária é o nome de uma árvore nativa do sul brasileiro, escolhida pela participante pelo seu simbolismo.

por utilizar a interseccionalidade em Collins e Bilge (2021), Collins (2022) e Akotirene (2018) para contribuir nas análises das narrativas das filhas de mães solo sobre os atravessamentos de poderes marcados nas relações sociais. Com isso, buscamos o exercício de compreensão das opressões sofridas. O contexto social dessas mulheres e suas famílias é parte da construção da sociedade brasileira. Utilizamos também a literatura de Conceição Evaristo (2018; 2020; 2021), suas personagens que fazem morada em suas obras, marcadas por histórias individuais, e também coletivas, por vezes confundidas como biográficas devido à intensidade posta na realidade social cotidiana de mulheres, principalmente de mulheres negras. Evaristo confirma em diversas entrevistas que suas personagens “são fictícias e não”, justamente por suas trajetórias se confundirem com o contexto social, versadas na complexidade da vida das mulheres negras no Brasil, principalmente as que ocupam os territórios das periferias.

Já no quarto e último capítulo, pensando na realidade da territorialidade, através de matérias jornalísticas, principalmente da mídia independente, como o Portal Catarinas<sup>17</sup>, buscamos registrar fatos que caracterizam como meninas, mulheres e professoras vítimas de violências são tratadas em Santa Catarina. Ao final deste capítulo também registramos as políticas públicas de gênero e para mulheres no estado catarinense.

Uma vez apresentada a contextualização inicial, consideramos importante definirmos os motivos que nos levam a utilizar *Mãe Solo* e não *Mãe Solteira*. Pois bem, nos dedicamos a esta tarefa no primeiro capítulo que está na sequência.

---

17. Portal de notícias independente: “O Portal Catarinas nasceu por iniciativa das jornalistas Paula Guimarães e Clarissa Peixoto, ex-colegas da faculdade de Jornalismo, e da cientista social Kelly Vieira [...] O movimento da Primavera Feminista, em 2015, foi o momento em que as idealizadoras perceberam que compartilhavam de uma mesma vontade de construir uma plataforma ligada às temáticas de gênero, em que pudessem publicar vídeos e textos das manifestações feministas que estavam sendo realizadas e trazer outros assuntos relacionados. Hoje, o Portal Catarinas conta com uma equipe que desenvolve jornalismo profissional e se destaca na cena nacional, cobrindo o território catarinense, mas também as pautas que mais se conectam à agenda política feminista e de direitos fundamentais e humanos brasileiras. Nesses seis anos de existência, realizamos milhares de trabalhos jornalísticos, entre campanhas, monitoramentos e reportagens especiais”. Disponível em: <<https://catarinas.info/nossa-historia/>> Acesso em: 12/11/2024.

## 1. MÃE SOLO X MÃE SOLTEIRA: O “SER MÃE” NÃO É UM ESTADO CIVIL?

O período histórico em que cada mulher passou pela experiência de ser mãe ou filha é determinante na sua relação com a sociedade. As marcas dos costumes que as atravessaram devido ao imaginário social do seu tempo e do espaço geográfico em que estiveram inseridas podem e são determinantes em suas construções e no “tornar-se”, ou ser a partir do olhar do “outro”. Sobre mães, utilizamos as autoras Elisabeth Badinter (1985; 2011); Beauvoir (2016); Lize Borges Galvão (2020); Sabrina Finamori e Maria Alice Batista (2022); Vera Iaconelli (2023).

A mãe solteira é a mãe que teve suas filhas fora do casamento, segundo o imaginário social que marca a falta de um marido (entende-se por esta lógica o homem hetero-cis) e genitor para completar esse arranjo familiar que esta mulher deveria compor. Mãe solteira é aquela que carrega a falta de condições para ser a “mãe-padrão-ouro”, emprestando aqui o conceito de Vera Iaconelli (2023). Mãe-padrão-ouro seria aquela mulher branca, de classe média, que tem seus filhos dentro de um arranjo familiar oficialmente nuclear. Uma mulher casada e que tem o maternalismo como preceito.

O maternalismo é o discurso através do qual a sociedade justificativa e reitera o lugar das mulheres – reduzindo à mera função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas – no exercício de tarefas imprescindíveis para a consolidação e manutenção do capitalismo, como a reprodução social (Iaconelli, 2023, p. 9-10).

Então, definir mãe solo é preciso. Quem são essas mulheres que assumem sozinhas o papel de cuidar da família em todos os aspectos? Poderíamos considerar que mães solo não são somente as mães que vivem sem um companheiro ou companheira, mas também é aquela mãe que, mesmo “casada”, é quem assume todos os cuidados com a criança?

Mãe solo é um termo que nasce pela identificação pessoal de quem vive essa experiência. Entendemos mãe solo como categoria êmica<sup>18</sup>, pois é utilizada a partir de reivindicações políticas desta categoria social e, portanto, tem significado no mundo prático de um grupo específico e que se autodetermina. No decorrer do processo de escrita, refletimos sobre as realidades das mulheres mães solo que chegaram até nós a partir do estado do conhecimento e do trabalho de pesquisa em campo. Os trabalhos encontrados nas buscas demonstram que o termo passou a ser utilizado na academia a partir de 2010, como aponta uma revisão bibliográfica realizada no Google Acadêmico por Sabrina Finamori e Maria Alice

18. “[...] categoria êmica [...] pensar o termo mãe solo conforme a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher tem para com esse termo” (Lima, 2021, p. 8).

Magalhães Batista (2022). Segundo as autoras, poucos trabalhos foram identificados entre os anos de 2010 e 2019.

Ao observar narrativas que apontam *mãe solo* em diferentes arranjos familiares, queremos refletir sobre a temática, porém não é intenção dessa dissertação aprofundar esta questão neste momento. Esta observação ascendeu a partir da escrita de Finamori e Batista, que identificam trabalhos que apresentam uma definição ampla do que poderia significar ser mãe solo. Elas demonstram preocupação com uma definição mais ampla e aberta do termo para se pensar políticas públicas. De fato, concordamos que talvez para se construir políticas públicas sejam necessárias demarcações mais fechadas para compor critérios e assim atender a demandas dando prioridade a grupos socialmente vulneráveis da população.

Neste sentido, propomos analisar duas categorias: *mãe solo em família monoparental* e *mãe solo em família nuclear e demais arranjos*. Nossa defesa se ampara no argumento de que, quando tratamos de mãe solo, estamos falando da sujeita e, quando tratamos de sua família, falamos do arranjo familiar em que esta mulher está inserida, que pode ser diverso. Mas o fato levantado é que, se a única responsável ou responsabilizada por educar e cuidar de suas crias é essa mãe, com pouca ou nenhuma participação de terceiros, ela é ou não uma *mãe solo*? Acreditamos que sim!

Para esta reflexão, também trazemos a expressão comum *chefe de família*, bastante criticada por feministas<sup>19</sup> por se tratar de um termo transportado do sistema patriarcal capitalista. Entendemos que mulheres chefes de família, estas monoparentais ou não, podem ser representadas pela tia, avó, irmã ou outra mulher que exerça essa função no interior do núcleo familiar. Portanto, não cabe uma ligação direta com o termo *mãe solo*.

Esta proposta é colocada para iniciar um debate que pode ser utilizado futuramente no aprofundamento da pesquisa em torno desta categoria social. Porém, neste momento, nos dedicamos a investigar as histórias das filhas, que se tornaram professoras, na relação com suas mães solo, aquelas que viveram sozinhas a maternidade na infância de suas filhas, mães solo em famílias monoparentais.

Ao trazer *mãe solo* como categoria não desconsideramos pesquisas sobre mães em geral, o que pretendemos a partir deste trabalho é destacar a importância política destas mães em específico, levando em consideração as reivindicações a partir de movimentos. E, assim, contribuir com a discussão na academia, ampliando e conhecendo as percepções a partir das

---

19. “[...] o termo chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais [...], existem dois principais pressupostos para esse conceito. O primeiro é que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e o segundo é a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio” (Moura; Lopes; Silveira, 2016, p. 5).

memórias de suas filhas que se tornaram professoras.

Vale ressaltar que *mãe*, assim como as demais categorias, se trata de uma construção social que carrega consigo expectativas de toda a sociedade. Se localizarmos aqui a figura da mãe na sociedade ocidental eurocentrada, observamos que há predeterminações que localizam a figura da mãe num lugar idílico, dogmático, induzida a abdicar do “ser mulher”, assumindo exclusivamente esta nova condição. Essa condição caricata, construída pelo discurso maternalista, responde ao pensamento patriarcal, religioso e, portanto, moral que idealiza a “mãe-padrão-ouro” (Iaconelli, 2023), construindo uma criatura distante da realidade (Beauvoir, 2016).

Na perspectiva de transgredir essa figura idílica, as mães e as filhas aqui consideradas são todas as pessoas que se entendem como mães e filhas. Com isso se descola a possibilidade exclusiva daquelas que pertencem a um perfil cisheteronormativo<sup>20</sup>. Consideramos, então, que o ser mãe é uma construção social e histórica, e não biológica, assim como propõem as autoras Badinter (2023), Iaconelli (2023) e Beauvoir (2016).

Acreditamos que o exercício de escuta com pretensão científica, mas também social, possibilita aos grupos terem suas vozes representadas e que se representem a si mesmas, promovendo o deslocamento simbólico dos que foram colocados à margem, reparando apagamentos históricos e sociais. As filhas e suas mães solo sempre fizeram parte da mesma sociedade que insiste em mantê-las invisíveis. Suas narrativas como sujeitas históricas e sociais legitimam suas existências.

A busca pelo registro a partir das histórias e das memórias das experiências de filhas de mães solo pode ainda contribuir com outros campos para além da Educação. O movimento de excluir mulheres e outros grupos da história da construção das sociedades precisa ser entendido também como uma das violências sofridas, silenciamento, apagamento de existências. Jarid Arraes nos diz que, no “[...] Brasil, mulheres, principalmente as negras, nem sempre puderam falar, escrever e quanto mais publicar sobre si mesmas. Tampouco tiveram suas vozes plenamente respeitadas por aqueles que delas falaram, escreveram e publicaram; na sua maioria, homens brancos” (Arraes, 2017, p. 9).

Na perspectiva até aqui defendida, entendemos que este estudo traz contribuições para que possamos também transformar o olhar de quem interage com essas mulheres, filhas e mães solo, nas diversas fases de suas vidas e nas diversas áreas do conhecimento e da

---

20. “O termo cisheteronormatividade caracteriza, então, um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana [...]. Como um sistema de crenças sociocultural, a cisheteronormatividade coloca o sujeito não-cisgênero e/ou não-heterossexual em uma posição de ininteligibilidade ao tomar por desviantes os processos identificatórios que rompem com o padrão” (Sá; Szyllit, 2021, p. 52).

sociedade, principalmente na Educação. Há consciência de que as transformações são lentas, porém entendemos que o tempo histórico em que nos encontramos exige pressa para que grupos, como o pesquisado, se reconheçam, se compreendam e se fortaleçam.

Precisamos conhecer como construíram suas realidades a partir de relações que construíram e definiram ou influenciaram suas trajetórias. Essas realidades expõem suas singularidades cotidianas, mas também evidenciam um grupo importante que compõe a história da sociedade brasileira. Deste modo, a mãe solo será investigada indiretamente a partir das memórias das filhas que se tornaram professoras.

Ao visualizarmos, tornarmos visível a mãe solo a partir da intimidade do olhar da filha, agora professora, entendemos que podemos abrir uma perspectiva relevante para as interações sociais, percebendo-as e evidenciando-as não somente para a academia, mas para a sociedade. A reflexão sobre como essas mulheres foram marcadas em suas trajetórias pelas trajetórias de suas mães, trazendo à tona as situações a que foram submetidas e julgadas, ou não, tendo que se superar diante das possíveis privações impostas, é urgente e necessária.

Assim, podemos emergir dos baús de fotografias de família, as lembranças transformadas em experiências através das palavras. Momentos únicos e sentimentos singulares, por vezes não compreendidos ou falados. Memórias guardadas, registradas, apontam o caminho de um passado a ser descoberto por alguns e revelado por “outras”. As experiências registradas através da escuta das memórias narradas remontam o passado e auxiliam na compreensão do contexto da trajetória vivida. Para Benjamin (2022, p.31), quanto “[...] mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente aquilo que escuta se imprime nele”.

Uma vez explicado o uso do termo *mãe solo*, trataremos da definição da pergunta de pesquisa e dos objetivos.

## 1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

Como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas de Santa Catarina, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir<sup>21</sup> mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe, gênero, território e demais atravessamentos

---

21. Devir: “Do latim *devenire*, pode ser lido como tornar-se diferente do que era antes, movimentar-se” (Marlene de Fáveri, 2020).

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar, por meio das narrativas, como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas de Santa Catarina, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe, gênero, território e demais atravessamentos.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir como a legislação nacional sobre gênero influenciava/influencia nas condições de vida de famílias de mães solo, situadas a partir do contexto brasileiro e catarinense, demarcando as ações do Estado e dos Governos diante da estrutura social patriarcal, misógina, racista, fundamentalista.
- Compreender como a vivência de ser oriunda de uma família de mãe solo afetou ou afeta o compromisso como docente, no sentido de proporcionar às alunas e alunos reflexões sobre gênero, em especial sobre maternidade/paternidade;
- Interpretar as memórias das experiências das filhas de mães solo que se tornaram professoras e os significados construídos a partir das experiências vivenciadas;
- Caracterizar o que é ser filha de mãe solo a partir das memórias e narrativas das professoras participantes;
- Problematizar como os mecanismos de opressão e de poder influenciaram/influenciam as trajetórias de vida, a construção do devir mulher e professora das filhas de mães solo.

No próximo item nos dedicamos à tessitura dos caminhos, das rotas, dos rumos que nos conduziram aos resultados da pesquisa. Caminhos tortuosos que exigiram decisões e redirecionamentos para estabilizar os passos dados em meio às incertezas, mas que, ainda assim, contribuíram para o exercício de compreensão realizado.

### 1.3 A PESQUISA COMO O CAMINHO DAS MULHERES QUE MIGRAM: DA DECISÃO DE PARTIDA À CHEGADA NUM LUGAR POSSÍVEL

Quando Ponciá Vicêncio resolvera sair do povoado em que nascera, a decisão chegou forte e repentina [...]. Estava escurecendo, Ponciá não sabia bem o que fazer. Caminhou rápido e alcançou o lado de fora da estação. Quis olhar para trás, mas temeu o desejo de recuo (Evaristo, 2021, p. 11).

As mulheres que partem e que chegam, que migram. A decisão pelo deslocamento em busca de algo melhor para si e para as suas/seus. Um lugar que sustente seus sonhos e desejos. Casas, moradas, estradas e assim seguimos com a pesquisa que partiu de um lugar de incertezas. Buscamos o que julgamos ser o caminho mais apropriado para alcançar esse lugar possível diante das diversas possibilidades que se apresentaram, mas também, das impossibilidades que se atravessaram no percurso. A decisão por este caminhar, um caminhar repleto de descobertas, de diversas mulheres, de várias autoras, que nos levou a devires para chegar neste lugar e ter uma, apenas uma das mais diversas vistas<sup>22</sup> possíveis.

Foi com a abordagem qualitativa numa perspectiva metodológica analítico-descritiva e interpretativa, conduzida pela teoria de Gabriele Rosenthal (2011), que buscamos responder ao problema apresentado. A partir disso, criamos um formulário online (Google Forms) para encontrar possíveis participantes. Com a ferramenta, inicialmente alcançamos dezessete respondentes. O objetivo era alcançar até doze participantes, na primeira etapa. O Formulário possibilitou conhecer algumas informações iniciais, como data de nascimento, cidade onde moram e trabalham e informações de contato.

Ao buscar contato com as dezessete respondentes, tivemos duas desistências; uma interpretação equivocada do enunciado que não atendia aos critérios estabelecidos (as mães solo, que criaram sozinhas suas filhas); um homem hetero-cis, que não se enquadrava nos critérios; uma resposta sem contato. Desse movimento inicial, foram eliminadas cinco respondentes. Na sequência, criamos uma lista de transmissão via *Whatsapp* para organizar o agendamento das entrevistas com as doze participantes que permaneceram e destacamos que a comunicação com as pessoas que se dispuseram a participar foi um entrave do começo ao fim do processo. O método do encontro presencial para a entrevista talvez tenha sido o ponto que gerou incômodo com algumas delas. Das doze, obtivemos o retorno de dez.

Com os resultados desta primeira etapa, constatamos que as mulheres que

---

22. Vista de um uma paisagem, lugar, cena. Mas que também pode ser abrangência, abarcamento, como também posição, posicionamento sobre um determinado assunto. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/vista>> Acesso em: 27/02/2024.

alcançamos em sua maioria são migrantes, nascidas em outras regiões do Estado de Santa Catarina e de outros estados do Brasil. As cidades de origem foram: Rio de Janeiro/RJ; Trombudo Central/SC; Santa Maria/RS; Itapema/SC; Barbosa Ferraz/PR; Florianópolis/SC; Camboriú/SC; Cruz Alta/RS; Tangará/SC.

Para delimitar o local de trabalho, inicialmente havíamos estabelecido a Região da Foz do Rio Itajaí, mas após a qualificação, como veremos adiante, ampliamos e passamos a considerar todo o Estado de Santa Catarina.

Na segunda etapa, nos dedicamos às entrevistas que deram estreia a um período importante para esta pesquisa. Antes da qualificação, amparadas em roteiro semiestruturado, iniciamos as entrevistas com duas participantes, aplicando o roteiro para avaliar as fragilidades e as potencialidades do instrumento. Por orientação da banca de qualificação, uma das entrevistas foi retirada, pois os dados não correspondiam à compreensão do termo *mãe solo*, pois a figura do pai estava presente, mesmo que de forma distante. Entendemos que a compreensão de *mãe solo*, até o momento, era da *mãe solitária*, aquela que não se relaciona, pois não tínhamos dados suficientes, como leituras de pesquisas científicas, por ser um termo ainda pouco utilizado ou pesquisado pela academia. Foi quando estabelecemos o critério metodológico para esta pesquisa.

Sendo assim, com as marcações redefinidas, retomamos o contato com as participantes a fim de nos certificarmos que todas haviam entendido o recorte da pesquisa. Ou seja, as mães solo que criaram sozinhas suas filhas. Constatamos que, de fato, algumas delas não atendiam o critério de seleção estabelecido. Na sequência, foram retiradas da pesquisa as sete participantes que tinham as mães como as principais referências, aquelas que eram “chefes da família”, ou “mãe solo de família nuclear”, a única provedora financeira, no cuidado e/ou afeto, mas que tiveram a figura dos pais/padrastos como parte de suas vidas, ainda que como uma figura distante, de segundo plano. Avaliamos que o termo *mãe solo* ainda não estava/está absorvido pela sociedade e por isso a definição também foi uma busca desta escrita. Com isso, percebemos que *mãe solo* ainda segue em construção no imaginário social e, por este motivo, buscamos identificar em outras pesquisas reflexões sobre o termo.

Esclarecemos que o roteiro semiestruturado foi pensado considerando a necessidade de flexibilidade para a narrativa das mulheres que trariam de suas memórias suas histórias singulares. Para Gabriele Rosenthal,

O ponto de partida é precisamente que já na condução da entrevista, mas também e especialmente no processo de análise, o sistema de relevância dos entrevistados seja evidenciado. Isso se dá quando o pesquisador não organiza a entrevista a partir dos

seus próprios interesses de pesquisa e quando, na análise, procura evidenciar os campos temáticos das biografias produzidas [...]. Além disso, apresenta a sequencialidade na análise [...] e o processo sistemático de produção de hipóteses, considerando rigorosamente o que foi trazido pelos próprios entrevistados [...]. Todo esse procedimento analítico, [...] permite uma análise bastante rigorosa para se aproximar ao sistema de relevância tanto do entrevistado quanto do contexto em que vive ou é socializado. Com isso, evita-se cair na armadilha, bastante recorrente na realização de pesquisa empírica, de se “colonizar” o sistema de relevância dos entrevistados. Todo esse complexo procedimento metodológico tem por objetivo chegar-se à reconstrução de biografias marcadas pelas mais diferentes experiências que se queira pesquisar, como migração, violência, desemprego, dentre inúmeras outras que possam ser objeto de interesse de pesquisadores da sociologia e de disciplinas afins (2011, p. 11).

A partir da compreensão dos preceitos basilares da autora, no processo pós-qualificação consideramos a necessidade de ajustes no roteiro no que se referia a quantidade de questões para seguir com as entrevistas. As questões submetidas e aprovadas pelo Comitê de Ética, sob o Parecer nº 5.768.641 (Anexo 01) eram 30. Porém, por orientação da banca de qualificação, o número de questões foi reduzido sem alterar a escrita. Mantivemos no roteiro semiestruturado as 10 questões disparadoras da problemática. As questões pessoais, que apareceram no primeiro roteiro, vieram de forma mais informal durante o início da entrevista para estabelecer o diálogo, alguma intimidade e entrega das participantes sem necessariamente estarem registradas no roteiro. A qualificação foi essencial para reorganizar este quadro, inclusive reduzimos o número de participantes, com o teto de seis, e, diante das singularidades do processo, entrevistamos cinco e chegamos ao resultado final de três entrevistadas.

**Quadro 1:** Roteiro semiestruturado 1 com 30 questões.

	<p>Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú</p>
<p>Esta entrevista será aplicada individualmente às filhas de mãe solo participantes selecionadas para a pesquisa. O convite às participantes acontecerá presencialmente e por e-mail. Antes de responder às questões da entrevista, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir a anuência da participante da pesquisa. Será importante a participante da pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico. Será garantido à participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. A participante da pesquisa terá acesso ao teor do conteúdo do instrumento de coleta de dados (roteiro da entrevista) antes de responder as perguntas para uma tomada de decisão da sua participação. A participante da pesquisa será convidada a participar e, caso concorde em participar, será considerada anuência quando responder a</p>	

entrevista da pesquisa. Serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, pelo uso de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade da pesquisadora.

#### Roteiro semiestruturado para coleta de dados na entrevista

1. Qual seu nome, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero?
2. Onde você mora atualmente. Fale sobre o lugar onde nasceu e demais cidades onde viveu e os motivos que a levou a migrar.
3. Você se sente encaixada em uma classe econômica/social?
4. Você recorda como era a situação financeira da sua família?
5. Como eram os momentos de lazer? Acesso à cultura, arte, livros, viagens.
6. Você é casada? Quanto tempo?
7. Você tem filhas/filhos? Você desejou ter filhas/filhos? Planejou?
8. Fale sobre a trajetória de vida de sua mãe. Ano que nasceu, onde viveu/vive. Formação, grau de escolaridade, origem.
9. Fale sobre suas memórias, momentos junto a sua mãe. O que te faz lembrar dela ou de momentos que viveram? Como era sua família, quantas irmãs e irmãos você tem.
10. Relate o que levou sua mãe a ser mãe solo. Por opção ou por abandono, viuvez.
11. Defina sua mãe. Pense nela nos momentos de intimidade, quais são as memórias que emergem? Enquanto mãe, o que te inspira na sua mãe?
12. Fale sobre sua convivência com sua mãe (da infância à fase adulta).
13. Fale sobre os momentos junto a sua família, avós, tios, tias, primos e primas. Festas em datas comemorativas, almoços, conversas.
14. Vocês frequentavam alguma comunidade religiosa? Qual? E hoje você frequenta? Tem alguma crença? E sua mãe? Quais suas memórias dos espaços religiosos? Das outras pessoas da comunidade? Você se lembra das falas dos religiosos sobre família? Algo te marcou?
15. Você conhece ou conheceu outras mulheres filhas de mães solo ou mulheres que são mães solo e suas famílias? Como eram?
16. Fale sobre suas lembranças da escola. Lembra da escola? Das turmas? Das professoras, professores e demais profissionais? Das colegas? Algo te marcou? Falas, conversas paralelas que você tenha ouvido?
17. Você escrevia/escreve diários com memórias sobre sua mãe, sua família e suas experiências? Cartas? Você gostaria de compartilhar?
18. Você tem fotos, vídeos de família que gostaria de compartilhar com esta pesquisa?
19. Você ou sua mãe guardam registros? Desenhos, cartinhas de quando criança? Outros

objetos que sejam significativos para suas trajetórias e afetos? Roupas, brinquedos etc.

20. Quem são as pessoas que estão como suas responsáveis no registro de sua certidão de nascimento?

21. Fale sobre sua trajetória de formação, tempo de experiência na educação. Área de atuação. O que te moveu a se tornar professora? Você desejou ser professora? Há algo que queira relatar sobre as crianças, adolescentes, adultos com quem conviveu e convive? Onde trabalhou e onde trabalha atualmente.

22. Você, enquanto professora, como percebe os demais professores e professoras em relação a famílias de mães solo?

23. Sendo professora de adolescentes/jovens e adultos, você já recebeu ou recebe alunas mães solo?

24. Você considera que todas as crianças/jovens/adultas, negras, deficientes, pobres têm igualdade de oportunidades para ingressar e permanecer na escola? Por quê?

25. Você acredita que a escola deveria debater com a comunidade escolar sobre as diversas composições de famílias?

26. Como você percebe os discursos sobre meninas/jovens/mulheres no contexto escolar? Sua escola trabalha com educação sexual?

27. O que você entende ser importante em relação a políticas públicas pensando nas famílias de mães solo?

28. Como você define ser mulher?

29. Como você define ser mãe?

30. Como você define mãe solo?

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

**Quadro 2:** Roteiro semiestruturado 2 com 10 questões.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense  
Campus Camboriú

Esta entrevista será aplicada individualmente às filhas de mãe solo participantes selecionadas para a pesquisa. O convite às participantes acontecerá presencialmente e por e-mail. Antes de responder às questões da entrevista, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir a anuência da participante da pesquisa. Será importante a participante da pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico. Será garantido à participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. A participante da pesquisa terá acesso ao teor do conteúdo do instrumento de coleta de dados (roteiro da entrevista) antes de responder as perguntas para uma tomada de decisão da sua participação. A participante da pesquisa será convidada a participar e, caso

---

concorde em participar, será considerada anuência quando responder a entrevista da pesquisa. Serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, pelo uso de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade da pesquisadora.

---

#### Roteiro semiestruturado para coleta de dados na entrevista

---

1. Me conte um pouco sobre como sua família era composta, como sua mãe se tornou mãe solo e sobre suas memórias em relação a sua mãe.
2. Como você se sente enquanto filha de mãe solo?
3. Você conviveu com sua família extensa (avós, tios, tias, primos e primas)? Fale sobre as experiências que te marcaram.
4. Vocês frequentavam alguma comunidade religiosa? Fale sobre experiências que te marcaram.
5. Você conhece ou conheceu outras famílias de mães solo? Fale o que te marcou sobre elas?
6. Você ou sua mãe possuem artefatos como diários, fotos, vídeos de família, desenhos, ou outros objetos que sejam significativos para suas trajetórias e afetos? Você poderia compartilhar e falar sobre eles?
7. Sua família recebeu alguma assistência a partir de políticas públicas? Você lembra quais?
8. Você poderia compartilhar as memórias que tem da escola enquanto estudante?
9. Como sua trajetória afetou/afeta sua atuação enquanto professora? Conte-me sobre suas experiências e como você se sente neste lugar.
10. Como você se sente ao ouvir esta frase? “A partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais que estamos vivendo. E atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai nem avô. É mãe e avó. E, por isso, tornam-se realmente uma fábrica de elementos desajustados e que tendem a ingressar nessas narcoquadrilhas que hoje afetam todo nosso país e em particular as nossas grandes cidades”.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

As três entrevistas foram realizadas. Porém, durante o diálogo com uma das participantes, constatamos que esta não atendia o critério estabelecido, fato que provocou sua retirada, pois teve em sua formação a figura de um padrasto, que a acompanhou durante toda a sua infância. Essa narrativa nos pôs sensíveis. A marca de ser “filha de mãe solteira”, como era qualificada no período, por ter nascido “fora do casamento”, se mantinha, mesmo tendo um padrasto. Esse conflito da participante nos levou a refletir sobre a sua família extensa, que sempre a considerou uma “filha de mãe solteira” e foi assim que sempre se sentiu e se entendeu. Neste sentido, ao se dispor a responder a entrevista, se considerou dentro do critério.

A exclusão desta participante provocou um redimensionamento da pesquisa, quando, no final de 2023, optamos por ampliar a região de atuação de possíveis participantes, fato que resultou no encontro de mais uma participante. Sendo assim, nossa coleta de dados

foi encerrada com a participação de três professoras filhas de mãe solo: Sallas, Araucária e Isabella, pseudônimos escolhidos por elas.

Sobre os artefatos, houve uma certa expectativa ao se pensar nas diversas possibilidades de registro de experiências que as filhas e mães pudessem ter construído “juntas” com o passar do tempo. Artefatos que pensamos poder estar nas culturas das filhas, por meio de seus tesouros pessoais: desenhos, diários, fotografias, coleções, entre outros possíveis achados. A intencionalidade investida aqui perpassou pelo apelo do apego afetivo do uso desses objetos, no sentido de sensibilizar e dar contornos às narrativas ativando memórias. Inicialmente, os artefatos apareceram pouco, pois materiais sensíveis ao tempo se perderam, como veremos mais adiante nos registros.

O caminho percorrido não se deu pelo romantismo, mas por questionamentos da ordem estabelecida em nossa sociedade. Desta forma, a escrita formal também se apresenta como objeto passível de questionamento. O encontro com as normas linguísticas da língua portuguesa nos coloca em posição indagadora. O que queremos dizer é que, para nossos princípios, é de fundamental importância que neste texto transpareça uma escrita inclusiva como regra, priorizando, em primeira ordem, participantes, no feminino, porém, sempre que necessário e possível, em segundo traremos uma linguagem que busca abranger todas as pessoas e, por último, no masculino, quando a referência for realmente masculina.

Com este movimento se quer escapar da hierarquia patriarcal, colonial e generificada da língua portuguesa. Utilizamos, para embasar esta posição, Grada Kilomba (2019). A autora demarca posição em relação à língua portuguesa e sua estrutura em acordo com o que apresentamos, pontuando que o gênero masculino é dominante na linguagem formal, escrita e falada.

[...] a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana (Kilomba, 2019, p. 14).

Compreendemos que esta posição também se relaciona ao uso da interseccionalidade, pois visa escapar de tradições dominantes. Grada Kilomba não utiliza interseccionalidade em sua escrita como ferramenta, mas, do mesmo modo, sua escrita transgredir o que é dado como verdade e naturalizado na sociedade patriarcal e capitalista. Justificamos ainda que a língua é parte fundamental da cultura dos povos e contribui com a construção das relações e do imaginário social sobre ser e existir (Kilomba, 2019).

Com essa premissa, tencionamos a priorizar intelectuais negras, indígenas, latinas e do sul global sempre que possível, para sustentar a base teórica deste texto, que é acadêmico e político, pois se constrói sob posicionamento feminista, antirracista, anti-LGBTQIAPN+fóbico, anticapitalista e anticolonialista<sup>23</sup>. Essa linha de pensamento não se dá por opção, mas consciência, devido à defasagem no uso de estudos de intelectuais mulheres, principalmente de intelectuais da América Latina e do Sul Global, fora do eixo Estados Unidos – Europa, e que não sejam homens brancos. Francesca Gargallo, em seu texto “*La existencia de teorías feministas indígenas para el feminismo académico*”, contribui neste sentido.

Na realidade, existem atualmente múltiplas práticas políticas de mulheres, cansadas de continuarem a ser desqualificadas por séculos de instrução sobre a superioridade da racionalidade branca na América. São mulheres vulneráveis à ocultação dos seus hábitos, inteligência, visões de mundo, lutas, formas de comunicação e de trabalho por trás do biombo da sua parcialidade, da sua não universalidade intrínseca, do seu alcance específico, local, folclórico, que têm dado origem a muitos desafios nos últimos anos (Gargallo, 2013, p. 163-164, tradução nossa).

Durante o desenvolvimento das pesquisas nos vemos trilhando os caminhos mais prováveis devido à intensidade do processo, pois receia-se o novo, as mudanças. Pensamos, medimos, o quanto tentar o novo pode gerar inseguranças e estremecer ainda mais as certezas, que neste momento não são muitas, e o quanto essa tentativa nos deixaria à mostra e frágeis diante dos cânones. Assim, com isso, acabamos por acreditar sermos incapazes de sustentar uma ideia, um posicionamento. Contudo, ressaltamos que não se trata de negar a importância das obras de mulheres de outras regiões. Nós mesmas trazemos muitas delas por aqui. Nem mesmo temos a intenção de invalidar/destituir as escritas de autores valiosos para as ciências como um todo.

A sociedade em seus diversos setores e diversos grupos, principalmente os que estão em posição de dominadores, utilizam seus discursos normalizantes para situar corpos. Podemos verificar em Gabriele Rosenthal uma reflexão sobre discursos.

Cada forma específica do “discursar” sobre o mundo implica a exclusão de determinados sujeitos e, ao mesmo tempo, a autorização de outros à fala. No discurso estão implicadas regras que determinam o modo e o contexto em que algo é articulado ou omitido e que estabelecem a fronteira entre o verdadeiro e o falso (Rosenthal, 2011, p. 275).

---

23. “Anticolonialismo consiste em um misto de sentimentos, reflexões, posturas e atitudes que envolvem os indivíduos interessados em estudar, relativizar, questionar e especialmente resistir ao estatuto colonial, tendo em vista determinado(s) território(s) (estados, países, nações), tribos e povos, localizado(s) histórica e espacialmente” (Jean Pierre Chauvin, 2015).

Segundo a autora, inclui-se alguns e exclui-se outros. Podemos ainda acrescentar que, a depender da intenção e dos interesses que estão em disputa, quase sempre se exclui mais do que se inclui. Entendemos que a língua e a linguagem estão situadas neste lugar e que os grupos excluídos precisam questionar a posição imposta; em nosso caso, a partir da invisibilidade do que não é masculino.

Neste processo de invisibilização das mulheres e de tudo o que foge ao modelo de masculino, que é imposto por condições determinantes colocadas pelo patriarcado mundial, pelo sistema capitalista e neoliberal, somos empurradas para o anonimato e grandes autoras e intelectuais são excluídas do processo de produção. Esta situação reafirma e mantém uma posição que diz às meninas e mulheres que o lugar delas não está na escrita ou nas ciências, ou ainda em lugares que as colocariam em relações de poder numa posição vantajosa. Neste momento que escrevo, muitas outras já escrevem também com este posicionamento, não se trata de originalidade, mas sim de relevância.

Porém, vale demarcar que não se faz justiça substituindo um grupo dominante por outro, como propunha o liberalismo às mulheres, pois “seu verdadeiro objetivo não é a igualdade, mas a meritocracia” (Cinzia Arruzza; Tithi Bhaattacharya; Nancy Fraser, 2019, p. 37). Não queremos mulheres executando as políticas de extermínio normalizadas por homens. Queremos, sim, justiça social, inclusão e igualdade de direitos, o que perpassa pela visibilidade das existências diversas. E consideramos isso como método, o discurso que levantamos.

Esclarecemos, ainda, que o processo de análise, na perspectiva descritiva-analítica interpretativa anunciada e justificada teceu diálogos entre as respostas das participantes, o referencial teórico e as pesquisas recentes que envolvem mães solo. As categorias identificadas foram analisadas a partir da composição familiar apontada através das narrativas. As filhas, as mães, suas vidas atravessadas pela realidade social, suas histórias marcadas em suas memórias foram narradas para marcar também memórias outras.

Nessa direção, compreendemos a importância de analisar os dados sociais levantados no período proposto através dos censos realizados entre 1970 e 2000. Como as mães solo eram representadas nestes dados (se eram)? Nas famílias de mães solo eram retratadas filhas “fora do casamento”? Famílias de viúvas, mulheres separadas?<sup>24</sup>.

Para finalizar este ponto e darmos sequência a esta escrita, consideramos importante, ainda, destacar que ao buscar por pesquisas e produções que contemplassem a temática principal, fomos às bases de dados. O itinerário seguido, que será apresentado no

---

24. Não encontramos esses dados em censos do período.

próximo tópico a partir do Estado do Conhecimento, fez parte desse caminho de possibilidades, incertezas e ausências que nos trouxe até aqui.

#### 1.4 MÃES SOLO E SUAS FILHAS NOS BANCOS DE DISSERTAÇÕES E TESES: APROFUNDAMENTOS SOBRE O USO DO TERMO “MÃE SOLO” E A ORIGINALIDADE DESSA PESQUISA

A pesquisa científica requer que se conheça o que vem sendo produzido e como está sendo problematizado determinado tema. Neste sentido, procuramos identificar como estão representadas as mães solo nos trabalhos acadêmicos, principalmente em teses e dissertações, a partir do Estado do Conhecimento em Marília Morosini; Pricila Kohls-Santos; Zoraia Bittencourt (2021), nos bancos de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A intencionalidade desta etapa foi encontrar trabalhos que utilizaram o termo *mãe solo* nos títulos. Esclarecemos que, além do termo central, verificamos outros termos que se relacionam, como: *mães solo*, *maternidade solo*, *mãe solteira*, *família monoparental feminina* e *mulher chefe de família* ao longo dos textos das pesquisas selecionadas. No entanto, para compor este Estado do Conhecimento, optamos por definir como recorte apenas os trabalhos que trouxeram o termo *mãe solo* logo no título, buscando identificar elaborações mais profundas sobre o assunto. Justificamos este recorte pelo fato de defendermos aqui um posicionamento político do termo que, apesar de utilizado em outros espaços, a exemplo das redes sociais, nas pesquisas acadêmicas ainda vem sendo incorporado em estudos recentes.

Neste levantamento, realizamos o exercício de compreensão sobre o lugar dessa mulher que se tornou mãe solo, conforme foram retratadas nas pesquisas, e se há algum aprofundamento ou discussão em torno do termo. Pesquisando nas bases de dados da BDTD e no Catálogo da CAPES por pesquisas que viessem ao encontro do tema e dos recortes, encontramos quatro trabalhos que trouxeram logo nos seus títulos o termo pesquisado e que oferecem uma discussão sobre a terminologia. Esclarecemos, ainda, que o levantamento sobre a temática nas bases de dados foi realizado em dois momentos distintos. Um anterior à qualificação e outro após a qualificação.

No primeiro momento, realizamos as pesquisas utilizando descritores, que eram as palavras-chave que utilizamos inicialmente na pesquisa, na busca por trabalhos semelhantes. Porém, observamos que desta forma não localizávamos o termo principal. Os descritores utilizados foram: “Filhas AND Mães solo; AND experiências; AND professora; AND

interseccionalidade”; - “Filhas AND Mães solo; AND Experiências; AND Professoras; AND Interseccionalidade;” - “Filhas AND Mães solo; AND experiências; AND professora; AND interseccionalidade;” - “Filhas AND Mães solo; AND Experiências; AND Professores; AND Interseccionalidade;” - “filha AND mãe solo; AND experiência; AND professora; AND interseccionalidade;” - “filha, mães solo; AND experiência, professora, interseccionalidade;” - “Mães solo AND Experiências de Filhas AND Narrativas AND Professoras AND Interseccionalidade”.

Com os descritores citados, nas duas bases de dados, nada foi encontrado. Ao alterarmos os descritores para “experiências; AND mães solo; AND filhas; AND interseccionalidade”, simplificamos, e assim localizamos na Base de dados da CAPES um resultado – acessado em 12/06/2022. A busca foi feita em todos os campos. O texto encontrado é de uma dissertação para obtenção de título de mestrado da Universidade Federal do Ceará (UFC) com o título, *Mãe solo é mãe sozinha: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza – CE e região metropolitana*, de autoria de Taiane Alves de Lima (2021), que fazia referência direta ao tema aqui investigado.

Em 2023, com a perspectiva de que não encontraríamos trabalhos com os mesmos objetivos, voltamos às bases de dados buscando novamente teses e dissertações que trouxessem *mãe solo* nos títulos. Reduzindo as buscas, focando nos títulos, buscamos por textos que trouxessem uma perspectiva política e aprofundamentos sobre o tema. As análises apontaram que os textos que não traziam o termo no título não discutiam o conceito e/ou definição. Novamente deixamos o campo aberto para que atingíssemos todas as áreas. Focando no critério de seleção, usamos os descritores “mãe solo” e “maternidade solo/solitária”. Os termos foram encontrados no título, palavras-chave, objetivos, problemática e resumo. Demais trabalhos com outros termos/descriptores não foram considerados, pois, em nossa análise, sinalizavam *mãe solo* no corpo do texto, mas não aprofundavam a discussão sobre o tema em si e, por isso, consideramos apenas os quatro trabalhos que apresentaremos na sequência.

Os trabalhos selecionados aprofundam a discussão sobre o que é ser mãe solo a partir de uma característica comum entre as autoras. Elas vivenciaram a experiência em suas intimidades, sendo elas próprias mães solo ou filhas de mães solo. Os textos geralmente são cheios de significados e emoções revividas pelas autoras. Não que haja romantismos em suas escritas, pois destacam a todo momento as travessias reais dessas mulheres. Há sentimento profundo no que revelam a partir de suas próprias memórias. Estas memórias se reconhecem nas narrativas das participantes naqueles trabalhos que se propuseram a ir a campo. Vale

ressaltar que, em alguns trabalhos, a presença da figura do genitor às vezes aparece, mas que, para algumas autoras, não anula a identidade das mulheres que se declaram mãe solo, pois estas assumem todos os cuidados com as crianças, até mesmo referentes a questões financeiras, sozinhas ou com ajuda de terceiros.

A seguir, vamos nos ater aos textos das pesquisas apresentando os pontos de análise e as elaborações realizadas pelas autoras acerca do termo. Iniciaremos com as duas pesquisas localizadas na BDTD, sendo uma de 2021 e a outra de 2022. Na sequência, serão apresentadas as duas pesquisas localizadas na base de dados da CAPES, também produzidas nos anos de 2021 e 2022. Em cada uma destas pesquisas foram considerados o título, as palavras-chave, a questão problema, o objetivo, os aspectos metodológicos e os resultados, além de uma busca pelo aprofundamento da discussão sobre o termo *mãe solo*. Este movimento de identificação exigiu um processo aprofundado de leitura em cada uma das dissertações.

**Pesquisa 1 (BDTD)** - A autora Caroline Guimarães da Silva escreveu *Maternidade, cultura e redes sociais: análise da interação social de mães solo através de netnografia e mineração de dados no Instagram*. A dissertação é do ano de 2020, produzida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Destacou as palavras-chaves: Maternidade; Redes sociais; Netnografia; Mineração de dados.

Buscamos o termo *mãe solo* no texto e encontramos dezesseis menções. Outros termos relacionados: *mães*, sessenta vezes; *maternidade solo*, dezoito vezes; *mãe solteira*, uma vez; *família monoparental feminina* não foi encontrado e *chefe de família* apareceu apenas relacionado ao homem.

A questão problema formulada pela autora investigou “[...] como o uso da hashtag ‘#maesolo’ e as novas formas de interação e compartilhamento por meio das redes sociais impulsionam a criação de espaços de identidade virtual?” (Silva, 2020, p. 9). Como objetivo foi definido “discutir as questões sobre a maternidade na atualidade”. Partiu da análise “sobre a expressividade do uso da hashtag ‘#maesolo’ [...] na rede social Instagram” (p. 9) e buscou identificar as características do uso para o ativismo digital e a relação com “o movimento feminista”.

Neste trabalho, os aspectos mais abordados giram em torno da relação entre maternidade solo, identidade e as dinâmicas comunicacionais nas redes sociais digitais. “Parte-se da hipótese de que o uso da *hashtag* #*maesolo* no Instagram evidencia a criação de

espaços de existência e identidade virtual, onde o ponto de convergência é identificado através do uso da hashtag na rede [...]” (Silva, 2020, p. 9).

A autora problematiza a discussão posta entre *mãe solteira* e *mãe solo*: “[...] termo mãe-solteira, historicamente utilizado para identificar as mulheres que criam os filhos sozinhas, a expressão mãe solo tem se popularizado na sociedade atual como uma tentativa de desconstruir a definição relacionada ao estado civil” (Silva, 2020, p. 9). A autora entende a pesquisa como “importante ao situar as mudanças referentes aos padrões e experiências quanto à maternidade na contemporaneidade” (p. 10). E, neste sentido, ainda discute o papel das tecnologias comunicacionais e sua influência “na configuração dos imaginários sociais”.

A metodologia escolhida foi a etnografia, a netnografia e a mineração de dados conciliando um trabalho qualitativo e quantitativo na busca pelas respostas dos questionamentos definidos.

No que tange à parte qualitativa da pesquisa, buscou analisar a recorrência do uso da *hashtag* **#maesolo** aliado a discursos que podem ser delimitados em grupos, além de uma discussão sobre a formação desses grupos. Analisou, ainda, as legendas das publicações, tornando possível rotular classes evidenciando os padrões utilizados. Observou a inserção da tecnologia na sociedade atual, sobretudo o consumo das redes de compartilhamento virtuais. “A sistematização dos dados coletados se deu pela produção de sentido construída em torno da referida *hashtag*, a construção da identidade dessas mães que se expressam através da *hashtag*, além da expressividade que a ‘#maesolo’ tem apresentado ao longo dos anos (Silva, 2020, p. 37).

Consideramos importante o dado que a autora nos traz demarcando o ano de 2013 como marco temporal do uso da *hashtag* no Instagram, apontando ainda que a maior incidência que encontrou do uso da *hashtag* foi no ano de 2019. Podemos relacionar aqui ao estudo de Batista e Finamori (2022), que identificou que na academia o termo apareceu por volta de 2010. Três anos depois, o termo foi assimilado pela militância digital de mulheres que se autointitularam mães solo.

**Pesquisa 2 (BDTD)** - Priscila da Silva Fernandes é autora da dissertação produzida em 2022 sob o título *Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo no Brasil*, realizada na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Ela utilizou as palavras-chave: Monoparentalidade feminina; mães solo; Família; Brasil.

No seu texto completo encontramos o termo *mãe solo* vinte e cinco vezes. Buscamos também termos relacionados e encontramos: *mães*, duzentas e três vezes; *mãe*

*solteira*, quatro vezes; *maternidade solo*, uma vez; *chefe de família*, nenhuma vez e *família monoparental feminina*, quatro vezes.

Nesta pesquisa, a autora indaga como as mulheres que são mães solo organizam suas vidas sendo as únicas responsáveis pela família nos cuidados que englobam afeto, educação e também questões financeiras que giram em torno dos cuidados de uma criança. A pesquisadora desenvolve várias perguntas, que busca responder ao longo da pesquisa.

Como vivenciam a experiência de conduzirem uma família sozinhas; como equacionam a experiência de serem mães solo com a atividade profissional e seus possíveis relacionamentos amorosos. Ainda, procurou-se refletir sobre os motivos das percepções negativas em relação às famílias monoparentais formadas por mães e filho/s e caminhos possíveis para uma mudança social em relação a isso (Fernandes, 2022, p. 09).

Como objetivo geral, a autora aponta a busca por “[...] conhecer as dificuldades de mulheres mães solas em criarem e educarem seus filhos em relação aos seguintes quesitos: mãe – filho, mãe – emprego e mãe – relacionamento.” Por mãe solo, a autora compreende “a não participação do homem quanto à responsabilidade afetiva ou financeira com o filho [...]” (p. 9), amparando-se na definição da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil<sup>25</sup>, 2021).

Para além, levanta a questão que neste novo século muitas mulheres optam por não ter relação com os genitores de seus filhos por diversos motivos, até mesmo por optarem por reprodução assistida.

[...] é grande, neste início de século XXI, o número de mães que não possuem uma relação conjugal com o pai da criança, e isso ocorre por vários fatores, como maternidade e adoção voluntária, por técnicas reprodutivas, por viuvez, abandono paterno e dificuldades sociais. Sem passar pela experiência do casamento ou dividir o lar com um parceiro, muitas mulheres optam por serem mães solas por meio da reprodução assistida ou adoção por inúmeros motivos, rompendo com o modelo de família padrão (Fernandes, 2022, p. 9).

Salienta, também, a relação estreita do termo *mãe solo* com *mãe solteira*, ainda utilizado nos dias de hoje, mas com maior peso no séc. XX. Afirma que “[...] nota-se preconceitos em relação a mães solo, com frequência denominadas por muitos como mães solteiras, como se a maternidade fosse ou estivesse relacionada ao seu estado civil” (p. 10).

---

<sup>25</sup>. Fundada em setembro de 1993, na cidade de Belo Horizonte (MG), a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) representa a classe dos Oficiais de Registro Civil de todo o País, que atendem a população em todos os Estados brasileiros, realizando os principais atos da vida civil de uma pessoa: o registro de nascimento, o casamento e o óbito. **Disponível em:** <<https://arpenbrasil.org.br/arpen-brasil-20-anos-trabalhando-pela-dignidade-do-registro-civil-brasileiro/>> **Acesso em:** 03/11/2024.

Pontua ainda que o termo *mãe solteira* está vinculado a uma sociedade com estrutura machista, patriarcal, onde o “marido”, o “homem”, era quem definia as experiências vividas pelas mulheres em sociedade.

Outra importante discussão feita no decorrer do texto, está relacionada ao genitor que não é o pai, mas apenas quem contribuiu com a concepção do embrião e que não exerce um compromisso efetivo com a paternidade.

O número de mães solas aumentou no decorrer do século XXI (ABRAHÃO, 2003), por isso não é compreensível que a situação dessas mulheres seja ainda motivo de atitudes que as colocam na marginalidade dos olhares, o que não ocorre com o progenitor. Muitos destes não podem ser chamados de “pais” pois, de fato, não exercem tal papel, porém, é comum as pessoas não terem a mesma conduta julgadora para com eles; muitas vezes supervalorizam-se atitudes masculinas que deveriam ser de seu cotidiano, como são para o feminino (Fernandes, 2022, p. 10).

A autora coloca em evidência a vida afetiva destas mulheres, que na “pós-maternidade pode ser modificada devido à nova função que desempenha” (p. 10).

A abordagem metodológica deste trabalho foi de caráter qualitativo, perpassando pela pesquisa de campo, que foi realizada de forma virtual via Google Forms devido à pandemia de Covid-19. A autora ainda pontua que, pelo fato de ter sido uma pesquisa via internet, restringiu a participação de mulheres pobres que, por sua vez, não têm acesso à ferramenta. Destaca ainda as fontes que fundamentaram a pesquisa.

[...] realizado por meio da análise de leis e livros/artigos que discutem a história da família e da mulher, sua emancipação e estigmas que mães solas ainda sofrem no século atual por desempenharem tal papel, bem como pela análise de um questionário aplicado a mulheres que possuem perfil de mães solo. Participaram 13 mulheres que possuem ensino superior completo e uma renda fixa, de maneira que é um pequeno grupo constituído de moradoras do interior e do litoral paulista, em específico de Catanduva e da região da baixada santista, localidades onde a pesquisadora vive/viveu e trabalha/trabalhou. Portanto, o foco desta pesquisa é sobre esta realidade e não da maioria das mães solo brasileiras (Fernandes, 2022, p. 11).

No processo de análise das entrevistas, a autora relata as questões levantadas pelas participantes e destaca que sofrem “[...] preconceito diante da sociedade atual que ainda julga mulheres que são mães e que não possuem um relacionamento afetivo com o pai da criança” (p. 46), além de frequentes problemas em sua rotina, como, por exemplo, quando precisam se ausentar do trabalho para atender às demandas de suas filhas/os.

A autora também faz seu próprio relato, lugar de onde fala e sente a pesquisa após a viuvez.

E por fim deixo meu relato de ser mãe solo decorrente de viuvez. Tornei-me viúva decorrente de um infarto fulminante do meu marido, ficando sozinha com uma criança de um ano e dez meses. Minha vivência é muito diferente das mulheres foco dessa pesquisa, pois mesmo com as dificuldades de educar e criar meu filho, não tenho a frustração que muitas mães relataram de quererem a presença do pai na educação da criança e este estar ausente (Fernandes, 2022, p. 47).

Como pode ser observado na pesquisa de Fernandes, foi desenvolvido um duplo movimento que, além de considerar as experiências de outras mães solo, também olha para si e para a sua percepção sobre o processo vivido.

**Pesquisa 3 (CAPES)** - Taiane Alves de Lima escreveu sua dissertação de mestrado em Antropologia com o título, “*Mãe solo é mãe sozinha*”: *tecendo vivências de mães negras em Fortaleza (CE) e região metropolitana*, em 2021, pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza. Utilizou como palavras-chave: Mulheres Negras; Mães Solo e Interseccionalidade.

Na busca pelas menções feitas pela autora, identificamos *mãe solo* cinquenta e sete vezes. Outros termos: *maternagem*, cinquenta e quatro vezes; *mãe*, cento e cinquenta e cinco vezes; *mãe solteira*, doze vezes; *chefe de família*, duas vezes; *família monoparental*, uma vez, *mãe sozinha*, oito vezes; e *maternidade solo*, com sessenta e três menções.

Logo na questão problema, a autora pontua a existência conceitual do “ser mãe solo” com os questionamentos: “Ser mãe solo é um fenômeno individual ou coletivo? O que significa ser mãe solo?”. A partir deste questionamento, tem por objetivo “Entender os símbolos e os significados cotidianos da maternidade, para, assim, perceber as encruzilhadas cotidianas que envolvem a maternagem solo de mulheres negras em toda a sua vivência relacionada a questões individuais e coletivas”. A autora pontua sua própria experiência enquanto filha de mãe solo dizendo que a “[...] inquietação para a escrita deste trabalho tem como marco o meu próprio nascimento, pois, assim, nascia também a experiência que fundou o meu desejo por entender o que é ser mãe solo negra” (Lima, 2021, p. 6).

Os debates que a autora levantou perpassam para além da maternidade solo, aprofundando a temática e buscando compreender como isso se dá nas experiências de mulheres negras com relação à maternidade e de suas vidas enquanto mulheres. Pontua duas importantes questões: o termo mãe solo como categoria êmica e mãe solo como chefe de família. Sobre o termo mãe solo como categoria êmica, destacamos sua afirmação.

Todavia, esse termo, por ser uma ressignificação recente, por isso a necessidade de contextualizá-lo e apresentá-lo como uma categoria êmica, ou seja, pensar o termo mãe solo conforme a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher tem para com esse termo. Salientando que, no campo de produção acadêmica e sendo comum, ainda reside uma permanência do termo “mãe solteira”, que, aos poucos, vem sendo ressignificado por mãe solo (Lima, 2021, p. 9).

Outra importante questão pautada na escrita de Lima, é quando pontua a relação da mãe solo com a chefe de família.

Cabe destacar também uma outra terminologia que dá forma às experiências de mães solas que é o de “mulheres chefes de família”. Esse termo é elaborado a partir de uma formulação de aplicação de políticas públicas que instrumentaliza mais uma questão administrativa e financeira do lar do que o campo dos afetos e das relações interpessoais que envolvem a constituição de famílias (Lima, 2021, p. 8).

A metodologia utilizada foi a etnografia, a autoetnografia e a escrevivência. Destaca algumas autoras como fundamentais nesse processo de pesquisa, a exemplo de Maria Carolina de Jesus, devido a seus diários. A autora afirma que, com a “[...] escrita de Carolina, pude perceber como o diário é um marco histórico entre o particular e o coletivo” (p. 14). Conceição Evaristo, com suas obras *Insubmissas Lágrimas de Mulher* (2016) e o poema *De Mãe* (2008), também foi citação recorrente na escrita da autora, por sua característica de escrever sobre experiências individuais, mas que também são coletivas diante de questões sociais e históricas, principalmente em relação à realidade das mulheres negras, mas também do povo negro em geral.

A sua orientação metodológica foi marcada nos termos que veremos a seguir.

Esse exercício de conexão teórico, afetivo e político foi proposto pela minha orientadora, proporcionando-me uma oxigenação para com a pesquisa, que me levaram na percepção de conceitos que orientam este trabalho e minha escrita que são eles: Mães solo, Mãe solteira, Maternagem, Maternidade, Interseccionalidade, Relações de Cuidado, Práticas Parentais, Afetividade, Dororidade, Solidão (Lima, 2021, p. 13).

Esta é mais uma pesquisa na qual a autora olha a partir de si, das suas experiências. Enquanto filha de mãe solo e pertencente a uma família com gerações de mulheres que cuidaram sozinhas de suas famílias.

**Pesquisa 4 (CAPES)** - Renata do Socorro dos Anjos Bentes, autora da dissertação de mestrado *Famílias chefiadas por mulheres, política social e pobreza em tempos de pandemia: uma análise das condições de sobrevivência das mães solo na cidade de Belém/Pará*, de

2022, produzida no Programa de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Utilizou como palavras-chave: Famílias; famílias monoparentais femininas; mães solo; chefia familiar feminina; pandemia da Covid-19.

Como nas demais pesquisas, buscamos o termo *mãe solo* no texto da pesquisa e o encontramos nove vezes; *mãe*, vinte e duas vezes; *maternidade solo* não apareceu; *mãe solteira*, duas vezes; *chefe de família*, duas vezes; *família monoparental feminina*, cinco vezes. Sobre o termo *chefe de família*, a autora faz uma importante menção sobre as mudanças contidas nas novas formas de se fazer pesquisas relacionadas a gênero.

De acordo com o IBGE, o termo “chefe de família” pode estar relacionado à renda, autoridade ou responsabilidade de um membro do núcleo familiar para com o restante destes. Entretanto, desde o ano de 1995, não utiliza-se essa nomenclatura nas pesquisas realizadas pelo Instituto, por representar uma ideia implícita de comando, que não acompanha o processo heterogêneo de mudanças que ocorrem na estrutura das famílias brasileiras. Dessa forma, “chefia familiar” é a expressão que mais se aproxima do debate acerca da superação da hierarquia de gênero (Bentes, 2022, p. 66).

A autora se propôs a “[...] verificar os impactos da pandemia de Covid-19 nas condições de vida e de trabalho das famílias monoparentais com chefia feminina, as mães solo, beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, no município de Belém/PA” (p. 19).

Os aspectos metodológicos foram baseados na abordagem qualitativa, utilizando o materialismo histórico-dialético como método. Amparou-se, ainda, na pesquisa documental, bibliográfica e também buscou dados na pesquisa de campo.

Bentes faz referência a Lima para conceituar mãe solo.

De acordo com Lima (2021), o termo “mãe solo” surge como uma outra terminologia para se referir às mães chefes de família ou mães solteiras. Para a autora, tal expressão, que é uma ressignificação recente, nasce a partir de uma nova geração de feministas e da consolidação das redes sociais como espaço de comunicação e formação de opiniões, através das redes sociais (Bentes, 2022, p. 51).

Na sequência de seus argumentos, concorda com Lima, considerando que mãe solo está mais relacionada a um “estado emocional”, demarcado pela experiência e a autoidentificação com a maternidade solo, “Ou seja, é necessário pensar esse tema levando em conta a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher terá com esse termo” (p. 51). A autora revela sua intenção com a pesquisa ligada diretamente ao exercício de compreensão sobre a localização destas mulheres e suas famílias a partir da realidade

determinante do capitalismo.

[...] procurou analisar as transformações de ordem societária que reverberam nas mudanças entre as famílias, em suas composições, espaços e responsabilidades, partindo da compreensão dialética desses processos, que envolvem hierarquia de gênero, desigualdade de classe e raça, bem como tornam a chefia familiar feminina, objeto dessa Dissertação, um fenômeno complexo e multifacetado, considerando a organização social na qual está inserido: o capitalismo e sua capacidade de gerar crises em seu interior, bem como reproduzir riqueza e pobreza, impactando diretamente nas relações sociais contemporâneas (Bentes, 2022, p. 51).

Acreditamos que as discussões apresentadas nas dissertações são extremamente importantes para a definição do termo mãe solo. Entendemos que o debate e o aprofundamento do pensamento acadêmico e social a respeito das experiências dessas mulheres e suas famílias perpassa pela representação do significado do que é ser mãe solo e filhas/os de mãe solo. Esse aprofundamento descortina, em nosso entendimento, possibilitando mudanças do imaginário social sobre o que é ser mãe solo.

O debate também alcança os lugares de poder de decisão, contribuindo para discussões de políticas públicas específicas que atendem as necessidades deste grupo social. Perpassa pelo reconhecimento, mesmo que o debate ainda precise ser fortalecido, sobre as necessidades pessoais das mulheres deste grupo, bem como as educacionais, profissionais, de lazer, e também relacionadas ao apoio que suas famílias necessitam, levando em consideração o sistema social e econômico que oprime grupos minorizados.

O fato de termos localizado apenas quatro pesquisas utilizando o termo mãe solo no título e, para além disso, propondo de fato uma discussão profunda sobre o termo em teses e dissertações pode ser considerado um indício sobre a necessidade de produzir mais pesquisas que problematizam coletivos que continuam invisibilizados. Talvez a quantidade encontrada possa ser considerada inexpressiva diante dos discursos que circulam com certa abrangência desde 2019. Porém, formulamos a hipótese de que esteja relacionado ao longo processo de produção que pesquisas desta natureza exigem, tornando mais lenta a chegada nos bancos de dados, diferentemente dos trabalhos mais sucintos, curtos, de conclusões mais rápidas, que utilizam o termo mãe solo já no título, como no caso de artigos que são facilmente encontrados em grande quantidade em uma rápida busca no Google Acadêmico, mas que neste recorte não foram considerados.

Levamos em consideração que o uso do termo é recente, como colocado por Finamori e Batista (2022), que destacam a dificuldade que enfrentaram para encontrar trabalhos com o tema. Acreditamos que futuramente o termo será utilizado com mais

frequência nas diversas áreas do conhecimento. Importante destacar que quase todas as autoras que escrevem sobre a temática são mães solo ou filhas de mães solo. Consideramos aqui também que as mães solo no Brasil, são, em maioria, mulheres negras das periferias do país. Conseguimos visualizar de forma bastante profunda no texto de Lima (2021) essa relação.

Finalizamos com questionamentos acerca do que é ser mãe solo em nossa sociedade, que há muito reflete a realidade brasileira. O reconhecimento de suas existências pela sociedade significa considerar o seu trabalho, o isolamento afetivo, a invisibilidade, as imposições sociais e culturais, assim como as necessidades que atravessam a vida dessas mulheres. Nas pesquisas que apresentamos, é quase unânime que ser mãe solo é uma identificação pessoal. Com isso, entendemos que ser mãe solo não se trata de estar inserida em uma família isolada de uma rede. O próprio termo *família*, assim como vários outros, está sendo questionado, pensado pelas autoras em suas produções no recorte deste Estado do Conhecimento, para além dos modelos historicamente constituídos a partir do colonizador.

É possível que uma só pessoa seja responsável por todo o desenvolvimento de uma criança? Uma mãe solo é somente aquela que está isolada de outras relações? Quando essa mãe se relaciona com uma ou um parceiro ela deixa de ser mãe solo? Compreender as complexidades imbricadas em grupos específicos é necessário para o desenvolvimento social através da equidade.

Deste exercício de compreensão é possível observar que todas as pesquisas encontradas são recentes. São dissertações defendidas entre os anos de 2021 e 2022 em universidades públicas Estaduais e Federais situadas nas regiões Centro-oeste, Sudeste, Nordeste e Norte. Os campos do conhecimento nos quais as pesquisas foram produzidas são: Comunicação, Letras, Serviço Social e Antropologia. Nenhuma foi produzida no campo da Educação, que estivesse ligada ao objetivo que definimos para este Estado do Conhecimento. Quanto aos significados abstraídos da leitura das dissertações, todas seguiram um padrão significativo: as autoras são mães solo ou filhas de mãe solo que assim trouxeram suas experiências ao abordar o tema, demonstrando sensibilidade na escuta de suas entrevistadas, quando houve pesquisa de campo. Após a leitura das dissertações, consideramos que esta pesquisa apresenta originalidade, porque aqui as participantes são filhas de mães solo que se tornaram professoras, além de ser uma pesquisa situada na área da Educação.

A partir dessas considerações, o próximo capítulo trata da construção das políticas públicas de gênero e para as mulheres no Brasil a partir da década de 1970, contexto em que nasceram e viveram as entrevistadas.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: CONSTRUÇÃO E ATRAVESSAMENTOS

A história da construção de políticas públicas de gênero para as mulheres na América Latina e principalmente no Brasil demonstra o desafio e a urgência em romper e superar com o modo em que mulheres, em todas as fases da vida, são consideradas na construção da própria democracia ainda nos dias de hoje. A história sobre a luta por direitos das mulheres se mistura com a história do feminismo<sup>26</sup>, assim como pelas conquistas obtidas para alcançar a cidadania. Nesse sentido, é fundamental percorrer o processo histórico da construção das políticas públicas de gênero para mulheres no Brasil e suas influências externas, uma vez que as articulações de feministas e de grupos de mulheres para este processo foram imprescindíveis diante da oposição conservadora e fundamentalista em nosso país, que afeta instituições e o próprio Estado brasileiro.

A contextualização da ascensão das mulheres no cenário social, político e econômico para a conquista de direitos é necessária para compreendermos o processo que contribuiu com a resistência e o legado dessas lutas. As relações sociais em nossas sociedades são baseadas numa estrutura de dominantes e dominados (Collins; Bilge, 2021) e localizar a posição social das mulheres neste contexto é importante.

Baseadas nessa ideia, podemos perceber os caminhos que estão engendrados, preparados forçosamente para que as mulheres e grupos situados na diferença não ocupem mais que a periferia do mundo. Nas seções que se seguem, abordaremos parte da história da luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Sim, parte, porque toda história tem vários ângulos a serem observados. No entanto, vamos tentar abordar os momentos que consideramos fundamentais para contextualizar a construção do legado deixado por nossas primeiras dando maior ênfase ao período transcorrido entre o século XX até os dias atuais.

---

26. Em nossa escrita consideramos o feminismo no plural – os feminismos –, por compreender as especificidades inerentes à luta a partir de contextos culturais e sociais. Sobre isso, é importante ressaltar que há diversidade também nas correntes teóricas e práticas adotadas por feministas militantes e intelectuais e movimentos feministas. Segundo o Glossário da Diversidade (UFSC, 2017), feminismo se trata de movimento social e político iniciado no final do século XVIII, que defende que as mulheres devem ter os mesmos direitos dos homens. Diante disso, também se coloca antissexista, pois luta pelos mesmos direitos dentro de uma perspectiva de equidade. Para Luiza Bairos, (2020, p. 12), o feminismo é “[...] instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que impacta mais negativamente sobre a mulher. É a lente pela qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente com vistas à reinvenção de mulheres e de homens fora dos padrões que estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro”.

## 2.1 “PRA” FALAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E CONCEITOS

Segundo Marta Ferreira Santos Farah (2004), política pública trata-se da ação do Estado que tem objetivos que refletem ou traduzem interesses. Assim como os “interesses” que estão envolvidos nos diferentes tempos históricos da sociedade brasileira, eles refletem nas instituições e no Estado dialogicamente. Lourdes Maria Bandeira e Tânia Mara Campos Almeida (2013, p. 36), contribuem definindo que as “[...] políticas públicas são uma das formas de interação entre o Estado e a sociedade civil por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações e procedimentos que constroem a realidade da nação”. Observamos a história que apontamos anteriormente a respeito dos direitos negados a grande parte da população como reflexo dos interesses dos grupos que estiveram no poder. Pela lógica, os interesses da população na sua diversidade seriam os interesses que importam, isso em uma sociedade ideal.

Nesta direção, as políticas públicas sociais são importantes mecanismos que Estado e Governos podem e devem desenvolver para atender as necessidades específicas da população, suprimindo demandas de saúde, educação, moradia, trabalho e renda, cultura, lazer, segurança pública, entre outras necessidades. Portanto, direcionamos nosso olhar numa perspectiva de gênero, raça, classe, deficiências, nacionalidade, idade e demais atravessamentos, pensando nas mulheres, crianças, pessoas negras, LGBTQIA+, idosas, migrantes (Collins; Bilge, 2021), para refletir sobre o avanço destas políticas. Contudo, ainda precisamos avançar em políticas públicas para atingir mais atravessamentos, pois gênero ainda está muito associado a mulheres-cis no que tange à construção de políticas sociais específicas.

Como Farah, abordamos as políticas públicas com recorte de gênero a partir da compreensão de que estas “[...] reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres [...] quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente” (Farah, 2004, p. 51). Nesta perspectiva, entendemos que as políticas para as mulheres talvez possam ser vistas como políticas de equidade, mais emergenciais para sanar a histórica exclusão das mulheres do acesso à cidadania, enquanto as políticas com recorte de gênero estariam para uma ampla e profunda transformação na estrutura por igualdade social.

Conforme Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira (2017), as políticas públicas são divididas em três: Distributivas, Constitutivas e Regulatórias. As distributivas

são aquelas financiadas pelo orçamento público; as Constitutivas estipulam competências, normatizam a participação social distribuindo as responsabilidades entre os três poderes; as Regulatórias são definidas com a criação e a fiscalização de leis e normas para a garantia do bem de toda a sociedade e regulam os modelos de comportamentos que se estendem por diversas áreas. Oliveira aponta as abordagens das políticas públicas no Brasil numa perspectiva de gênero.

No caso das políticas públicas com recorte de gênero no Brasil, esta abordagem pode ser aplicada para as políticas redistributivas que privilegiam certos grupos sociais de mulheres, como as políticas de focalização e redução da pauperização entre as mulheres, como o programa de transferência de renda “Bolsa Família” e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinado às mulheres do campo. Estas políticas também se aproximam das coercitivas/regulatórias que correspondem a leis ou normativas relacionadas à ampliação e proteção de direitos, como a Lei Maria da Penha e a Lei contra o feminicídio (Oliveira, 2017, p. 4).

Oliveira ainda destaca que “as políticas constitutivas, [são] aquelas que primam pela alteração de padrões de socialização de gênero, como trabalho doméstico compartilhado e remunerado, o fim da dupla jornada feminina e das assimetrias culturais entre homens e mulheres” (Oliveira, 2017, p. 5, adendo nosso). Estas políticas perpassam pela transformação do imaginário popular, portanto sua eficácia é mais lenta. Os papéis sociais divididos pelo sexo biológico são naturalizados como única alternativa nas relações sociais por parte da população hetero-cis-normativa, conservadora e fundamentalista, pois somam-se a isto conceitos religiosos, um dos poderes de dominação conforme Collins (2022).

As políticas públicas se dividem ainda em duas categorias: as de Estado e as de Governo. A diferença entre estas políticas consiste na permanência ou não na composição do Estado Democrático. Políticas de Estado seriam ações permanentes que independem da entrada ou saída de um determinado governo. Essas políticas permanecem mesmo que o governo em atuação discorde, pois estão amparadas pela Constituição Federal. Contudo, as Políticas de Governo estão relacionadas a projetos de sociedade, ideologias partidárias, de alianças, filosofia de determinado grupo e setores da sociedade, aplicadas através de programas.

Considerando os apontamentos até aqui, nas demais sessões pontuaremos as políticas públicas que transcendem as políticas específicas para as mulheres (Farah, 2004), assim como os marcos e acordos internacionais, para compreendermos os passos dados até os dias atuais, principalmente com a intenção de contextualizar as décadas de 1970 a 2023, período do recorte apontado para o estudo. Buscamos compreender as condições de vida de

famílias de mães solo, situadas a partir do contexto brasileiro, demarcando as ações do Estado e dos Governos diante da estrutura social patriarcal, misógina, racista, fundamentalista.

## 2.2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES NO SÉCULO XX: ATRAVRESSAMENTOS

O século XX foi um período de grandes acontecimentos que afetaram o modo como as pessoas e as sociedades se comportam. Duas guerras mundiais, revoluções, mulheres em busca do sufrágio, holocausto, ditaduras, descolonização da África e da Ásia, movimento negro e a luta por direitos civis, movimento estudantil, retomada do movimento feminista a partir da década de 1960, redemocratização no Brasil e na América Latina e países ainda colonizados no Sul Global.

A história a que tivemos acesso negligenciou as muitas mãos e mentes feministas que há séculos pressionam para alterar o *status quo* que opera culturalmente nas sociedades. Sociedade sob domínio de um sistema que cristalizou o imaginário social sobre o ser mulher, mãe, filha. A partir dessa visão e discurso binário também cristalizou o imaginário do “ser masculino”. Imaginário construído a partir de uma sociedade colonizada, patriarcal, racista e classista, com poderes estes alinhados ao capitalismo. Sociedade comandada por homens brancos da elite e do norte ocidental.

Neste aspecto, segundo Lia Ciomar Macedo de Faria e Ediana Abreu Avelar, o imaginário, como “[...] conjunto de imagens inculcadas na mente humana, abarca em seu âmago todas as representações de uma memória coletiva, sendo o irradiador do ideário construído e, por conseguinte, o estimulante invisível a uma alienação sociocultural [...]” (2007, p. 3). Entendemos que as leis são reflexo de uma cultura – que demarca como os corpos femininos são objetos de dominação, colocados à margem, na “zona do não-ser”<sup>27</sup>, como traz o teórico Frantz Fanon (2008). Contextualizar as lutas por justiça social que decorreram por iniciativas individuais e coletivas, no enfrentamento às leis escritas de modo que impediam o acesso das mulheres e meninas a direitos básicos que as tornam cidadãs, implica conhecer acontecimentos em tempos e em diferentes territórios para uma compreensão do todo.

Diante dos pontos levantados, defendemos que em nossa visão não há separabilidade no que tange à história do feminismo e a construção de políticas públicas de

27. Frantz Fanon define que “Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos.” (Fanon, 2008, p. 26).

gênero no Brasil. Nesta perspectiva, pontuamos questionamentos com o intuito de refletirmos sobre onde estavam as mulheres nos séculos anteriores. Quais profissões exerciam? Quem eram? Mulheres negras, indígenas, migrantes. Como exerciam a maternidade e em quais condições? Tinham escolha? Eram consideradas pelos governos nos seus mais diversos períodos: colônia, império, república? Séculos de estupro e submissão, nascidas com destino certo. Não vamos responder a todas essas perguntas, mas elas precisam ser latentes quando pensamos na história da cidadania das mulheres.

As ações individuais de muitas mulheres que questionaram e enfrentaram a opressão foram importantes na construção de avanços posteriores. Segundo Constância Lima Duarte (2019) a atuação de mulheres nas mais diversas áreas criaram condições para o enfrentamento que abriu espaço para a reflexão sobre as condições das mulheres diante desta sociedade onde apenas homens, brancos das elites ditavam as ordens, criavam leis sobre como os corpos femininos deveriam se comportar.

Nesta linha, notadamente, não encontramos com facilidade textos de feministas brancas, principalmente dos séculos anteriores, levantando as questões específicas sofridas pelas mulheres negras, indígenas e migrantes. A opressão vivida pelas mulheres negras no Brasil era ainda mais invisibilizada. Lélia Gonzales (2020) argumenta que, com a escravização dos corpos das mulheres negras e todas as dominações vividas (sexuais, econômicas, de classe), não há como não se atentar para o fato da raça quando questionamos a respeito dos direitos humanos das mulheres. A autora denuncia que o racismo cultural também é proferido em discursos daquelas que lutam por direitos, mas que desconsideram o branqueamento na invisibilidade que propagam (Gonzales, 2020).

As mulheres negras participam da luta por direitos desde a chegada do seu povo em terras brasileiras, porém ainda são desconsideradas pela sociedade branca. Não foi diferente na luta pela redemocratização, na contribuição com a criação de núcleos de pesquisa de gênero, de movimentos sociais e como lideranças comunitárias tão importantes no processo para a reivindicação e efetivação de políticas públicas. A história das mulheres da classe trabalhadora operária, negras, indígenas, lideranças comunitárias da região da qual lançamos nossa escrita, América Latina, assim como de África e do sul global, ainda precisa de esforços coletivos para ter maior alcance. É fato que a história da qual temos acesso com maior facilidade, sobre a reivindicação e a construção dos direitos das mulheres que influenciaram as políticas públicas no Brasil é aquela com discurso baseado por influências euro-estadunidense.

Sendo assim, iniciaremos com a identificação de alguns avanços, mesmo que

lentos, no “reconhecimento” da luta das mulheres, através de datas importantes que marcam o início do processo de construção de direitos específicos para as mulheres. Registros como a Conferência de Mulheres Socialistas na Dinamarca em busca de direitos igualitários, em 1910, onde cem mulheres representantes de dezessete países deliberaram sobre a criação de uma data anual para “celebrar as conquistas” no âmbito dos direitos das mulheres (Eva Blay, 2001). Nalu Faria<sup>28</sup> aponta a sequência de acontecimentos que levaram ao Dia Internacional da Mulher, que também perpassa pela luta das sufragistas.

Sua história remonta ao “Woman’s Day”, iniciado em 1908, dedicado à luta pelo direito ao voto feminino, organizado pelas socialistas estadunidenses. Clara Zetkin, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, propôs instaurar um dia internacional das mulheres, seguindo o exemplo das socialistas americanas. Nos anos seguintes, na Europa, se espalharam as comemorações do dia internacional da mulher ainda sem data fixa, e nem sempre a mesma para todos os países. Mas sempre com referência no direito ao voto feminino como parte da luta por emancipação das mulheres (Nalu Faria, s/d, p.2).

Posteriormente, temos o registro do dia 8 de março de 1917<sup>29</sup>, data da greve realizada por mulheres do território russo que exigiam “pão e paz”. Compreendiam que era necessário uma revolução cultural para transformar suas realidades (Eva Blay, 2001). No calendário ortodoxo, 8 de março é 23 de fevereiro, quando as operárias russas iniciaram processo de luta que resultou na “revolução de fevereiro” (Nalu Faria, s/d). As pautas de exigências eram extremamente avançadas no que tange à busca por igualdade em direitos sociais e equidade de gênero. Foram para as ruas reivindicar que mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens, para além disso, que tivessem direitos específicos baseados na diferença.

Segundo a autora, em “[...] 1921, na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, se propôs a data do dia 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres, lembrando a iniciativa das mulheres russas” (Nalu Faria, s/d, p. 2). A data demarca um dia de luta contra a desumanização das mulheres e meninas no mundo todo causado por estruturas de dominação e a necessidade de avanços. Somente 68 anos depois, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) “reconheceria” a data, como veremos mais adiante. Essas datas marcam momentos importantes no reconhecimento dos direitos das mulheres na sociedade capitalista, ao menos no discurso, pois os avanços seguirão lentos.

**28.** Nalu Faria (1959 – 2023). Psicóloga, coordenadora da Sempreviva Organização Feminista, fundadora-líder da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil até a sua morte em 2023.

**29.** “Em 1910, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, capital da Dinamarca, a líder socialista alemã Clara Zetkin propôs a criação do Dia Internacional da Mulher, mas sem uma data específica. Em 8 de março de 1917, na Rússia Imperial, ocorreu uma grande passeata de mulheres, em protesto contra a carestia, o desemprego e a deterioração geral das condições de vida no país” (Layane Garcêz, 2023, s/p).

Ainda em 1967, a Declaração da Assembleia Geral da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (DEDAW, sigla em inglês), que inicia com belo apelo sobre direitos humanos e igualdade, demarca a continuidade do lugar reservado à mulher tradicionalmente. Ela diz: “Tendo presente a grande contribuição das mulheres para a vida social, política, econômica e cultural, e o papel que desempenham no seio da família, particularmente na educação das crianças.”<sup>30</sup>

O imaginário social é reforçado por forças dominantes e, no caso da mulher, está relacionado diretamente com a reprodução social, com a manutenção de sua posição no cuidado com a família e com a educação das crianças. As mulheres até podem contribuir com a vida social, econômica e cultural, mas sua função está pré-determinada, demonstrando o acúmulo dos custos de se exigir cidadania.

O debate, que se dá primeiramente a nível internacional, se aproxima da realidade brasileira, que demanda transformações. As mulheres intelectuais, feministas brasileiras influenciadas por essas ideias, participam dos debates internacionais e somam a estas lutas as questões locais, influenciando o início das transformações, como veremos a seguir. A partir do próximo item nos dedicaremos a contextualizar a realidade brasileira a partir da década de 1970.

### 2.3 MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR

No final da década de 1960 e durante a década de 1970, o Brasil vivia um período violento contra a ditadura, período iniciado com o golpe civil-militar em 31 de março de 1964<sup>31</sup>. Foi neste cenário de repressão que feministas brasileiras, influenciadas pela atuação de movimentos no exterior, lutaram por direitos e uniram-se aos movimentos de mulheres e aos movimentos por liberdade contra a ditadura. Segundo Leila Linhares Basterd (1994, p. 2),

<sup>30</sup>. Trecho retirado do preâmbulo da declaração. Tal declaração foi aprovada “simbolicamente” pela Assembleia Geral da ONU de 1967 e, portanto, de forma não vinculativa aos Estados-membros. Porém, esta declaração foi precursora da Convenção de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), que aprovou a primeira declaração internacional dos direitos das mulheres, ratificada por centenas de países, incluindo o Brasil.

<sup>31</sup>. “Em 31 de março, os tanques de guerra do Exército já se dirigiam ao Rio de Janeiro, onde Goulart se encontrava. O governo caiu sem grandes resistências. A ida de Jango para o Rio Grande do Sul foi o argumento para o senador Auro de Moura Andrade, que presidia o Congresso Nacional, declarar a vacância do cargo de presidente da República, devido aos últimos acontecimentos. No dia 3 de abril, o general Castelo Branco já era o novo presidente do Brasil. Jango partiu para o exílio no Uruguai. O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes — como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo — e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à suposta ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo dos Estados Unidos, que não via com bons olhos a aproximação de Goulart com as esquerdas” (Maria Paula de Araújo; Isabel Pimentel da Silva; Desirrée dos Reis Santos, 2013, p. 16).

“[...] essas mulheres, participantes dos movimentos de resistência à ditadura, enfrentavam a crítica dos setores conservadores e, também, dos setores progressistas que acreditavam que, na luta contra o autoritarismo, a questão da mulher parecia irrelevante e, até mesmo, reacionária”.

Muitos movimentos de mulheres não se declararam ou não se reconheciam feministas, o que se devia a vários fatores. Um destes fatores era a forte propaganda contrária ao “ser feminista”, rejeição enfrentada pelas mulheres desde o movimento pelo sufrágio na década de 1920 (Geroleti, 2019, p.102). Outro fator é que mulheres e homens que participavam de outras organizações políticas de esquerda sofriam perseguição desde o pós-Segunda Guerra Mundial (Betty Friedan, 2019).

Como já mencionado anteriormente, foi em 8 de março de 1975 que a declaração da ONU instituiu o dia internacional da mulher. Em 1976, foi realizada a I Conferência Internacional da Situação da Mulher, no México, dando início à Década da Mulher, de 1976 a 1985, período para serem pensados acordos e marcos internacionais entre países na perspectiva de gênero. Em 1979, também tivemos a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Oliveira, 2017). Ações internacionais, supostamente pensadas para contribuir com a elaboração de outros documentos e marcos internacionais posteriores.

Num excerto do documento da conferência realizada no México, publicado no site da ONU Mulheres, verificamos o tema abordado no encontro: “[...] a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social [...] destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial.”<sup>32</sup> Ressaltamos que nenhum documento internacional atinge o ponto nevrálgico da questão que está ligado diretamente com o modo de produção vigente, o capitalismo e as políticas neoliberais, além do patriarcado, que determinam as desigualdades econômicas e sociais do Sul Global sob forte exploração (Collins; Bilge, 2021).

Considerando a I Conferência, segundo Sônia Montañó, Jaqueline Pitanguy e Tereza Lobo, tivemos, em 1977, um encontro regional em que foi aprovado um plano que evidenciou a influência do movimento de mulheres para a construção de políticas públicas. Neste encontro, os Estados-membros da CEPAL aprovaram um Plano de Ação Regional onde pontua-se que, “[...] além de analisar o contexto, os vínculos da igualdade de gênero com as

32. A ONU Mulheres se define como o órgão das Nações Unidas dedicado à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Sobre a história das Conferências Mundiais da Mulher, incluindo trechos de documentos destas conferências citados neste texto, acesse: <<https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>.

políticas de desenvolvimento e a importância da participação política, prefigurou o que seria uma demanda constante das últimas décadas em matéria de desenvolvimento institucional” (2003, p. 10).

Estes documentos elaborados nos encontros internacionais reforçam a importância da atuação dos movimentos feministas e de mulheres neste processo. Mesmo que isoladas, estas mulheres buscaram construir condições para participação em espaços importantes através de ONGs, como Oliveira traz em sua pesquisa.

[...] desenvolveu-se um trabalho de pressão política através das organizações não governamentais que se desenvolvem com maior força a partir dos anos de 1980, momento no qual o conceito de gênero é incorporado ao campo teórico metodológico das ONG's brasileiras, impulsionadas pelos programas de desenvolvimento e combate à pobreza na América Latina (Oliveira, 2017, p. 7).

No final da década 1970, retornam ao Brasil as mulheres que foram exiladas devido à sua militância política. No período que estiveram fora do país entraram em contato com movimentos feministas onde os debates estavam em torno da problematização dos direitos reprodutivos e questionando a vida privada, a família, a vida conjugal e as sobrecargas das mulheres trabalhadoras. Segundo Albertina de Oliveira Costa (2014), nos anos de 1970, as feministas não haviam pensado ainda em organismos ou formas de compor governos de maneira que pudessem construir as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento humano de mulheres e meninas.

A entrada das feministas nos governos só se consolidará na próxima década, com o avanço também da movimentação internacional, sob fortes indícios de interesses econômicos por parte dos organismos internacionais. Destacamos que o período ditatorial teve apoio de uma parcela da população e é sob estas bases que os movimentos sociais, feministas, de mulheres, negros, classe trabalhadora estruturam a atuação no Brasil.

## 2.4 A REDEMOCRATIZAÇÃO E OS DIREITOS DAS MULHERES EM PAUTA

Conforme Ana Maria Doimo (1995), a década de 1980 é conhecida no Brasil como a década dos movimentos sociais, período em que os movimentos populares, urbanos, sindicais e de mulheres mais se mobilizaram em suas demandas. Mesmo que o *modus operandi* ainda se desse por dentro da ditadura militar, as expectativas já apontavam certa transformação. A abertura se deu neste período pela pressão econômica, como a dívida externa adquirida neste período, entre outras questões, necessitando dialogar com

organizações com perspectivas mais progressistas que lutavam por direitos nas diversas áreas.

A II Conferência Mundial da Mulher, sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”, em Copenhague, Dinamarca, foi realizada pela ONU no ano de 1980.

A comunidade internacional tomou mais consciência sobre a falta de participação dos homens no processo de igualdade, vontade política insuficiente por parte dos Estados para o enfrentamento às desigualdades de gênero, escassez de mulheres nos postos de decisões, baixo investimento nos serviços sociais de apoio, entre outros fatores.<sup>33</sup>

Em 1985, com o final da década da mulher iniciada em 1976, no encontro do México, tivemos a III Conferência Mundial sobre a Mulher, com o tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”, realizada em Nairóbi, capital do Quênia. Segundo a ONU, ao avaliar os avanços neste período desde a realização da primeira conferência, observou-se que pouco havia sido realizado, o que levaria a mais organização e pressão por parte dos movimentos. Ainda, segundo a ONU, por esta via houve “[...] cobrança de mais participação das mulheres na produção das riquezas das sociedades. Em razão de tais demandas, foram apontadas medidas de caráter jurídico, para alcançar a igualdade na participação social e na participação política e nos lugares de tomada de decisões.”<sup>34</sup>

Ainda em 1985, no contexto brasileiro, destaca-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) que será um grande marco para a construção de políticas públicas de gênero a longo prazo. Segundo Montaña, Pitanguy e Lobo, as atribuições do CNDM seriam muitas, um desafio que se iniciava com a participação e o diálogo entre governos e movimentos sociais.

A missão do Conselho foi definida como a de promover no âmbito nacional políticas para assegurar às mulheres condições de liberdade, igualdade de direitos e a plena participação. Neste sentido o CNDM teria a função de formular diretrizes, assessorar o Poder Executivo e acompanhar os trabalhos desenvolvidos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Teria também como atribuição, sugerir projetos de lei, fiscalizar e exigir o cumprimento da lei, promover intercâmbio e convênios com órgãos nacionais e internacionais, receber denúncias de discriminação e encaminhá-las aos órgãos competentes, manter canais com o movimento de mulheres e desenvolver programas e projetos apoiando o movimento autônomo de mulheres (2003, p. 9).

As mulheres que compunham o CNDM eram representantes dos movimentos, escolhidas segundo seus méritos e designadas pelo Presidente da República, inclusive a

---

33. Ver nota 31.

34. Idem à nota anterior.

Presidenta do Conselho. A secretaria-executiva, instalada no Ministério de Justiça, estaria a cargo da execução das políticas que seriam desenvolvidas.

No seu lançamento, em novembro de 1985, o CNDM iniciou a Campanha “Mulher e Constituinte”. Segundo a Carta das Mulheres aos Constituintes, o CNDM atravessou o país em campanha dialogando com as mulheres e buscando formas de elaborar as leis a partir das necessidades apontadas na base. Diante das perspectivas levantadas, aparentemente, essa transformação parecia mais palpável. Para a campanha, usou o lema demonstrando toda a esperança depositada com um novo tempo que se apresentava. Nesta “[...] campanha, uma certeza consolidou-se: 'constituinte pra valer tem que ter a palavra da mulher’” (Mulheres Brasileiras, 1987).

As conquistas deste período foram fortalecidas nas décadas seguintes. Houve avanços, mas também estagnação. Com o processo constante da militância feminista, a partir deste período, o debate foi de certa forma se consolidando e se tornando mais palatável pela população em geral. Os setores conservadores não puderam esconder as demandas sustentadas pelos movimentos feministas e de mulheres, já que, mesmo que para contrapor, acabavam legitimando essas demandas nos embates no cenário público.

Então, as conquistas da luta das mulheres junto à democratização se materializaram a partir da criação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, as Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, os abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia, a mudança legislativa constante na Constituição Federal de 1988, Constituições Estaduais de 1989 e Leis Orgânicas Municipais, de 1990.

Segundo Leila Basterd (1994), foram criados os “Conselhos Estaduais da Condição Feminina”, como eram denominados, nos estados de São Paulo e Minas Gerais e, sucessivamente, nos estados mais significativos do país. Em Santa Catarina, foi criado bem mais tarde, em 1999, como veremos adiante. Até a década de 1990, foram criados um total de onze Conselhos Estaduais e cerca de quarenta Conselhos Municipais.

Retomar a história do chamado “período de transição” da ditadura para a democracia, suscitando a crítica, é de fundamental importância. Encontramos facilmente a ideia de que a Constituição de 1988 rompeu com o governo militar. Trouxe um novo ordenamento político, jurídico e legislativo. O marco da participação feminina foi expresso na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que indicava o conjunto das reivindicações do movimento feminista e de mulheres. Ela resultou na incorporação de parte significativa das reivindicações à Carta Magna brasileira. Assegurou-se que constasse no texto constitucional

que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (art. 5º, I) e que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (art. 226, §5º) (Brasil, 1988).

Simbolicamente, tudo o que marcou esse período é importante, porém também é importante que nos atentemos à efetivação das propostas e leis que deveriam ser efetivadas desde então. Consideramos este ponto fundamental para compreendermos a falta de execução das supostas garantias inseridas na Constituição 1988 para a posterior elaboração de políticas públicas sociais. As forças conservadoras, que estruturaram o Brasil ao longo de sua história, se mantêm estabelecidas impedindo que houvesse grandes mudanças na sociedade.

Neste sentido, Leila Basterd contribui para a reflexão a respeito da romantização do processo de uma “suposta transição” deste regime ditatorial tão longo, que perdurou vinte e um anos matando e torturando seus oponentes. Refletimos, inclusive, sobre o suposto momento de ascensão da democracia no país e de ruptura com o regime de forma repentina.

É importante lembrar que as mudanças políticas que desembocaram no restabelecimento do Estado de Direito, em meados da década de 80, ocorreram em um quadro marcado por uma enorme dívida externa e interna, pelo início de um intenso processo recessivo nacional e internacional. Destaque-se, também, o aumento da miséria, a fragilidade ideológica dos partidos políticos e a ausência de uma cultura política democrática que envolvesse grandes parcelas da população na reformulação do Estado e da sociedade (Basterd, 1994, p. 1).

A Constituição de 1988 estabeleceu marcos importantes, mas não se trata somente de leis e sim do imaginário social, da mentalidade. Ressaltamos essa perspectiva quando, já no final da década, Jacqueline Pitanguy, a então presidenta do CNDM, entrega o cargo e, na sequência, sua equipe também. Sua justificativa gira em torno da falta de apoio para a construção das políticas públicas investidas pelos movimentos feministas. Perspectiva que não se consolidou, mesmo que a Carta das Mulheres aos Constituintes tenha tido aderência na própria constituição.

A motivação para a renúncia do CNDM se deu pela perda da autonomia que havia conquistado num primeiro momento. Com isso, também se perdeu a perspectiva de avanço das políticas para as mulheres, ficando por um longo período inativo. Contudo, a articulação efetivada com os movimentos sociais pelo CNDM, principalmente entre 1985 e 1989, se manteve. Ana Cláudia Delfini Capistrano Oliveira aprofunda a contextualização a respeito do episódio da renúncia dos movimentos junto ao Estado.

O governo de Sarney considerou inaceitável a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como a vinculação dos direitos das mulheres com a luta anti-racista liderada por Pitanguy. A presidente renunciou em um ato maciço que simboliza “a saída” do movimento de mulheres do cenário governamental. Com a vitória de Collor em 1990, inaugura-se no Brasil um projeto de redução do Estado que implicou a redução das atribuições do CNDM e uma perda de potência ainda maior. Nesta etapa se consagra legalmente a perda de atribuições do CNDM para executar políticas públicas (Oliveira, 2017, p. 12).

Retomamos a ideia do apego e força política que os setores conservadores mantiveram no comando do Estado brasileiro, o que foi e ainda tem sido um entrave para a construção de políticas públicas. Frisamos aqui a mentalidade da sociedade como um todo, que ainda estava alinhada à ditadura, estruturalmente machista e misógina, racista e classista, que na prática não permitiu um resultado de avanço para as transformações que se esperava, como sugere Leila Basterd (1994).

Para a autora, a principal conquista desse momento não foi a consolidação de políticas, mas sim a consolidação da participação de alguns atores que antes não participavam das decisões na arena do debate por justiça social, sendo a própria justiça social novidade. Pontua que foi “[...] a visibilidade desses movimentos e o campo de poder que daí se formou que tornaram os movimentos sociais interlocutores das instituições governamentais e da sociedade com potencialidade de mudar práticas e padrões culturais discriminadores” (Basterd, 1994, p. 2).

Destacamos que esse “mudar padrões culturais discriminadores” demanda tempo, assim como qualquer padrão de pensamento coletivo. Demanda educação para que se compreenda a necessidade de mudança. Mas qual alcance tiveram os debates no período da redemocratização? Talvez possamos arriscar dizer que somente agora, no século XXI, em 2023, com o debate colocado pelos diversos movimentos feministas, com suas demandas específicas, e demais agrupamentos que lutam por direitos, quase 40 anos depois da Constituição de 1988 e da Carta das Mulheres aos Constituintes, é que se tornou palpável parte das necessidades que foram reivindicadas. Ainda hoje o cenário postula oposição pelos setores conservadores, justamente pela mentalidade naturalizada e os interesses de grupos dominantes, o que inclui os grandes grupos de mídia no Brasil.

Basterd traz uma relevante contribuição para observarmos as relações de poder estabelecidas a partir desta mentalidade cristalizada neste período, que leva à não consolidação do avanço nas políticas públicas como um todo, mas principalmente as políticas para as mulheres e de gênero. A autora aponta certa distância entre o ideal de cidadania levantado pelos movimentos sociais e as práticas reais de políticas sociais e econômicas.

Emprestamos da autora a análise de que “[...] a especificidade brasileira a respeito dessa distância talvez resida não na contradição entre democracia formal e práticas não-democráticas, mas na convivência relativamente harmônica entre ambas.” (Basterd, 1994, p. 1).

Levantamos dúvidas a respeito do processo da constituinte em relação às demandas das mulheres e a construção de políticas públicas para a superação das mazelas sofridas nas diversas áreas.

Pode-se, inclusive, questionar se a Nova República, instaurada a partir de 1985, elaborou realmente uma proposta de política social voltada para o segmento feminino da população ou se, na realidade, deflagrou algumas ações governamentais isoladas que só tiveram maior repercussão face à existência de movimentos de mulheres, capazes de potencializar o diálogo com as diversas agências do Estado. São esses movimentos, sintetizados na denominação de Movimento de Mulheres que têm saído em busca do tempo perdido, tentando ampliar a cidadania com a introdução da questão de gênero (Basterd 1994, p. 15).

Basterd considera favorável a entrada de feministas em todos os setores da sociedade (universidades, mídia, organizações não-governamentais, partidos políticos etc.), inclusive nos governos. O amadurecimento do diálogo foi determinante para a consolidação da estrutura para o que mais tarde viriam a ser políticas públicas de gênero. Mesmo com o avanço na perspectiva da articulação política das mulheres veio o retrocesso, devido à falta de interesse político e de intervenção de setores conservadores.

Com um olhar crítico para o processo de adentramento do movimento feminista nas instituições, Bila Sorj (2020) afirma que as feministas que estavam à frente do diálogo entre movimentos e governo tinham relação próxima a lideranças políticas da época, o que, segundo a autora, pode ter facilitado essa abertura, porém, não impediu a estagnação dos avanços, como mencionado anteriormente. Oliveira (2017) pontua a preocupação de alguns grupos sobre a possível cooptação dos movimentos. Essa preocupação partia da possibilidade dos enfrentamentos serem amenizados, uma vez que as feministas comporiam os governos.

A partir deste momento tivemos avanços, com a criação da Coordenadoria da Mulher do Estado de São Paulo pelo governador Franco Montoro (PSDB), em 1985. Na sequência, chegou aos municípios de São Paulo, pela prefeita Luiza Erundina (PT), e Santo André, pelo prefeito Celso Daniel (PT). Assim como as delegacias de proteção às mulheres, criadas sob decreto. É a partir desses avanços que chegamos na década seguinte, porém ainda com algumas frustrações por parte das feministas e mulheres que estiveram à frente da luta por igualdade social e equidade de direitos.

Deve-se destacar que, em 1989, a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher submeteu ao Conselho Econômico e Social, ambos organismos das Nações Unidas, proposta na qual estimulava os países-membros a dotar os mecanismos nacionais de recursos políticos, financeiros e humanos necessários para desempenhar eficazmente suas funções. A Divisão para o Desenvolvimento da Mulher enviou a todos os escritórios nacionais das Nações Unidas encarregados das questões relacionadas à mulher um breve questionário que incluía questões relativas a parcelas do orçamento nacional destinadas a programas de promoção da mulher. No informe, mais tarde publicado pelas Nações Unidas, não consta a resposta brasileira (Basterd, 1994, p. 5).

A década de 1980 fecha com resultados não esperados. Mais uma vez as questões que afetam as mulheres, como o direito ao próprio corpo e aquelas ligadas à reprodução social, são colocadas em segundo plano.

## 2.5 A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FEMINISTAS E O GÊNERO COMO PAUTA

A década de 1990 foi bastante movimentada no que tange à luta feminista e de mulheres a respeito dos direitos, principalmente no esforço de levar à construção de políticas públicas voltadas para a saúde, saúde reprodutiva e as diversas violências sofridas pelas mulheres, tanto no privado quanto nos espaços públicos, como no trabalho e nos espaços de decisão. Outras reivindicações advindas das mulheres de organizações populares, como grupos de mães, associações, entre outras, traziam pautas como educação, creche, moradia, transporte e direitos trabalhistas, que foram consideradas pelo CNDM com a elaboração de materiais sobre estas demandas. Muitas mulheres neste período estavam à frente ou compondo o executivo de governos, principalmente em âmbito municipal, mas também estaduais e federais e nos espaços legislativos.

Jaqueline Pitanguy, juntamente a outras lideranças como Lélia Gonzalez, esteve à frente do processo da entrada das feministas e mulheres na luta por controle social. Ela denota a importância da existência destas instituições democráticas que visavam a liberdade, a participação da população junto a forças internacionais averiguando limites e possibilidades do exercício dos direitos humanos devido à conjuntura do país, remetendo ao contexto econômico e social. Segundo a autora, não existe “[...] trajetória linear na direção ao progresso, posto que os direitos são conquistas históricas sujeitas ao retrocesso [...]” (Pitanguy, 2020, p. 81). Algumas autoras, como Barsterd (1994), sugerem que a estagnação serviu, em certa medida, como estratégia para reorganizar as conquistas e avaliar novos caminhos para o avanço.

Foi nesta reorganização que, principalmente na década de 1990, houve a chamada profissionalização das feministas, que passaram a estar presentes no terceiro setor, principalmente em ONGs, e também na academia, escrevendo sobre gênero e grupos marginalizados no Brasil (Sorj, 2020; Oliveira, 2017). Esse processo contribuiu para alicerçar as estruturas na construção de políticas públicas posteriormente, mesmo que a passos lentos, diferente do que se vislumbrava na década de 1980. Contudo, ampliou-se o diálogo com os governos.

Pitanguy aponta que uma característica marcante do movimento feminista brasileiro, adotada no momento inicial das articulações, foi sua capacidade de realizar ações de *advocacy*<sup>35</sup> por leis e políticas públicas. Destaca que o movimento feminista brasileiro é reconhecido internacionalmente “[...] por sua capacidade de tecer estratégias consensuais entre as diversas organizações e redes que o compõem, fortalecendo sua posição na oposição ou na negociação frente ao Estado” (Pitanguy, 2020, p. 25). Segundo a autora, a adoção desta estratégia definiu o planejamento das ações dos movimentos naquele período.

Neste começo de década, depois de muitas mudanças turbulentas no cenário nacional, avançamos até 1994, quando o país começa a desenvolver certa estabilidade política e econômica. O cenário da América Latina era muito semelhante, pois vários países da região também passaram por períodos de ditadura militar. É neste contexto que diversos encontros internacionais aconteceram.

Foi na preparação para as Conferências sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em Nairobi e na África do Sul que se ampliou significativamente a agenda de gênero no campo dos Direitos Humanos. E foi na IV, Conferência realizada em Pequim, China, que se consolidou avanços no debate internacionalmente (Costa, 2014; Oliveira, 2017).

Ainda em 1994, no Brasil, tivemos a Convenção de Belém do Pará, que foi utilizada para a construção da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, onde houve enfrentamento e pressão por parte das mulheres e feministas participantes. O diálogo entre os diversos movimentos se aprofundou e “[...] criou-se a Articulação da Mulher Brasileira (AMB) com mais de 800 grupos de mulheres que representou um aprofundamento da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta graças a uma dinâmica transnacional através de redes formais e informais” (Oliveira, 2017, p. 9).

Segundo Costa (2014), foi em 1995, no primeiro ano do governo FHC, que o

---

35. Segundo Pitanguy (2020, p. 82), por “advocacy entende-se uma ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais e internacionais, no sentido de alcançar determinado objetivo”.

CNDM voltou a emergir como importante ferramenta na luta por direitos das mulheres no país. No mesmo ano foi realizada a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na China, com o tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, afirmando os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos. Foi nesta conferência que a problematização das violências de gênero e suas consequências sociais, econômicas e políticas foram postas em evidência (Oliveira, 2017).

Neste período, houve avanço no debate sobre políticas públicas específicas para mulheres, tanto a nível internacional, quanto regional, e também na reorganização e ampliação dos movimentos no Brasil. A necessidade de políticas públicas que abrangessem a complexidade das relações sociais e econômicas passou a ser considerada. Foi a partir das articulações e do diálogo que a agenda de gênero, que considera fortemente a reprodução e a maternidade, passou também a considerar outras políticas que garantem os direitos humanos das mulheres e meninas. Essa agenda, mais ampla e mais profunda, passou a ser defendida por mulheres que queriam ser mais do que apenas mães e “rainhas do lar” ou reconhecidas por suas condições meramente anatômicas e biológicas. Essa agenda abre, então, um período de novos debates a nível mundial.

Ao refletirmos sobre esta nova perspectiva, que considera a complexidade humana, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico de mulheres e de grupos minorizados nas mais diversas nações e regiões do mundo, podemos considerar suas relações com o processo de reorganização do capitalismo naquele período e nas estratégias dos países desenvolvidos para ampliar os seus domínios. Fato que justifica as reformas que visam garantir o “Estado de Bem Estar Social” em diversos países do mundo, principalmente a partir da década de 1980 com o avanço do neoliberalismo (Farah, 2004; Collins; Bilge, 2021). Se, por um lado, houve o estímulo para a independência financeira de mulheres, por outro, o seu endividamento é rentável para os financiadores deste processo.

Além das conferências específicas para mulheres, outros encontros importantes também ocorreram neste período. Farah lista “[...] a Conferência ECO-92, sobre Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995” (2004, p. 8) como exemplos. Levamos em consideração que não há debate sincero sobre todas estas questões sem falar sobre raça, classe e gênero e outros importantes atravessamentos contidos nas realidades cotidianas das mulheres e meninas, que, segundo relatório da ONU (2022), compõem 50% da população mundial. Porém, os avanços reais

sobre acesso a direitos são sempre adiados, abafados por questões internas dos Estados-Nações, como apontado por Collins e Bilge (2021).

No Brasil, as políticas públicas foram sendo construídas principalmente a partir desta década, influenciadas pelos debates internacionais e também por organismos estrangeiros de financiamento. Os interesses destes organismos, principalmente na relação com os países emergentes do Sul Global, vislumbrando a possibilidade de domínio econômico e político sobre a região, foi tema de análise de diversas autoras (Collins; Bilge, 2021).

Já nesta época, o levantamento de dados sobre a população e os estudos sobre a situação das mulheres no Brasil e na América Latina verificam a “feminização da pobreza” e essa questão passa a ser considerada para a construção das políticas públicas. Farah dialoga com essa questão.

[...] Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, também destaca a feminização da pobreza no país, chamando a atenção para a disparidade salarial (as trabalhadoras ganhavam em média 63% dos salários masculinos em 1990) e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. Em 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário mínimo per capita. Dados de 1994 revelam que, enquanto o desemprego masculino era de 6,7%, o desemprego feminino atingia 13,9%. Acrescente-se que parte significativa das mulheres que ingressam no mercado de trabalho vai para o setor informal, onde estas não têm acesso a garantias trabalhistas e à previdência social. (2004, p. 9).

A autora ainda destaca que, focando no interesse em financiar a construção de políticas públicas de gênero em diversos países, o documento do Banco Mundial, intitulado *Toward Gender Equality*, discorre sobre a análise do papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero. A instituição propõe a focalização em mulheres na construção de “[...] políticas de educação, saúde, serviços de extensão rural, infra-estrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda” (Farah, 2004, p. 9). Nesta direção, enfatiza as questões da cidadania da mulher, que se divide em dois pontos: como “[...] potencializadora de políticas públicas, pelo papel que desempenha na família, e na busca por cidadania, na luta por direito na sua constituição enquanto sujeita” (p. 10, grifo nosso). Levando em consideração que todas essas questões demandam investimento (ou *gastos*, na visão conservadora), de fato se torna bastante atraente para financiadores. Pontuamos, ainda, que essas instituições, com íntima relação com o capital mundial, se preocupam com a produção e a reprodução social de novos trabalhadores e trabalhadoras para a sua manutenção e as mulheres são importantes neste processo (Bhattacharya, 2023).

Contudo, focar em mulheres e suas famílias é focar na população mais vulnerável,

com demandas básicas por renda, moradia, acesso à alimentação de qualidade, saneamento básico e transporte. Fortalecer esta parcela da população é resolver grande parte dos problemas de desenvolvimento do país. No Brasil, os movimentos feministas e de mulheres também passam a recomendar “[...] especial atenção às mulheres negras, às *mães solteiras* e às chefes de família, por seu maior grau de vulnerabilidade” (Farah, 2004, p. 10, grifo nosso).

Segundo o estudo feito por Farah, é importante registrar que nos estados e municípios brasileiros foram “[...] identificados 18 programas com foco em mulheres entre os 629 inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania, em 1996, representando 2,9% das iniciativas, e sete programas com essas características entre os inscritos em 1997, de um total de 297, representando 2,3% das iniciativas governamentais.” (p. 13). Como pontua a autora, até o final da década de 1990 ainda há “[...] programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado” (p. 19).

Neste sentido, podemos voltar aos apontamentos de Leila Basterd (1994), quando marca sobre a mentalidade que estrutura a sociedade brasileira e que determina o modo como as instituições, Estado e sociedade em geral, lidam com a agenda de gênero. Os direitos das mulheres ficam no ínterim entre as grandes corporações, que lucram com as novas demandas, e o conservadorismo, que impede avanços reais na conscientização acerca da urgência em sanar as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

O “imaginário político-social”, termo utilizado por Oliveira (2017, p. 2), sobre o qual a mulher e tudo que está na órbita do feminino está submetida, é determinante na constituição da sociedade e responsável por colocar o feminino num lugar subalterno, privado e biológico, naturalizando relações sociais atravessadas por diversas questões que seguem negligenciadas. Muitos são os entraves nesta luta e o neoliberalismo vai ganhando mais espaço nessa agenda, que atinge a América Latina através da globalização.

Os 1990 e 2000 foram, portanto, um período virtuoso no que diz respeito a ganhos legais e de política pública nos campos da igualdade de gênero, dos direitos das mulheres e LGBT+ no Brasil. Contudo, essa trajetória não esteve isenta de obstáculos e adversidades. Como em muitos outros países, os ganhos da transição para democracia foram afetados negativamente pelos efeitos deletérios da penetração da racionalidade neoliberal na economia, mas, também, na política, no tecido social e nas subjetividades. E, além do que possam ter sido os impactos da neoliberalização da política estatal e da vida social, esse campo específico da ação estatal – gênero, sexualidade e direitos humanos – foi particularmente comprometido pela repolitização do religioso. Ou seja, de um lado, por efeitos da restauração neoconservadora do campo católico (nos papados de João Paulo II e Benedito XVI) e, de outro, pela expansão e politização concomitante do

evangelismo fundamentalista. Ambas tendências tiveram impactos tanto sobre as normas e condutas sociais, quanto no plano da elaboração das leis e políticas públicas (ABIA *et al.*, 2021, p. 31).

Importante ressaltar que, na última década do século XX, a transversalidade apontada por Oliveira (2017) – como a criação de pesquisas para estatísticas destinadas a conhecer as demandas sociais na perspectiva de gênero e a capacitação do funcionalismo público sob esta ótica – contribuiu para o avanço na estruturação do Estado e da sociedade na construção de garantias de direitos. Essa transversalidade vai ser perseguida por feministas e mulheres na luta por conquistas efetivas no próximo milênio, como veremos a seguir.

## 2.6 A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos anos 2000, na virada do milênio, muitas eram as expectativas para todas as áreas. O país se mantinha estável economicamente, resultado das transformações que ocorreram na América Latina em aspectos sociais, econômicos e políticos nas últimas décadas (Oliveira, 2017), com mais participação das mulheres nos espaços políticos institucionais, principalmente na elaboração de políticas públicas e no controle social, herança de todo o trabalho e as reivindicações, especialmente a partir da década de 1970. Recordamos que as articulações internacionais, como a III Conferência Mundial da Mulher, em 1985, tinham por objetivo o compromisso dos países signatários com a “[...] implementação de políticas públicas voltadas para a eliminação das desigualdades entre os sexos” até o ano 2000 (Basterd, 1994, p. 5).

De certa forma, ainda que tenha sido necessário grandes embates no cenário social e político no decorrer do processo, essa plataforma contribuiu para que, ao chegarmos nos anos 2000, tivéssemos alguma estrutura no campo do debate e alguma inserção no campo das políticas, ainda que assistencialistas. Porém, de toda forma, considerando que o caminho possível foi trilhado dentro de uma perspectiva neoliberal e sob interesses econômicos internacionais, como mencionamos insistentemente no trecho anterior, há que se admitir que passamos a ocupar espaços que antes não eram possíveis.

Com prós e contras ao “Feminismo Estatal”, como foi chamado o feminismo que adentrou as instituições, partimos para uma nova etapa: a consolidação das políticas, ainda que muito frágeis do ponto de vista da instabilidade causada pelo imaginário social, bem como pelo risco de forças conservadoras ocuparem os governos, já que a ausência de *políticas*

*de Estado* consolidadas não garante a perpetuação das políticas públicas. Foi neste momento que algumas ações de fato começaram a se concretizar. “No segundo governo FHC (PSDB), em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.” (Pedro; Wolf; Silva, 2022, p. 5).

Já em 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um grande marco foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), primeiro ato do governo, em 02 de janeiro daquele ano. Conforme Costa (2014), se de 1985 até 2003 foi um período de luta por reconhecimento de direitos, foi a partir da criação da SPM que a luta avança. Agora a luta passa a ser pela implementação de políticas. Contudo, os avanços, como vamos notando, são ainda lentos diante da urgência da igualdade social e da equidade de gênero de que necessitam as mulheres e demais grupos atravessados pela problemática.

Para Oliveira (2017, p. 5), a importância de marcar as políticas públicas com uma perspectiva de gênero tem por finalidade “[...] despatriarcalizar as relações Estado/mercado/sociedade e problematizar a concepção liberal de democracia e cidadania que por vezes se apresenta excludente e/ou periférica em relação às mulheres, além de ampliar o acesso, participação e controle das políticas públicas”. Neste sentido, os próximos passos foram levar a população, as instituições, os governos e os movimentos sociais a debaterem as urgências que a demanda exigia e construir, a partir da estrutura criada, novas experiências.

No final de 2003, iniciam os processos de conferências para a construção de diretrizes para organizar políticas públicas de gênero e para as mulheres. Neste sentido, é necessário conceituar o que estamos chamando de conferências. Segundo Céli Pinto, algumas conferências já aconteciam na década de 1990. Porém, as políticas para mulheres e para a igualdade racial passaram a acontecer, em especial, a partir de 2003, com o primeiro governo Lula. A autora define o conceito.

[...] Conferências são momentos particulares de encontro da sociedade civil com o Estado podendo ser chamadas de um caso particular de esfera pública [...] são megaeventos, tanto na sua organização, como no número de delegados que delas participam [...] têm estágios estaduais e municipais que abrangem quase a totalidade dos estados da federação e um enorme número de municípios. Anterior a isto forma comitês e comissões organizadoras nacionais. (Pinto, 2006, p. 9).

Em dezembro de 2003, o Presidente da República assinou Decreto sobre a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), apresentando os objetivos e temas a serem abordados.

Art. 2º - A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá como tema “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”, a partir dos seguintes eixos temáticos:

I – Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade;

II – Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal frente aos compromissos internacionais – acordos, tratados e convenções;

III – Proposição de diretrizes da Política Nacional para as mulheres numa perspectiva de gênero, apontando as prioridades dos próximos anos.

(Brasil, 2003)

O Art. 1º do Decreto Presidencial propõe, como objetivo da CNPM, definir “[...] diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a ser apresentado ao Presidente da República” (Brasil, 2003) posteriormente à conferência.

A I CNPM foi realizada em julho de 2004, no segundo ano do Governo Lula, tendo como Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres a Srª Nilcéa Freire. Na abertura, a representante do CNDM, Srª Nilza Irac, trouxe para a I Conferência a posição e objetivo das mulheres, que construíram a articulação do Estado com os movimentos sociais que resultou na estrutura que deu condições para este avanço, “Nós, mulheres brasileiras, há muito afirmamos que políticas públicas para as mulheres devem ser pensadas com integralidade, ou seja, na junção das políticas econômicas com as políticas sociais” (Brasil, 2004a, p. 16).

A conferência trouxe como resultado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). No texto de apresentação o Presidente reafirmou os compromissos do governo brasileiro com implementação das ações propostas nas Convenções de Belém do Pará, CEDAW, Conferências do Cairo, Beijing, Durban e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres faz parte do compromisso assumido por este governo quando de sua eleição, em 2002: enfrentar as desigualdades de gênero e raça em nosso país. Compromisso este reafirmado com a criação das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial; com a inclusão no PPA 2004-2007 dos desafios: redução das desigualdades de gênero e raça; e, mais recentemente, com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que indicou “as diretrizes da política nacional para as mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia”. (Brasil, 2004b, p. 11).

Entre muitas questões importantes levantadas no documento do PNPM, nas diretrizes foram demarcados os fundamentos que baseiam a (re)construção de uma nova

sociedade a começar por esta política, que

[...] assume como pressuposto que a definição dos papéis sociais de homens e mulheres é uma construção histórica, política, cultural e um componente estrutural das relações sociais e econômicas [...] Seguem ainda, que há a necessidade de rompimento com a “visão corrente”, o que chamamos de imaginário social, [...] que rebaixa, desqualifica e discrimina a mulher e seu papel em nossa sociedade. (Brasil, 2004b, p. 30).

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada entre 17 e 20 de agosto de 2007, durante o segundo mandato de Lula, tendo à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres a Ministra Nilcéa Freire. A Conferência resultou no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi organizado “[...] pelos princípios de igualdade e respeito à diversidade, de equidade, de autonomia das mulheres, de laicidade do Estado, de universalidade das políticas, de justiça social, de transparência dos atos públicos e de participação e controle social” (Brasil, 2008, p. 27). A partir destes eixos foram organizadas as diretrizes, que seriam ampliadas em forma de programas e leis específicas, atribuindo deveres aos estados e municípios.

Foi a partir dos anos 2000 que as políticas redistributivas passaram a ter maior atenção ao recorte de gênero, com o programa de transferência de renda “Bolsa Família” e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Não que políticas como estas não existissem nos anos 1990, porém o viés era mais assistencialista e menos de igualdade de gênero para a equidade de direitos.

As políticas regulatórias, como as leis ou normativas relacionadas à ampliação e proteção de direitos contra a violência, são um ponto de partida fundamental para a emancipação das mulheres. Porém, mesmo que ações isoladas já viessem sendo efetuadas, como a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha<sup>36</sup>, estas não eram suficientes. Destacamos o trecho desta lei que demarca formas de violências de gênero contra as mulheres.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

36. “Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza – CE, 1º de fevereiro de 1945) é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. O caso Maria da Penha é representativo da violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas em todo o Brasil. A sua trajetória em busca de justiça durante 19 anos e 6 meses faz dela um símbolo de luta por uma vida livre de violência. Autora do livro *Sobrevivi... posso contar* (1994) e fundadora do Instituto Maria da Penha (2009), ela ainda hoje fala sobre a sua experiência, dá palestras e luta contra a impunidade dessa violência que é social, cultural, política e ideológica, afetando milhares de mulheres, adolescentes e meninas em todo o mundo”. **Disponível em:** <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>> **Acesso em:** 04/11/2024.

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

(Brasil, 2006)

A lei por si só não seria capaz de suprir a necessidade de transformação da sociedade. Foi então que, em 2007, lançou-se o Pacto Nacional pelo Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Como parte da agenda social do governo, a Ministra Iriny Lopes estava à frente da secretaria neste momento. O Pacto foi constituído a partir de acordo entre Governo Federal, estados, municípios e o distrito federal, visando integrar as ações para que, de forma mais efetiva, se enfrentassem as violências contra as mulheres e meninas em todo o país. Diversos documentos elaborados até então já demarcavam a urgência para esta articulação<sup>37</sup>. O acordo como estratégia visava a

[...] garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha; Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; Garantia de segurança cidadã e acesso à justiça; Garantia de direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação dos seus direitos. (Brasil, 2011, p. 12).

Os documentos produzidos a partir das conferências apresentavam avaliações referentes às dificuldades de implementação das políticas devido a questões culturais sobre o ser mulher e as necessidades específicas para se alcançar a cidadania. Vindo ao encontro destas dificuldades apontadas nas avaliações, foi observado que a inserção da temática de

37. “Além de articular as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2013-2015, levou-se em consideração o Planejamento Estratégico Interno que propõe e sistematiza os principais objetivos e metas a serem perseguidos pela SPM para o ano de 2013.” (Brasil, 2013, p. 11).

gênero nas agendas políticas nos estados e municípios, não aconteceram como proposto. Gestores e outros agentes públicos defendem a não interferência do Estado, principalmente em relação à violência doméstica por estar no campo do privado. O imaginário social do milênio ainda representa atraso do acesso aos direitos pelas mulheres e meninas.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi resultado do intenso trabalho das mulheres e feministas que estiveram à frente dos movimentos sociais que adentraram aos governos e pressionaram também fora deles. Segundo Oliveira (2017, p. 11), as ações propostas no documento se baseiam em três premissas: “transversalidade, intersetorialidade e capilaridade.” Estas ações foram direcionadas para setores governamentais como ministérios, secretarias e coordenadorias, visando a articulação entre políticas elaboradas nacionalmente com aquelas já adotadas por estados e municípios em diferentes áreas das políticas sociais.

Segundo Costa (2014), a criação da SPM é um marco importante. A autora coloca que foi um “divisor de águas” e é a partir de então que as mulheres passam a ter mais do que apenas “reconhecimento de direitos”; começam a usufruir de alguns deles, ainda que em aperfeiçoamento, como a inclusão no Plano Plurianual (PPA) de demandas apontadas pela secretaria. O direito de debater a construção de uma nova sociedade, mais igualitária e justa para as mulheres em todas as fases da vida, para as gerações futuras e as que já estão na luta, passa a fazer parte da realidade. Mas a autora nos faz um alerta: “[...] a distância entre a lei e a sua implementação ainda é gigantesca” (p. 178). O importante avanço a ser considerado neste ponto é a possibilidade de ampliar os organismos governamentais específicos para a construção das políticas públicas de gênero localmente.

Necessariamente não podemos esquecer que falta muito para atingirmos a dignidade humana das mulheres e meninas. Com toda a movimentação descrita até aqui é importante avaliar a realidade. Tomemos como base o acesso aos direitos básicos, como a própria vida. Neste tema, o Brasil figura na 5ª posição em casos de feminicídios, o que “justifica” a posição do país no tema igualdade de gênero: 78ª posição numa escala de 144 países, segundo a ONU.

## 2.7 UMA MULHER COMO PRESIDENTA DO BRASIL E O (POSSÍVEL) IMPACTO NAS POLÍTICAS DE GÊNERO E PARA AS MULHERES

Entrando na segunda década dos anos 2000, as experiências advindas das décadas anteriores acumulam avanços visíveis em relação ao debate público. No cenário social, o

feminismo e o debate de gênero começam a chegar na grande imprensa. Mesmo assim, ainda arrastamos o imaginário conservador do passado e, culturalmente, há muito a se superar neste quesito.

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada entre 12 e 15 de dezembro de 2011, agora já com a primeira mulher eleita Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT). Segundo a Ministra deste governo, Eleonora Menicucci<sup>38</sup>, nesta Conferência foi registrada a participação de mais de 200 mil mulheres, somando as etapas municipais, estaduais e nacional, com 91 resoluções aprovadas a partir das propostas advindas de todo o processo, assim como com a orientação das avaliações dos avanços alcançados até então (Brasil, 2013).

Foi lançado o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em 2013, com vigência até 2015. Vale constar que os planos construídos a partir da primeira conferência foram avaliados, assim como as ações advindas destes documentos, servindo para a atualização e dando caráter de continuidade aos trabalhos, rumo à igualdade social e de equidade de direitos perseguidos pelas feministas até então.

Segundo o documento, o III PNPM tinha como objetivo.

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país (Brasil, 2013, p. 14).

Para se atingir essa intenção foram traçados outros cinco objetivos, quatorze metas e sete linhas de ação, que perpassavam pela ampliação de creches, ampliação da formalização do trabalho para mulheres e igualdade de rendimentos, ações para superar a divisão sexual do trabalho a se começar pela divisão do trabalho doméstico, entre outros (Brasil, 2013, p. 15).

Oliveira acrescenta.

---

**38.** Eleonora Menicucci de Oliveira nasceu no dia 21 de agosto de 1944, na cidade de Lavras, interior de Minas Gerais. Socióloga de formação, é professora titular de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, Eleonora participou da luta armada em organizações de esquerda até ser presa, em 1971, junto com sua filha de um ano e 10 meses de idade. Durante sua prisão, passou por diversos centros de aprisionamento entre São Paulo e Minas Gerais, tendo sido submetida a torturas físicas e psicológicas. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), engajou-se na luta pelo feminismo no final da década de 1970 e, desde então, mantém-se ativa nesta militância. Entre 2012 e 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, Eleonora ocupou o cargo de ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). **Disponível em:** <<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/eleonora-menicucci/>> **Acesso em:** 18/11/2024.

[...] a III Conferência com o lançamento do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com 175 ações transversalizadas em 7 eixos: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. (Oliveira, 2017, p. 11).

Se as ações contra as violências foram o mote central dos trabalhos nos planos anteriores, neste o olhar esteve voltado principalmente para a autonomia econômica das mulheres, que perpassa pelo acesso à educação, pela assistência social, por trabalho e renda, por moradia, entre outras questões. Não que estas premissas não estivessem sendo levantadas anteriormente e nem que se sanou as necessidades sobre violências e saúde das mulheres, pelo contrário. Porém, a partir das avaliações feitas, outros objetivos foram aprofundados diante da vulnerabilidade econômica e social das mulheres e suas famílias. Todavia, a luta contra as violências não pode dar trégua, precisa ser organizada concomitantemente às demais lutas e conquistas.

Recordamos da luta das mulheres organizadas, antes mesmo da década 1970, que buscava alterações no código penal e civil sobre as violências sofridas pelas mulheres. Porém, foi apenas em 2015 que a Lei do Feminicídio foi aprovada. A Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015, foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, pela secretária Eleonora Menicucci de Oliveira e pela Secretária de Direitos Humanos, Ideli Salvatti.

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Homicídio simples

Art. 121.

Homicídio qualificado

§ 2º Feminicídio

VI – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º – a) Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I – violência doméstica e familiar;

II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

(Brasil, 2015)

É partir da Lei do Feminicídio que a discussão que contra-argumenta a “legítima defesa da honra”, vigente desde o Código Penal de 1940<sup>39</sup> e do Código de Processo Penal de

39. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

1941<sup>40</sup>, ganha força. Foi com o Projeto de Lei nº 2.325 de 2021, de autoria da Senadora Zenaide Maia (PROS), que foi sugerida a exclusão dos crimes de *violência doméstica e familiar contra a mulher* e o *feminicídio* do rol “das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social” – na Câmara das Deputadas e Deputados tal projeto contou com a relatoria da Deputada Federal Sâmia Bonfim (PSOL). Porém, somente após dois anos de discussão é que a chamada “legítima defesa da honra” foi considerada inconstitucional e o Código Penal foi modificado, em dezembro de 2023. Tal argumento foi muito utilizado até então para a absolvição de acusados de feminicídio. Um dos casos de maior repercussão nacional e que ilustra bem a motivação de luta das mulheres foi o de Doca Street, que assassinou Ângela Diniz<sup>41</sup>.

Em meio a um turbilhão de acontecimentos no Brasil, principalmente a partir de 2013, entramos num período de protestos contra o governo, alavancados pelo campo político de direita, o que mais tarde resultaria em golpe contra a então presidenta. Foi nestas condições que o último plano precisou ser posto em prática: convocar a IV CNPM. Vale ressaltar que as conferências vinham acontecendo com intervalo de três anos até 2015, ano que começaria um processo de profundos ataques à democracia e, por consequência, às mulheres e demais grupos que compõem a diversidade social brasileira – este período durou sete anos e suas consequências nas estruturas sociais demarcam fissuras de difícil cisão até os dias atuais.

A IV Conferência Nacional de Política para as Mulheres aconteceria em 30 de março de 2015, quando terminaria a vigência do III PNPM. Porém, apenas foram encontrados registros de conferências em algumas capitais estaduais. Ainda em 2015, a SPM perdeu esse status de Ministério, “[...] tornando-se Secretaria da Mulher, vinculada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.” (Pedro; Wolf; Silva, 2022, p. 5). A presidenta Dilma, após as eleições de 2014, em um período político intenso no país, como já apontado anteriormente, foi reeleita e, um ano depois, sofreu o golpe que a tirou do poder, sob forte apelo misógino, sem conferência, sem novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. “Em 2016, o presidente interino, ou golpista, Michel Temer (MDB) extinguiu esse Ministério, passando as suas funções ao Ministério da Justiça” (Pedro; Wolf; Silva, 2022, p. 5). É nos primeiros sinais de crise que as primeiras afetadas são as mulheres e os grupos vulneráveis.

Importante ressaltar que após o golpe contra a democracia, com ataques diretos à figura de uma mulher que chegou ao poder, estruturas que levaram aproximadamente

40. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

41. Para conhecer a história, sugerimos o *podcast* “Praia dos Ossos”, da Rádio Novelo. Disponível em: <<https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/>> Acesso em: 11/11/2024.

quarenta anos para serem construídas foram colocadas em um período de “estado de exceção”. Em 2017, no Dia Internacional das Mulheres, o então Presidente Michel Temer fez declaração conservadora sobre o que ilustrava o papel das mulheres dentro do projeto de sociedade defendido por seu grupo político, enquanto protestos e marchas tomavam o país.

[...] além de cuidar dos afazeres domésticos e serem as responsáveis pela educação dos filhos, ganham “cada vez mais espaço” no mercado de trabalho. [...] Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher (Flávia Marreiro, 2017).

Ainda em 2018 aconteceram eleições presidenciais e, já durante a campanha, desenrolavam-se ataques cada vez mais brutais contra as mulheres. Os discursos da chapa vencedora prometiam desmontar todas as políticas voltadas para as mulheres e grupos situados na diferença. A fala do vice Mourão atacou durante a campanha as filhas e as famílias de mães solo. Houve descaracterização do Ministério das Mulheres pela então Ministra Damares Alves, que trazia o lema “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, com graves ataques ao que se propõe as políticas públicas de gênero. Durante os quatro anos em que estiveram no poder, sucatearam importantes mecanismos de combate às desigualdades e preconceitos, como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), por meio de decreto no dia 01 de janeiro de 2019, primeiro dia do então eleito Jair Messias Bolsonaro (PL) como Presidente da República.

O relatório *Balanço do Orçamento Geral da União 2022*, intitulado *Depois do Desmonte*, do Instituto de Estudos Socioeconômico (INESC)<sup>42</sup>, apresenta dados acerca do desmonte de políticas públicas em várias áreas, incluindo a falta de investimento para a igualdade de direitos e equidade de gênero, representando queda de 94% em recursos para a área. Ainda neste período, a educação para a perspectiva da igualdade foi caçada dentro das instituições e pelos representantes da fascistização da sociedade dentro dos três poderes.

A nomeação, em 2019, de Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) resultou na mudança da política pública voltada para as mulheres, com a alteração do Plano Plurianual 2020-2023. O Programa 2016 (Políticas

42. Sobre o INESC: “Organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com sede em Brasília. Há mais de 40 anos atuamos politicamente junto a organizações parceiras da sociedade civil e movimentos sociais para ter voz nos espaços nacionais e internacionais de discussão de políticas públicas e direitos humanos, sempre de olho no orçamento público. Acreditamos que entender e interpretar esse orçamento é peça fundamental para promover e fortalecer a cidadania, e garantir os direitos a todos cidadãos e cidadãs. **Disponível em:** <<https://inesc.org.br/quem-somos/sobre-o-inesc/>> **Acesso em:** 04/11/2024.

para as mulheres: promoção da autonomia e enfrentamento à violência), vigente na SPM durante o governo Dilma, foi extinto e deu lugar ao Programa 5034 (Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos). Além de carregar pautas ideológicas fundamentalistas nas entrelinhas de sua descrição – como a “defesa da vida desde a concepção” –, este programa se tornou um “guarda-chuva” para a execução de ações para diversos públicos: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, quilombolas e indígenas, além da política de promoção da igualdade racial, que foi completamente desmontada. A execução do recurso do MMFDH para todos estes públicos foi de 42,6%, 61,3% e 77,7% nos anos de 2019, 2020 e 2021 (INESC, 2023).

Neste processo, aumentou consideravelmente o número de casos de feminicídios em todo o país, bem como a violência doméstica e os casos de estupro, justamente devido à descontinuidade de todo o trabalho. Como exemplo, tomamos as Casas da Mulher Brasileira: “mesmo com um orçamento autorizado de R\$ 7,7 milhões para o ano de 2022, as unidades da Casa da Mulher Brasileira e Centros de Atendimento às Mulheres ainda não receberam recurso neste ano do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos”.<sup>43</sup>

Dentro deste período, o Brasil e o mundo sofreram ainda com a pandemia de Covid-19, que acabou sendo o pano de fundo de todo o processo. Estudos científicos foram produzidos por diversas estudiosas para monitorar a situação de mulheres e crianças durante a pandemia. Foram constatados problemas de diversas ordens: sociais, econômicos, de moradia, de saúde etc., que requerem análises com recorte de raça, classe, sexualidade, idade entre outros atravessamentos importantes para se ter uma visão real da situação.

Durante o governo Bolsonaro, a Portaria de N° 7 de 18 de janeiro de 2021 da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que aprovou o regimento de 2018 para a V Conferência de Políticas para as Mulheres, trouxe como objetivo geral “garantir, fortalecer e ampliar a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, com vistas ao enfrentamento a todas as formas de violências, bem como facilitar a sua participação, a inclusão, a autonomia social, econômica, política e cultural das mulheres no Brasil” (Brasil, 2021). Os documentos para a realização da conferência merecem análise específica e com aprofundamento devido à conjuntura do momento. Por isso apenas destacamos a título de informação, para compor o percurso histórico até 2023.

Após as eleições presidenciais de 2022, com a vitória da frente ampla composta

---

43. Levantamento feito pelo INESC ao canal GloboNews, publicado no dia 04/08/2022. Disponível em: <<https://inesc.org.br/casas-da-mulher-brasileira-nao-recebe-verba-em-2022/>> Acesso em: 20/05/2023.

por partidos de esquerda e setores progressistas do chamado “centrão”, as expectativas se renovaram. Já na composição ministerial, o terceiro governo de Lula se comprometeu a garantir maior espaço para as mulheres em cargos de mando. Em janeiro de 2023, as mulheres estavam mais presentes no governo, assumindo importantes ministérios como Meio Ambiente, Igualdade Racial e principalmente o novo Ministério das Mulheres, que substituiu a então secretaria junto ao Ministério de Direitos Humanos. Com o novo ministério, algumas ações já foram decretadas e encaminhadas de imediato pelo novo governo. É nesta recomposição que os preparativos para novas conferências começam a ser construídos para que, dez anos depois, possamos ter um novo PNPM que abranja necessidades históricas das mulheres em âmbito nacional e que dê respostas a novas demandas da realidade social.

Como se observa, as ações construídas nas duas primeiras décadas dos anos 2000 são resultados das articulações dos movimentos feministas e de mulheres com os organismos internacionais, governamentais e estatais. As políticas públicas de gênero e para mulheres, que se desdobram em ações específicas nos estados e nos municípios contra crimes contra mulheres, ainda precisam ser ampliadas. Pois, mesmo após os imensos avanços no debate público sobre todas as formas de violência contra as mulheres, crimes como feminicídio e estupro de vulneráveis têm tido índices alarmantes e crescentes nos últimos anos.

Abaixo, elaboramos quadros que podem auxiliar no entendimento acerca do desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres, nacionais e internacionais, desde meados do século XX.

**Quadro 3:** Legislação Nacional – Políticas Públicas.

Decreto nº 1.973/1996	Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.
Lei 10.778/2003	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
Lei Complementar 119/2005	Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.
Lei 11.340/2006	Lei Maria da Penha.
Lei 11.489/2007	Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Decreto nº 6.924/2009	Institui o Prêmio de "Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha.
Decreto nº 7.393/2010	Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.
Lei 12.227/2010	Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.
Decreto nº 7.958/2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.
Lei 12.845/2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
Decreto nº 8.086/2013	Programa Mulher: viver sem violência.
Lei 13.104/2015	Lei do Feminicídio.
Lei 13.239/2015	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.
Lei 13.427/2017	Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.
Lei 13.641/2018	Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.
Lei 13.721/2018	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
Decreto nº 9.586/2018	Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.
Lei 13.718/2018	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).
Lei 13.827/2019	Altera a Lei Maria da Penha para autorizar, nas hipóteses que

	específica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.
Lei 14.540/ 2023	Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.
Lei 14.541/2023	Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
Lei 14.542/2023	Altera a Lei 13.667/2018 para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).
<b>AÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
Resolução CNJ nº 128/2011	Determina a criação da coordenadoria das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no âmbito dos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal.
Portaria CNJ nº 15/2017	Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução CNJ nº 252/2018	Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências.
Resolução CNJ nº 253/2018	Define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais.
Resolução CNJ nº 254/2018	Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução CNJ nº 255/2018	Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.
Recomendação CNJ nº 09/2007	Recomenda aos Tribunais de Justiça a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e a adoção de outras medidas, previstas na Lei n. 11.340, de 9-8-2006, tendentes à implementação das políticas públicas, que visem a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares.
Recomendação CNJ nº 03/2023	Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

**Quadro 4:** Leis e Tratados Internacionais.

Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945	Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.
Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	O documento (Resolução 217 A III) foi aprovado pela Assembleia Nacional das Nações Unidas em 1948, em momento de reestruturação da ordem mundial pós-Segunda Grande Guerra e serviu de base para a redação de várias cartas constitucionais em todo o mundo, entre elas a atual Constituição Federal brasileira.
Decreto nº 31.643, de 23 de outubro de 1952	Promulga a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, a 2 de maio de 1948.
Decreto nº 52.476, de 12 de setembro de 1963	Promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotado por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992	Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.
Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992	Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.
Convenção de Belém do Pará   Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996	Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.
Decreto nº 4.316, de 30 de julho de 2002	Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002	Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.
Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil – Convenção nº 100 – Convenção nº 103 – Convenção nº 111 – Convenção nº 156 – Convenção nº 171.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

**Quadro 5:** Ações do Governo Federal através do Ministério das Mulheres – 2023.

<b>Para o enfrentamento à violência</b>
Retomada do Programa Mulher Viver Sem Violência, originalmente de 2013. Foi instituído por meio de portaria publicada no dia 8 de março, revogando o Programa Mulher Segura e Protegida, de 2019.
Em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a construção de 40 unidades deste serviço de atendimento às mulheres em situação de violência.
Serviço de informações, orientações e denúncias às mulheres em situação de violência. Nas primeiras semanas de governo, o Ministério realizou diagnóstico sobre o contrato e a prestação de serviço da Central de Atendimento; no Carnaval, anunciou o início da reestruturação, com capacitação das atendentes e atualização do banco de informações sobre tipos de violência sexual e atualização da base de dados de serviços de atendimento. Em mais uma etapa da reestruturação, neste 4 de abril foi lançado o canal exclusivo do Ligue 180 no <i>WhatsApp</i> .
Com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, oficializado em 6 de abril. Participam do GT, além do Ministério das Mulheres, os Ministérios da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e da Justiça e Segurança Pública.
<b>Em conjunto com outros Ministérios</b>
Distribuição de 270 patrulhas Maria da Penha para as Polícias Militares de todos os estados - Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Eixo específico no Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) para enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Acesse o Decreto 11.436/2023.
Edital para ações de Prevenção à violência com Municípios (SENASP), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Assinatura em conjunto com o Ministério da Igualdade Racial do Projeto de, do Poder Executivo, que institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça, a ser lembrado anualmente em 14 de março.
Destinação de 8% de contratação de mulheres vítimas de violência nas licitações, em parceria com os Ministérios da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e da Igualdade Racial. Acesse o Decreto 11.430/2023.
Discussão e elaboração de argumentos para mensagem do presidente da República enviada ao Congresso Nacional pela ratificação da Convenção 190 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que amplia os conceitos de assédio sexual e moral no trabalho. Parceria com os Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho e Emprego e dos Direitos Humanos e Cidadania.
Criação de Grupo de Trabalho para elaboração de uma política de enfrentamento ao assédio moral e sexual e discriminação na administração pública. Trabalho Interministerial. Elaboração da Política Nacional de Cuidados. Relativo à igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores com responsabilidades familiares.

<b>Autonomia Econômica:</b> <b>Construção da Política Nacional de Cuidados, com a publicação em 8 de março</b>
Do Decreto de Grupo de Trabalho Interministerial Elaboração da Política Nacional de Cuidados. Acesse o Decreto 11.460/2023.
Mensagem do presidente ao Congresso Nacional para ratificação da Convenção nº 156 da OIT - relativa à igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores com responsabilidades familiares.
<b>Ações pela igualdade salarial</b>
Apresentação do Projeto de Lei da Igualdade Salarial pelo presidente da República ao Congresso Nacional.
Decreto de criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Elaboração Plano Nacional de Igualdade Salarial, Remuneratório e Laboral entre Mulheres e Homens.
Adesão à Coalizão Internacional de Igualdade Salarial (OCDE, ONU Mulheres e OIT). Discussões e trabalhos feitos em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego, Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais, Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Advocacia-Geral da União.
Coordenação conjunta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais. Confira o Decreto 11.452/2023.
Lançamento de edital de R\$ 50 milhões de Assistência Técnica para mulheres do campo, com previsão de 20 mil mulheres atendidas.
<b>Participação social e política</b>
Organização e realização do primeiro Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) do atual governo. O encontro será realizado entre 11 e 13 de abril, com 252 representantes de todo o País confirmadas presencialmente em Brasília.
Recomposto o orçamento e o quadro administrativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).
Determinação de paridade de gênero nos conselhos populares e comissões - Assinatura em conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência. Acesse a Portaria 147, de 6 de março de 2023.
<b>Transversalidade [Assinaturas em conjunto em outras áreas]</b>
O Ministério das Mulheres articulou e coordenou, junto à Casa Civil, todas as 29 ações apresentadas no ato de 8 de Março no Palácio do Planalto.
Participação no Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tratará das questões de igualdade de gênero e étnico-racial na elaboração das políticas públicas da pasta.
Saúde: Decreto que Institui o Programa de Proteção e Promoção de saúde menstrual (Decreto 11.432/2023); Programa Nacional de Equidade de Gênero e Raça e Valorização de Gênero no SUS e Estratégia nacional para prevenção e eliminação do câncer do colo do útero.

Esporte: Assinatura conjunta do Decreto de criação da Estratégia Nacional para o Futebol Feminino; Projeto de Lei que altera a Lei do Bolsa Atleta (Lei 10.891 de 09/07/2004) para garantir licença-maternidade e proteção aos direitos das mulheres gestantes e no puerpério.
Ciência, Tecnologia e Inovação: Chamada pública do CNPq Meninas nas Ciências Exatas, Engenharia e Computação: edital de R\$ 100 milhões.
Educação: Pronatec Mulheres Mil (R\$ 30 milhões para 40 mil mulheres em situação de vulnerabilidade).
<b>Leis e decretos assinados em 2023 – Presidente Lula</b>
Decreto Nº 11.430, de 8 de março de 2023: Dispõe sobre reserva de parcela de vagas de contratos com a Administração Pública seja para mulheres em situação de violência doméstica. Uma das medidas do Governo Federal no combate à violência e na promoção da equidade de gênero a partir da empregabilidade.
Lei 14.540/2023: institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.
Lei 14.541/2023: dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Durante toda a semana, inclusive em fins de semana e feriados, as delegacias estarão aptas para atendimento especializado a mulheres vítimas de violência doméstica e de crimes contra a dignidade sexual.
Lei 14.542/2023: estabelece que mulheres em situação de violência doméstica ou familiar terão prioridade no Sistema Nacional de Emprego (Sine), facilitando a inserção no mercado de trabalho e a trilha da autonomia financeira. Há previsão de reserva de 10% das vagas ofertadas para intermediação.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Este capítulo tratou da trajetória das políticas públicas para mulheres e de gênero no Brasil, desde a década de 1970, quando o Regime Militar estava em seu auge, até a segunda década dos anos 2000, em plena democracia. Como se viu, foram difíceis e longas as lutas travadas para a construção de políticas públicas no Brasil. E foi neste contexto que as personagens desta pesquisa – Sallas, Araucária e Isabella – nasceram, viveram, tiveram suas experiências com suas mães solo e se tornaram professoras. Suas histórias serão contadas e analisadas no capítulo a seguir.

### 3. TORNANDO-SE PROFESSORA: EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE FILHAS DE MÃES SOLO

Sallas: — É difícil contar a própria história.

Pesquisadora: — É muito difícil.

Sallas: — Vamos lá, vamos tentar.

Neste capítulo, nossos argumentos iniciais se assentam na certeza de que estamos em constante (des)construção e reconstrução, um ir e vir permanente. Movidas, impactadas e inspiradas na e pela ficção-realidade de Evaristo que nos põe reflexivas. Nos dedicaremos, na sequência, ao exercício de interpretação e análise das histórias narradas, compostas de atravessamentos interseccionais, de vida vivida e sentida por mães e filhas. As memórias, a escuta, as experiências, as narrativas das participantes. O tempo das filhas e o tempo das mães nas narrativas que se atravessam para a materialização da escrita.

Ao buscar formas de visibilidade a grupos invisibilizados procuramos, com isso, algum tipo de transformação dessas realidades (Collins; Bilge, 2021). E, ao considerar a luta por superação de opressões estruturais que afetam principalmente mulheres e suas crianças – as que estão às margens devido às condições de classe, ao racismo, à misoginia, ao machismo, ao etarismo, ao capacitismo, à xenofobia –, denunciemos esta invisibilidade, juntamente às filhas que se puseram a falar sobre suas histórias. Realidades marcadas por opressões estabelecidas em sistemas de poder e, por sua vez, de dominação, como, o capitalismo, o neoliberalismo, o patriarcado e, no Brasil, o racismo, devido à sua história de escravização (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022).

A experiência está intimamente ligada e submetida às relações de poder, que levam a injustiças e a diversas formas de opressão. Neste sentido, as filhas enfrentam junto a suas mães as injustiças herdadas de suas antepassadas e seguem lutando por melhores possibilidades de escolha, como veremos adiante.

É nesta perspectiva que apresentamos mulheres que por muito tempo fizeram morada junto a mim. Na elaboração do pré-projeto, ao imaginar como seria, era empolgante, um quase romantismo de minha parte, pois trago em uma parte de mim a poesia do existir, mesmo entendendo e conhecendo os dissabores, mas também as alegrias destas existências. Num primeiro momento, quando imaginava como seriam estas mulheres, me questionava como elaborar as questões do roteiro. Depois, a ansiedade que os aceites geraram, a espera, o momento de encontrá-las pessoalmente, as entrevistas, o reconhecimento e a vaidade por entregarem um pouco de si, confiando a mim memórias tão preciosas da pessoa que foi-é o

alicerce de suas construções. As hipóteses que fazia sobre essas mulheres, suas famílias e principalmente sobre suas experiências com suas mães, nos trouxeram até aqui, momento em que o “verbo se tornou carne”, onde registramos suas concretudes, suas narrativas, suas memórias.

O capítulo tratará de filhas, mães e suas infâncias numa perspectiva de gênero. Da infância de meninas filhas de mães solo que, situadas em suas realidades, remontam suas histórias. A violência que atravessa gerações, o trabalho de cuidados, a relação de cada uma das entrevistadas com a educação, a memória da presença-ausência de suas mães e o processo de se tornarem professoras.

### 3.1 AS FILHAS: INFÂNCIA, MIGRAÇÃO E MORADIA

Ao pensar as infâncias, consideramos experiências individuais, mas principalmente coletivas e permanentes (Qvortrup, 2010). Entendemos que a infância de filhas de mães solo se assemelham entre si devido a algumas características que apontamos a partir das falas das participantes. O migrar constante, a luta por trabalho das mães, o cansaço das mães, o tempo sozinhas e o sentimento de não-solidão das filhas, a escassez de recursos, a luta por moradia. Essas infâncias estão localizadas num espaço temporal de vinte anos, de 1980 a 2000, mas que apontam modos de existência muito semelhantes. Faremos a inter-relação entre estas existências e a falta de avanço nas políticas públicas de gênero para crianças e para mulheres, como discutido no capítulo anterior.

A infância aqui é compreendida “como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional” (Qvortrup, 2010, p. 5). Mas, em alguns momentos, abordaremos o conceito sob as duas noções de infância apontadas por Jens Qvortrup – enquanto um período e enquanto uma categoria permanente. Pois, como afirma o autor, elas não se contradizem e coexistem lado a lado, mas entendemos que os significados são diferentes.

O conceito de infância que se aprofunda como categoria permanente acompanha as gerações e atravessa as experiências vividas pelas filhas de mães solo que se tornaram professoras como categoria histórico-cultural (Qvortrup, 2010). Já as especificidades que apontam em suas narrativas em relação ao social, como a classe, a raça, o gênero e diversos outros atravessamentos, como o território, a religião, a sexualidade, a identidade, por sua vez são atravessadas pelas culturas dos lugares onde circulam ou circularam, e carregam consigo por toda a vida (Collins; Bilge, 2021). Situamos as infâncias como categoria, legitimando experiências diversas através das estruturas sociais, econômicas e políticas de um

determinado tempo e em uma determinada sociedade, as pensando coletivamente.

Para a sociologia da infância, nos estudos de Maylla Chaveiro e Luzinete Minella (2021), ao entrarmos nas realidades percebemos que há infâncias diversas, como as marginalizadas e esquecidas, que estão longe da perspectiva idílica colocada pelo poder hegemônico das elites, poder este que padroniza as experiências das crianças, invalidando infâncias outras.

De acordo com a Sociologia da Infância as crianças são reconhecidas como sujeitos de direito, atores sociais e produtores de cultura. Desse modo, este campo do conhecimento nos ajuda a refletir sobre as suas condições de vida, compreendendo-as como agentes, pois a infância é entendida como uma categoria geracional construída socialmente, ou seja, o contexto no qual elas estão inseridas impacta diretamente sua situação de vida, podendo compor um cenário de exclusão social ou de privilégios materiais. [...] oferece ferramentas epistemológicas e metodológicas pertinentes para o questionamento das condições de subalternidade e exclusão em que as crianças têm vivido, especificamente as negras; além de possibilitar reflexões sobre os caminhos para a emancipação social da infância por meio de epistemologias decoloniais (Chaveiro; Minella, 2021, p. 2).

Infâncias anuladas pelos discursos hegemônicos sobre um “ideal de infância”, que constrói o imaginário social, principalmente através da mídia, que profere discursos, falados e imagéticos, biologizantes, xenófobos, racistas, classistas e capacitistas, escondendo outras possibilidades, outras realidades que são desvalidadas com isso. Ao refletirmos, juntamente a Chaveiro e Minella (2021), sobre as infâncias diversas, situamos nossa escrita sobre as infâncias das filhas, a partir de suas narrativas, neste lugar da infância real, da infância possível.

Seguimos com uma descrição sobre as filhas, entendendo que ajudará as leitoras a imaginarem as participantes, personagens que serão a coluna condutora da escrita neste capítulo.

Araucária, nascida em 1986, é mulher branca, bissexual, cisgênero, solteira, atea, sem filhas/os, nascida na cidade de Santa Maria (RS) e residente em Itapema (SC), portanto uma mulher migrante interestadual. É formada em Pedagogia e em Teatro pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Educação e mestranda em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) – *Campus* Camboriú. É professora de Educação Infantil da Rede Pública de Balneário Camboriú (SC), em cargo efetivo. Três cidades fronteiriças localizadas na região da Foz do Rio Itajaí, litoral norte catarinense.

Isabella é mulher branca, heterossexual, cisgênero, nascida em 1994, solteira, evangélica, sem filhas/os, residente em Camboriú (SC) e nascida na cidade de Florianópolis, capital do estado – portanto, uma migrante intraestadual. Formada em Pedagogia e

Especialista em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) – *Campus* Camboriú, é mestranda em Educação pela mesma instituição. Trabalha como professora de Educação Infantil, em cargo efetivo, nas redes públicas de Educação de Balneário Camboriú e Camboriú. Duas cidades fronteiriças localizadas na região da Foz do Rio Itajaí, litoral norte catarinense.

Sallas é uma mulher negra de pele clara, lésbica, cisgênero, nascida em 1984 em Araçatuba (SP), sem filhas/os, umbandista, moradora da cidade de Florianópolis (SC) – migrante interestadual. Formada em Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Artes Cênicas, especialista em Educação e mestra em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Professora de Artes, é trabalhadora ACT da Rede Pública do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

Isabella se expressa com força e determinação quando indagada sobre sua infância e as memórias que mais estão presentes: “morei em muito lugar. Meu Deus do céu! Assim, o que eu mais tenho de memória da minha infância são as mudanças”. Relata que não carrega memórias negativas destes processos de mudança, pois a mãe transformava a situação em esperança, em diversão, em uma perspectiva de novidade: “a mãe falava sempre assim, de uma maneira que fosse divertido pra mim. Só que hoje, depois de ela e eu conversarmos, percebo que pra ela era muito sofrimento.” Collins e Bilge (2021) apontam a falta de condições de moradia como parte do domínio estrutural do poder, incluindo mercado de trabalho, educação e saúde.

A questão levantada a partir da reflexão de Isabella traz também a temática da solidão da mãe, que estava contida nos momentos de tomada de decisão, no planejar de suas vidas e a sobrevivência com o mínimo de impacto negativo na vida da filha. Isabella lembra que sua mãe falava: “‘filha, a mãe tá enjoada. O que tu acha de a gente ir pra uma casa nova? Com coisas diferentes, cor nova. Tu vai conhecer amigos novos’. Imagina, na mente de uma criança era divertido. E não... e na verdade ela se mudava porque ela não tinha como pagar o aluguel”. Nesse momento, Isabella se emociona com a consciência de sua mãe em não atingi-la com as preocupações cotidianas de sobrevivência.

Isabella segue pensando sobre as dificuldades e descreve sua mãe como alguém forte, “As vezes que eu a vi chorar foram raríssimas. E uma vez que eu lembro, quando a gente morava em Mirim Doce, que foi a primeira vez que a gente se mudou, eu encontrei ela uma vez no canto da fábrica chorando”. Pelo que é apresentado, podemos constatar que a mãe escondia seus sentimentos, medo da imprevisibilidade e da instabilidade constantes. Outra memória destacada é desta que seria a primeira mudança de que se recorda. Porém a mãe já

havia experimentado a saída da casa de sua família e a fuga de sua própria casa, quando Isabella tinha por volta de dois anos, além de outras ao longo desse tempo, como veremos adiante.

A criança, entre o brincar, os fazeres da infância e a preocupação da mãe marcada na cena que remonta, demonstra que foi significativo, pois aparentemente compreendia que havia algo acontecendo com sua mãe que calava e sofria solitariamente: “eu tava indo brincar com o cachorro e aí ela tava sentadinha chorando muito. Daí eu falei, mãe, mas por que que tu tá chorando? O que tá acontecendo?”. Com isso, podemos perceber que, mesmo que a mãe tentasse afastar de sua visão as preocupações, a menina era alcançada. ““É porque a mãe tá pensando em a gente se mudar e daí a mãe tá ansiosa com isso. Mas tu quer se mudar? Te faz feliz?” E aí ela sempre tentava buscar isso, do que eu imaginava, do que eu sonhava”. É visível na fala de Isabella a sobrecarga de sua mãe, que precisava tomar decisões sozinha, enfrentar problemas que não tinham solução definitiva naquele momento.

Podemos aprofundar a reflexão sobre a participação das crianças nas questões importantes da família. Qual a perspectiva que adotamos na educação das crianças? A criança idílica, inocente, que precisa estar afastada das “questões adultas”? A criança que vive e sente a realidade em que está inserida? A mãe de Isabella se esforçava para oferecer o seu melhor àquela pessoa que era a sua família inteira.

Isabella segue relatando a cena montada em sua memória: “mas eu, como criança, eu só lembro disso, mas assim, na época não, a gente não tem muita dimensão das coisas”. Temos aqui uma versão da realidade, que é contada a partir das memórias das filhas sobre a história de suas vidas. Essas mesmas histórias, contadas por suas mães, provavelmente teriam outra perspectiva, que daria contornos diferentes às narrativas. Principalmente nos trechos nos quais as filhas foram carregadas no colo e talvez não sentiram diretamente os enfrentamentos diários de suas mães. Isabella-mulher pensa sobre a vida de sua mãe, aquela que a menina-Isabella não acessava.

O ir e vir das famílias de mães solo, mulheres que migram com suas famílias buscando a sobrevivência diante dos percalços encontrados pela falta de renda para manter, principalmente, a moradia. Estatisticamente, a migração interna se dá por mulheres, em sua grande maioria. Pois a falta de casa própria dificulta sua permanência em determinado território. Podemos, hipoteticamente, considerar que estas mudanças constantes poderiam afetar a permanência das crianças na escola, na construção de vínculos e na duração das relações que estabeleciam com os espaços e as pessoas.

Araucária relata sobre a necessidade constante de mudar de casa, uma de suas

memórias mais marcantes da infância: “a gente morou em vários lugares. É uma família de mulheres, minha mãe, eu e minha irmã, mais nova do que eu. Então a gente morou em várias casas e duas cidades, Santa Maria e em Itaara, que é do ladinho de Santa Maria também”. Apesar das constantes mudanças, não faz parte dos relatos mudanças constantes de escola. Talvez por cuidado das mães em buscarem novas moradias próximas das escolas. Mas, neste ponto, o que temos são hipóteses.

Segundo Araucária, foram muitas casas, justamente para manter o aluguel ou outra forma de acessar a moradia. Quando questionada sobre os motivos que levaram sua família a mudar com frequência, indaga: “na infância?”. E segue falando firmemente: “trabalho, quantidade de dinheiro disponível pra morar. É, a gente morou não toda a vida de aluguel porque muitas vezes foram casas cedidas ou era a casa da patroa da minha mãe”. Como era essa relação de morar no local de trabalho com as filhas? Qual relação se estabelece diante da dinâmica de convivência durante as rotinas? Afinal, moram com outra família. São perguntas para refletirmos sobre essas estratégias de sobrevivência que estas mulheres tiveram que traçar.

Teresa Kleba Lisboa (2006, p. 159) nos coloca diante de dados importantes sobre trabalhadoras domésticas dos anos 90, período que está em nosso radar de pesquisa. Ela diz que “Em 1995, havia 5% de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando de domésticas; a faixa etária de 30 a 39 anos concentrava a maior percentagem, 23%, seguida da faixa etária de 18 a 24 anos que somava 22%.”

O custo médio da moradia, por metro quadrado, em duas das cidades onde as participantes residem e/ou trabalham, aparecem como as mais caras do Brasil na atualidade – Balneário Camboriú, onde o metro quadrado custa em média R\$13.911; e Itapema, cidade vizinha, com custo médio de R\$13.721 por metro quadrado, segundo levantamento realizado em dezembro de 2024 pela FipeZap<sup>44</sup>. O alto custo da moradia no Brasil e o escasso investimento em política pública de habitação fazem com que essas mulheres migrem com muita frequência. E o custo da moradia digna para as famílias de mães solo se apresentou nesta pesquisa como uma das principais dificuldades enfrentadas, gerando instabilidade e dificultando a construção de vínculos. Araucária diz: “teve essas muitas mudanças. Não sei quantificar por quantas casas a gente já morou. Inclusive já moramos em casas que a gente

---

44. “A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973. Entre seus objetivos está o apoio a instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, em especial o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Possui, hoje, destacada atuação nas áreas de ensino, projetos, pesquisa e desenvolvimento de indicadores econômicos e financeiros”.

**Disponível em:** <<https://www.fipe.org.br/pt-br/institucional/sobre-a-fipe/>> **Acesso em:** 17/10/2024.

morou e voltou a morar depois”. Segundo a Agência Brasil (2024), o país somou um déficit habitacional de 6,2 milhões de domicílios no ano de 2022. O estudo aponta que 62,6% do total de responsáveis pelos domicílios (3.892.995) no Brasil são mulheres, principalmente as negras, fator que se reduz no sul do país.

Depois de adulta, Araucária diz ter saído de junto de sua família e passou a migrar sozinha: “eu fui morar com outras pessoas e tal, e a gente foi aos poucos, assim, tendo casas separadas. Isso deu uns dez anos e tal, até que ela voltou a morar comigo”. No momento, Araucária e a mãe seguem morando juntas em um apartamento alugado. Essa relação com moradia marca a vida inteira desta família.

O migrar das filhas, assim como das mães, se dá, principalmente, devido ao déficit de moradia e às violências, abordado adiante. O emprego oferecido com moradia, geralmente junto com a família com a qual se trabalha, são resíduos do período escravocrata (Lisboa, 2006). O que vem a contribuir para que as famílias de mulheres não gastem quase toda a sua renda com aluguel, também pode facilitar abusos de poder e inúmeras violências contra estas mulheres e suas filhas, como veremos adiante com a história da avó de Araucária.

Sallas apresenta sua experiência de moradia junto a sua família. Inicialmente recorda que viviam em casa de aluguel até sua mãe conseguir uma casa de COHAB. Momento em que também relata que, apesar das dificuldades, foi o momento mais feliz junto à sua mãe que carrega em suas lembranças e traz à tona, emocionada. Conta que se tornou itinerante num determinado momento de sua adolescência por conta das violências sofridas do homem que se tornou marido de sua mãe, que entra para suas vidas quando ela tem nove anos de idade.

Para que a filha escapasse do contexto de violência, a mãe faz com que ela se mude constantemente, “vai lá cuidar da criança tal e aí você já mora nessa casa. Então tem uma fase da minha adolescência em que eu estou sempre na casa de alguém, morei com as minhas irmãs, na casa da dona Armínia, na casa da dona Elisa, na casa da não sei quem”. Sallas vive esse constante desenraizamento dentro dessa nova relação, até mesmo com sua mãe, até os quinze anos, quando decide não voltar mais. Os temas trabalho, moradia, migração e violências se atravessam constantemente nas experiências relatadas tornando-se quase que inseparáveis para as análises.

Ao abordarmos a relação afetiva entre mães e filhas, Isabella relata: “eu não tenho, realmente, memória afetiva, assim, com a minha mãe. Na parte da escola ela pagava. Mas eu não tenho, assim, um passeio, um sorvete no fim de semana, um... sei lá, não tenho”. Contudo, Isabella diz não sentir falta desse afeto, ao menos naquele momento não sentia

solidão pela “ausência”, pois a “presença” da mãe, ainda que estivesse sempre muito ocupada, era constante através da orientação e da vida aparentemente regrada que levavam, “eu acho que eu não sentia, porque a minha mãe, eu vejo que ela sempre fez de tudo por mim, mas ela não era uma pessoa... nunca foi uma pessoa muito afetiva.”

Houve, depois, mais velha, a busca, por parte de Isabella, por diálogo sobre as experiências vividas por elas, relata que perguntou à mãe sobre essa questão entre as duas.

Perguntei pra ela, ‘mãe, por que que tu não conversa comigo?’ E na época ela, ‘ai, a mãe tem que trabalhar, a mãe tem que correr as coisas pra dar as coisas pra ti’, então eu não tinha essa coisa da proximidade com ela, ela sempre foi muito nervosa. Então, pra mim, acho que eu naturalizei essa questão do estudar e do fazer os cursos, daí tinha uns amigos. Então nunca pensei nisso, assim, de sentir saudade da mãe, sabe?

Aparentemente, como ressaltou na narrativa, como nunca experimentou esse afeto, não sentia falta. As experiências determinam o sentir e a compreensão sobre relações? Isabella finaliza dizendo que: Eu acho que acostumei, eu acho que a gente sente saudade quando a gente já teve aquilo, e eu nunca tive, eu sempre fui criada assim.” Relembra de sua rotina, “o dia todo fazendo alguma coisa, daí a noite eu ia pra casa, fazia tarefa, assistia uma TV e deu, no outro dia de novo.”

Sallas, na mesma perspectiva, também nos diz que não havia carinho nesta relação e que esta manifestação era colocada por outras linguagens.

Minha mãe não era do toque, efetivamente. Mas dormi com ela até uns nove anos quando ela resolveu namorar e aí houve essa separação abrupta. Lembro, já na faculdade, a gente agarrá-la e ela ficar desconcertada, ou dar um beijinho e ela dizer, ‘para menina’. Acho que por eu ser a última, fiquei com uma parte mais cansada da minha mãe”. Todavia o carinho dela correspondia muito no âmbito material. Lembro dela ir na faculdade no meu aniversário e levar um bolo. Comprar roupa, mandar ovo de páscoa. As trocas de cartas também entendo hoje como um carinho. Onde ela aconselhava e ensinava coisas. O toque não era sua melhor forma.

Neste ponto, Sallas fala, e este vai ser o único momento, sobre sua mãe ainda menina, antes dela ser mãe, quando ainda era apenas filha e irmã. “Justamente por ter sido uma criança que recebeu pouco carinho. A mãe dela morreu muito jovem. Eram muitos irmãos. Então é um pessoal meio duro mesmo.” Sallas busca compreender o comportamento da mãe resgatando as suas referências e experiências de infância, e entende como marcos que ajudam a compreender quem ela foi-é.

Duas das famílias de mãe solo que tivemos acesso, através das filhas, não tiveram convivência com a família estendida, por parte de mãe. E por parte do genitor nenhuma das

três. Isabella diz que na infância não teve a presença de parentes, “não tenho muita memória, assim, dos meus familiares, de primo, tio, não tenho muita.” Ela fala da família da mãe, já que com a família do pai nunca teve convivência, “Nunca tive! Da parte do meu pai não conheço ninguém, né? Eu só tenho a família da minha mãe. E aí eu tive a minha avó, mas ela também não era nada afetiva.”

Isabella diz que desejava ter tido contato com seus avós.

E até é uma coisa que eu queria muito ter tido, porque eu escuto as pessoas falarem, ai, do avô, que o avô dá o chamego, e eu não tive isso com a minha avó, não tive com os meus tios. Foi sempre a mãe mesmo, sabe? Então, hoje em dia eu tenho um relacionamento com a minha prima e tal, mas na infância eu não tive, não”.

Como não temos a fala de Isabella-menina, emprestamos uma parte de uma entrevistas com uma criança de 9 anos sobre a relação de crianças com avós em famílias contemporâneas, com os diversos arranjos encontrados hoje na sociedade. “Pra eu gostar de um avô, ele tem que merecer. Ele tem que dar amor e carinho. Ele tem que ser bom pra gente” (Anne Caroline Ramos, 2018, p. 75).

Com a fala de Isabella, trazemos uma questão importante, nenhuma das participantes se relacionaram com suas avós maternas. Araucária nos relata a tragédia com sua avó adolescente quando sua mãe nasceu, Sallas nos diz que sua mãe-menina perdeu sua mãe muito pequena e Isabella devido aos conflitos não teve esse contato intergeracional e diz sentir uma lacuna, um desejo de ter tido essa convivência.

Esta relação da mãe de Isabella com a família vem antes mesmo de sua existência, quando aos vinte anos sai de casa e vai morar sozinha. Depois rompe totalmente, ainda durante a gravidez, como relata.

Ela falou só uma vez, que ela tinha uma mágoa da minha avó, porque quando ela engravidou, que ela falou que tava grávida, ela pegou e falou assim, ‘Ah, tu ter filho nessa idade, com essa tranqueira ainda?’ E falou mais alguma coisa de mim, que eu ia ser... ‘Ah, essa guria aí, tu vai fazer de tudo’. Porque era mais velha, que tinha quarenta anos. E aí, a minha mãe, acho que por isso ela é tão rígida, ela sempre me cobrou muito, apanhei muito, tem muita coisa que eu sinto que hoje em dia me afeta, sabe? Sou mimada em certo ponto, mas em outro ponto não.

Aprofundando a análise, para além das opiniões diversas sobre como exercer a maternagem ou a maternidade, podemos trazer Lisboa para contribuir com esta reflexão, quando trata sobre a mobilidade de mulheres ou da fuga de mulheres de suas famílias aponta a reprodução dos modos machistas em mulheres.

A fuga de um modelo de família no qual a lei masculina é executada inclusive pelas próprias mulheres (as próprias mães, avós, tias e irmãos colaboram no processo de incriminação, discriminação e consequente expulsão de casa no caso de transgressão). A mobilidade feminina revela uma contradição singular. As próprias vítimas da dominação masculina reproduzem a mesma dominação na educação dos filhos (Lisboa, 2006, p. 160).

Qual o lugar e a importância da família? Qual padrão de família e de relação desenvolvemos historicamente e que nos afeta tão profundamente? Criamos um ideal, uma forma e queremos fazer parte desse quadro colocado socialmente? Será que a falta não está em relações de confiança, independentemente de serem parentes consanguíneos? Quantas pessoas são necessárias para cuidar de uma criança? Talvez a solidão também seja um mecanismo de defesa contra as violências. Isabella relata.

Minha avó desdenhou e aí a minha mãe teve a gravidez toda sozinha, ela nunca me falou de vínculo familiar nesse período de gestação, ou de quando ela me teve. Foi sempre sozinha. Tanto é que ela nem pediu ajuda de ninguém quando ela fugiu da casa, da relação que tinha com o meu pai. Ela saiu sozinha, pegou o carro e não teve essa rede de apoio de algum lado.

Essa mulher provavelmente já sofria violências na gestação e ficou isolada, sem apoio num momento delicado de transformação do corpo que gesta que precisa de cuidados. Além disso, todo o movimento de fuga fez sozinha. Quem cuida de quem cuida? Frase que nos últimos tempos têm ressoado, principalmente, nas redes sociais. As mulheres aqui colocadas são sobrecarregadas com rotinas exaustivas e aparentemente não tinham ninguém com quem conversar, demonstrando distância, não se permitiam o afeto nem com as filhas. Existiam relações para além das filhas e do trabalho?

O termo *rede de apoio* aparece nas falas das filhas, essa rede de apoio talvez estivesse nesse lugar da família que Isabella demarca fazer tanta falta e nomeando essa falta de mais pessoas em sua infância e na sua vida, como uma “lacuna” e segue, “vamos dizer, de vínculos que em algum momento teve que ter, né? Porque conviviam”. Todos os irmãos de sua mãe moram na mesma cidade. Comenta sobre a convivência da mãe com sua família, da infância até o afastamento, quando parte aos vinte anos de idade. Talvez reflita que, em algum momento, formavam uma família e se desligaram a tal ponto que não a apoiaram nem nos momentos mais difíceis, como na gestação.

Ao ser questionada se conhecia outras famílias de mãe solo, Isabella relata que sim. “A minha melhor amiga também. Só que ela conhecia o pai e o pai era próximo”. Porém relata nunca ter parado para pensar, enquanto criança e na adolescente, sobre a questão,

“eu nunca parei pra pensar, tu vê, nisso, assim, de, a minha mãe me cria sozinha’. Eu não tinha pai, mas assim, me acostumei com aquilo. Não fazia... Hoje em dia, assim, que eu sou adulta, é que me faz mais [sentido] quando eu olho as pessoas que eu me relaciono, os amigos que tem pai muito presentes, ai eu fico, pô, cara, eu fiquei com uma lacuna na minha vida. Mas assim, também, foda-se, de verdade.

Ao pensar sobre a condição da mãe, Isabella analisa que nunca pensou sobre o assunto ou se sentiu diferente de seus amigos e amigas que tinham famílias nucleares. “Não tinha essa consciência de mãe solo. Não se falava isso. É mãe solteira. Ela sempre foi muito presente em tudo na minha vida, sabe? Eu tinha orgulho! Sabe quando tu tem orgulho da tua mãe por tudo que ela é? Eu amava. Não lembro de preconceito, não tenho memória”.

Relata ainda que procurou o homem que deveria ser seu pai: “e depois busquei muito meu pai. Eu fui muito atrás e eu só levei patada. Então, chegou uma hora que eu pensei: Quer saber? Foda-se! A minha mãe é maravilhosa pra mim e eu não preciso de pai!”. A relação afetiva não fez falta, mas toda a responsabilidade material da qual Isabella não foi assistida, assim como as demais filhas aqui representadas, resultou na sobrecarga de suas mães.

As memórias afetivas da infância as marcaram profundamente e considera muito significativas, demonstra muito carinho ao relatar as datas comemorativas ou datas cristãs enfatizadas e comemoradas por sua mãe.

Eu tive muito na minha infância foi a questão das datas comemorativas. E foi uma coisa, assim, que eu lembro com muito carinho, porque a minha mãe, no natal, ela sempre dava um jeito de contratar algum cara pra se vestir de Papai Noel, tá? Sempre [risos]. Eu tenho todas as memórias de todos os Papais Noéis, que eu tinha medo, que falava pra eu olhar pro céu que a rena tava vindo, pra eu tentar ver trenó. E eu acreditei muito.

A marca de ser colocada diante da realidade a deixou triste,

E eu lembro que na escola, foi a minha maior decepção, quando a professora falou que o Papai Noel não existia. Eu lembro até hoje, tá? Eu chorava. Eu cheguei em casa, ‘mãe, a professora falou que o Papai Noel não existe.’ Eu lembro que os amiguinhos davam risada, porque ninguém acreditava. E eu acreditava, tá? Eu acreditei até o último.

A fantasia na infância quando alimentada contribui com o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e neste caso não sabemos de fato as razões dessa mãe trazer essa perspectiva para a pequena Isabella. Mas a prática pedagógica de Isabella é afetada por suas experiências de infância com sua mãe e suas culturas familiares.

Sobre os seus guardados, que aqui chamamos de artefatos históricos destas

relações, Isabella levou diversos objetos: roupas, brinquedos e inclusive fotos. “Essa foto fica na minha mesa, adoro essa foto”, relata sobre a foto no colo de sua mãe que fica em sua mesa de trabalho. Também apresenta um livro.

E isso aqui é um livro do “Porquê” que eu acho engraçado, porque ela diz que quando eu era nova eu só perguntava pra ela: ‘mãe, mas por que disso? Por que daquilo?’ E aí ela não aguentava ficar me respondendo, ela tinha que fazer as coisas dela e ela ficava irritada. Aí ela chegou um dia e falou, ‘aquí querida, tu quer saber do porquê? Ele tá aqui, um livro do porquê’. Eu tinha sete anos. ‘Então agora tudo que tu precisa saber tá aqui dentro’. E eu acho uma graça, tá? E eu realmente li, tá?

**Figura 1:** objetos guardados da infância de Isabella.



Fonte: Arquivo pessoal da participante.

O livro que carrega uma quantidade de respostas, para a mãe, talvez suprisse a necessidade da pequena Isabella de conversar sobre as curiosidades que apresentava e, assim, não gastaria esse tempo que não tinha para oferecer. As presenças-ausências na relação infinita com o tempo das mães solo e suas filhas. Veremos ao longo das narrativas que esse marcador aparece com frequência, sobre os momentos que não tiveram pela falta de tempo.

Ressaltamos que a prática de não conversar com as crianças não é uma característica exclusiva das mães solo. Na verdade trata-se de uma prática cultural adultocêntrica que não valoriza o que a criança tem a dizer. A falta de tempo é uma evidência, mas as práticas adultocêntricas dizem muito sobre a não participação das crianças nas questões familiares, como se não fossem capazes de compreender processos e dificuldades para contribuir nas decisões. Emanuel Cavalcante nos ajuda a compreender a definição do termo.

Podemos definir adultocentrismo como um processo que invisibiliza crianças e adolescentes enquanto sujeitos históricos de lutas e transformações sociais, que promove o apagamento da especificidade de suas vidas, na medida em que as concebe como “protótipos de adultos” numa perspectiva do vir a ser e não do já é. Nesse contexto, as crianças e adolescentes tem o seu presente negado em função de um futuro que elas não escolheram e do qual não desejam participar (Cavalcante, 2021, p. 6).

Para deixar mais evidente o que colocamos, o autor segue dizendo que os marcadores deste sistema apresentam “ideias de imaturidade psicológica, dependência das crianças e adolescentes em relação aos adultos, inocência e alheamento diante do mundo social” (Cavalcante, 2021, p. 6).

Elas apresentam as dificuldades a partir de suas perspectivas, onde as mães são apresentadas como personagens destas histórias e, assim, trabalhamos com ausência das vozes das mães. Aonde a mãe da Araucária ia aos sábados quando saía ao meio-dia para buscar a “chuleta”, tão festejada na fala da filha? Seguimos esse caminho pelos passos das filhas; as estradas percorridas pelas mães não saberemos, não neste estudo.

O tempo é um marcador importante, como falamos. O tempo que elas passam juntas e principalmente em que estão distantes, atravessadas pelo trabalho, na presença-ausência de suas existências. Já o carinho, o afeto, inicialmente não aparecem como algo presente nas narrativas, mas a ausência dele. Consideramos importante a reflexão sobre o que significa afeto nos relatos das filhas e o destaque da representação geralmente negativa sobre a figura masculina.

Araucária tinha a presença constante da irmã, dois anos e meio mais nova. Montando esta imagem, surge duas crianças sozinhas em casa? Porém, a esta imagem, adicionaremos crianças que frequentavam creche e posteriormente a escola. As mães, essas pessoas que existiam nas idas-vindas, nas presenças-ausências. Araucária lembra: “saía à noite e chegava à noite”. Isabella reforça que essa solidão só é percebida quando olha o todo de sua história. Quando é revisitada pela mulher-professora buscando preencher lacunas. Durante as entrevistas, não compreendem as emoções que brotavam dos olhos enquanto visitam as meninas que foram e que permanecem em quem se tornaram.

Quando Araucária busca por memória da presença de sua mãe em casa, recorda de músicas e do som do rádio, que ressoava por toda parte enquanto ela estava em casa.

Ela escutava muita música, né. Escuta até o rádio, né. O rádio sempre teve muito presente. Então, ela sabia quando ela tava em casa. Porque o rádio estava ligado. A todo volume, sempre. E, às vezes, eram discos, né. Então, por exemplo, o que eu gosto de música tem tudo a ver com o que eu acessei durante a infância pela minha mãe, pelos amigos da minha mãe. Nesse contexto, enfim, né. Então, isso é algo bastante presente. Esse som. Sempre... Sempre presente. As influências que teve na infância e que lhe atravessam ainda hoje, pois formou o seu gosto musical e que, de certa forma, é uma herança de sua mãe.

Araucária relembra a forma como se comunicavam no dia a dia, já que não

conseguiam se ver com frequência. Pensando no contexto histórico, vamos até a década de 1980 e verificamos que as tecnologias de comunicação ainda não estavam digitalmente avançadas e disponíveis, nem mesmo “telefone fixo” era para a classe trabalhadora precarizada. Então, a tecnologia usada eram bilhetes, os quais seguem sendo a principal comunicação entre elas até hoje, como relata a seguir.

Mas a gente sempre se comunicou por bilhetes. Como a gente tinha tempos diferentes, às vezes estar em casa, chegar e tal... a gente sempre se comunicou por bilhetes: “estou em tal lugar”, ou “vou em tal lugar, façam isso”; lista de tarefas, ficava sempre comunicado. Então, a gente sempre teve essa troca de escritas e a gente inclusive permanece hoje, porque senão minha mãe não lê as mensagens, ou eu não leio as mensagens, então às vezes a gente deixa os bilhetes em cima da mesa.

A escrita como forma de comunicação, que comunica combinados, avisos, recados, mas que também comunica cuidado, preocupações. Poderíamos considerar como uma forma de afeto? A escrita como comunicação na família de Araucária está situada também no período da infância, onde as crianças escreviam-desenhavam para a mãe. Aponta para caixas no canto do cômodo que contêm pertences delas.

Recordo escrever carta pra minha mãe, mas a gente fazia muito cartão das festividades. Fazia, assim, desenhos, enfim. Muitas vezes eles adornavam as paredes da casa. Minha mãe guardava, guardou muitas memórias por muito tempo. Mesmo com muitas mudanças que a gente fez, sempre tinham caixas. Inclusive é dela! É minha que eram de mudanças anteriores, que nem eram abertas, porque eram dessas memórias.

Neste ponto, lembro da minha própria mãe, que até hoje mantém caixas com seus guardados pessoais, prática de sua vida itinerante, marcada por muitas idas e vindas, por muitas mudanças que atravessaram nossas vidas e permanecem nela, permanecem em mim. Experiências que permanecem em nossas memórias e também em nosso ser, fazer e ter. As caixas, neste caso, dizem muito sobre essa marca das mudanças, do migrar.

Araucária chama de “fragmentos de memórias” os desenhos que tinham entre os guardados: “ela tinha os desenhos que eram da educação infantil, de mãozinhas. Olha só, dos anos 1980, feitas assim.” Lembra de trabalhos manuais do período em que frequentou a creche e que sua mãe guardou por longo período. Nos atentamos aqui à perspectiva da educação com crianças pequenas, que ainda hoje buscamos superar na educação infantil. Ações mecanizadas que remontam ao conceito adultocêntrico, uma prática pedagógica feita por adultos para adultos verem, sem a participação efetiva da criança ou do bebê, criticada também na fala da participante.

A mãe relata para Araucária que os guardados, memórias-desenhos da criança, foram levados com a insegurança climática, pelas moradias em área de risco.

Numa chuvarada que teve em 2007, detonou muitas casas. Inclusive a que ela morava [...] ela teve que se desfazer de muitas coisas que ela ainda levava, muitas fotos se perderam, muitos documentos e também essas memórias que eram mais antigas, de desenhos, de algumas cartinhas enquanto desenho, né, alguns bilhetes. A gente fazia esse tipo de troca, mas não temos mais esses registros conosco, só na memória mesmo.

Para quem, de fato, esses guardados têm mais peso? Para as filhas ou para as mães? Arquivos das memórias de um tempo de muita luta, representados nos guardados que aparentemente tem as mães como guardiãs. Araucária fala sobre esses guardados.

Uma boneca, que ela está guardada em algum lugar, é um bebê. Tipo um bebê Estrela<sup>45</sup>. Enfim... ela é fofinha. Ela é da minha primeira infância, foi um presente da minha mãe, eu acho, e é uma coisa que ela faz questão de acompanhar. Ela é minha, mas ela não está comigo. É das coisas dela [da mãe], né!? E é presente, né!? E ela troca roupa, às vezes. Às vezes, ela anda por cima das camas.

O que leva essa mãe a guardar com tanto carinho o objeto-brinquedo? Quais memórias e sentimentos vêm à tona? Na sequência, temos uma foto da boneca, presente da mãe, e do lençol usado para entrar na maternidade quando a mãe dera à luz a sua irmãzinha. Relata sobre o lençol, dizendo que não sabe ao certo a origem dessa memória que se revela.

Não sei se é uma memória real ou se é uma memória que eu criei a partir das narrativas. Fui na maternidade quando a minha mãe pariu minha irmã, tinha dois anos e meio e eu tenho esta memória de estar embaixo desse lençol pra entrar na maternidade. Enfim, esse lençol ela tem até hoje.

---

45. Eram como as bonecas confeccionadas como um bebê passaram a ser chamadas. Na década de 1980 e 1990, era bastante usual, já que Estrela era uma marca desejável por ter propagandas comerciais na televisão e outras mídias da época.

**Figura 2:** objetos guardados da infância de Araucária



**Fonte:** Arquivo pessoal da participante.

Continuou remexendo nos objetos tão conhecidos. Foi ao velho baú de madeira, tirou de lá algumas palhas secas e viu então, lá no fundo, o homem-barro [...] Ponciá Vicêncio tirou o homem-barro de dentro do baú, colocando em cima da mesa. Estava cansada, tinha fome, emoção e um pouco de frio. A cabeça tonteou. Sentou-se rápido num banquinho de madeira. Veio então a profunda ausência, o profundo apartar-se de si mesma (Evaristo, 2021, p. 43).

Sallas fala sobre as memórias afetivas de sua mãe. Ela traz algumas que marcam essa história forte que tiveram. Inicia organizando sua fala, dizendo que estas memórias estão organizadas em algumas ordens, como define.

Eu acho que assim: as minhas memórias afetivas com a minha mãe estão em três ou quatro ordens. Comida: tempero, sabor, cheiro. Isso era muito minha mãe. Minha mãe era uma pessoa de muita fé, então essa coisa [...] começou na Umbanda, foi kardecista, morreu evangélica, sempre tinha essa coisa de “Deus vai resolver, não pode perder a fé.”

Iniciamos com a religião, a segunda da ordem na lista de memórias afetivas de Sallas. A religião, e/ou a fé, marca a vida da mãe de Sallas e determina, inclusive, sua partida, como relatado pela filha. Assim como também orienta a vida de Sallas em seu contato com as diversas religiões na infância. Ela segue e, em falas emocionadas, relata uma mistura de sentimentos. Mais tarde, Sallas vai estruturar sua vida a partir dessas referências, ligadas tão fortemente à identidade de sua mãe-mulher, que podemos entender como linguagens a partir da narrativa: o cozinhar, a fé.

Isso também custou muito para ela, porque quando ela fica doente, ela fica nesse rolê da fé e aí não vai tratar. Enfim, e aí se ferra, inclusive por conta dessa fé exacerbada, quase fundamentalista. Fez teologia, estudo bíblico, missionária. Fez tudo que ela queria fazer nesse rolê de crente e eu acho que eu herdei isso dela, porque eu sou uma pessoa de muita fé.

A fé é uma linha condutora nos relatos e, por isso, a buscamos contextualizar. No caso de Sallas, nos chama atenção, em específico, a circulação da mãe, que a influência e que marca as memórias da filha. A circulação em religiões é comum na sociedade brasileira, no que diz respeito ao professar da fé. Tânia Welter caracteriza a fé na cultura brasileira.

O Brasil é um país multicultural e plurirreligioso [...] As múltiplas formas de religiosidade (mesmo no contexto do cristianismo) trazidas da Europa [...] conviveram e misturaram-se a crenças e práticas dos povos tradicionais e das múltiplas religiosidades africanas trazidas por meio do tráfico para o Brasil (Welter, 2015, p.17),

A influência das religiões por onde a mãe circulou marcaram a Sallas-menina, que inscreve em sua narrativa sua visão de mundo. Welter, em outro trecho, diz que “a perspectiva religiosa é um modo de ver, aprender e compreender, uma forma particular de olhar a vida, uma maneira particular de construir o mundo” (p. 18). Sallas reúne todas essas experiências no seu tornar-se.

Como terceira na ordem de suas memórias afetivas com sua mãe têm a música. Menciona a influência da música em sua vida, que afeta também suas quatro irmãs.

A coisa da música, dessa coisa de estar cantarolando, de grupo de louvor, tudo isso fazia parte desse universo. Então, às vezes eu lembro. Esses dias, final do ano passado, eu tirei uma lembrança musical e entrei em um túnel, e fui lembrando de um monte de música da minha infância. Aí fiz uma *playlist* no Spotify e mandei para minhas irmãs e minhas irmãs falaram: “Meu Deus, como é que você lembra disso? Você tinha dois anos de idade, não sei o quê...” Lembro da mãe cantarolando assim e aí era uma música que a Alcione gravou, que chamava Cinderela: “venha de onde vier, chega de onde chegar, aquele amor que eu sei, nanananana”. E aí minha irmã falou: “Meu Deus, isso é muito antigo, muito velho”.

A relação que tiveram com a música nos remete a características dessas relações, assim como com a escrita, que vamos verificar mais adiante.

Então não tinha muita referência cultural, não é uma coisa que veio cedo. Apesar da minha mãe ser extremamente musical, tem assim muita referência de música na infância, porque ela ouvia muita música nessa primeira infância, que depois é... então eu lembro de ouvir samba, de ouvir Maria Betânia, muito, de ouvir muito Roberto Carlos, ela era devota do Roberto Carlos a vida inteira. Então, musicalmente, veio dessa relação da família mesmo. Sempre foi muito musical, sempre cantarolando, isso é uma coisa que minhas irmãs carregam até hoje. Às vezes, domingo, minha irmã Patrícia manda um áudio: “acordei com essa na cabeça”. Aí ela canta um pedaço. Aí a Henri canta e completa a música. Também é isso, tem esse rolê assim.

Os guardados dessa mãe são heranças deixadas, são registros das memórias que

guardou por anos. Guardados que emocionam quem acessa estas memórias por conta do tamanho da força e da delicadeza com que a filha narra suas lembranças, os fragmentos de sua mãe que permanecem na menina de nove anos e que permanecem na mulher que aqui chamamos de Sallas. “Então é uma coisa que paira assim muito forte e uma das coisas que minha mãe me deixou quando ela morreu, além das minhas fotos de infância, foi um disco daqueles menorzinhos, assim, do Pixinguinha, que não era um *longplay*, era um menorzinho”.

**Figura 3:** Objeto que representa a memória de Sallas sobre sua mãe



**Fonte:** Arquivo pessoal de Sallas: Pixinguinha, 1970.

Escrevia muito para a mãe e para o irmão. Como eles não sabiam escrever e o carteiro nunca passava na terra dos negros, ela nunca soube se eles recebiam notícias suas (Evaristo, 2021, p. 40).

A quarta memória nos ajuda a dar os contornos sobre quem foi sua mãe, é a escrita. Não se trata de qualquer escrita. Sallas relata que os artefatos que possui e a memória que guarda desse processo de comunicação, comum em sua família, é influência da mãe. Ao revelar a terceira “coisa” que reconstrói a imagem da mãe, remonta questões sensíveis da convivência, pois nesta escrita continha o não falado e as cartas serviram de suporte para dizer esse não dito. Ela diz:

E a última coisa que eu tenho, que é muito dela – minha mãe escrevia muito. E todo o tempo que eu entro na faculdade ou que eu estou morando com os meus tios, a gente conversava por carta, mas tem um monte de carta que eu troquei com a minha mãe ao longo do tempo, inclusive dos entendimentos da gente não poder viver juntas. Então, eu tenho carta com a minha mãe dos 16 anos até os 24”.

São várias as cartas, mas Sallas menciona uma que ela chama de “Carta da Mãe”, onde sua mãe escreve como se escrevesse uma súplica. Entendemos sua escrita como uma forma de orientar a si própria em relação às suas filhas, de expressar sua forma de tentar se relacionar com o mundo que conhece. Uma terceira forma de interpretar esta carta é que seja

também um aconselhamento para quem ler, talvez para suas filhas que se tornam mães assim como ela.

Uma das coisas que ficou também, que ela me entregou, ou chegou para mim, já não tenho memória de como veio, chama ‘Carta da Mãe’, que é uma oração da mãe, algo assim. Ela fala como que as mães devem ser, é muito legal, assim. Tenho ela manuscrita, e aí depois eu digitei, porque essa carta também foi uma relação muito difícil, depois que ela morreu eu não conseguia ler, não conseguia abrir, não conseguia terminar, e aí passado 15 anos eu consegui transcrever a carta toda, digitalizar e tal, e aí mandei para todas as minhas irmãs. Essa foi a minha primeira ação, foi mandar para todas as minhas irmãs.

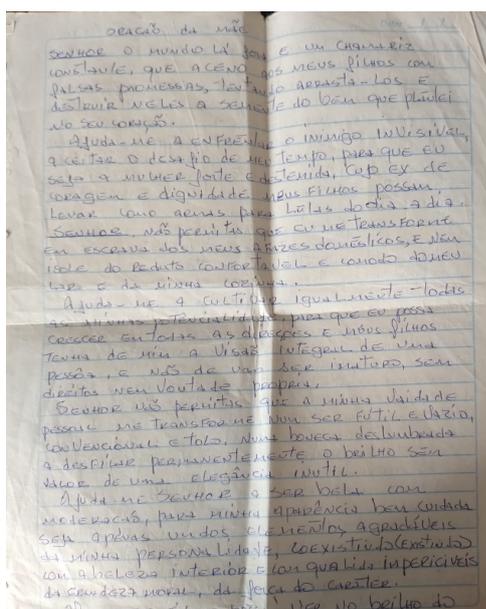
Abaixo, disponibilizamos trechos da referida carta.

Senhor, não permitas que eu me transforme em escrava dos meus afazeres domésticos e nem me isole no reduto confortável e cômodo do meu lar e da minha cozinha. Ajuda-me a cultivar igualmente todas as minhas potencialidades, para que eu possa crescer em todas as direções e meus filhos tenham de mim a visão integral de uma pessoa, e não de um ser imaturo, sem direitos e nem vontade própria [Trecho da Carta da Mãe].

Em outro trecho, coloca sua preocupação em não julgar outras mães.

Senhor, não permitas que a minha felicidade, o meu bem estar, a alegria de meus filhos e o conforto do meu lar me suba à cabeça, fazendo com que eu menospreze as outras mães que não foram aquinhoadas com as mesmas generosidades [Trecho da Carta da Mãe].

**Figura 4:** Carta - “Oração da Mãe”



Fonte: Arquivo pessoal de Sallas

Essa foi uma das últimas cartas que ela escreveu e Sallas só a leu quinze anos depois de sua morte. Quando Sallas lê, digita, pois era escrita à mão, e a envia a suas irmãs. A escrita, como todas as outras “coisas” que Sallas apresenta, nos transmite muito sentimento, muito amor, mas também decepção em certa medida.

Todas as cartas que eu mandei para ela, eu peguei de volta e eram muitas. E ali a gente falava sobre tudo, sobre as expectativas, as frustrações, como estava o tempo, o que ela estava pensando, o que estava difícil, as notas da faculdade. Então tem muita carta que ela fala sobre as expectativas dela em relação a mim, de me achar muito inteligente, de saber que eu ia dar conta. Tem uma coisa de autoestima muito forte, acho que é a própria de mãe, que ela coloca assim, ela fala: “você vai ser muito grande”. Tem carta que tem receita dela. Esses dias, estava guardando uma caixa aqui, aí tinha a receita de como fazer risoles. Então é uma coisa assim bonita.

A beleza contida em todo o processo monta um relicário sobre suas vidas, um patrimônio histórico pessoal. Os artefatos que carregam as lembranças foram distribuídos, a herança que a mãe deixa a suas filhas são as lembranças de uma vida carregada de muito trabalho, de cansaço e luta que conseguimos visualizar nestas “três ou quatro coisas” que desenha a imagem da mãe-mulher de Sallas e que aparece com força em sua narrativa.

A saudade de um tempo que reside até seus nove anos de idade, um tempo que as mulheres eram sua fortaleza.

Como ela estava em Araçatuba quando ela morreu, então as minhas irmãs de lá ficaram com mais coisas que eram dela e algumas coisas vieram para nós, para mim que moro aqui e para a Henriete que também mora na Penha. Eu fiquei com alguns álbuns de foto, não muito, umas fotos que ela tinha no mural, e alguns cartões-postais que ela trocava com amigas.

A mãe havia preparado a separação dessa herança, desse patrimônio. Sallas descreve cada pequeno tesouro.

Várias fotos 3x4 dela eu tenho, assim... e aí esse pacote que minha irmã separou, entendendo que ela tinha deixado guardado para mim, que tem algumas fotos minhas de infância, bebê, seis anos, cinco anos. Era um saquinho de TNT, era bem assim o pacote, fotos de infância, algumas outras fotos que tem a gente, que tem as minhas sobrinhas bebês. Enfim, aí esse disco do Pixinguinha. E aí tem dois papéis bem envelhecidos, escritos a lápis, com alguns números de telefone, inclusive um deles é do Zé Bettio<sup>46</sup>, o tal do pai fictício. Então não sei se foi algum sinal que ela deixou dessa história. Tem lá, tá do jeitinho que ela deu para estar guardada ali dentro do álbum.

---

46. José Bettio, mais conhecido como Zé Bettio, nascido em 2 de janeiro de 1926 e falecido em São Paulo, em 27 de agosto de 2018, foi um radialista, cantor, acordeonista e compositor brasileiro de uma família de outros artistas. Considerado um dos maiores nomes do rádio brasileiro, fez muito sucesso entre as décadas de 1970 e 1980 (UOL, s/d).

Os detalhes que Sallas traz dessa relação são impressionantes. Nos colocam diante dessa mulher de maneira muito real e é possível sentir com ela cada emoção. Enquanto narra, a voz fica trêmula, embarga.

Ao relembrar a presença da escrita em sua relação com a mãe, nos apresenta o momento em que recebe a notícia da morte dela e relata como se sentiu e como reagiu a mais esse episódio de sua história.

E essa coisa do escrever era tão forte que, quando ela morreu, eu fiquei desolada. E eu lembro de estar no velório dela – esse ano faz 16 anos, eu tinha 24... e aí eu estou no velório dela, já é madrugada, quase amanhecendo para o dia do enterro, e aí eu peço uma folha da pasta de música do meu cunhado, escrevo, dobro e coloco dentro do caixão. Eu não tenho ideia do que eu escrevi naquele papel, eu não tenho, assim, memória de nenhuma linha do que eu escrevi lá. Enfim, e aí eu consigo dar uma assentada em termos emocionais.

Seria a separação mais definitiva que Sallas teria com sua mãe? A mãe que era seu tudo, seu universo, seu orgulho e ao mesmo tempo havia uma incompreensão sobre suas escolhas até ali, que busca superar.

A escrita torna-se o meio de comunicação que permanece até mesmo depois da morte da mãe. Sallas diz: “depois que ela morre, a minha forma de comunicação com ela é continuar escrevendo. Eu faço um blog, chama Desérticas<sup>47</sup>.” Aparentemente, é através dessa escrita que Sallas vai ajustando o passado, as frustrações e traumas dessa relação, e exterioriza expondo:

Foi um período muito difícil, o primeiro ano foi bem complicado, porque tinham todas as camadas, a distância, as frustrações, ela não ter aceitado fazer tratamento, e justamente pelo contexto que ela vivia desse relacionamento. Ela podia estar viva, ela teve um câncer de mama, que, se ela tivesse feito uma cirurgia, ela teria uma sobrevivida. Mas ela optou por não tratar, porque também não tinha um apoio dentro de casa razoável. Não quis ficar com a gente para a gente ajudar. Lembro de falar: “mãe, vem para cá, fica aqui em Floripa, tem o CEPOM, você vai ter um tratamento de excelência”, não teve jeito. Então tem muito dessas camadas, essas frustrações.

Conta que neste período se comunicou através da escrita com ela. A escrita volta agora com o *blog*, que serve para este processo, que perdurou por algum tempo para que conseguisse entender a mãe, o que ela representava e tudo que vivera, o que Sallas chama de *relação de amor e ódio* com a mãe.

---

47. Desértica: Que se refere ao deserto, região árida, seca, de vegetação inexistente ou escassa, com chuvas raras e irregulares: clima desértico. Que se assemelha ao deserto; diz-se daquilo que tem propriedades semelhantes às do deserto: terreno desértico. [Por Extensão] Despovoado; sem povoação, habitantes; sem vida.

Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desertica/>> Acesso em: 20/08/2024.

Relação de amor e ódio. De por que ela não foi embora, por que ela não ficou comigo. E, ao mesmo tempo, compreender, conseguir separar a Emília mãe e a Emília mulher, que ela era fruto de uma sociedade extremamente violenta com as mulheres, onde ela sobreviveu. Ela não teve muita chance e eu acho que hoje, olhando para trás, até que ela minimamente deu conta, por que foi muito difícil, foi muitas situações de abandono, foi...

O nome do próprio *blog* refere-se a esse processo que Sallas viveu por muitos anos, antes e depois da morte de sua grande referência e incentivadora, que tomou decisões que a filha buscou compreender ao longo da vida. Podemos dizer que existiam três realidades entre elas, Sallas e sua mãe: as experiências de Sallas; as experiências de sua mãe; as experiências que tiveram juntas.

O quinto elemento desta ordem que nos desenha essa mãe intensa são as fotografias. O hábito, aqui colocado como mania pela filha, de registrar momentos, de capturar o vivido, pelos olhos da mãe, revelando o que ela estava vendo do seu lugar através das lentes.

Então, minha mãe tinha uma mania que era ter uma máquina fotográfica. E que depois de mais velha, assim, nesse contexto, entendendo *mais velha* da geração passada, porque minha mãe morreu não tinha nem 60 anos... minha mãe ia fazer 60 anos quando ela morreu. Então, ela andava com uma maquininha. Antes era mais analógica, depois era meio eletrônica, mas não chegava a ser câmera de visor ainda. Ela tinha uma Canon semiautomática, sempre estava com o filme e para onde ela ia, aquela maquininha fotográfica também. Então, a gente tem muita foto pelo olhar dela, que isso é muito legal.

Analisando as experiências das filhas já relatadas até aqui destacamos o estudo de Lima (2021, p. 2), que, sendo filha de mãe solo, constata em sua dissertação que a “[...] feminização da pobreza é uma realidade que estamos por vivenciar e testemunhar, trago essa realidade por ser algo que vi ao longo da minha infância, tanto na minha casa como nos arredores da ocupação urbana onde eu morava”. A luta por moradia, por sobrevivência do hoje, e na busca por estruturar futuros marcaram as relações das filhas e de suas mães.

O tempo é um marcador importante que aparece de forma explícita e implícita nas narrativas. Refletimos sobre essa infância em diálogo com esse tempo. Tempos diversos, tempo de trabalho, tempo passado, o contido no tempo que permanece nessa memória que marca. Na sequência, vamos conhecer um pouco mais sobre as mães, suas histórias, como se tonaram mães solo.

### 3.2 AS MÃES: “MINHA MÃE NÃO FOI MÃE SOLO, FOI MÃE SOLTEIRA!”

Como trouxemos anteriormente, mãe solo é um termo que começa a ser utilizado no final da primeira década dos anos 2000 (Finamori; Batista, 2022). E, com mais visibilidade, na metade da segunda década, se popularizando, principalmente, através das redes sociais (Silva, 2020).

A mãe de Araucária nasceu na cidade de São Borja (RS), em 1958. Tem 63 anos, duas filhas e foi mãe com aproximadamente 29 anos. É uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, solteira. Teve duas filhas. Trabalhou como doméstica e faxineira. Estudou o segundo grau incompleto em colégio de freiras. Atualmente mora em Itapema (SC) e não tem casa própria. Araucária conta um pouco da história da origem de sua mãe.

Minha mãe nasceu em São Borja, fronteira do Brasil com a Argentina, com o Rio Grande do Sul. Fala “forte, quente” [pontuando o sotaque] e tem um aspecto bem reacionário e um modo de vida muito fechado. Ela morou lá na infância e na adolescência. Ela é de uma família bastarda, né, daquela volta [daquele entorno, daquele lugar], não consanguínea dessa gente porque ela é filha da filha da empregada da avó paterna dela e essa mulher [mãe] morreu no parto quando ela nasceu. E ela morou lá e depois ela foi morar em Santa Maria, quando ela era adolescente, e foram pra lá a família inteira. Não sei bem quais eram as circunstâncias que mudaram todo mundo, mas foram pra lá. Aí o tio dela foi assassinado em praça pública na frente de uma das primas dela.

Mais adiante, Araucária dá detalhes sobre sua avó materna e a relação que se estabeleceu com sua mãe na infância.

A mãe de Isabella nasceu em Mirim Doce (SC), em 1954. Tem 70 anos e mora em Camboriú (SC). Foi artesã, desenvolvia trabalhos em madeira, foi cozinheira profissional e trabalhava em hotéis. É uma mulher branca, cisgênero, heterossexual e solteira. Teve uma filha. Hoje tem casa própria. Fez o curso de PROEJA<sup>48</sup> no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú, e posteriormente cursou Tecnólogo em Gastronomia pela UNISOCIESC, aos 65 anos.

E aí ela tinha 40 anos quando engravidou. 39, na verdade. E teve com 40. E aí [o companheiro] era tipo a única pessoa que ela tinha, assim, né? Porque sempre se virou sozinha, saiu cedo de casa porque tinha uns 10 irmãos. E aí ela pegou e ficou com ele até me ter. Aí ela teve diabetes gestacional, gravidez de risco pela idade, né?

---

48. Proeja é a modalidade de EJA voltada à educação profissional. Ou seja, além de receber a formação básica, o aluno recebe também uma qualificação ou uma formação técnica. Portanto, essa junção é chamada Proeja ou EJA-EPT. Essa modalidade tem o objetivo de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional, da qual em geral são excluídos justamente por não possuírem o ensino fundamental e/ou médio. **Disponível em:** <<https://ifsc.edu.br/post-intercambistas/10767728/proeja-entenda-do-que-se-trata-esta-educa%C3%A7%C3%A3o-que-transforma-vidas>> **Acesso em:** 18/11/2024.

Daí eu nasci de 6 meses. E aí ela foi aguentando até que ela pudesse separar. Daí ela separou e eu tinha quase 2... quase 2 anos. Ela me conta assim que... como ela não tinha coragem, tinha medo do que ele pudesse fazer. Ele um dia saiu pra trabalhar, ela pegou as coisas todas, encheu o carro de roupa. E ela me conta que foi roupa e uma TV. E saiu pra cá, assim, sem rumo. Daí foi morar com uma amiga. Então, desde lá ela me criou sozinha.

A mãe de Sallas nasceu em São Paulo, em 1947, e faleceu em 2007, dez dias antes de completar 60 anos. Era filha de um relacionamento inter-racial entre um homem negro e uma mulher branca – mas, segundo Sallas, não se lia como uma mulher negra. É uma mulher cisgênero, heterossexual e foi mãe por volta dos 20 anos. Deu à luz cinco filhas e casou aos 45 anos. Foi trabalhadora doméstica, cozinheira e também trabalhou “na prefeitura”, servindo café de madrugada para garis. Estudou até o ensino fundamental e depois, com aproximadamente 50 anos, morando em Santa Catarina, no município de Penha, após seu companheiro se aposentar, fez EJA e completou o ensino médio.

Pensando na cronologia deste *ser mãe*, Sallas diz que, aos 30 anos, sua mãe havia dado à luz, ou parido<sup>49</sup>, quatro meninas, e, aos 36 anos, deu à luz a Sallas, a quinta filha de uma família inteira de mulheres. Experiência que Sallas enaltece em sua fala sempre que possível.

[...] minha mãe com 30 anos já tinha três filhas no primeiro casamento. E ela se separa, passa um tempo, ela tem a Érica e com quatro filhos, 30 anos, separada, vida superdifícil, para tentar dar uma virada, deixa as duas mais velhas com a avó paterna, a Érica com uma tia minha e a Paula com outra tia minha.

Mãe solo é um debate recente. Quando levantamos a questão sobre mãe solo, Araucária destacou que sua mãe, que nasceu e viveu a maternidade nas décadas de 1980 e 1990 no Rio Grande do Sul com suas filhas pequenas, aquela que conheceu na infância, foi *mãe solteira*, pois era desse modo que era vista e tratada. “Minha mãe não foi mãe solo, ela foi mãe solteira, porque era assim que as pessoas diziam que ela era. Ouvia em algumas conversas que as pessoas a chamavam assim [...]”. Marcação importante que encontramos também na fala das outras participantes, que retrata um tempo diferente, uma sociedade igualmente diferente em alguns aspectos.

Observamos nesta fala a imagem que é construída a partir do olhar, da fala do outro: “sou o que dizem que sou”. A história, desde a sociedade patriarcal ocidental, trata as famílias femininas, ou de mães que agora se reivindicam solo, como famílias faltantes, faltantes de um status civil, de um relacionamento romântico duradouro que remete a regras

49. Pensamos aqui na desconstrução do termo, usado como pejorativo. Ao pensarmos no parto, pensamos em parir. Logo, buscamos ressignificar sentidos culturais que há muito foram dados a palavras por algum viés moralizante.

religiosas e moralizantes. Galvão (2020, p. 3) coloca que o “[...] estado civil atrelado ao termo revela que a mulher casada goza de determinado status social não atribuído à mulher solteira, tampouco à mãe que não está inserida em um relacionamento conjugal, como se o casamento por si só fizesse-a atingir um melhor nível social.”

Araucária entende que mãe solo está relacionada à falta de apoio paterno e também de uma rede.

Tá relacionado a essa não rede. A mãe solteira, eu sempre tive o entendimento que é aquela mulher que não é casada, que não tem um marido, enfim, o do ser mãe solteira. Mãe solo já parece que já tem outros aspectos, inclusive, não sei como mencionar, mas tem essa ausência em questão paternal, realmente, ser mãe solo. Ser mãe solteira não significa que não exista uma rede, não existam outras pessoas que fazem parte dessa relação de criar aquele sujeito, né, e eu entendo muito desse modo pelo modo como a gente foi criada.

Esse pensamento que Araucária traz nos leva a refletir sobre essa relação do “ser mãe solteira” e do “ser mãe solo”. Ela busca fazer uma relação sobre o vivido e talvez sobre o que o imaginário social empregou sobre a “mãe solteira” a partir de sua própria experiência. A forma como coloca é como se a “mãe solteira” e a “mãe solo” pudessem coexistir, já que a “mãe solteira”, em algum momento, poderia ter o apoio do genitor, e a mãe solo fosse a “mãe isolada totalmente”. Em algum momento, traz que, mesmo considerando que sua mãe foi “mãe solteira”, devido ao momento histórico, ela nunca, ou bem pouco, recebeu apoio dos genitores ao longo de sua infância e da infância de sua irmã menor. Aqui podemos constatar o quanto o termo “mãe solo” ainda é um termo em construção ou em processo de definição. Para Galvão (2020), *mãe solteira* vem numa perspectiva burocrático-legal e moralista perante as famílias de mulheres, como se estas famílias não fossem legítimas, fossem faltantes. Com isso, reafirmamos que *mãe* não é um estado civil.

Sallas, ao falar de sua mãe, conta a sua história relembrando a história que também foi contada a ela. Fala sobre o que em sua concepção retrata com mais fidelidade a realidade de muitas mulheres com filhos: “mãe solteira, como dizia antigamente, mas eles nunca usam o termo mãe abandonada”. Nesta perspectiva, se essa *mãe solteira* é ser “*mãe abandonada*” ela era *mãe solo*, *mãe sozinha*, como traz muito bem Lima (2021).

Percebemos ao longo das narrativas o quanto as filhas carregam da imagem da mãe em suas memórias de “ausências” e “presenças” cansadas, exaustas, sem paciência, sem lazer e o isolamento de algumas. Sallas não deixa de colocar as dificuldades encontradas por sua mãe que vive cansada, mas que se colocava diante da realidade da melhor forma que encontrava pela sobrevivência de todas. “Então, as meninas, na parte da infância delas,

tiveram essa vida em um outro contexto de família, justamente por essa mãe estar sozinha de novo e os percalços que uma mulher com filhos sozinha passa.” De forma reflexiva, traz uma perspectiva coletiva quando constata que sua mãe viveu o que muitas outras, principalmente da classe trabalhadora, vivenciam no cotidiano: as decisões são as possíveis diante de seus contextos.

Todas elas trazem uma narrativa daqueles que deveriam ou poderiam exercer o papel de pai em suas vidas, mas que por decisão e por uma cultura de abandono não aconteceu. Sallas relembra como a mãe trazia com criatividade uma imagem de um pai que Sallas chama de fictício. A filha pergunta: “Quem é teu pai?”. E a resposta é considerada criativa pela filha.

“O teu pai foi o radialista mais famoso da década de 80 em São Paulo”. Então tem história que eu sou filha do Zé Bétio, tem história que eu sou filha do Zé Russo, tem história que esse pai sempre foi uma... é... uma ficção. Inclusive, eu fiz uma personagem, uma voz, em um filme, que eu sou o rádio, a voz que sai do rádio sou eu, e aí eu fui entrevistada e contei essa história desse pai, desse pai fictício. E aí é muito engraçado, porque todo mundo pergunta: mas de onde veio a veia de artista? De onde surgiu isso? E eu não tenho referência, porque do lado da minha mãe ninguém é artista. E eu falava, ‘deve ser do meu pai, devo ser filha do Zé Bétio mesmo, para ter essa voz desse jeito e essa naturalidade, só pode ser filha do Zé Bétio’ [muitos risos].

A memória vem se multiplicando durante a “narrativa do eu” e Sallas demonstra saudosismo ao lembrar do período antes da ruptura, que experimentou aos 9 anos de idade, com a chegada de um homem em suas vidas. Sua mãe conhece alguém e depois de um tempo começa a namorar e, pela primeira vez, Sallas passa a conviver com um homem em casa. Processo traumático e de afastamento desta família de mulheres, que mistura saudade e dor nas palavras da filha, que são intercaladas por pausas e suspiros. “Nos mudamos de cidade. A gente vai morar em uma cidade a uns 200 quilômetros de Araçatuba, que é Bauru. E só vai eu, as minhas irmãs não puderam ir e tem algumas situações”.

Sallas retoma sobre como pensa a existência do ser mãe solo.

Mesmo com essa presença masculina, eu entendo que a minha mãe continuava sendo uma mãe solo, porque as responsabilizações sobre essa filha que estava lá e as outras, se mantinha da mesma forma. Porque não tinha uma participação efetiva, minha mãe era uma dona de casa, era isso que ela fazia, e ele era o arrimo.

Voltamos a discussão de que, mesmo com a presença masculina dentro de casa, grande parte das mães continuam sendo mães solo.

A palavra “arrimo”, colocada por Sallas, pode representar duas questões: aquele

que se encosta e se apoia em alguém ou, num sentido figurado e na linguagem popular, aquele que sustenta financeiramente a família, sendo muitas vezes o único que trabalha remuneradamente.

Sallas aponta as motivações que levou a mãe a se aproximar deste homem e a manter esse relacionamento. Relacionamento que, em pouco tempo, se mostrou abusivo e que acaba por afastá-la das filhas. Inclusive de Sallas, isolando a mãe até a sua morte. “Ela conhece uma pessoa que diz para ela: ‘você não vai precisar mais trabalhar’”.

Na linha das dificuldades financeiras, que levam casais e principalmente mulheres a manter relacionamentos, Isabella diz ter lido um texto, recomendado por um professor, onde apontava uma dura realidade em que, principalmente as mulheres com filhos, acabam morando junto com outra pessoa em relacionamentos que envolvem amor romântico, mas que também é utilitário, pois dividir as despesas pode ser um alívio. Isabella, bastante reflexiva, diz que, para dividir as contas e o trabalho e para manter o mínimo para suas famílias, essas mulheres buscam outras realidades, uma esperança, que haja algo melhor diante de tudo. Talvez um “salvador” que diminua o cansaço da vida. Ponciá, em seus momentos de devaneios, pensando em tudo que vivera, misturando as saudades do que vivera e do que não vivera, “lembrou-se também de que, quando pequena, vivia sonhando com o dia em que, grande, teria um homem e filhos” (Evaristo, 2021, p. 47).

Sallas segue e confirma a tese, dizendo se tratar de uma possibilidade para diminuir o sofrimento.

Uma chance, também, de ter uma vida menos sofrida. E, de fato, era uma vida menos sofrida, porque ele tinha um emprego federal, era maquinista de trem. Então, não era uma vida dura, difícil, como a gente tinha, nesse sentido de a minha mãe estar sempre muito cansada, a minha mãe estar sempre trabalhando.

De fato não parece, para Sallas, que a vida de sua mãe e de sua família tenha ficado menos sofrida; o sofrimento pode ter apenas mudado de categoria. Evaristo nos diz de Ponciá Vicêncio: “Lá estava ela agora, com seu homem, sem filhos e sem ter encontrado um modo de ser feliz” (Evaristo, 2021, p. 47).

Pela perspectiva da filha é perceptível que muitas indagações ficaram com a partida de sua mãe. Os motivos especulados, analisados e que na fase adulta passou a ser aceito pelas filhas e por Sallas, de forma empática. Mas considera que teve um preço, como ela própria coloca: “O preço foi mudar de cidade, foi deixar as meninas, que já estavam ali. A Paula estava com 16, a Patrícia devia estar com uns 18. Henriete devia estar com 20, com 21,

que é a minha irmã mais velha; também engravidada, vai ter um filho”. Sallas analisa a situação da irmã dentro da perspectiva da reprodução de experiências e de modelos, que, em sua visão, é o que atinge: “dentro dessa perspectiva, de ter uma vida muito difícil, a primeira ideia que vem à cabeça é construir uma família, por entender que talvez você vai sair daquela situação, e aí é uma reprodução de padrão que é histórica.”

A partir de suas experiências enquanto mulher, passa a enxergar toda a situação e o comportamento de sua mãe e de sua família diante de todas as categorias de violências que sofreram. O desejo de formar uma família também é experimentado pela mãe de Araucária, que desejava ser mãe. O início do que seria a sua jornada como mãe solo.

Enfim. E ela encarou, né. Tava ali. Tinha aquela criança que ela diz que desejava, que queria realmente, né. Desejava antes, talvez não pra aquele momento. Mas, enfim. E... E é isso. Depois, da minha irmã também. A minha mãe nunca casou, né. Teve lá seus relacionamentos, seus namoros, enfim. Mas ela nunca casou. E da minha irmã também. Foi de um relacionamento ali... Esse outro homem. E teve minha irmã. E com essa família paterna da minha irmã. Uma família com a qual eu convivi. A família, não o pai. Esse homem não conviveu também com ela. Assim, pelo menos na primeira... Nunca conviveram, mas depois apareceu ali, depois da primeira infância.

Araucária diz nunca ter desejado ser mãe, que não é algo que sente vontade, e suas motivações perpassam pela responsabilidade que isso significa e por todas as dificuldades pelas quais atravessou a vida de sua mãe e de sua família de mulheres: “Mãe é uma coisa gigantesca. Enfim, acho que é difícil quem não é mãe fazer uma definição do todo que é ser mãe, né”. Neste ponto da fala de Araucária podemos pensar neste “todo que é ser mãe”. É permeado de obrigações? De bons sentimentos? Como determinamos o que é ser mãe? O modelo, o padrão da “boa mãe” definido por Vera Iaconelli (2023)? Existem mães que não são boas mães? Aquelas que não são consideradas fortes o suficiente?

O imaginário social coloca expectativa sobre essa figura, uma narrativa idílica de santidade, de caminho sem escolha, discurso que pesa sobre a maternidade e sobre quem a exerce. Quando elas falham, falham sozinhas? Entendemos que o fracasso também é coletivo. A cultura de nossa sociedade empurra as mulheres para esse fazer, o ser mãe. Mas, ao mesmo tempo, não contribui coletivamente para que essa tarefa seja cumprida sem prejuízos para esta mulher que se torna a única responsável pelas vidas que gera. Vale ressaltar que muitas vezes essa mulher está inserida numa família nuclear.

Araucária nos traz aquilo que entende, nesse diálogo com o vivido, através de sua experiência com sua mãe.

E que está vinculado a uma... uma falsa naturalização da coisa, na minha perspectiva de entender que sou da alçada dessa mulher, né, de que é da responsabilidade dela, só dela, é fazer com que esse sujeito viva e sobreviva no mundo pra sempre; porque é um pra sempre ser mãe, não é só da primeira infância. É pra o processo de vida como um todo, né!?

Araucária acredita que as mudanças biológicas são capazes de fazer de quem se torna mãe um “alguém indedutível”, como frisa, capaz de fazer qualquer coisa para cuidar e fazer sobreviver sua cria.

E não sei como, não estudei isso ainda, mas um dia se puder vou ver... porque penso que, de algum modo, ser mãe, e que não significa o parir, necessariamente, não é o ato da adoção em si, mas é o conjunto desse fazer... modifica alguma coisa biologicamente no cérebro dessas pessoas pra ter esse amor incondicional, que troca sim a sua vida, né!? ...no sentido de se exaurir e fazer o que for preciso pra que aquele sujeito viva.

Nesse aspecto, a partir da psicanálise, Vera Iaconelli (2023) traz essa perspectiva da reprodução do corpo e a reprodução do sujeito, que é a mãe e que é a filha, já que a mãe se constitui mãe a partir de um corpo e se faz mãe também a partir de uma construção que não tem a ver com o biológico. O que o gerar e o parir definem? Como esses elementos apontados por Araucária nos ajudam a pensar sobre questões como o imaginário social, o maternalismo, a maternagem e esse aspecto da super-mulher que se coloca em último plano?

Como ela mesma aponta, não tem a ver com o parir ou o ato de adotar; mas coloca aqui para análise a responsabilidade e o comprometimento que não permitem recuo. Não permitem? Ou de fato é o *querer ter filhos e filhas* que leva essas mulheres a serem “as mães”? Ou é a retórica sobre o modelo da “mãe-padrão-ouro” que coloca essas mulheres nesse lugar, nesse destino? Para responder a essas perguntas, trazemos mais um trecho da narrativa de Araucária.

Foi assim que eu vi minha mãe, foi assim que eu conheci o que é o mundo do trabalho, por exemplo, vendo ela se exaurir pra fazer com que aquelas duas criaturas que ela tinha ali sobre a tutela dela, sobre a responsabilidade dela, sobre os ombros dela, no colo dela, fazer viver, fazer sobreviver, né, e ser alguém, inclusive. Inclusive isso!

Somos alguém a partir do processo de humanização. Essas mães trabalharam muito neste processo desde o nascimento de suas crianças. A preocupação constatada na “Carta das Mães”, da mãe de Sallas, nos remete a isso. A questão sobre o “fazer ser alguém” pesa forte.

Quando adentramos aos aspectos sociais e de interação comunitária, as possíveis

formas de preconceito que essas filhas poderiam ter enfrentado, elas dizem que nunca sentiram nada a respeito da vizinhança, na escola ou em outro lugar que seja, nem mesmo nas comunidades religiosas que frequentavam. Araucária relata algo diferente.

Ah, não... é... nessa cidade não era só Dona Dalila. Tinha, mas era, tipo assim, na boataria, né? Era uma coisa velada. Essa senhora, talvez por ela ser a rainha do lugar, ela era mais direta. Assim e às vezes era na narrativa da minha mãe, sabe, de ouvir os enquadros que ela dava nas pessoas quando faziam algumas situações, mas não que elas faziam pra nós.

Araucária relata que essa vizinha, “rainha do bairro”, abordava sua mãe alertando que Araucária-adolescente já estava “na hora de casar”. Essa orientação poderia vir desse lugar? Partia do fato da mãe da Araucária ser mãe solo, ou mãe solteira para a época e para aquela mulher?

Sallas, ao pensar em mãe solo, evoca sua formação artística e sua memória afetiva ao trazer a canção que leremos a seguir, que descreve a grande encenação que parece ser a tentativa de se manter a retórica sobre a família, sobre o modelo de família respeitável e a única considerada sem muitos questionamentos. Em suas palavras, retrata essa perspectiva e ilustra.

É a história de uma mãe solo, que é essa mãe que fica esperando na beira da praia esse pai que nunca aparece. Está aí também, está dito, está cantado, está contado que é uma realidade brasileira muito forte e a família tradicional brasileira já sucumbiu. Ela já não existe mais há muito tempo, ela só é uma invenção simbólica que insistem em manter.

Ele vinha sem muita conversa, sem muito explicar  
 Eu só sei que falava, e cheirava, e gostava de mar  
 Sei que tinha tatuagem no braço e dourado no dente  
 E minha mãe se entregou a esse homem perdidamente[...]  
 Ele, assim como veio viajar, não se sabe pra onde  
 E deixou minha mãe com o olhar cada dia mais longe  
 Esperando, parada, pregada na pedra do porto  
 Com seu único velho vestido cada dia mais curto[...]  
 Quando enfim eu nasci, minha mãe embrulhou-me num manto  
 Me vestia como se eu fosse, assim, uma espécie de santo [...]  
 (Chico Buarque, 1943/ Gesù bambino – Lucio Dalla).

Sallas conta que “o eu lírico da canção é o filho da moça que se apaixonou pelo marinheiro”. Essa busca pelo amor romântico é a idealização da figura de um homem, ou de um pai. E aí chega o abandono, sucumbindo a qualquer expectativa criada durante todo o tempo de espera, trazendo a realidade. Isabella também nos fala do amor que a mãe sentia

pelo homem que consta em sua certidão de nascimento como seu “pai”: “é o homem que ela realmente amou, o amor da vida dela”. Assim como a moça que é deixada no cais, trazida pela canção, a mãe de Isabella precisa se afastar desse homem porque ele engravida outra mulher e a deixa. A mãe, que só se torna mãe quando volta a buscar esse homem-amor vinte anos depois, experimenta a violência, o abandono e a história não termina como esperado, como veremos adiante.

Sobre sofrer preconceito por ser filha de mãe solo, Isabella diz não se recordar de momentos assim, não que tenha percebido.

Assim, de maneira negativa, eu não lembro. Das pessoas, talvez eu não percebesse, né? Não sei. Mas, eu não tenho memória de nada, assim, negativo em relação a ela me criar sozinha. Sempre os meus amigos, tipo assim, sempre lidaram tranquilamente com isso. E, assim, pra mim...

Qualquer preconceito que possa ter passado não a atingiu. Não aparentemente, não conscientemente. “Que nem eu te digo, assim, ela sofreu muito, mas muito sozinha, né? Eu nunca tive essa dimensão”. Isabella não elimina a possibilidade da mãe ter sofrido alguma forma de preconceito nos grupos em que circulava, mas ela reforça a questão de sua mãe ter “sofrido sempre muito sozinha”. As motivações para que esta mulher se mantenha sozinha podem ser diversas.

Sobre a mãe, Isabella relata que, por ela ter vivido sozinha desde quando saiu da casa de sua família, nunca mais teve ninguém para ajudar em decisões difíceis ou acolhê-la. Talvez isso também a leve a se isolar mais e a se fechar. Neste trecho, explica as motivações que levaram sua mãe a sair de casa por ela mesma.

Ela só falou que ela queria sair de casa, porque ela tinha muitos irmãos e são 11. Ela é a quarta. Então ela teve muito que cuidar dos irmãos mais novos. E aí ela pegou e falou que ela queria ter a vida dela. Daí com 20 anos ela saiu de casa, foi pra Blumenau e nunca mais voltou pra cidade. Então ela... Até ela me falava que ela não tinha muito esse vínculo com a própria mãe, sabe? Ela perdeu o vínculo. É, 20 anos, não é tão cedo, mas tipo assim... É. Mas depois que ela saiu, ela nunca mais voltou. Então ela sempre se acostumou a se virar sozinha.

Isabella traz ainda o exemplo de quando sua mãe precisou fugir da própria casa por sofrer violência do seu “pai”, então companheiro de sua mãe, e a partir daí seguiu sozinha e sem buscar apoio de sua família que deixou em Mirim Doce quando tinha vinte anos.

Tipo, quando ela saiu da casa do meu pai, lá, quando separaram, ela não foi buscar família. Ela foi morar com uma amiga. Então assim, ela sempre foi muito sozinha, sabe? Ela não tem muito... Até hoje ela é sozinha. Tipo assim, ela tá sempre em casa

sozinha, ela não tem contato com os irmãos. Ela tem mágoa dos meus tios, porque a única vez que ela pediu ajuda, que foi pra gente morar num apartamento que era da minha avó, eles tocaram a gente de lá. E eu tenho memória disso, tipo, ele saindo, ‘pega as tuas coisas e sai’ e ela meio que não tinha pra onde ir, ela comprou uma casa depois. Ela saiu nas pressas, sabe? Então ela tem muita mágoa dos meus tios.

Essa é uma das razões para que Isabella não tenha contato com a família extensa durante toda a sua infância.

Por ter sido mãe aos 40 anos, a mãe de Isabella, decidiu não se relacionar romanticamente. Este é um ponto que nos parece ser a linha condutora de sua história – a solidão.

E só achava estranho porque minha mãe nunca tinha namorado. Que na escola todo mundo, tipo, se a mãe era separada, ela namorava. E aí... Minha mãe nunca namorou. Eu nunca vi um homem lá em casa. E daí, hoje em dia, ela me conta que foi escolha dela, que ela optou não ter alguém, porque como ela era mais velha e ela tinha uma filha pequena, ela tinha medo em relação ao abuso.

A decisão da mãe parece que está relacionada, em algum sentido, à segurança da filha. A idade é um marcador que aparece constantemente nas falas de Isabella sobre sua mãe.

Ela foi noiva quando eu tinha 5 anos, ela me conta, de um policial, e aí quando tava prestes, assim, tipo, a organizar, ela falou que não queria mais, que a decisão da vida dela seria ser mãe. Então, ela abdicou de relacionamento pra me criar. Aí, assim, isso eu achava estranho, sabe, porque eu tinha muita amiga que a mãe era separada, mas, tipo, namorava, só que também eram mais novas, né? Então, minha mãe já me teve mais velha. Já teve essa questão do relacionamento... Então, mais isso mesmo.

Neste ponto, Isabella volta a falar que a mãe, por estar por volta dos 40 anos, não se relacionava. Sua preocupação em se relacionar com homens se dava pelo fato de ter uma filha pequena e, por isso, não queria submeter a filha a possíveis abusos.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os índices de crimes de violência sexual contra as meninas são altos. Já, “quanto à característica do criminoso, esta continua a mesma: homem (95,4%) e conhecido da vítima (82,5%), sendo que 40,8% eram pais ou padrastos; 37,2% irmãos, primos ou outro parente e 8,7% avós” (Temer, 2022, p. 5). A grande questão não está em torno de um homem ser consanguíneo de uma menina para que cometa o crime de estupro ou abuso sexual contra ela, mas em uma cultura inteira que minimiza a questão e resiste na elaboração de leis e no desenvolvimento de uma educação crítica capaz de preparar as crianças e as famílias para se protegerem destas violências.

O local da violência também permanece o mesmo: 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa. Aqui chamo a atenção para algo que temos defendido constantemente, que é a escola como elemento estratégico fundamental para o enfrentamento do estupro de vulnerável. Isso nos parece muito claro diante da informação de que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa. Sabemos que o enfrentamento de violências não se dá apenas no âmbito da segurança pública e acreditamos que este é um exemplo típico disso. A escola pode ajudar (e já ajuda) no processo de identificação e denúncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção. Muitas vezes o abusador se aproveita da ignorância da criança e, se ela tiver consciência, dependendo da situação, pode mesmo evitar que o abuso ocorra. Fica aqui uma sugestão: não sabemos quantas denúncias de violência sexual chegam por meio da escola e seria muito interessante ter esse dado, fui Delegada de Polícia e boa parte das denúncias tinham esta origem. Para aqueles que acham que o ambiente escolar é um risco para os filhos, vale aqui lembrar que apenas 1% dos casos registrados ocorreu em estabelecimento de ensino (Temer, 2022, p. 5).

Toda essa questão era pouco ou nada difundido na década de 1990, como pode ser vista no capítulo anterior, a preocupação da mãe de Isabella é real. Somente em 2019 as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser especificada: “o Fórum Brasileiro de Segurança Pública conseguiu separar os dados do crime de estupro do crime de estupro de vulnerável, pudemos enxergar que 53,8% desta violência era contra meninas com menos de 13 anos. Esse número sobe para 57,9% em 2020 e 58,8% em 2021” (Temer, 2022, p. 4).

Araucária relembra que a mãe teve seus relacionamentos, mas nunca muito próximo das filhas durante a infância: “lembro de uns namorados. Mas ela não costumava estar com eles em casa. Eventualmente víamos. Mais tarde, quando éramos adolescentes, ela teve um companheiro mais duradouro e ele morou em nossa casa.” Mais uma vez percebemos esse afastamento dos relacionamentos das mães, o que nos parece ser uma forma de proteger as filhas.

Ser filha de mãe solo não representou um problema para as filhas. Não sentiam a ausência de um pai, já que não poderiam sentir falta do que nunca tiveram, e a postura de suas mães diante das filhas as tornou seguras em relação às famílias que tinham. Aparentemente, não viam como algo ímpar, diferente ou “faltante”.

Sallas fala dessa satisfação de ter tido uma família só de mulheres por muito tempo.

Sim, eu acho que tem a coisa que, em maior ou menor grau, vai influenciar que é essa relação de força mesmo, de você ser uma sobrevivente do sistema. Eu me vejo como uma sobrevivente do sistema. E hoje eu já consigo reconhecer e agradecer. Que bom que eu sou filha de uma mãe solo. Já consegui encontrar um lugar de satisfação dentro dessa perspectiva. Uma parte da minha infância que foi muito diferente do processo das minhas irmãs, porque ali minha mãe foi mãe solo por

muito tempo, até. Imagina! A Henri e a Pati foram morar com a minha avó com a idade que eu tinha, oito para nove anos, e voltaram a morar com a minha mãe elas já tinham 11, 12; e aí minha mãe só foi ter de novo outro relacionamento [quando] a Henri já estava com 20. Então foi um período de muito tempo sozinha, minha mãe dando conta de tudo.

As imagens das mães vão tomando uma dimensão que buscamos não criar, nem aumentar, pois são mulheres reais narradas pelas filhas, que as veem como fortes e até heroínas diante de tudo que enfrentaram para manter a sobrevivência. Lutas diárias pela sobrevivência, aliás, que são o tema do próximo tópico.

### 3.3 TRABALHO REMUNERADO E DE CUIDADOS: O ACÚMULO, OS ATALHOS E AS PRESENCAS-AUSÊNCIAS

“Minha mãe sempre costurou a vida a fio de ferro.” (Conceição Evaristo, 2020, n.p.)

“Na infância, quando ela chegava do trabalho, ligava a TV e cochilava no sofá.” (Sallas)

O trabalho<sup>50</sup> remunerado desenvolvido por estas mulheres foi um marcador importante na fala das filhas. Algumas palavras-chave se destacaram para descrever essa relação que envolve “o tempo de trabalho remunerado” (Maria de la Paz López Barajas, 2016; Lourdes Maria Bandeira; Renata Barreto Preturlan, 2016) das mães pela sobrevivência: longas ausências, esforço para estarem presentes, cansaço constante e tempo.

O tempo filosófico e poético, próprio das infâncias, um tempo difícil de mensurar, se transforma em tempo relógio, em presenças-ausências que seguem as filhas e as mães. O tempo faltante, o tempo que não dura, que não sobra, o tempo que não se tem, o tempo perdido, o tempo dedicado.

Entre as mães, notamos uma formação escolar incompleta. É com mais de 50 anos que duas delas voltam a estudar para completar a Educação Básica. Essa característica, que se repete entre as mães das participantes, é confirmada pelas estatísticas que apontam maior número de mulheres nas salas de EJA após completarem seus 40 anos, como já mencionamos na página 16 desta dissertação. Para a mãe de Araucária, o trabalho doméstico remunerado por vezes a levava residir com sua família na casa da “patroa”, o que aparentemente dava uma certa segurança, pois não tinham que pagar aluguel. Araucária relata: “minha mãe foi

**50.** Lourdes Maria Bandeira e Renata Barreto Preturlan (2016, p. 45) colocam: “o que é definido como trabalho é o tempo total de trabalho, que é composto pela soma do tempo de trabalho remunerado (formal e/ou formalizado), e do tempo de trabalho gasto nas atividades domésticas e/ou cuidados não remunerado. Trata-se de tempos considerados, ainda, como dois domínios separados e excludentes do tempo pessoal. Quando somadas as jornadas, o tempo total destinado ao trabalho é sempre maior para as mulheres”.

doméstica e faxineira por muito tempo da vida, né? O maior tempo da nossa sobrevivência foi vendendo a força de trabalho dela na casa de outras pessoas. Limpando a casa de outras pessoas”. Elisabeth de Souza-Lobo diz que, “o trabalho doméstico faz parte da condição da mulher e o trabalho remunerado faz parte da condição da mulher pobre” (2021, p. 84), Maria de la Paz López Barajas traz para a análise o desequilíbrio da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres.

O desequilíbrio na divisão das responsabilidades do lar, por exemplo, repercute diretamente nas possibilidades, para as mulheres, de ter acesso a empregos no setor formal da economia, decorrendo disso que se vejam limitadas no tocante às prestações de seguridade social, que sejam empregadas em setores econômicos de baixa remuneração e tenham menos tempo para receber uma educação formal, entre outros. Este último aspecto é especialmente grave no caso das meninas (Barajas, 2016, p. 23).

Porém, refletimos o caso específico das mães solo que, em sua maioria, foram abandonadas, estão sozinha na luta por sobrevivência e, por estas condições, verificamos que suas jornadas não permitiam o uso do tempo para estudar, pois não tinham com quem dividir o trabalho de cuidado e nem dividir as contas, que muitas vezes eram somadas ao final do dia, pois trabalhavam por diárias.

Araucária faz um relato muito importante sobre um dos trabalhos de sua mãe, que precisou levar para a terapia para compreender este período marcante em sua memória.

Dentro desse processo, toquei em um ponto que é parte da minha história lá, que a gente morou num lugar que a minha mãe trabalhava. Foi num internato. Ela trabalhava nesse lugar. E a gente morava lá. E... A gente tinha mãe lá. Ela e outra mulher cuidavam de... em um determinado momento, de 55 crianças. E os filhos delas. E... E eu era bem pequena quando isso aconteceu. Enfim... Foi por conta da... Até da terapia que eu comecei a perceber o porquê que era tão sensível tocar nisso, né? Porque... Eram duas adultas pra toda aquela gente.

Ela segue relatando o contexto que evidencia e escancara a falta de estrutura para que pessoas de baixa renda, em especial, crianças, tenham acesso a cuidado e formação. Qual a responsabilidade do Estado nessa relação? Lembrando que estamos falando do final da década de 1980 e início de 1990, no Rio Grande do Sul.

Elas limpavam, elas cozinhavam, elas cuidavam de todo mundo. Elas que dividiam as tarefas de quem era maior, de quem era menor, de quem cuida de quem, de quem faz isso, quem faz aquilo. Então, era... uma grande casa. É... cuidada e mantida por duas mulheres. Com suas famílias lá dentro. E... isso foi... acho que até uns 6 anos... 5, 6 anos de idade. Acho que a gente morou uns... 4 anos. Talvez ali 3, 4 anos. Por aí. Enfim, e aí... eu vivi uma infância muito feliz. Brincava com um monte de criança lá. Estava cuidada, estava alimentada. Mas, tinha essa dinâmica

gigante. Tinha... muita... presença do que é a pobreza, a miséria, a negligência dentro desse contexto que eu estava inserida. Eu fazia parte também desse contexto.

Esse relato de Araucária se mistura a muitos pontos aqui já levantados e traz elementos marcantes sobre a infância, sobre a enorme responsabilidade de sua mãe, junto de outra mulher, por uma estrutura de cuidado enorme. Nos dias de “folga”, a mãe levava as filhas e as crianças que não tinham casa ou família para dar um passeio, aos finais de semana. Mas folga para quem?

As crianças que iam pra lá, elas passavam a semana lá. E no fim de semana iam pra casa. E tinha aquelas que não iam pra casa. Porque não tinham pra onde ir. Então eram essas crianças que, muitas vezes, no fim de semana, a minha mãe fazia questão da gente não ficar lá. Era o dia que ela tinha folga. Às vezes ela levava uma ou outra dessas crianças pra esses momentos que a gente tinha de ir num circo, de ir no cinema, de ir assistir o teatro na praça. De ir almoçar na casa de alguém no domingo de páscoa. E isso é um ponto que eu ainda não sei falar sobre, mas que toca. Eu não sinto como uma ausência, mas o fato de derramar desse jeito é porque tem coisa ainda que não foi dito. Enfim, como tu mencionou antes, a experiência dentro de algumas perspectivas precisam ser expressas, comunicadas. Talvez não só oralmente, mas falar disso hoje é que me parece sensível, porque até então não era [choro].

Hildete Pereira de Melo (1998), nos ajuda a pensar ao remontar a história do trabalho das mulheres no Brasil.

O serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. As migrantes rurais-urbanas têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade (...) o abrigo, a comida, a casa e a família” [Castro (1982)], porta de entrada para o mercado de trabalho urbano, as mulheres iniciavam esse trabalho nas casas de famílias a título de “ajuda”. Provavelmente, a oferta e os baixos salários pagos a essas trabalhadoras possibilitaram que as mulheres dos extratos de renda médios e altos ingressassem no mercado de trabalho nas últimas décadas, sem que a sociedade criasse em contrapartida serviços coletivos de creches, escolas em tempo integral, atividades que diminuíssem em parte os encargos familiares com a socialização das crianças (Hildete Pereira de Melo, 1998, p.11).

Neste último caso, apresentado por Araucária, ela fala de um trabalho de cuidado institucionalizado que inclui cuidado com crianças e trabalho doméstico, neste caso remunerado, misturado a vida pessoal dessas mulheres e suas famílias.

O trabalho com a cozinha, com preparo de alimentos, em especial, aparece bastante, nas narrativas de Sallas e Isabella. A última, inclusive, diz que a mãe foi confeitadeira trabalhando em panificadoras e hotéis, o que talvez garantisse um trabalho com mais direitos estabelecidos, pois nos remete a mais estabilidade. Isabella ainda nos relata que sua mãe, como vimos no tópico anterior, com 60 anos, concluiu um curso tecnólogo em Gastronomia.

Mas o que queremos destacar fazendo essa contextualização é levar leitoras e leitores a refletirem o quanto de trabalho era preciso para ter o dinheiro suficiente para as mães manterem diariamente suas famílias sozinhas. Suas vidas eram resumidas a essa tarefa de sobrevivência. Isabella diz que, por vezes, a mãe saía das casas de aluguel porque não tinha mais dinheiro e ficava devendo. Supomos que o preço do aluguel e da alimentação neste período crescia mais que a valorização do salário mínimo, acentuado pela economia bastante instável até o Plano Real se estabilizar, momento que gerou maior poder de compra para a classe trabalhadora e estabilidade nos preços.

Araucária nos apresenta que as várias mudanças de casas, esse migrar constante e dentro da própria cidade, estavam intimamente ligadas à “quantidade de dinheiro disponível”.

Era bem dia a dia ganhar o pão, né. Minha mãe fazia, ela era doméstica, mas por muitas vezes ela fazia a faxina. A faxina tu ganha no dia, tu ganha pelo trabalho. Então, às vezes dependia de ter uma faxina naquele dia ou não ter, né. Então, isso de nós mudarmos, muitas vezes também tinha a ver com isso. O aluguel aumentava, então tem que sair, tem que achar um outro lugar, né, enfim. Então, faltava bastante dinheiro... faltava bastante dinheiro. Mas, felizmente nunca passamos fome, mas comemos muito “macarrão, alho e óleo”. Não como macarrão, só se tiver um molho por cima. Pode ser de qualquer coisa [risos].

Melo apresenta alguns dados a respeito do emprego feminino entre 1970 e 1980. Neste período, as mães das participantes já eram trabalhadoras remuneradas e não remuneradas nos afazeres domésticos, como é próprio de sociedades patriarcais, pois as meninas já fazem tarefas domésticas e de cuidado desde muito cedo.

Os anos compreendidos entre 1970 e 1980 foram significativos para as mulheres brasileiras, quanto a sua participação no espaço público. O emprego feminino cresceu 92% e o serviço doméstico remunerado, 43%. O avanço do processo de industrialização da economia brasileira e sua ligeira desconcentração, nesta década, explicam a queda na importância do emprego doméstico para as mulheres brasileiras: em 1970, representava 27% e em 1980 aproximadamente 20% das trabalhadoras. No caso brasileiro, apresenta-se ainda como ocupação oriunda da senzala, pois com a industrialização processaram-se mudanças, mas não o seu fim. Contudo, as transformações no serviço doméstico remunerado objetivavam modificar a relação patroa/empregada doméstica, tornando-a menos pessoal, sem relações de parentesco fictícias e de ajuda à trabalhadora e sua família. Houve uma certa “profissionalização” ou “mercantilização” do posto de trabalho diferente da antiga relação, construída numa dimensão pessoal muito estreita (Melo, 1998, p. 3-4).

Pensando neste contexto, precisamos retornar ao período entre 1980 a 2000, onde essas mulheres tinham suas filhas ainda crianças ou adolescentes e precisavam manter toda a estrutura que demanda o desenvolvimento de crianças. Pensando na dimensão dessas famílias,

a família de Araucária era composta de uma adulta e duas crianças; a de Sallas, uma adulta, uma criança e quatro adolescentes; a de Isabella, uma adulta e uma criança.

Melo adentra uma questão importante para as mulheres quando diz que, “como as mulheres pobres não têm voz no cenário político, restaram-lhes as soluções improvisadas para a guarda dos seus próprios filhos, sem interferência do Estado” (1998, p. 11). Como essas mulheres gestaram e trabalharam para manter suas famílias e a si próprias, com aluguel para pagar, com trabalhos remunerados muitas vezes informais? Qual tempo tiveram junto as suas filhas recém-nascidas? Amamentaram?

Segundo as filhas, elas frequentaram creches desde muito cedo. Araucária, com aproximadamente dois anos. Isabella, desde um ano. Sallas frequentou a partir dos quatro anos. E antes deste período, onde estas crianças ficavam enquanto as mães trabalhavam? Sallas, sendo a mais nova entre cinco filhas, ficava com suas irmãs adolescentes. E as demais? São questões que se apresentam com a reflexão. Quanto à luta por políticas pública eram, e ainda são, fator importante para a vida das mulheres.

Estamos falando aqui do contexto das décadas de 1980 e 1990. Sallas, nascida em 1983, já em 1987 estava frequentando uma creche particular, no estado de São Paulo. Assim como Isabella, que também frequentou creche particular durante quatro anos, dois anos em Florianópolis e dois em Balneário Camboriú. Já Araucária frequentou creche pública por um período e depois, até seus seis anos, frequentou uma instituição filantrópica, que recebia recursos públicos, onde sua mãe trabalhou.

Daniela Finco (2018), apresenta a discussão sobre a luta das mulheres trabalhadoras por creches, principalmente a partir dos anos de 1970. A luta se dava pensando nas relações de gênero e na constante opressão que situava as mulheres como as únicas responsáveis pela educação das crianças, o que reduzia o tempo para que pudessem trabalhar, estudar e ocupar o cenário público. A autora nos diz: “a Educação Infantil, no Brasil, nasce como um instrumento emancipador das relações entre homens e mulheres na sociedade” (Finco, 2018, p. 9). Indiretamente, diz também que a “economia do tempo”, tempo dividido, oferece às mães solo algum tempo para si e para ampliar a renda, gerando assim maior estabilidade, reduzindo as horas de trabalho de cuidado junto às filhas.

Sallas relembra dos dois empregos de sua mãe e da sobrecarga de trabalho, que era perceptível pela filha pequena devido ao cansaço da mãe.

Lembro, de muito pequena, minha mãe sempre muito cansada, porque ela trabalhava em dois empregos, um de empregada doméstica e outro, do que eu lembro, ela era funcionária da prefeitura, fazia o café para os garis e para as varredoras de rua. E

esse trabalho era de madrugada, então ela entrava uma da manhã, saía às seis e às sete ela pegava na casa de família e ia até as cinco da tarde. Então, a minha imagem de infância é minha mãe no sofá, ali pelas oito da noite, encostada, e eu falava: “mãe, você está dormindo?” Ela fala: “não, estou acordada!”, de olho fechado, assim, da exaustão mesmo do trabalho. Era uma imagem recorrente, uma pergunta recorrente de pequena.

Ao direcionarmos nossa escrita para refletir o trabalho de cuidado, de reprodução social, trabalho sem remuneração destinado às mulheres por uma cultura machista e patriarcal, evidenciamos o trabalho que as mães precisam executar para manter suas filhas. Enquanto faziam a manutenção da vida de outras famílias, suas filhas nem sempre tiveram alguém que estivesse com elas nos momentos das ausências, o que chamamos de *rede de apoio*, que poderia ser composta por amigos, parentes e serviços públicos escassos para o período e, a depender da região e da política aplicada, até nos dias atuais.

Araucária fala sobre redes de apoio à sua mãe na manutenção e auxílio desse cuidado com as filhas, mas que era algo pontual, feito por amigas de sua mãe.

De modo consanguíneo a gente não tem parentes nessa proximidade, assim. Mas a gente tem vários tios que são os amigos da minha mãe, a gente tem tias que são as amigas da minha mãe, tem essas pessoas com as quais a gente conviveu ao longo desse tempo de formação humana, né. E era e é a nossa rede, né, é esse conjunto, né. Foram muitas vezes essas pessoas que nos cuidaram em determinado momento, por exemplo, em alguma situação ou outra. Era com quem a gente passava o domingo de Páscoa.

Isabella narra de forma cronológica as experiências de trabalho de sua mãe das quais se recorda.

Os trabalhos da minha mãe, assim, por volta de uns 8, 9 anos, ela foi gerente de uma fábrica. Na cidade que foi uma das que a gente morou, Mirim Doce, que é a cidade natal dela. Então, ela saiu de Mirim Doce, veio pra Balneário, Ela tinha comprado uma banca no camelô. Na verdade, ela veio como sacoleira, e aí eles estavam recém-fazendo lá. E ela ficou lá, enchendo o saco do cara pra tentar comprar alguma coisa. E o cara se compadeceu, porque era só ela e eu. Vendeu esse lote, que até hoje é o sustento da minha mãe. É a aposentadoria dela, é aquela banca que ela tem, que hoje em dia tem aluguel. Mas, na época, não valia nada. Comprou esse lugar, mas ela tinha que trabalhar com outras coisas, né? Ela pagava essa banca. E aí, ela trabalhava de bico. Ela trabalhou muito de confeitaria. Trabalhou em hotéis, fazendo o café da manhã. Trabalhou em padaria. E, por muito tempo, ela trabalhou com artesanato.

Ao relembrar do esforço da mãe para reunir dinheiro para sustentá-las, relata essa jornada intensa para dar conta das despesas.

Ficou bem próximo o tempo de trabalho nessas duas coisas. Com parte de hotel e padaria, e com reforma de móveis. Ela ia na casa das pessoas. Você queria fazer um móvel com algum tipo de pintura ela ia na tua casa e fazia. E ela vendeu muita madeira, caixinha de madeira, sabe? Até depois que ela pagou essa banca, ela assumiu essa banca vendendo as caixinhas de madeira. Mas, daí, ela sustentava a gente com essas vendas de artesanato. E bolsas também. Ela fez bolsa de tecido. Então, sempre foi artesanato e a parte da confeitaria.

Isabella diz que a mãe sempre deu preferência a trabalhos que garantissem mais autonomia de horário para que pudesse estar disponível para a filha. Como vamos constatando, as mães acabavam optando por trabalhos informais para equilibrar o tempo que precisava ser dividido com o trabalho de cuidado com suas crianças. Com o relato de Isabella, percebemos que, por mais que, aparentemente, sua família tinha mais estabilidade que as outras duas aqui estudadas, há presença do trabalho informal justamente por conta do trabalho de cuidado. Ela relata sobre a renda de sua família e diz que teve pensão: “ela entrou na justiça e conseguiu pensão. Mas, na época até, a maior briga que eu tinha com o meu pai era essa. Que ele queria tirar a pensão. E, na verdade, a pensão, tipo assim, mal dá pras coisas, né?”.

A relação destas famílias com o trabalho fica bastante evidente pelo “peso” dado a esta questão no relato das filhas. Não que em famílias onde as mães não estejam absolutamente sozinhas não se dê a mesma importância, mas este tema é bastante latente nas falas das filhas entrevistadas.

Araucária traz uma questão importante que observa depois de adulta sobre sua mãe. A necessidade de ser mais do que uma trabalhadora ou alguém que vive para trabalhar remuneradamente e cuidar das filhas; alguém que não precisa dar satisfação de onde vai aos sábados, por exemplo, e cuidar de si. Relata em tom de brincadeira: “Era nos sábados que ela tava em casa e saía pra comprar bife, chuleta, geralmente. Acho que era o mais barato. E ela saía e, tipo, nunca mais voltava. É uma piada minha e da minha irmã. Se ela sai perto do meio-dia dizendo que vai buscar alguma coisa, posso saber que não vai voltar”.

Araucária procura fazer um movimento de reflexão sobre sua mãe enquanto mulher. Pensar a partir do “hoje”, naquela mulher quem foi sua mãe diante das demandas que se apresentavam com a maternidade solo que consumia todo o seu tempo. “Fico pensando, quanto que não queria fugir de encarar tudo aquilo, né? ‘Poxa, o tempo que seria pra mim, ter que encarar tudo, casa, filhos e tudo que tá lá’. Mas, isso é um pensamento que tenho hoje, naquele momento não pensava desse jeito. E a gente ri sobre isso”.

As mães trabalhavam em serviços informais, que as levavam a ter uma renda mais baixa. Até quem tinha trabalho fixo como trabalhadora doméstica sofria com instabilidade e

falta de direitos, pois demorou muito para a profissão ser regulamentada. Elas não tinham acesso a direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro e aposentadoria, o que, provavelmente, comprometeu a chegada da velhice. As mulheres são afetadas pela falta da garantia de direitos, principalmente as que são mães solo, ficando expostas a situações de exploração por muitas vezes precisarem do trabalho informal para que possam administrar o tempo.

É a partir dos anos 1970 que as pesquisas do *uso do tempo* passam a ser utilizadas com mais frequência pelas feministas, sendo usadas para evidenciar a importância do trabalho doméstico não remunerado (Barajas, 2013, p. 25). Com tudo isso que apresentamos, imaginamos essas mulheres em seus momentos reduzidos em casa, tendo ainda que dar conta de todo um trabalho não remunerado, um trabalho de cuidado com as filhas e com o lar, como o alimentar, lavar as roupas, organizar e limpar a casa, acompanhar a vida escolar, planejar um futuro melhor sem tantos sacrifícios e ausências. E, ao conhecermos a trajetória das jornadas de trabalho remunerado e das rotinas destas mães, apresentadas pelas filhas, compreendemos as lacunas sociais que precisam ser supridas com políticas públicas capazes de estruturar famílias vulneráveis, garantindo equidade social.

Além de todas essas atribuições, as violências de gênero marcaram suas vidas, como será visto no próximo tópico.

### 3.4 FILHAS, MÃES, AVÓS: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS ENCRUZILHADAS DAS GERAÇÕES

Ao traçar paralelos entre as participantes, temos três mulheres que nasceram entre 1983 a 1994, décadas importantes para a construção da democracia no Brasil. Elas nasceram no final do milênio. E o que mudou? Nas histórias narradas, há presença evidente das violências de gênero e de classe atravessadas.

A avó de Araucária, quando adolescente, morreu no parto de sua mãe, engravidada pelo filho do patrão. Já sua mãe, criança, “filha bastarda”, nas palavras de Araucária, foi “dada de presente” para a tia no dia do casamento, quando começou seu trabalho como doméstica. Araucária traz a história de sua mãe através da história trágica de sua avó materna.

Ela [a mãe de Araucária] foi criada por essa família do pai dela, e ele [o avô de Araucária] não criou ela, nunca se envolveu. O pouco que teve foi repúdio em relação. E, depois de um tempo, ela foi criada por uma tia, que nem era consanguínea dela. Ela foi dada de presente, praticamente, para esta mulher quando ela [a tia] casou. Era uma mulher de outra família. O tio era consanguíneo dela.

Enfim... E foi a tia que criou ela, não era a mãe; nunca se comportou desse modo também. É a tia! E ela morou lá e depois ela foi morar em Santa Maria. É quando ela era adolescente. Enfim... Foram para lá a família inteira. Ah, e o tio foi assassinado em praça pública na frente de uma das primas dela.

A filha da empregada e o filho do patrão, com idades parecidas. A avó de Araucária foi engravidada na adolescência e morreu no parto de sua mãe. A mãe foi criada como bastarda pelos tios paternos, levada como “presente de casamento”. Araucária reflete com olhar meio inquieto ao falar nessa história não tão distante de si, que também é sua: “ela [sua mãe] morou lá, foi criada nesse lugar, por essa família ali que era da parte desse progenitor dela. Depois é dada pra essa tia, né, recém-casada”.

O evento trágico ocorreu em 1958, data de nascimento da mãe de Araucária, quando o código civil vigente era ainda o de 1916. Seleccionamos alguns dos artigos daquele código que demonstram a forma como a lei era estabelecida por homens para as mulheres em geral.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

V. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal.

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).

IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.

O quanto estas leis construídas por homens, em nosso entender, facilitam a determinada categoria de homem, brancos das elites e misóginos. Não queremos entrar em análises sobre a categoria *homens*, mas estes, com leis como esta, se beneficiam direta e indiretamente como “num grande acordo nacional”<sup>51</sup>.

A seguir, o código civil diz o que pode fazer a mulher casada sem autorização daquele que passa a ser seu chefe, seu dono, sendo ela, então, parte do patrimônio deste.

Art. 248. Independentemente de autorização, pode a mulher casada:

I. Exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas dos filhos de leito anterior (art. 329).

<sup>51</sup>. Neste ponto fazemos uma ligação com o “grande acordo nacional”, “com supremo, com tudo.” que levou ao impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff.

II. Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado ou alienado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, nº I).

IV. Reivindicar os bens comuns móveis ou imóveis doados, ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

V. Dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior, e de quaisquer outros que possuam livres da administração do marido, *não sendo imóveis*.

VI. Promover os meios assecuratórios e as acções que, em razão do dote ou de outros bens seus, sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem (arts. 263, 269 e 289).

VII. Propor a acção anulatória do casamento (arts. 207 e seguintes).

VIII. Propor a acção de desquite (art. 316).

IX. Pedir alimentos, quando lhe couberem (art. 224).

X. Fazer testamento ou disposições de última vontade.

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda, ou outro contrato.

Neste ponto, fazemos relação com a violência patrimonial que a mãe de Isabella sofre. Não temos informações se o relacionamento foi oficializado, porém este homem entendeu que a casa, que era dela, passou a ser dele, como fosse assim um “dote”, como consta no inciso VI.

Veremos neste próximo ponto as atribuições destas mulheres, ou ainda os “privilégios” que a elas eram concedidos quando o “seu homem” não estava disponível para ocupar esse posto de chefia estabelecido na lei.

Art. 251. À mulher compete a direção e a administração do casal, quando o marido:

I. Estiver em lugar remoto, ou não sabido.

II. Estiver em cárcere por mais de dois anos.

III. For judicialmente declarado interdito.

Art. 320. No desquite judicial, sendo a mulher inocente e pobre, prestar-lhe-á o marido a pensão alimentícia, que o juiz fixar.

Art. 380. Durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família (art. 233), e, na falta ou impedimento seu, a mulher.

(Brasil, 1916, grifo nosso).

E, por fim, analisamos o art. 320 que nos chama atenção quando menciona que “No desquite judicial, sendo a mulher inocente e pobre, prestar-lhe-á o marido a pensão alimentícia [...]”. Este artigo nos traz diversos elementos para medir a misoginia do Estado, mas focamos no ponto em que menciona a palavra “inocente”. O que quer dizer “inocente” para o Estado? O questionamento que trazemos é para confrontar essa estrutura que perdura. Ilustramos a afirmativa anterior com o caso de Mariana Ferrer, que veremos no próximo capítulo. Quem é passível de ser inocente perante um Estado inquisidor, que questiona

mulheres e que inocenta homens brancos das elites? A barbárie normalizada para meninas e mulheres.

É em um tempo em que leis como estas são construídas ou mantidas como premissa que a avó de Araucária morre no parto de sua filha com o filho da patroa de sua mãe. Na verdade, filho do patrão, até que ele se faça ausente para que a “mulher” tenha autoridade sobre os filhos, se seguirmos aqui o Código Civil citado anteriormente. Sobre o fato da adolescente ter morrido no parto: patroa e empregada, bisavós de Araucária. Essas relações tiveram consequências desastrosas: a morte de uma adolescente (não temos informação sobre sua idade); uma criança que fica na família paterna e não foi cuidada pelo pseudo-pai. Também não sabemos as razões de não ter ficado com a família materna; a criança ter vínculo de trabalho doméstico na família até sua saída deste contexto para nunca mais voltar. Trabalho infantil não remunerado. Análogo a escravidão?

Essa relação sob a qual a mãe de Araucária cresce já é própria da violência que toda a história demarca nos papéis sociais intrínsecos da sociedade brasileira, estruturada no trabalho escravo. Muito tempo se passou daquele período e o *modus operandi* não muda; se transforma na “ajuda” em troca de trabalho doméstico e de cuidado sem remuneração. Violência de gênero e de classe e, em muitos casos, ou na maioria deles, também racial. Provavelmente a mãe da Araucária era “quase da família”, se não fosse filha da filha da empregada, filha fora do casamento.

Isabella relata que sua mãe conheceu o homem, que constaria como seu “pai” em sua certidão de nascimento, ainda na adolescência. Namoraram e terminaram, pois ele se relacionou com outra pessoa e a engravidou. Neste momento, ele rompe com a mãe de Isabella. Depois de mais de vinte anos e de um relacionamento que não realizaria o desejo dela de se tornar mãe, voltou a procurar o amor da adolescência, quem ainda amava. Os dois, desimpedidos de outros relacionamentos, retomaram o relacionamento e engravidaram – nasce Isabella. Mas não demorou muito para que ela se desse conta de que precisava fugir daquele homem, que Isabella considera ter sido “o amor de sua vida”. A partir do relato de Isabella, interpretamos que sua mãe estava sofrendo alguns tipos de violência, como cárcere privado, violência psicológica e patrimonial.

Ela me contava que ele falava que ela tinha que ficar em casa. Que ela era mulher, tinha que cuidar da casa e ele saía. Eles moravam num sítio, que era dela na verdade; ela trouxe ele pra dentro da casa dela. E aí, depois, ele trancava e saía pra farra e chegava bêbado.

Conforme traz a Lei Maria da Penha, as violências contras as mulheres se expressam de diversas formas, como discutido no capítulo 2 desta dissertação.

Isabella remonta a história que a ela foi contada sobre a violência patrimonial que sofreram, que sua mãe sofre do seu então “pai”.

Aí, depois... Daí tem mais isso, também. Meu Deus do céu! Como a pessoa já fica [se emociona]... Aí ela entrou na justiça. E daí eles fizeram um acordo. Ele ficaria com o sítio. E ele daria um apartamento pra ela. Eles trocariam, na verdade. E ela não queria se estressar. Deixou ele com o sítio. Daí pra ajudar, o apartamento que ele negociou com ela... era onde as minhas irmãs moravam. Tinha gente morando. Então não tinha como a minha mãe conseguir o apartamento. Ela teve que entrar na justiça contra a mãe das minhas irmãs de parte de pai. Ficou 10 anos na justiça. Daí ela conseguiu o apartamento. Mas, dez anos ela se virou sozinha. E ele ficou com o sítio e ela... Ficou sem nada. Aí teve que ficar vivendo... Casa de amigo, casa de...

A mãe de Isabella, ainda com a filha muito pequena, migrou para a casa de uma amiga. Ele permaneceu com a casa por um longo tempo e, somente depois de ação judicial, recebeu o direito de retomar parte do patrimônio. Isabella relata o comportamento do progenitor: “Não era, não sei se enquadra numa violência doméstica. Porque não tinha agressão física, mas tinha psicológica, né? Então é uma agressão também. E aí ela tinha 40 anos quando engravidou”.

Aparentemente, a situação não havia sido pensada, até então, como violência de gênero ou doméstica, considerando que Isabella tinha quase dois anos. Ou seja, elas estavam no ano de 1996, aproximadamente, e os debates sociais sobre violência de gênero, embora já acontecessem, ainda não atingiam todas as mulheres.

[...] Talvez o erro nem fosse dele, fosse dela, somente dela. Ele era assim mesmo. Durante todos aqueles anos, calado, do trabalho para casa, sempre na repetição do mesmo gesto. Quando estava sem trabalho algum, ficava preso dentro de casa ou em algum boteco pelas redondezas. Bebia, mas não muito. Tinha natureza fraca, não era preciso muito para que ficasse tonto. Ultimamente andava muito bravo com ela, por qualquer coisa lhe enchia de socos e pontapés (Evaristo, 2021, 47).

Já Sallas vive a ruptura com o modelo de família que reconhecia-reconhece, uma família de mulheres, e considera que a violência chega com as regras e modos masculinos em seu cotidiano, com a chegada de um namorado da mãe, quando, com 9 anos, vai morar com a mãe e o namorado na casa dele. A violência chega em forma de silêncio, trancas, controle e abuso sexual muito em breve. Sallas relembra: “Bom, e aí, esse período de vida dos 9 aos 15 anos, que é o tempo que eu vivo nesse formato”. Neste período, fugas são consentidas por sua mãe e, por vezes, planejadas por ela, necessárias para não ficar disponível para este homem,

que chega como solução para o cansaço que fazia parte de sua mãe desde sempre.

Relembra da nova organização e da estética apresentada a elas. O novo modo de viver rompe abruptamente a forma que entendia suas relações, que foi apresentada desde o nascimento. Ela descreve o que visualiza em sua memória, registrada desde os seus 10 anos.

Cadeado do portão era uma coisa muito absurda, os gomos da corrente eram supergrosseiros, um cadeado gigantesco, [...]. Roubaram tudo um pouco antes da minha mãe mudar para lá e tiveram que comprar tudo de novo, então, essa era a justificativa para aquele sistema prisional que a gente vivia. Então, era tudo muito sinistro e tudo muito velado: muro muito alto, uma coisa bem... Imagina, eu venho de uma casa de COHAB que não tinha muro na frente, tinha portão, tinha só um monte de árvore e já era a porta da casa, então a gente não vivia nessa iminência de perigo. Simbolicamente, também, a codificação muda relacionada a essa presença masculina, que também vem com uma imposição de força, de sigilo. Então isso foi muito forte.

É importante registrar que a menina Sallas estranha todas aquelas novas regras, mas insisto na estética do lugar, pois ela fala com detalhes como era a casa e o sistema de “segurança” desenvolvido por aquele “homem-solução”.

Houve, segundo Sallas, a tentativa de um modelo de família nuclear que, no imaginário social, poderia vir a ser a solução para a maioria dos problemas, mas não aconteceu. A filha chama de “forçaço”; acreditamos que, por parte da mãe e do “marido da mãe”, como Sallas o considerava, era para “criar” um pai ou o que deveria ser, no imaginário social, o ideal de família. Porém, se estabeleceu a impossibilidade de concretizar esse querer, como justifica Sallas sobre o processo: “justamente porque a relação se estabeleceu pouco tempo depois, em uma sequência de abusos psicológicos, físicos, sexuais, etc. Então, por mais que houvesse uma forçaço de barra para ter o ‘pai’, não era, nunca foi, e por muito tempo eu me referia a ele como ‘o marido da minha mãe’, ele não é nada meu”. Nesse processo violento de separação, Sallas sofre, pois entende que seu lugar é junto de sua mãe, como sempre; mas as condições eram outras. A mãe-mulher recebe os fatos através da filha. Sallas diz: “desde sempre, desde a primeira tentativa, onde tomei consciência de que aquilo não era algo natural, relatei para a minha mãe”. A mãe se submete a violências, pois não quer mais se sentir cansada a todo momento.

Nesta direção, e por consequência, a filha enfrenta condições de violência diretas. Surgem incertezas, a perda das referências parecem colocá-la num momento de transição constante durante sua adolescência, o que a leva a não saber mais o lugar a que pertence. Diz que, neste momento de sua relação, o morar com a mãe foi instável: “aí vão ter idas e vindas. É um período de uma relação extremamente abusiva, de assédio sexual, e dá para colocar em

todas as etapas criminais”. Que podem ser vistas no Código Penal sobre crimes contra a liberdade sexual (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), alterado apenas em 2009, depois de muita luta das mulheres feministas (Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009).

No Código Penal de 1940, temos:

#### CAPÍTULO I

#### DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

##### – Estupro

Parágrafo único. Se o crime é praticado contra mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

(Brasil, 1940).

Em 2009, houve alterações na lei:

#### TÍTULO VI

#### DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

#### CAPÍTULO II

#### DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. (VETADO). (NR)

##### Ação penal

Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação.

Parágrafo único.

Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável (NR).

(Brasil, 2009)

Sallas, relata os passos que deram juntas diante da violência, na tentativa de denunciar, resolver ou amenizar todas as consequências.

E lembro que essa imagem eu tenho nítida na minha cabeça. A gente vai até a delegacia, conta o que está acontecendo. Era um investigador, escrivão, delegado... era um homem muito alto, cabelo cacheado, um bigode bem marcante. E ele diz assim “Senhora, se não for flagrante a gente vai trazer ele para cá, ele vai dormir aqui uma noite e vai voltar, e ainda vai bater na senhora”. Então eu ouvi isso da própria polícia.

As delegacias da mulher foram implantadas em 1985, no estado de São Paulo, como já mencionado anteriormente nesta pesquisa. Mas como as denúncias eram recebidas? Era tudo muito novo, ainda nos dias atuais mulheres sofrem revitimização por profissionais despreparados para receber e acolher vítimas de violências doméstica e sexual. Sallas continua relatando o registro daquele dia que fez em sua memória, a experiência de estar

naquele ambiente como vítima, lugar que deveria resolver tudo de uma vez por todas e fazer parar seu sofrimento. Lembra ainda de uma frase importante dita por sua mãe.

E aí minha mãe fala: “Mas como é que se garante o flagrante para que isso de fato aconteça?” Houve uma tentativa da mãe de reagir diante dos fatos. O que acontecia no silêncio atrás das grossas correntes e que a mãe não revelou? E aí, dali a gente vai para um sistema de tratamento no CAPS, passa na psicóloga, enfim... tudo isso.

Qual lugar restou para a menina? Ela precisou migrar e morar em diversas casas, uma forma que a mãe encontrou de afastá-la daquele que talvez, em seu entendimento, se tornou sua responsabilidade. Sallas relata como via a reação da mãe diante da denúncia: “sempre teve um lugar de amenizar, de colocar... Não que ela não acreditasse, porque entendo hoje que ela acreditou e fez o que estava ao alcance dela. Relacionado a isso, mas também tiveram muitas situações de botar panos quentes, como a gente chamava antigamente”. Desta forma, para não permitir mais que sua filha estivesse submetida ao abuso sexual, outras formas de violências se materializaram nesta relação. Mas, nesse movimento de repensar o tempo em que vivia cansada, a mãe segue se questionando: “E aí ela fala: ‘a única forma de eu conseguir ajudar vocês é ficando aqui’. Então também devia ter algum sacrifício pessoal dela, que ela optou por fazer, e que custou a vida dela também”.

As violências seguem tomando forma na narrativa de Sallas, que relata que se tratava de “uma ‘pertencia’ compulsória, e muito cedo, pouco tempo depois que a gente está nessa casa. Era uma casa melhor do que a casa de COHAB que a gente morava, só que era tudo muito sinistro, uma tendência a manter as portas fechadas, tudo muito escuro”. As memórias de Sallas sobre esse momento colocam toda a transformação que chegou em sua vida, incluindo, talvez, um novo tipo de ausência: ausência das irmãs, ausência da mãe cansada, substituída por uma mãe silenciosa, obediente. Uma mãe que, ao longo do tempo, mudou de religião, da umbanda para o espiritismo e, em seus últimos anos de vida, para a igreja evangélica, fé que a levou a dispensar cuidados médicos quando desenvolveu câncer de mama.

Ao trazer para a sua narrativa as memórias desse período de violências, Sallas volta para o cansaço de sua mãe, para a falta de estabilidade financeira, para a falta de condições confortáveis de vida. Demonstra compreender as motivações que levam a mulher-mãe a se questionar: “Mas se eu for embora, como que a gente fica?” A gente sempre teve uma vida muito difícil. Então, essa sempre foi a justificativa para minha mãe permanecer nessa situação. E, mesmo eu saindo de casa tempos depois, ela permaneceu nessa situação e

morreu nessa situação”. Ao tocar nos detalhes de sua história, que é em parte a história de sua mãe, pois estão atravessadas, demonstra sentimentos – a voz embarga e, por vezes, permite que o choro se faça presente.

Sallas aponta, com sua narrativa, que houve um marco temporal em sua vida: o antes e o depois da chegada de um homem que mudou drasticamente as relações que existiam.

E, claro que não fugindo da regra, se estabelece uma relação bastante traumática, por conta de uma relação formal que entre mulheres é muito mais sutil, mais dirimida. Então, não tenho lembrança de violência quando era eu e as meninas, era tudo muito conversado. Minha mãe não que não brigasse, mas era tudo muito explicado, muito falado. Não dá para ser, precisa colaborar.

Então, deixa transparecer a relação estabelecida com este homem, que recebe em sua casa uma mulher e sua (ainda) criança – Sallas. Ela volta a descrever a estética da violência que experimentou. Descreve o antes para indicar como foi o depois, que fica nas entrelinhas.

Então não tinha grito, não tinha situações de agressividade. E aí, quando se insere nesse mundo uma figura masculina... e não coloco como figura paterna, porque nunca foi esse lugar exercido, apesar de uma tentativa de ajustar essa figura como pai, nunca houve reconhecimento da minha parte em relação a isso.

A solidão é algo muito marcante nos relatos das filhas, pois as mães, heterossexuais neste caso, se privam de relacionamentos amorosos por se sentirem inseguras quanto ao possível comportamento dos homens em relação às suas filhas, independentemente da idade que elas tenham. Vivem em constante medo e preocupação por suas filhas, mas refletimos se esta não seria uma característica de todas as mulheres em nossa sociedade, pois vivemos em alerta. Taiane Alves de Lima (2021), em sua dissertação, analisa a solidão das mulheres negras e mães solo. Analise esta que emprestamos, pois se alinha aos relatos das participantes de nossa pesquisa.

Os pontos em comum na trajetória dessas duas mulheres me levam a ver as engrenagens que conformam a maternidade solo, dentre estigmas e principalmente em relação à afetividade e à solidão destas mulheres, que, após suas filhas nascerem, encontram dificuldade de se relacionarem com outros homens, mergulhados na misoginia, no sexismo e no patriarcado, que acham que as mães solos estão na busca incessante de pais para seus filhos ou que as mesmas estão desesperadas por sexo. Algo que deve ser ressaltado é o que significa se relacionar afetivamente com outro homem que não seja o pai de suas filhas, perpassa por alimentar um imaginário social de promíscua, bem como o medo que foi presente muito no diálogo com Girassol de assédio e violência sexual com a sua filha. Esse medo é algo muito presente nas mães de meninas, pois acredita-se que essas estão mais vulneráveis a essas violências; trago essa reflexão pois essa memória também está em mim, assim

como nas conversas que ouvi, desde muito pequena, as quais enumeravam “eu não arranjei mais ninguém por causa das meninas”, porém, essa afirmação é dupla, pois está circunscrita ao medo das violências sexuais, como também ao fato de que mulheres que têm filhos possuem maiores dificuldades de se relacionarem novamente (Lima, 2021, p. 56).

Medo de sair, medo de chegar, medo de falar, medo de dizer não. O fato de ter ou não um homem presente melhora a sensação do eminente perigo? Os homens de fato são essa figura que garante a segurança? De quem elas demonstraram temer? E, por tudo isso, não se permitem se relacionar devido ao iminente risco de violência contra as filhas e a toda a problemática do imaginário social dos homens heterossexuais-cisgêneros, visão estereotipada em relação às mães solo.

Neste tópico, trouxemos experiências de violências através de gerações que mães e filhas sofreram. Certamente, estas marcaram suas trajetórias de vida e quem são hoje. Por isso, no próximo tópico analisaremos a chegada das entrevistadas ao mundo da educação e sua atuação como professoras.

### 3.5 O TORNAR-SE PROFESSORA: “DEI MEU DIPLOMA PRA ELA NUM QUADRINHO, DE PRESENTE”

Nunca sonhei em ser professora. Nunca brinquei de ser professora. (Araucária)

Neste tópico, vamos analisar as histórias de professoras que são filhas de mães solo. Mulheres que em suas infâncias tinham como referência quase exclusivamente suas mães e a educação lhes foi apresentada como a única saída para seguirem e se desenvolverem.

O “tornar-se” é um movimento que talvez leve uma vida inteira. Vivemos num movimento de transformação constante, não somos hoje o que fomos ontem. Como acreditamos que a infância, como experiência, nos acompanha durante toda a vida, vamos acompanhar as narrativas das filhas sobre esse “tornar-se” e como essas experiências influenciam suas práticas pedagógicas e as abordagens com as crianças, adolescentes e profissionais com quem trabalham.

Como foi para as filhas o processo de se tornarem professoras? Suas trajetórias com suas mães e irmãs contaram nesse tornar-se? As condições de vida podem ter sido determinantes? Na sequência, apresentamos suas conquistas acadêmicas, que Araucária diz não ter sido conquistas individuais; foram coletivas, pois considera que ninguém constrói nada sozinha.

Araucária cursou Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Santa Maria/RS (2004 – 2010); Licenciatura em Teatro, na Universidade Federal de Santa Maria/RS (2011 – 2015); Especialização em Educação, no IFC (2018); é Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do IFC – *Campus* Camboriú/SC, turma 2023.

Sallas é Licenciada em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, (2003-2007); Especialista em Arte no Campo pela UDESC/INCRA/PRONERA (2015); Mestre em Teatro pelo Programa de Pós-Graduação em Teatro – PPGT da UDESC (2016); “Aí, meu mestrado é sobre os grupos teatrais do movimento Sem-Terra”.

Isabella cursou Licenciatura em Pedagogia no IFC e logo cursou a especialização na mesma instituição (2017-2018). No período desta dissertação, estava cursando Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do IFC, como aluna egressa onde sua mãe também cursou tecnólogo em Gastronomia, como já relatado.

Verificamos que duas das participantes são professoras de Educação Infantil, Isabella e Araucária, primeira etapa da Educação Básica que, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p. 22). Araucária e Sallas também têm semelhanças em suas formações em Teatro.

Iniciamos com Araucária, que traz a lembrança sobre sua escolha pela faculdade de Pedagogia e as motivações que a colocaram neste lugar.

Essa parte muito pequena ali da academia em si, né? Lá de Santa Maria a gente tem a Universidade Federal de Santa Maria. Então eu posso dizer que acho que de todo o tempo eu fui educada pra entrar na Universidade Federal de Santa Maria, essa era a alternativa que se tinha. Por isso, a gente também... essa questão da minha mãe fazer com que a gente estudasse, e aí, nesse ponto, era atingir um ponto que ela não atingiu e que ela se deu conta depois, né, que precisava ter feito, não necessariamente uma faculdade, mas que o estudo poderia fazer com que a vida dela não fosse tão árdua, talvez, né.

Sobre a escolaridade das mães, vale destacar trecho da Constituição de 1988 (CF 88).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (Brasil, 1988).

Direito que só alcançaram posteriormente à CF 88, quando já adultas, depois dos 50 anos. Como vimos em outros momentos, a Constituição de 1988 não necessariamente se cumpriu como esperado por quem lutou para que a educação fosse de fato um direito acessado por todas as pessoas.

Araucária levanta pontos interessantes para pensarmos a busca da mãe para que as filhas tivessem opções para suas vidas, já que na dela teve que ter tanto trabalho e, basicamente, pela fala de Araucária, somente isso. Educação como alternativa, como privilégio, como direito que nem todas as pessoas acessam com as mesmas condições.

Araucária prossegue falando sobre o não-desejo de ser professora: “Então, eu não sonhei em ser professora, eu não brincava de ser professora”. A frase nos instiga a pensar a criança Araucária e sua irmã, brincando de faz de conta, mas sem nunca ter brincado de “escolinha”, não ter reproduzido o comportamento de suas professoras. Segue relatando de forma pragmática sobre sua escolha, bastante racional.

Eu escolhi a pedagogia no terceiro ano do ensino médio, quando eu precisava fazer uma escolha “de que” pro vestibular e pro PIEIS<sup>52</sup>, que lá tinha PIEIS também, que era uma prova de acompanhamento do ensino médio que se fazia ano a ano e somava todos aqueles pontos no final do ensino médio, dava um ponto de corte e tinha uma porcentagem das vagas que eram destinadas a esse programa, né. Existiu por alguns anos nessa universidade.

No processo de escolha, as opções e desejos sobre que profissão seguir eram variados, mas segue sendo pragmática em seu pensamento, como apresenta a seguir.

E aí, algumas vezes, pensei em fazer medicina. Depois, acho que meio inconsciente, me dei conta que isso demandaria muito mais do que tinha de tempo, pra esforço de estudo e tal. Depois eu pensava que eu queria fazer jornalismo. Mas esses eram dos cinco cursos mais concorridos desta universidade. Então, muito consciente, eu acho nesse sentido, e para comprovar pra minha professora de matemática lá do ensino médio que sem cursinho e sem aulas particulares era possível, sim, passar no vestibular da UFSM, eu fui estudar o que era mais possível, real, né, dos pontos de corte e tal. E aí escolhi.

O papel das professoras e professores em nossas vidas pode ser muito marcante de diversas formas. Eu mesma tive, logo na 1ª série, contato com uma professora extremamente agressiva e que trouxe marcas profundas para a minha trajetória acadêmica, difíceis de

**52.** Programa de Ingresso ao Nível Superior – PIEIS: Foi criado em 1995 pela UFSM, pioneira ao propor essa forma de ingresso aos cursos superiores no Brasil. Constituído por três etapas, as alunas e alunos precisavam realizar provas ao término de cada ano do então 2º grau, o que corresponde hoje ao Ensino Médio, última etapa da Educação Básica. Sendo que no último, 3º ano, precisavam realizar uma redação. Quem fosse classificado garantiria uma vaga entre os 20% das vagas disponíveis pela universidade. Disponível em: <[https://www.coperves.ufsm.br/concursos/vestibular\\_2011/arquivos/Roteiro\\_Programatico\\_2008.pdf](https://www.coperves.ufsm.br/concursos/vestibular_2011/arquivos/Roteiro_Programatico_2008.pdf)> Acesso em: 23/08/2024.

superar.

Por que Araucária sonhava em ser jornalista ou médica e não professora? Sua irmã cursou engenharia algum tempo depois. Araucária traz a visão de sua mãe naquele período para esta que agora é a sua profissão.

A pedagogia, nesse sentido, sem saber muito o que que era... porque minha mãe disse que nunca criou filha pra ser professora, nem brigadiana [policia]. Enfim, né, e aí hoje eu sou professora também, eu sou professora e eu sou a primeira. E dei meu diploma pra ela num quadrinho de presente. Não sei até quanto foi petulância ou não. Mas enfim, é isso. Foi isso que aconteceu.

Qual imagem se tinha das professoras na sociedade em que a mãe de Araucária viveu? Naquele período, qual a valorização que o Estado, os governos davam a professoras no Rio Grande do Sul? O ato de dar o diploma num quadro pode ter sido uma forma de enfrentar o preconceito da mãe, uma provocação. Mas esse presente pode ter sido também uma forma de agradecer toda a história de luta dessa mãe para que a filha conquistasse o primeiro diploma de nível superior de suas vidas.

Qual o lugar das professoras e da escola pública no imaginário social contido nas narrativas das agora professoras? Como são vistas dentro da sociedade? Guacira Lopes Louro (2022) nos traz o entendimento sobre a feminização do magistério, entre o final do século XIX e o início do século XX, que fundamenta o imaginário social até os dias de hoje.

Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna visto como um filho ou uma filha “espírita”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocaçã” (Louro, 2022, p. 450).

Refletimos, a partir de Louro, sobre o imaginário construído por minha própria mãe acerca de “ser professora”, alguém que via essa personagem de longe, no desejo de frequentar um lugar que a ela foi proibido, a educação, na década de 1950, no interior de Santa Catarina. Talvez foi sublimado por ela colocando a professora num lugar idílico e, como definido por Louro, lugar da “moral de gênero”.

Ainda, segundo a autora, não era unanimidade essa posição no período, pois havia quem defendia a ideia de que mulheres eram incapazes de educar profissionalmente, por

terem “cérebros pouco desenvolvidos”, comparados a cérebros infantis. Em nosso ver, dupla violência.

Cláudia Vianna nos ajuda a pensar, em parte, o que pode ser a motivação da mãe de Araucária em desencorajar as filhas a seguirem carreira no magistério.

Atualmente, o contínuo processo de arrocho salarial e as precárias condições de trabalho – que caracterizam igualmente tantas outras ocupações femininas – são características ainda muito presentes na docência e retratam um quadro de desencanto. Soma-se a elas a estratificação sexual, geradora de guetos sexuais na carreira docente. As mulheres são maioria na Educação Básica, porém exercem atividades bem definidas na carreira. A Educação Infantil arregimenta mais de 90% das educadoras, enquanto no Ensino Superior as mulheres ainda são uma minoria, em especial nas carreiras tidas como masculinas muitas vezes encarado como irreversível pelos professores (Vianna, 2002, p. 12).

Voltando à “escolha” de Araucária, relata que teve uma experiência importante durante o estágio da graduação que a deixou reflexiva e a colocou insegura diante das alunas e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas que a fez considerar essa profissão como algo possível de se seguir como carreira e que faria diferença socialmente.

Foi no bairro de periferia, na Vila Salgado Filho, que fiz seis meses de estágio nessa escola, no turno da noite, e tive essa vivência, conheci essa turma. Assim, tive de modo prévio, muito medo – era uma pirralha – o que eu ia ensinar pra eles? E depois, vivendo tudo aquilo, foi grandioso, foi fantástico! Porque foi diferente de tudo que eu imaginei que seria. Tinha muitas histórias de vida ali, razões do porquê aqueles trabalhadores estavam lá estudando a noite, depois das suas jornadas de trabalho. Outros, já aposentados, estavam indo lá, a princípio, pra aprender a ler e a escrever.

A formação acadêmica tocou Araucária e a levou a compreender a educação. A profissão escolhida por puro pragmatismo, devido às possibilidades que estavam apresentadas a ela desde a infância, a levou a perceber, diante de uma turma de EJA, o quanto a poderia ser grandiosa. Mexeu com a estudante a possibilidade de ser parte da transformação social daquelas pessoas que estavam ali dispostas a seguirem do ponto onde pararam, justamente devido à falta de investimentos massivos em políticas públicas anteriormente (o que tornou a educação, por isso mesmo, um privilégio para poucos neste país em um determinado período). Talvez enxergasse naqueles rostos o rosto de sua mãe, que não concluiu o ensino médio e teve uma educação conservadora, cristã, que pouco contribuiu para a sua formação profissional, uma educação sob uma “moral de gênero” (Louro, 2022).

Isabella nos fala sobre sua escolha, sobre o curso de graduação que a tornou professora da infância. Seu relato também vem com a narrativa da inserção no mercado de

trabalho, para que garantisse certa estabilidade que a permitisse, então, traçar outros planos posteriormente.

O que me levou a me tornar professora? Eu tinha uma tia, tenho uma tia na família que ela é professora. Na verdade, não era minha intenção fazer Pedagogia, mas havia o magistério na época e ela falou pra eu fazer o magistério, trabalhar e pagar a minha faculdade, que na época eu queria fazer de Jornalismo. E ela falou: “faz o magistério, trabalha e aí tu junta teu dinheiro paga a tua faculdade” e tal. Aí, segui o conselho dela e, no fim, nos estágios do magistério já, eu comecei a gostar. E foi assim que fiz o magistério, depois fiz a graduação e nunca mais parei e não sei fazer outra coisa também.

Em todas as falas, a escolha pela Pedagogia ou pela licenciatura não foi por interesse ou vontade pessoal ou pelo incentivo de alguém para que “se tornassem professoras”. Mas como um caminho mais rápido para se alcançar alguma estabilidade financeira e, neste caso, de seguir outra carreira posteriormente. Talvez poderíamos interpretar que o imaginário social coloque a profissão de professora como de segundo nível, um nível inferior às demais profissões, e por isso não passível de desejo. Será que atrelado a isto também está colocado o serviço público no Brasil? A construção do imaginário social sobre esta posição não será desenvolvida aqui, mas são atravessamentos importantes para esta imagem que montamos sobre as professoras e para que as leitoras possam refletir a partir destes pontos.

Sallas traz, assim como as demais participantes, a “escolha” pela faculdade de Pedagogia, ou pela licenciatura, como um degrau para outras conquistas; a profissão de professora como uma forma mais acessível de alcançar uma outra realidade, talvez menos sofrida, como colocado por Sallas sobre sua mãe e suas irmãs. Os conselhos de sua irmã ficaram marcados na memória: “E aí ela fala: ‘faz faculdade de professora, uma Pedagogia, porque aí saiu e já tem emprego’”. Cláudia Vianna vem contribuir pontuando a relação da atuação das mulheres no magistério com o avanço do capitalismo nos países da América Latina.

Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral. Tendência, aliás, observada também em muitos outros países, inclusive da América Latina, entre eles Uruguai, Venezuela, México e Brasil (Vianna 2002, p. 85).

Foi através da música, laço forte desta família de mulheres, que o conselho se transforma em objetivo, ainda que incerto para Sallas, mas que ascende a possibilidade.

E a coisa da música... ela canta. A Patrícia [a irmã] morava sozinha em uma casinha de fundo. Ela fala: “vai, vai, vai, não para, não para, não para, não, não para, não, não para, não”. Aí eu falo: “Tá bom!” E aí, um pouco depois, eu venho para cuidar dessa minha outra irmã. E aí, com esse fundo, essa coisa da Patrícia falando aqui, eu presto o vestibular para licenciatura em Artes Cênicas. Porque teatro já era uma coisa que eu fazia; licenciatura, professora, vai dar na mesma. E foi o que eu fiz e, de fato, isso é o que me insere na vida adulta – virar professora. Porque aí, na hora que a vida apertou – subemprego, atendente de telemarketing, prensadora de cachorro quente, babá, todas as coisas que a gente já fez... e aí, a vida profissional vem com o fato de fazer licenciatura. Então eu devo isso muito a essa fala constante da minha mãe sobre estudar, e claro, uma infância também em casa de pessoas que tinham mais instrução.

“Virar professora” é um processo que é construído diante de uma necessidade, neste caso, de acesso ao trabalho melhor remunerado e por maior estabilidade, que, se comparado aos subempregos que a família de Sallas estava acostumada a exercer, seria um grande salto. A decisão de “virar professora” e a construção deste tornar-se na prática pode ser interpretada com o processo histórico das mulheres no espaço público, ou fora do doméstico, do privado. As mulheres têm lugar marcado para ocupar, já que suas escolhas estão situadas na subsistência, na desigualdade de direitos e nas escolhas possíveis mediante os poderes de dominação e a estrutura de nossa sociedade (Collins; Bilge, 2021).

Ao refletirmos sobre educação e gênero percebemos que há uma lacuna imensa, uma falta que não permite se considerar gênero como marcador importante na construção das políticas públicas educacionais e no Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência, como já vimos em capítulos anteriores. Vinte e três anos se passaram depois que Cláudia Vianna escreve sobre essa relação.

A passagem do feminino ao gênero, examinada já no início dos anos 90 por Castro e Lavinias na análise das abordagens sobre mulher e trabalho, ainda está ausente da maioria das pesquisas sobre educação. Elas insistem em ver a escola como uma esfera perpassada quase exclusivamente por diferenças de classe, desconsiderando dimensões como gênero, geração e etnia/raça (Vianna, 2002, p. 88).

#### Sallas comenta sobre suas experiências após o Ensino Médio.

E, no 3º ano, eu ganho uma bolsa, que era um programa do Estado de São Paulo, para formação de professores, para licenciatura. Eles pagavam a sua inscrição no vestibular da UNESP para você fazer a licenciatura, e a primeira vez que eu presto o vestibular, eu presto para a licenciatura em História. Não passo, escola pública, prova FUVEST, pesadona, três dias de prova, aquele horror, não consegui passar. Isso é em 2000.

Sallas entra em outro ponto nevrálgico. Nos anos 2000 não havia cotas de acesso para as universidades, políticas que chegaram depois da metade da década. É a relação

“escola para passar no vestibular”, característica que podemos verificar nas escolas particulares, sobretudo. Destacamos que, se vestibulares fazem parte da educação, supostamente para todas as pessoas, as escolas públicas não devem ignorar este processo, já que não está num horizonte próximo romper com este modelo. E, mesmo sem aprofundar, Sallas nos remete a esta discussão.

Sallas segue desenhando sua trajetória até a faculdade e os acontecimentos trágicos que a levaram a ocupar um outro lugar.

Aí a minha irmã fica muito doente, minha irmã mais velha, em uma situação de abandono. Ela recém tinha tido a última filha dela, abandonada pelo marido porque ele está viciado em crack, e aí ela deprime. Minha mãe fala: “vem para Santa Catarina ficar com a Henriete porque ela está precisando de ajuda”. E aí eu venho para ficar com ela, ficar com as crianças. Essa relação de cuidado.

Novamente se ascende a relação do cuidado entre mulheres. Sallas recorda das falas de suas irmãs sobre a importância de “estudar” e de alguma forma a necessidade de quebrar um ciclo vivido pelas mulheres de sua família.

E aí eu venho em dezembro. Quando é junho, tem a inscrição para a UDESC. E eu lembro de ouvir a propaganda na televisão, eu estava na casa da minha mãe, nessa casa que ela morava ali na Penha. E aí eu falo: “você paga a inscrição?” Ela fala: “vai lá, se inscreve”. Porque sempre tinha uma fala muito recorrente: “quer mudar de vida tem que estudar, nós aqui não estudamos. E quer estudar tem que passar na pública, porque também ninguém vai ter dinheiro para pagar faculdade”. Então sempre foi uma coisa que ficou assim, vai estudar, vai estudar. E aí eu prestei o vestibular de inverno da UDESC. Volto para Araçatuba, para a casa dos meus tios, e eu passo na UDESC. A minha irmã Patrícia, é a segunda irmã, eu lembro dela falar assim: “Você não pode ficar! Você vai ficar aqui na casa dos tios, vai ser só isso, você vai ficar cuidando deles, velhos, e você vai deixar a sua vida. Você é muito inteligente, vai estudar, vai fazer faculdade”. Quando eu volto para cá definitivamente.

Nesta memória, que resgata as falas de incentivo de suas irmãs e mãe, Sallas fala sobre a educação a qual sua família teve acesso, e lamenta.

A minha mãe terminou o ensino médio pela EJA um pouco antes dela morrer, dois anos antes dela morrer. Ela terminou de estudar. As minhas irmãs, a mais velha, parou no 8º ano, começou a fazer o primeiro do ensino médio, não terminou na época dela. A Patrícia fez até a 6ª série, a Paula até a 5ª série e depois fez EJA, agora terminou o fundamental um, e foi fazer o ensino médio também de EJA. A Érica, que foi criada em outra família, que terminou o ensino médio e fez curso técnico, aí fez cabeleireira. Então teve uma vida um pouco menos atribulada por ter feito um curso técnico, fez técnico de enfermagem e fez coisas de estética, eu sou a única que fez faculdade pública, a única que fez mestrado.

Assim como as demais entrevistadas, Sallas foi a primeira de sua família a se

formar na faculdade e a ter mestrado. Sallas fala desse período difícil em que cursava faculdade e o início do seu trabalho como professora em projetos sociais em Florianópolis.

Então, quando era para me formar em 2007, minha mãe morre justamente no semestre que eu ia me formar, e aí óbvio que eu não dei conta, atrasei a faculdade um ano e aí eu já saí para trabalhar, fazer o processo seletivo da prefeitura para trabalhar em projeto social. Então, os primeiros lugares que eu dei aula foi em projeto social, na Chico Mendes e em Capoeiras, que são organizações sociais que a prefeitura paga e aí você é remunerado por lá, contratado pela prefeitura. Então eu trabalhava. O primeiro lugar que eu trabalhei foi com as crianças ali da Monte Cristo, nesse projeto de Capoeiras e depois no CEAFS, também ali na Chico Mendes. Aí eu saio, vou morar no Rio de Janeiro, depois de formada.

Ao refletirmos a educação como política pública fundamental para o desenvolvimento humano, precisamos pensá-la desde a primeiríssima infância. Isabella diz que frequentou creche privada durante quatro anos. No ensino fundamental, da alfabetização até a terceira série, há uma lacuna.

Eu estudei em escola particular, da terceira série até o primeiro ano. Então, isso ela sempre fez questão de pagar pra mim. Ela juntava com o dinheiro da pensão e juntava com o trabalho. E ela sempre falava que queria me dar uma educação porque ela não teve. Porque ela teve até quarta série, né? Mas, depois, ela se formou. Eu estudei em escola particular, Mas eu lembro que na escola ela falava que era uma prioridade. E, na visão dela, pagar uma escola particular era o melhor acesso a uma educação de qualidade. Então, eu tive até o primeiro ano [do Ensino Médio].

Aparentemente, a referência de “escola de boa, de qualidade” apresentada por Isabella vem da interpretação da mãe, que desejava dar o que havia de melhor, em sua concepção, para a filha, lá nos anos 1990, mais precisamente em 1995. Isabella já havia frequentado creche privada desde muito cedo, em Florianópolis e depois em Balneário Camboriú, um ano antes da Educação Infantil fazer parte da Educação Básica. Sua mãe não teve oportunidades dentro de uma família tão numerosa e nascida na década de 1950, como mencionou. Visualizar as datas faz com que nos lancemos na história das *mulheres* e da *educação*, dois marcadores que se travessam no tempo.

Isabella lembra de sua passagem pela educação pública no início do ensino fundamental, em Mirim Doce. Diz que frequentou Educação pública porque lá era uma cidade de interior, pequena, que não havia escolas particulares. Segue dizendo que, durante o ensino médio, cursou uma escola estadual no município de Camboriú, já que não conseguiu entrar no ensino técnico no IFC, como eram os objetivos de Isabella e sua mãe. Colocamos para reflexão, a partir deste relato, o imaginário social sobre o serviço público, principalmente o municipal, sobre o “ser professora” e sobre a relação *escola pública x escola privada* neste

contexto. Onde reside qualidade? Qual a concepção de educação de qualidade para o imaginário social? Verificamos em discursos, principalmente naqueles de perseguição a professoras nos últimos anos, a inferiorização da educação pública em detrimento às particulares, ou privadas.

Ao analisar a percepção de qualidade educacional, que surge com a narrativa, colocamos para discussão o aceite de famílias em matricular suas crianças em escolas/creches particulares com recursos públicos, como tem acontecido em diversas cidades com os chamados *vouchers*. Por um lado, talvez a única opção para que a criança tenha acesso à educação infantil, seja ela qual for; por outro, a ilusão de que suas crianças tenham acesso a um “serviço educacional de melhor qualidade”. Vemos a adesão deste modelo pelo município de Balneário Camboriú.

O Município de Balneário Camboriú, por intermédio da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições, torna público e de conhecimento dos interessados, que mediante o presente Chamamento, receberá documentação de entidades educacionais privadas com fins lucrativos, regularmente constituídas, localizadas no Município de Balneário Camboriú, e que tenham interesse em firmar com esta Administração Municipal Contrato para atendimento de 300 crianças, de zero a três anos, onze meses e vinte e nove dias, na Educação Infantil. O presente chamamento público será regido pela Constituição da República, em especial nos artigos 205 a 214, Lei 8.666/93, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 1996, Lei nº 8.069, de 1990, na Resolução nº 06/2020/CONSEME e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as condições a seguir estabelecidas neste Edital (Balneário Camboriú, 2023, p. 2).

Não buscamos fazer aqui juízo de valor, o que queremos é utilizar da narrativa para pensarmos em possibilidades que talvez expliquem, em parte, a construção do imaginário social sobre a desvalorização da imagem do “ser professora”, principalmente no serviço público. Na fala de Isabela, a crítica sobre a educação básica pública está contida no não dito; já sobre a preferência pela escola privada, no que é dito.

Identificamos semelhança na fala da mãe da Araucária: “não criei filha para ser brigadiana e nem professora”. Como interpretar esta declaração? Ligeiramente, poderíamos afirmar que a fala simplesmente consiste em desprezo por estas profissões. Porém, talvez devamos ponderar que tal compreensão deva estar ligada à desvalorização destas profissões por parte do Estado. A mãe de Araucária não queria ver suas filhas sofrendo por escolherem profissões pouco valorizadas social e financeiramente. Apresentamos duas perspectivas: uma idílica, a partir da construção de minha mãe, que sempre enalteceu as professoras e a escola; e outra que apresenta a desvalorização do serviço público e a quem o executa.

Araucária relembra de sua vida “escolar”, como chama, iniciada na creche no

final dos anos 1980, mais especificamente em 1989, década importante na luta por creche pelas mulheres dos movimentos populares (Teles; Santiago; Faria, 2018).

É... tem várias memórias aí, né!? A minha vida escolar começou aos 2 anos e meio de idade, aos 11 dias de nascimento da minha irmã. Foi quando a gente foi pela primeira vez para uma instituição escolar. Desde então, eu tenho uma matrícula. Minha mãe precisava trabalhar, era só ela. Então... Era isso ou era isso, né!? E não tinha lugar mais seguro, como continua sendo, para as crianças estarem quando não estão com quem pode cuidá-las realmente, né!? Então, começou aí. Não tenho muita memória desse princípio, assim. Mas eu... recordo da casa, que era porque depois a gente passava em alguns momentos na frente. A mãe contava que ali era a primeira creche que a gente estudou. Era uma... creche filantrópica e também custeada, assim, no município, enfim...

Daniela Finco escreve sobre a importância da formação docente, sobre a formação das professoras de Educação Infantil quanto a identidade deste corpo docente. Que corpos são estes que circulam neste lugar íntimo e público do cuidado institucionalizado, do cuidado pedagógico?

Os cursos de formação para a Educação Infantil, ao envolverem as contribuições feministas e as relações de gênero, revelam muitos desafios ligados tanto à questões da construção da identidade docente de creches, quanto ao direito efetivo dos bebês e de seus pais trabalhadores a uma creche com relações emancipadoras. Destaca-se assim a necessidade da discussão da contribuição feminista e das questões de gênero, como uma questão urgente e relevante em relação a qualificação profissional para atuar em todas as etapas da educação, principalmente na creche (Finco, 2018, p. 9-10).

Araucária, sendo professora de Educação Infantil, coloca seu entendimento na relação entre um lugar seguro para uma criança estar e a possibilidade de suas mães conseguirem avançar financeiramente e garantir a subsistência de suas famílias. Relacionamos, neste sentido, a importância da política de educação em tempo integral como ferramenta para se evitar diversos tipos de violências contra as crianças e para que as mães solo tenham apoio do Estado para que possam trabalhar. Entendemos que esta não deve ser a única política pública para garantir o desenvolvimento pleno das crianças e suas famílias. Porém, ela é parte importante do processo de emancipação e equidade de direitos, com a garantia de profissionais com formação inicial e continuada adequada, valorização profissional e estrutura para dar condições à boa qualidade do trabalho. Araucária prossegue.

A gente estudou em escola pública, exceto por dois anos ali na... Na escola básica, que a gente estudou na escola de Freira, também. A minha mãe conseguiu uma bolsa de estudos pra gente estudar lá, porque daí a gente podia ficar o dia inteiro na escola,

porque tinha contraturno. Então era um turno integral, a gente estudava num turno e no outro permanecia na escola assistidas, né. Era um colégio!

E, por fim, confirma a necessidade que sua mãe tinha de ter um lugar onde as filhas pudessem passar o dia enquanto ela trabalhava, somando a oportunidade de interagirem e de estarem seguras. Araucária fala da característica de quem frequentava o local: “a maioria era rica, mas tinha os filhos dos pobres e era uma escola na periferia lá de Santa Maria. Depois a gente foi estudar em Itaara, que era essa cidade menor. É aí que as memórias são mais presentes, também”.

Araucária recorda da presença constante de sua mãe na escola e dessa relação que ficou marcada.

Eu tava na 4ª série. Minha mãe sempre foi bem presente na escola. Buscava estar... sempre, tentava estar, nas reuniões. Das memórias que eu tenho, ela já era assim. Estava participando, inclusive, das organizações, porque ela fez parte por muito tempo de CPM, que era o Conselho de Pais e Mestres. Então ela fazia, compunha também essa comunidade. Então, mesmo trabalhando, ela também tava presente.

As filhas vão e voltam mencionando a formação de suas mães e o quanto consideram que a falta de condições para o *acesso* e a *permanência*, para dar continuidade nos estudos, fez diferença durante a fase em que precisaram sustentar sozinhas as suas famílias. Pois refletiu diretamente nos empregos com baixa valorização. Araucária recorda desse momento.

E ela vai estudar, continua estudando, no colégio de Freira. Ela sempre estudou no colégio de Freira, sempre. E até que, vinte e poucos anos, ela se emancipa dela mesma, sai de casa e não volta nunca mais. E chegou no segundo grau, não concluiu o segundo grau e é isso. A vida escolar foi bem conturbada, também, nesse sentido, assim, de várias reprovações e tal. Tem várias histórias, assim, de dureza, como foi essas instruções. Uma escolarização bem instrutiva, enfim, que ela disse que não deu valor, entendeu? Depois, a necessidade que provinha daí, também. E isso é muito presente no fato dela insistir muito e fazer de tudo pra gente só estudar. Quando a gente estivesse na escola, a gente só estudou. A gente não precisou trabalhar e ela fez questão que isso não acontecesse, né!?

Maria José Nunes nos apresenta a origem das escolas lideradas por freiras no Brasil entre os séculos XIX e XX.

O século XIX presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para as meninas”, que tiveram as religiosas como elementos fundamentais [...]. Assim, conscientes ou inconscientes, as religiosas prepararam outras mulheres para contestarem o lugar que lhes era tradicionalmente atribuído na sociedade, ainda que

continuassem a veicular em seu discurso religioso uma visão tradicional do papel social feminino (Nunes, 2022, p. 491).

A mãe de Araucária se esforçou para que suas filhas só estudassem, sem ter que dedicar tempo para trabalharem antes da formação superior, pois conseguiriam ter mais estabilidade depois disso, como relata. A formação de Araucária perpassa também por atividades culturais. O fomento a políticas públicas de cultura em cidades maiores contribuíram neste sentido.

Ela, nos fins de semana, nos feriados, sempre nos levava em atividades culturais. Era uma prática comum, assim. Então, de ir ao teatro, de assistir a um festival, de ir na feira do livro, de ir à biblioteca. Então, onde tinha algo gratuito, enfim. E Santa Maria tem isso muito presente, é uma cidade bem cultural, ou era. Tem essa história. Então, a gente costumava fazer esses programas. Inclusive, em algumas situações, tinha outras crianças que ela levava junto também para terem esses momentos de lazer. E eles sempre estavam vinculados a esse aspecto bastante de cultura, de consumir cultura mesmo.

Podemos traçar aqui uma hipótese sobre seu interesse posterior em fazer faculdade de Teatro.

Araucária tenta descrever as características da categoria de profissionais da educação, das professoras, principalmente da Educação Infantil, pelo seu ponto de vista. Menciona que encontra no cotidiano professoras julgando as mães e as responsabilizando por todas as questões que envolvem a educação e o cuidado com suas crianças. Araucária relata não se tratar de atitudes individuais, mas de uma coletividade dentro dos espaços por onde trabalhou, poucas foram as exceções.

A gente é uma categoria que a maioria somos mulheres, a gente trabalha numa função que noventa e tantos por cento são mulheres, principalmente na educação infantil, né? Educação básica em si, mas educação infantil mais ainda, né? E muitas de nós somos muito preconceituosas com nós mulheres, né? Então, esse julgamento de que são as mulheres que são as responsáveis por cuidar dos filhos e chamar toda essa responsabilidade exclusiva pra essa pessoa é muito presente... muito presente! Não é uma exceção na fala de uma pessoa e sim uma constância, inclusive, né, de: “ah, porque essa mãe é relaxada?”, “ah, porque essa mãe que é displicente?” Enfim... e sem ponderar que existe outro responsável, inclusive. Então, o fato de, né... chamar essa responsabilidade não só pra quem é a mãe solo, né... traz essa responsabilidade também pra quem tem, ou deveria ter alguém também na criação dessas crianças, mas muitas vezes de, por exemplo: “ah, porque é uma folgada, tá em casa e traz a criança pra escola”. Eu tô na escola desde os dois anos e meio.

Como vimos até aqui, as mães, as mulheres, historicamente são colocadas neste lugar e as professoras também estão localizadas neste mesmo contexto estrutural misógino e machista de educação, que define o lugar da mulher na sociedade. Analisamos que este

contexto somente será superado com educação crítica e emancipadora. No entanto, Araucária diz não ter sentido atitudes preconceituosas dentro das escolas, quando criança, por parte de profissionais e colegas, talvez pela participação constante de sua mãe na escola ou mesmo por não ter percebido situação semelhante.

Eu não tenho memória de fala, de identificar de imediato se tinha alguma coisa de fazerem alguma brincadeira ou manifestar um preconceito por ela ser mãe solteira, ou a gente não ter pai, ou coisa assim. Não! Eu acho que isso era muito bem resolvido pra nós. Então, mesmo que acontecesse, talvez a gente respondesse por isso. Eu não consigo, não tenho uma memória, mas penso que talvez tenha a ver com isso. Era bem resolvido pra gente, sabe. Não tinha um tabu de falar sobre as coisas.

Sobre os julgamentos sofridos pelas mães no contexto da educação infantil, Isabella relata não presenciar o mesmo comportamento por parte das professoras com os pais em mesma situação. Diz que, quando se trata de “famílias onde o pai é solo existe uma comoção entre as professoras”. Isabella prossegue dizendo sobre a composição das famílias atendidas nos núcleos de educação infantil pelos quais atuou e constata que, na realidade, o que interpretamos como família nuclear como objeto almejado se torna um ideal difícil de alcançar ou manter e que não representa o padrão social, mas, talvez, apenas uma narrativa: “Não tem mais a família tradicional, é bem raro, até. Tem muito avô, avó que cria”. Segue dizendo, que não se recorda de ter sofrido preconceito por ser filha de mãe solo na escola.

Araucária traz a perspectiva da necessidade das mulheres que são mães, principalmente as mães solo, de ter tempo entre o trabalho remunerado e a maternagem para poderem resolver suas questões e, inclusive, ter algum descanso ou lazer; e que não vê o problema que as colegas trazem diariamente ao receber as crianças nos centros de educação infantil. Lembra da experiência de sua mãe, o quanto era difícil, o quanto o tempo era escasso e influenciava na qualidade de vida delas.

E mesmo que a minha mãe pudesse ficar em casa algumas... algumas vezes daqueles... daqueles dias... e não podia... mas que pudesse ter ficado, ela deveria ter me levado pra escola, sim. Porque era pra ela fazer alguma coisa por ela. Era pra ela poder limpar aquela casa, inclusive, sem ter que, ao mesmo tempo, cuidar daquelas crianças, né!? Então, isso pra mim...

Neste ponto, questionamos a formação das professoras em geral em gênero, diversidade, em educação antirracista, em diversidade religiosa (Teles; Santiago; Faria, 2018; Chaveiro; Minella, 2021), para dar conta da complexidade social de forma científica e poder desenvolver um bom trabalho pedagógico. Essas temáticas nunca estiveram presentes nas

formações iniciais das professoras e, estando inseridas numa sociedade patriarcal, machista, misógina, sexista e racista, podemos aqui chamar de relação de poder no interior da estrutura social, que determina comportamentos e influencia práticas no interior de instituições, e isso inclui as escolas e todo um sistema que as sustenta (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022).

Já entrei em várias discussões nesse sentido de que não importa o que aquela mulher tá fazendo fora dali, a gente tá pra atender aquelas crianças, né!? Inclusive, daí colocar e expor as minhas vivências pra ilusoriamente sensibilizar um preconceito que tá imbuído dentro das colegas e muitas, muitas, muitas vezes, e que não modifica o pensamento de muitas delas, né, mesmo trazendo desse modo.

Araucária descreve situações que já presenciou nos centros de educação infantil contra as próprias crianças nestes contextos coletivos de interação. Situações vexatórias e castradoras contra as crianças, meninos e meninas.

Desde de “senta direito e fecha as pernas porque você é uma menina” e até o fato de, mais comum, “sente aqui junto com essa caixa ou esse cesto de brinquedos que são panelinhas e bonecas”, enquanto uma segregação mesmo, enquanto disponibiliza na outra rodinha, já separado entre meninos e meninas, um jogo ou os carrinhos ou outro tipo de brinquedo. Então, tem muitas situações em que fica expresso o nosso machismo e o patriarcado do qual a gente é constituída. E aí eu me coloco sim dentro dessa constituição e na escola isso está muito presente. E nós, mulheres, que é o que mais ocupamos e habitamos esse ambiente, a gente é permeada por esse... somos educadas desse modo, não só pela instituição escola, instituição família, mas com todo esse aparato da sociedade. Então, essas diferenciações e essas limitações que se trazem para as mulheres, inclusive de uma perspectiva de que mulher vai ser só determinadas coisas, isso está muito presente na educação formal brasileira e é perceptível sim no convívio com outras professoras.

Elen Alves de Sousa, Eleonora das Neves Simões e Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior<sup>53</sup> (2021) trazem a perspectiva do imaginário social, fortalecido nos últimos tempos, que marcam nossa sociedade sob assuntos recentes no sentido da regulação de corpos, num viés naturalizante, que nos ajuda a pensar a fala da Araucária sobre o controle dos corpos infantis no interior das instituições.

Entretanto, cabe apontar, na ação cotidiana percebemos que de fato há uma ideologia presente na vida social de todos/as, e ela é significada por agentes reguladores e representações nada inocentes, que coadunam com práticas falocentradas, machistas, misóginas e muito eficientes na exclusão de qualquer sujeito que ouse romper com este pacto: a cisgeneridade. Tais discursos e tantos outros põem em circulação certas verdades presentes no imaginário social, deixando de problematizar a generificação como uma invenção datada historicamente, e que hoje se assentam em agendas ultraconservadoras. Essas verdades que circulam colocam em funcionamento a ideia

53. “Sara Wagner York é o nome social de Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior, conforme registro cível. O direito de uso do nome social é assegurado pelo Decreto nº 8.727/2016. Sara assina com os dois nomes.” Descrição da autora em seu artigo, devidamente referenciado nesta dissertação.

de que a atribuição de cores-gênero, os modos de conduta aceitáveis e tantas outras características seriam noções naturais, a-históricas e aculturais (Souza; Simões; York, 2021, p. 49).

Araucária demonstra preocupação com a inserção de temas como educação sexual, educação antirracista, entre outros, nas escolas e nos centros de educação infantil onde trabalha atualmente. Considera que a formação das professoras é insuficiente para desenvolver um trabalho pedagógico embasado cientificamente.

Essas condições, inclusive, penso que é até arriscado pela deturpação que vai ter desse tipo de educação que é necessária ser feita. Se deixa pela responsabilidade da família, isso pode ou não acontecer. Só que do modo como está constituído o pensamento, o pensamento dessas formadoras de sociedade, enquanto professoras, nesse nosso nicho que a gente está imbuído, penso que inclusive seria um risco em algumas situações. Porque... o que seria ensinado para essas crianças? E de que modo que isso seria ensinado? Se pra nós, mulheres adultas, uma coisa que me choca ainda e que é muito comum a gente encontrar nos banheiros das escolas, os banheiros das professoras, é “seja higiênica, enrole seu absorvente e envolva num papel higiênico”. Esse negar de ser mulher, esse negar de ser feminino, tem a ver com essa educação sexual.

Podemos refletir, a partir desta preocupação de Araucária, sobre o modo como a sociedade está constituída e, em sua visão, é neste viés que as professoras passam a reproduzir estes valores nestes espaços coletivos. Para além disso, podemos aqui provocar os processos que levam a educação institucionalizada, pública e governamental, a permitir de forma implícita que atitudes que confrontam propostas pedagógicas e até mesmo as leis que orientam o trabalho e a função das profissionais da educação adentrem nestes espaços. Um exemplo prático, para ilustrar, é a circulação de religiões, principalmente cristãs, por estes espaços de forma a doutrinar estudantes e profissionais. Os princípios religiosos tendem a cercear o direito de crianças e adolescentes a acessar a educação sexual em espaços coletivos? Vale ressaltar que, a partir dos princípios legais, o serviço público no Brasil é laico, segundo a Constituição Federal de 1988.

Entendemos que antes de analisar as práticas das professoras e professores precisamos pensar e repensar este sistema de educação que se mostra permissivo com estas práticas. Quais são as professoras e professores que a sociedade brasileira precisa no serviço público? Qual sistema educacional temos e qual precisamos ter neste serviço público? Será que as atitudes individuais e de senso comum das professoras e professores tendem a avançar de forma invasiva contra os direitos individuais e de grupos específicos? Como a ciência se estabelece de forma profunda e definitiva nos espaços educacionais, principalmente na Educação Básica?

A próxima indagação nos soa contraditória e de fato é. Mas ela emprega sentido quando observamos a preocupação de Araucária. Como estas professoras de seu convívio lidarão com o tema sexualidade? A resposta óbvia deveria ser a partir da ciência e dos últimos estudos sobre sexualidade humana, de forma adaptada para a faixa etária com a qual atuam. Mas essa permissividade de escolher conteúdos, métodos e abordagens a partir de seus princípios e valores pessoais assombram a possibilidade de a ciência se estabelecer no interior das instituições de educação formal. Prossegue expondo suas preocupações.

Então eu tenho medo de algumas colegas ensinar que uma mulher tem que ser passiva a tudo que é o prazer de um homem, de educar nesse aspecto que essa mulher aceite qualquer carinho ou forma de afeição que seja de modo autoritário, que seja de modo agressivo, seja pela violência. A gente faz isso enquanto categoria de modo oculto. Isso tá presente nessa segregação que a gente faz, nesses chamamentos de atenção que a gente faz às meninas e aos meninos de um modo diferente.

Neste ponto, observa as consequências dessa educação, que coloca as meninas num lugar de passividade e os meninos como ativos. Uma prática que educa meninas para sofrerem violências e se permitirem a serem silenciadas, anuladas perante os meninos, que se desenvolvem a partir de princípios misóginos.

Uma educação que tem feito exatamente o contrário, e reforça o binarismo, segundo o qual “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, profanado pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em um vídeo, referindo-se a uma “nova era” no Brasil. Uma “nova era” com velhas receitas e repetidos ingredientes e modos de preparo para os poucos que se sentam à mesa (Souza; Simões; York, 2021, p. 48-49).

Araucária aponta as questões conjunturais do Estado de Santa Catarina e como a política partidária, que representa parcela da população – e muitas professoras estão incluídas –, podem afetar o pensamento crítico e os processos pedagógicos nesses espaços.

Pensando assim enquanto currículo mesmo, que condições enquanto professoras a gente teria pra abordar a educação sexual na educação infantil na conjuntura atual aqui dentro de Santa Catarina? Eu tenho medo que algumas colegas tivessem que fazer esse papel [...]. A gente precisa tomar frente dessa responsabilidade, mas a gente precisa de um processo formativo muito sério pra que isso aconteça realmente.

Araucária traz em sua narrativa uma contestação contra a meritocracia, tão enaltecida por parcela da população. Ela reflete sobre esse fazer coletivo da educação.

E insistem em dizer que alguém pobre, na periferia alcançou o sucesso e que isso foi por mérito próprio, não é? A gente é resultado de muita gente que faz com que a gente esteja aqui; que a gente esteja, inclusive fazendo esses tipos de perguntas e pensando por esse viés. As oportunidades não são similares, não são as mesmas. Aparentemente, todo mundo pode acessar a universidade, mas efetivamente a gente consegue... por exemplo, se eu não tivesse feito uma escolha baseada em estatísticas de ponto de corte, aprovação, quanto tempo pra escolher um curso de modo mais acessível, quanto tempo eu demandaria pra entrar na universidade pública? Será que eu teria entrado na universidade pública? Será que eu teria saído de Santa Maria? Venderia minha força de trabalho só pro comércio? Enfim, não é um mérito, não! Sou uma consequência de muitos e se fiz escolhas pra conseguir determinadas coisas... porque materialmente não tinha essas viabilidades. Então, pensando nessa formação enquanto mulher, enquanto filha de mãe solteira, hoje entendido como mãe solo, é distinto! Não tem como a gente negar; na aparência parece que os direitos são para todos, iguais para todos, e não é!

Araucária aponta sua perspectiva de educação, aquela que busca alcançar em suas práticas cotidianas.

A escola tem função social de existir, né? Ela é um espaço de convivência e de orientação enquanto conceitos de mundo, enquanto sociedade, né? Então quando a escola se exime de determinados debates, de determinadas discussões, isso não acontece em lugar nenhum. Porque na escola tem essa diversidade de concepções de mundo, na escola tem uma diversidade de concepções de família, de pensamento, enfim... Em outras instituições a gente está com os pares, com quem acredita nos mesmos santos, quem acredita nos mesmos deuses, quem torce pelos mesmos times ou quem tem ideologicamente o mesmo projeto de sociedade. A escola é esse campo onde todos deveriam estar, inclusive, né? Então, é na escola que tem que ser feito esse tipo de discussão sim, porque senão eu só fico com o viés da minha família e eu não conheço o tipo de família que tu também tem e é importante que eu conheça, pra que eu não tenha um estranhamento quando eu me deparar com uma outra formação que não é a mesma minha. Porque senão eu vou me valer só daquilo que me representa, daquilo que me constitui.

Em nosso entendimento, apresentamos, a partir da fala de Sallas, um ponto muito relevante para ser analisado que é tema de constantes debates e contradições na Educação: as datas comemorativas. Sallas estudou a educação básica em São Paulo, mas essa evidência também é encontrada aqui em Santa Catarina: as datas comemorativas, a reunião de “pais” e, principalmente, datas que enaltecem “mães” e “pais”. Essa prática exclui toda uma diversidade social que demonstra o padrão de família que insiste em se tentar manter e propagandear. Um ideal que não representa a realidade que predomina nos espaços educacionais, que deveriam aceitar as famílias em suas complexidades.

Ah, eu sempre, quando tinha reunião de pais, eu falava: “reunião de pais, nem pai a gente tem, como vai ser reunião de pai?” Eu lembro que tinha essa revoltinha, que eu não entendia como algo crítico, mas era uma... não combina, não dá certo. Eu lembro da infância, dia dos pais, faz lembrancinha... entrega essa desgraça de sua lembrança para quem? Então, era recorrente.

Sallas relata que na escola também não sentia nem uma forma de preconceito por ser filha de mãe solo e justifica dizendo o quanto os pais não existiam na escola. Percebemos aí o *modus operandi* da sociedade que responsabiliza as mulheres pela educação e cuidado com as crianças: “o contexto naquela época era que a responsabilização de tudo que acontece com uma criança está na mãe, não está no pai. Então, quando eu cortei o braço no vidro, liga para a minha mãe, não é outra pessoa que vai ser acessada”. Então não era de se estranhar que a mãe fosse a única a estar presente, porque isso era parte do cotidiano escolar, os pais nunca eram lembrados da responsabilidade que deveriam ter com suas crianças. “E também não me lembro de contexto de outras crianças em que o pai fosse o centro, não tenho recordação mesmo disso. Era sempre a mãe. E minha mãe não ia em reunião de pais, era bem dela: ‘Tem que buscar o boletim! Dá teu jeito!’ Beleza!”

Sallas fala da liberdade que a mãe lhe concedia devido ao próprio cansaço em acompanhar a sua vida escolar por ter sido a última filha. E que ela não participava de sua vida escolar. Mas também relata o momento da matrícula na faculdade, quando vai para Florianópolis com a mãe.

A única coisa que ela não deixou fazer, eu ganhei uma bolsa para estudar na Alemanha e ela não deixou eu ir, estava no terceiro: "vai para a Alemanha, tá doida! Não sabe nem falar a língua. De onde vai tirar dinheiro?" Mas tenho memória dela vindo comigo fazer a matrícula para a UDESC, eu passar a ponte [para a ilha de Florianópolis] e falar: “Meu Deus, construíram uma ponte em cima do mar”. Ela fala: “para de ser caipira, menina”.

Sallas iniciou a faculdade com 19 anos, incentivada por todas as mulheres de sua família que acreditavam em seu potencial e queriam realizar essa conquista através de Sallas, pois as vidas de suas irmãs mais velhas tiveram menos acesso à educação. Sallas relata como foi o momento em que chegaram em Florianópolis:

“A gente vem de ônibus de Itajaí para cá – eu não fiz a prova em Floripa, eu fiz em Blumenau – aí passo, venho, aí a gente senta, ela compra *vergamota* naquela feira ali do centro, a gente senta num daqueles bancos de cimento. E sempre isso, e aí estão as moças varrendo a praça ali, ela: ‘ah, você quer uma *vergamota*?’”

Sallas relata sobre esse processo que ainda inclui novamente as “idas e vindas”, agora com relação ao trabalho, até começar a trabalhar no Estado como professora.

Aí trabalho de caixa de bar, atendente, vou dar aula, dou aula na Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro também, escola periférica da Vale São João do Meritim e trabalhava de caixa de bar. Aí, quando eu volto para Florianópolis, aí eu ingresso no Estado. Só que aí, nesse meio tempo, quando eu volto para

Florianópolis, eu faço uma especialização em arte no campo pela UDESC, aí depois trabalho num projeto de extensão, que é formação de agentes jovens, que é um desdobramento dessa mesma especialização e aí, terminando, eu já entro no mestrado em teatro. Aí, meu mestrado é sobre os grupos teatrais do Movimento Sem-Terra.

Sallas recorda o período em que frequentou a educação infantil, aproximadamente em 1988. Ela aponta o que lembra da estrutura daquele centro de educação infantil, nomeado por ela de creche, que naquele período trazia uma perspectiva ainda assistencialista, onde esses espaços não estavam para o desenvolvimento infantil pleno. Isso só vai aparecer em 1996 com a LDB e com os seus desdobramentos posteriores, como as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil de 2009.

Lembro, fui esquecida bastante na creche. Nessa época, não sei se tinha divisão [por idade], eu lembro de estudar em uma escolinha particular, porque a minha prima apanhava muito, aí me botaram para cuidar da prima, e aí, eu devia ter cinco anos e ela devia ter uns três, mas lembro desse lugar. E eu estudei em uma creche que chamava Lis Couto de Moraes, que existe até hoje na minha cidade.

Aparentemente eram as irmãs de Sallas as responsáveis pelo cuidado com ela, pois a mãe trabalhava muito e estava sempre fora de casa. A falta da educação em tempo integral desde a primeira etapa da educação básica sempre foi um problema para as famílias da classe trabalhadora, principalmente de mulheres mais empobrecidas. A responsabilização de adolescentes e crianças mais velhas no cuidando de crianças menores faz com que todas fiquem desprotegidas e expostas a diversas violências:

Eu lembro de estar no *prézinho* ali, até entrar na escola, e que essa era a creche que as minhas irmãs me esqueciam. Porque as minhas irmãs são adolescentes, aí elas estavam brincando na rua; na hora que elas viram a minha mãe apontar lá embaixo vindo do serviço elas: “óh!”. E elas contam isso dando risada, até hoje assim.

Sallas segue relatando sua experiência escolar e essa relação com a migração constante que viveu na adolescência, um tipo de migração forçada devido todas as violências que sofreu, e a migração é mais uma delas.

Eu sempre estudei em escola pública, a vida inteira, passei por algumas escolas, inclusive por esse contexto de ter que mudar de vez em quando por conta da relação ali dentro de casa. E aí quando eu estou morando com os meus tios, eu estou no segundo ano do ensino médio, que é quando eu vou embora da casa da minha mãe. Então, eu estou no segundo ano do ensino médio. Estava em uma escola grande, era essa tipo instituto aqui. E, no terceiro ano eu ganho uma bolsa, que era um programa do Estado de São Paulo, para formação de professores, para licenciatura.

Sallas recorda das violências que sofreu na escola em relação à sua sexualidade e performance de gênero. Narra a abordagem despreparada da professora, que nos faz relacionar com as falas de Araucária em relação ao despreparo das professoras. Porém as professoras de Sallas estão no início dos anos 1990; já os relatos de Araucária se referem a 2023. Refletimos sobre o quanto as professoras estão sendo preparadas para compreender a sociedade em que estão inseridas.

E no fundamental dois, sexto, sétimo ano, já tinha essa questão com a sexualidade. Então era muito chamada de Maria Sapatão, clássico já desde muito cedo. Por conta disso! Já está em um contexto de abuso, então já usava roupa larga, já vinha me masculinizando. Porque era muito isso: para você não ser desejada, você esconde o corpo. Então as calças eram largas, cheia de bolsa, camiseta mais larga. Lembro de uma cena, no sexto ano eu estava, lembro disso nitidamente. Então era muito elétrica, não parava, estava com a camiseta do uniforme, suou, eu era muito mais queimada do sol do que eu sou aqui no sul, porque no sul a tendência é a gente dar uma clareada, e aí marcou todo o corpo, eu entro na sala, é aula de história, a professora me chama assim e fala: “você precisa falar para tua mãe te dar um sutiã, você já tem peito, não dá para você ficar correndo igual um moleque” E aquilo foi um choque para mim.

Como a falta de uma abordagem cientificamente humanizada pode inscrever, nas crianças e adolescentes, questões que podem gerar problemas reais, dúvidas existenciais.

Que tipo! Eu tenho que usar sutiã? Eu não posso correr? Foi muito violento a forma com que ela trouxe isso. E aí eu chego em casa e não sei como falar isso para minha mãe. E aí eu falo para minha irmã: “a professora falou que eu tenho que usar um sutiã”. Aí a minha irmã fala: “a gente vai resolver isso”. Então tem esse impacto de também não ser uma preocupação da minha mãe, eu acho. É muito tranquila ela também, bem de boa. Mas aí tem esse contexto de já ser uma criança masculinizada e eu ouvi muito isso, e a frustração dessa parte de quando tinha alguma coisa que era relacionada ao masculino.

Sallas fala da relação da maternagem na educação com o seu antigo desejo de ser mãe.

Até os meus 30 anos, eu queria muito ser mãe, muito, era uma coisa muito forte, vivia falando disso. Só que era muito ingênuo, porque, beleza, vou ter um filho como? Lésbica até o último fio do cabelo. Então, não tinha, era um desejo mas era um desejo estruturado. Eu falava que queria um filhinho assim, então sempre teve essa vontade. Depois que eu passo a trabalhar diretamente com criança e adolescente, isso vai se dirimindo, porque, no fim das contas, tem um maternar no processo de ser professora, por mais que você seja formal, vai ter contextos de afeto que isso vai ficar muito mais forte.

Ao relatar sobre sua prática pedagógica, Sallas lembra das crianças que sofriam violências e que sua construção não permitia assistir inerte a situação dessas crianças.

Em muitos momentos da minha carreira, eu me vi querendo adotar uns cinco, seis alunos e vou levar embora. Muito forte, porque você não quer que a criança tenha aquela vida, que ela não sofra com determinadas coisas, e várias crianças foram muito marcantes para mim nesse sentido. Acho que em todas as escolas que eu passei sempre teve uma “Rafaela”. Tinha uma criança aqui no Irineu, Luana, também perdeu a mãe, ela estava no primeiro ano e já não tinha mãe. E eu era louca por aquela criança, ela era linda e extremamente amorosa, então ela escrevia um monte de cartinha, ela me adorava, era uma coisa muito doida. E eu desse jeito, *monster*, e a criança tinha uma afeição por mim que era super engraçada. Outras crianças também que eu cheguei a ver, tinham dois irmãos também em uma situação... eram criados pelo pai, tinha uma situação de abuso e eu inclusive cogitei de adotar aqueles dois irmãos, era menino e uma menina, também. E eles eram loucos por mim também, era uma coisa muito forte. Então, ter esse processo de maternar, ele entrecruza, e ainda mais sendo uma professora de Artes, onde algumas coisas aparecem com mais facilidade [por] que a gente está lidando com o sensível. Então, quando você fala que aquele espaço é um espaço para se acolher, é um espaço para brincar, é um espaço para contar com o outro, para poder abraçar, também vem algumas coisas nos processos de desenho, nos processos de conversa.

Percebemos que Sallas traz para sua prática sua visão de mundo, construída em sua trajetória, e transforma em um meio de proteger crianças e adolescentes que foram de alguma forma atravessadas por problemas que Sallas experienciou.

Então eu sempre recebi muitas denúncias, muitas situações de abuso, muitas situações de violência em que eu tinha que tomar uma posição também, e ao mesmo tempo tentando compreender essas histórias, essas maternidades também, que normalmente essas mães eram sozinhas, estavam em um casamento por necessidade de estrutura material.

Sallas relata as situações que vivenciou durante suas aulas e deixa em evidência o quanto lhe afetam as violências relatadas por suas alunas e alunos.

Tinha essa consciência. E aí, principalmente nos casos de situação de abuso, que foram alguns que eu denunciei, que eu fiz boletim de ocorrência, alguns que eu tive que fazer intermediação, porque apareceu na minha aula e aí não tinha como fingir que aquilo ali não era verdade. Sei lá, a menina faz um desenho e escreve “quero sair desse pesadelo”. Ué, que pesadelo é esse? “Assim, assim, assim”. Ou vai fazer uma roda de conversa. Esse caso foi recente, a última escola em que trabalhei.

Outra situação ainda mais grave quando traz a questão do assédio de um professor contra as alunas adolescentes.

Dia da Mulher, roda de conversa, vamos falar sobre questão de violência, e a menina desaba na frente, dizendo que o professor assediou. O professor da escola. E aí eu me comprometo com ela. Eu não sabia. Agora eu sei. A partir de hoje, tudo que tiver ao meu alcance, eu vou fazer para tirar esse cara daqui. E a gente tirou. Enquanto ele não foi exonerado, a gente não parou. Eu fiz boletim de ocorrência, fizemos tudo o que tinha que fazer, todos os contatos por dentro.

Ela fica diante de uma situação semelhante à qual vivenciou em sua adolescência. Trata suas atitudes diante de situações de violências como “senso de justiça” e sente não ter tido alguém que fizesse por ela o que hoje é uma questão de ética e talvez uma forma de sentir que homens como aquele que a abusou sejam punidos pelo crime.

A mãe não quis denunciar, mesmo as meninas sendo menores, no caso das duas que relataram a situação com esse professor. Falei: “chama sua mãe, quero conversar”. “Professora, a minha mãe não vai vir. Minha mãe não acreditou quando eu contei”. Então, foram situações que apareceram. E disso assim, quando acaba o pesadelo, de elas agradecerem. Muito forte. Inclusive, isso vai para terapia também, porque é um senso de justiça que é mais forte que eu, porque eu não tive essa oportunidade.

Sallas segue relatando sobre suas atitudes diante dos casos de violência, principalmente contra as meninas, que trazem seu passado-presente à tona, que segue lhe atravessando.

Eu tive que sair, eu tive que me deslocar do que eu entendia como casa, do que eu entendia como afeto da minha mãe, para conseguir continuar vivendo. Então, claro, quando essas situações aparecem é óbvio que eu vou intervir. Acho que em 2022 eu fiz mais de 10 denúncias de abuso sexual que chegaram para mim na escola. Muito forte. E compreender também esse lugar da profissão que a gente exerce. Claro que não é para ser uma relação apenas de cuidado, mas também não tem como isso estar fora.

Neste ponto, Sallas relata sobre como constrói suas abordagens pedagógicas, que refletem o que chamamos de ausências, mas ela coloca como falta.

Inclusive, as minhas construções pedagógicas são sempre em cima da falta. O que eu não tive, o que eu não aprendi quando eu estava na escola? Ou que forma que era muito chato de aprender. E eu não quero ser essa professora, então eu estou sempre trabalhando nas ausências que eu tive. E é muito legal, porque a relação com os estudantes sempre foi bonita. Então, eu tenho uma caixa com um monte de bilhetezinho, com um monte de cartinha, e é bem própria dessa relação de professor e aluno. Eles te amam no ano, no outro eles nem sabem que você existe. Coisa muito descartável.

Sallas reflete sobre a profissão de professora, o quanto de alguma forma serviu para que muitas mulheres pudessem ter uma profissão numa sociedade patriarcal que empurra as mulheres para o trabalho de cuidado, remunerados ou não.

Esse contexto de que, para as mulheres em geral, de uma determinada geração, a emancipação da vida veio a partir da profissão de professora, tanto que, antigamente,

o status era médico, advogado e professor. Era um lugar de reconhecimento, que também foi sendo desconstruído ao longo do tempo e hoje está essa barbárie.

Fala sobre a desvalorização das professoras, financeira e moralmente, diante de tantos casos de perseguição em Santa Catarina.

Então, o fato de virar professora era uma emancipação, era para você romper com o lugar de dona de casa, que era a profissão mais aceitável para mulher, com menos efeitos colaterais dentro do sistema patriarcal, se a gente for fazer essa leitura na prática. Talvez por isso sejamos, hoje, o maior número de professoras no Brasil inteiro, porque é a carreira que tem muita mulher inserida.

Isabella reflete sobre sua prática pedagógica, assim como Sallas e Araucária, sobre a perspectiva de uma abordagem de afeto com as crianças, que estamos trazendo aqui como um “maternar na educação”; uma perspectiva humana e afetuosa na abordagem. Isabella aponta esta perspectiva em suas palavras.

Assim, na escola, até onde eu tô ali em Balneário agora, é uma comunidade, assim, que tem... tem bastante essa variação, assim. Tem mãe solteira, tem pai e mãe, tem só pai, e, assim, eu tento, não sei se por conta da mãe, mas eu sempre fui mais sensível nesse... nesse lado, assim. Eu penso que se eu puder dar atenção pra eles ali, porque tem muita criança que sofre em casa, assim, com questões familiares. Então eu tento dar o máximo de atenção nesse sentido afetivo, que... porque eu sei que vai... se eu puder fazer o mínimo enquanto que eu tô lá, eu acho que vai... já vai ser o máximo, sabe assim?

Ao falarmos de maternagem não estamos falando de maternidade ou de substituição da família, mas numa perspectiva humana da educação, de cuidado, principalmente durante a infância. É considerar as emoções e as experiências das crianças no fazer pedagógico, fazer este que está contido em todos os momentos da criança dentro da instituição educacional. Para maternar, não precisa ser mãe ou pai. Isabella avalia sua postura afetiva dentro de sua abordagem pedagógica e a defende como fundamental. Ela faz ligação com as ausências das quais experimentou e o afeto foi uma dessas questões latentes nas narrativas.

Nesse sentido, se eu puder acolher ele, dar um colo, que eu trabalho com pré-escola... E aí elas falam: “meu Deus, mas dá colo ali?” Mas se eles quiserem meu colinho, eu vou dar o meu colinho pra eles. Porque ali é a parte afetiva que muitas vezes eles não têm em casa. Eu não sei se isso tem relação com a minha mãe, porque o colinho eu nunca tive. Da mãe, sabe? Então hoje eu sou muito afetiva. Eu não sei se esse olhar de sensibilidade para com as crianças tem a ver com a maneira como eu fui criada, talvez essa defasagem nesse sentido, mas eu tenho muito isso ali com eles, sabe? Realmente acolher e dar essa atenção, pra além do pedagógico, né? Mas

do humano mesmo, porque às vezes o pedagógico vai fluir, principalmente na educação infantil, né? Mas essa parte humana eu acho que é muito importante.

Isabella relata suas experiências enquanto professora da infância e, assim como Araucária e Sallas, diz ouvir críticas contra as mães sobre como educam e cuidam das crianças. Destaca que as críticas não englobam outras pessoas da família, a mãe em geral é sempre o alvo.

Comentário é o que mais tem, né? Nas escolas, assim, as professoras sempre comentam, quando vê um pai: “meu Deus, como que tá só com o pai? Como que a mãe deixou?” Pra ti ver! E como ainda tem esse preconceito de que o pai criando é uma coisa de outro mundo, né? Tipo, e como, meu Deus, como é que... Cadê a mãe? Que eu tenho um caso de uma menina que a criança era espancada pela mãe, né? E aí o pai cria, e daí elas achavam um absurdo. Então, assim, julgamento em relação às crianças e às famílias tem. Tem a mãe que bebe, tem a mãe que... sempre vai ter. As professoras sempre... Isso eu escuto bastante, assim, no trabalho.

Relembra sobre como funcionava sua rotina escolar e como sua mãe equilibrava as ausências-presenças.

Ela sempre se preocupou em me manter ocupada. Ela não me deixava sozinha em casa. Então, tipo, assim, eu tava na escola de manhã, eu estudava de manhã, à tarde eu tava ou num negócio de esporte, que eu fazia basquete, da própria escola, ou eu tava num curso de *biscuit*, ou eu tava num curso de pintura e madeira, ou eu tava num... Fiz uma época em inglês, ó, fiz pintura e madeira, fiz *biscuit*, fiz retrato, fiz o inglês... Ela sempre tinha essa preocupação de não me deixar sozinha. Porque ela tinha medo também, sei lá, né?

Neste ponto, Isabella coloca como a educação em tempo integral<sup>54</sup> é importante. O que estamos sugerindo por meio das falas das filhas é que o compromisso por parte do Estado com a criação de políticas públicas que contemplem mães e suas famílias é fundamental para prevenir violências de todos os tipos, contra as mulheres e contra as crianças.

Como visto acima e discutido ao longo do capítulo, nas entrevistas foi possível perceber as trajetórias de vida e as experiências que as tornaram quem são hoje. O que as unifica é serem filhas de mães solo, o trabalho e as presenças-ausências de suas mães, a migração constante, as violências que atravessaram gerações de mulheres de suas famílias, o abandono parental por parte de quem deveria ser o pai, a educação como tábua salva-vidas e o

54. “O programa Escola em Tempo Integral fomenta a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. A medida proporciona a ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. O governo federal fornece assistência técnica e financeira considerando propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>> Acesso em: 29/10/2024.

fato de terem se tornado professoras da rede pública. Por fim, as unifica também o fato de morarem no estado de Santa Catarina. E, por isso, o próximo capítulo aborda as incertezas e violências sofridas por meninas, mulheres e professoras em Santa Catarina nos últimos anos.

#### 4. UM “ESTADO” DE PERSEGUIÇÃO DE GÊNERO

Santa Catarina, estado da região Sul do Brasil, com população de maioria autodeclarada branca<sup>55</sup>, tem a primeira mulher negra eleita deputada no Brasil – a professora Antonieta de Barros<sup>56</sup>. Os escritos da Prof.<sup>a</sup> Jeruse Romão<sup>57</sup> (2023) nos apresentam a história de vida e de luta de Antonieta, eleita deputada em 1934, a princípio como suplente, com 34.484 mil votos. Em janeiro de 1935, assume como deputada (o titular havia sido diplomado prefeito de Caçador), exercendo mandato até 1937, interrompido pela ditadura de Vargas. A única mulher negra eleita para compor a Assembleia Legislativa de Santa Catarina até o ano 2023, quando, 89 anos depois, outra professora, mulher negra, assume uma vaga, também como suplente – Vanessa da Rosa<sup>58</sup>.

Quem é Catarina? Segundo o que consta no portal de notícias do site oficial do estado, há incertezas, divergências sobre quem foi a homenageada. Alguns autores, segundo o portal, sugerem que Sebastião Caboto teria feito uma homenagem à sua esposa, Catarina Medrano. O portal também informa que outras autoras/es, sem citar nomes, acreditam que foi uma homenagem a Santa Catarina de Alexandria, devido à influência católica. Aliás, segundo as informações, a Princesa Catarina assassinada por defender cristãos, jorraria leite em vez de sangue, simbologia marcante. Estes são símbolos que acompanham também a formação de quem nasce, cresce e mora por aqui.

O italiano Sebastião Caboto, a serviço da Espanha, chega com sua expedição em 1526 e, ao publicar seus mapas referentes à região, denominava a Ilha de Santa Catarina de “Porto dos Patos”. O nome de Santa Catarina aparece, pela primeira vez, no mapa-múndi de Diego Ribeiro, de 1529. Há divergências quanto ao responsável pela denominação de Santa Catarina: alguns autores atribuem a Sebastião Caboto, em homenagem à sua esposa, Catarina Medrano; outros defendem que tenha sido

55. Segundo dados da PNAD Contínua de 2022 (IBGE, 2023).

56. Cf. ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. 2<sup>a</sup>. ed. Florianópolis: Cruz e Souza, 2023.

57. A pesquisadora “Jeruse Romão, filha da professora Zulam Silva Romão e de sargento músico da PM/SC, nasceu em 1960, na cidade de Florianópolis (SC). Concluiu o curso de Normal e cursou Pedagogia na Faculdade de Educação, mesmo local onde funcionou o Instituto de Educação dirigido por Antonieta. Foi professora da rede pública de São José e de Florianópolis e da rede privada, no Ensino Fundamental e Superior (na faculdade de Pedagogia da UNISUL). Desde 1983, atua no campo da Educação das Relações Etnicorraciais, com ênfase na história da educação dos negros e na formulação de políticas educacionais para as redes estadual e municipais de Santa Catarina. Foi *fellow* da Ashoka; atuou como consultora da UNESCO, coordenando, no Ministério de Educação (MEC), as políticas públicas de fortalecimento de jovens negros e indígenas no Ensino Médio e Superior (2002); organizou e co-organizou publicações, entre as quais *História da Educação dos Negros e outras histórias* (2005) e *Africanidade de catarinenses* (2009). Atualmente coordena a Escola Afro-Popular Leonor de Barros. É mãe de Azânia Mahin e de Kaiodê. Irmã de Janete, Jussara, Jorge, Jucemar (*in memoriam*) e Antonieta (*in memoriam*)” (Romão, 2023, p. 357).

58. Cf. PORTAL CATARINAS. **Vanessa da Rosa defende educação pública, saúde e cultura**. Matéria/entrevista publicada em 29/09/2024. Disponível em: <<https://catarinas.info/vanessa-da-rosa-defende-educacao-publica-saude-e-cultura/>> Acesso em: 13/11/2024.

em homenagem a Santa Catarina de Alexandria, festejada pela igreja católica em 25 de novembro (Santa Catarina, s/d).

Na sequência, falaremos a partir do lugar singular do “meu Eu”. A experiência de caminhar nas ruas, morar e existir desde menina neste que é um “estado de coisas” que habita em mim.

#### 4.1 EU, MENINA-MULHER, QUE NASCI E CRESCI AQUI

Nasci em 14 de agosto de 1980, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, a sétima entre oito rebentos de minha mãe e mais uma que veio por outras vias, um total de nove filhas/os. Nascida na maternidade Carlos Corrêa. Tem isso, quem nasce em Florianópolis ou nasce na Carmela Dutra ou na Carlos Correia, era assim. Cresci em meio a assédios constantes: parentes, vizinhos, meninos, adolescentes, adultos e idosos. Nas ruas, escola, mercadinhos, faculdade, trabalho.

As meninas ao meu redor também sempre estiveram vulneráveis. Mas não lembro de conversar com absolutamente ninguém sobre o tamanho do risco que corríamos só por sermos meninas. Ou melhor, apenas conversas que pareciam proibidas, misteriosas: que eu deveria me cuidar, não estar sozinha na rua à noite, e que os homens não prestam, mas as meninas davam “confiança”. Como se o peso da responsabilidade fosse inteiramente nosso.

Cresci com medo e ouvindo homens adultos assediando minhas amigas também. Ouvi histórias de adolescentes que foram paradas pela polícia e que foram “revistadas”. Memórias. O que pretendo dizer com tudo isso é que nunca me senti segura em lugar nenhum. Andando nas ruas de Florianópolis, no Centro, pelo simples fato de andar no calçadão, perto da Praça XV, aos 12 anos, fui assediada por “senhores”. Estava acompanhada de outra menina de 11 anos, estudávamos na mesma turma.

Num primeiro momento, aqueles idosos representavam ser tão frágeis, ali sentados, jogando qualquer coisa nas mesas em meio à rua. De repente, um deles me puxa pelo braço e oferece dinheiro em troca de “favores sexuais”. Corri com o coração na boca. Fomos parar perto da Delegacia da Mulher no Largo da Alfândega. Fiquei em dúvida se deveria entrar ou não. Não entramos. E é assim, em “estado de fuga”, que permaneço e como sempre me senti. Trago este relato para contextualizar uma pequena parte das memórias de infância, sendo eu uma mulher que nasci e cresci aqui.

Trinta anos depois ainda encontramos casos de violação dos direitos das meninas

e mulheres neste lugar. Casos em que o próprio Estado materializa condições de permanência para as violências, como vamos apresentar na sequência. Ressaltamos que os casos selecionados, que serão descritos e problematizados ao longo do texto, são uma amostra das violências que permanecem e que se repetem para as meninas e mulheres no estado de Santa Catarina.

#### 4.2 CADÊ O DIREITO QUE “TAVA” AQUI?

Neste tópico apresentaremos um panorama sobre as condições de segurança e garantias de direitos a que estão submetidas as mulheres e meninas no território do estado de Santa Catarina com casos que repercutiram na mídia.

De acordo com o Censo 2022, Santa Catarina concentra uma população de 7.609.601 de habitantes. Deste total, estima-se que 3.740.572 são mulheres. Qual o destino de meninas, mulheres e pessoas que gestam? Podemos pensar na existência de cada uma dessas mulheres que apresentamos aqui enquanto números. Quem atravessa suas vidas?

As mais recentes lutas feministas em Santa Catarina têm exigido que sejam cumpridos os direitos já garantidos em lei para as mulheres, como o direito ao aborto<sup>59</sup> em casos de estupro, e principalmente de estupro de vulnerável. Destacamos a seguir casos que envolvem meninas e adolescentes, a partir de mulheres jornalistas da imprensa alternativa que fazem o trabalho de investigação, acompanhamento e divulgação destes casos. Elas denunciam diversas violações de direitos e foram/são perseguidas e processadas devido ao trabalho que desenvolvem, que enfrenta essa estrutura. Advogadas também foram criminalizadas por defender as vítimas de violências, revitimizadas pelo Estado. Também temos casos de perseguição a professoras e de trabalho análogo a escravidão.

Casos escandalosos de revitimização<sup>60</sup>, como o de Mari Ferrer; da mãe que, em vulnerabilidade social, teve a filha sequestrada por agente do Estado ainda na maternidade; meninas e mulheres obrigadas a parir fruto de violência sexual, onde suas vidas são colocadas em risco em nome do moralismo e do fundamentalismo escancarado de quem deveria proteger. É num contexto de protagonismo do conservadorismo das elites, aliado ao fundamentalismo que invade o Estado, que traremos no próximo tópico alguns dos casos que estiveram no debate nacional pelo descumprimento dos direitos das vítimas nos últimos anos.

59. Cf. Art. 128 do Código Penal brasileiro e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 do STF, que definem os casos e condições para o aborto legal no Brasil.

60. Definição genérica: a revitimização – ou vitimização secundária – é uma série de atos e questionamentos que geram constrangimentos nas mulheres que foram vítimas de violências de gênero. Em muitos casos, a revitimização faz com que a mulher desista de denunciar seus agressores ou de prosseguir com os processos criminais (sem fonte).

**PLANEJAMENTO FAMILIAR** – As mulheres catarinenses são impedidas até mesmo de planejamento familiar, como podemos verificar em matérias do NSC Total e do Portal G1, do ano de 2016, denunciando que o único hospital público que atende pessoas adultas na região da Foz do Rio Itajaí não faz laqueaduras por motivos religiosos. Em nota, a Secretaria de Saúde do município de Itajaí anuncia que o hospital Marieta Konder Bornhausen não faz laqueaduras e aponta que um dos motivos é religioso. Com isso, “pacientes que precisam fazer a esterilização definitiva pelo Sistema Único de Saúde são encaminhadas para outros municípios” (Portal G1, 2016).

Em 2021, o Portal Catarinas publicou nova matéria sobre o mesmo caso e comentou sobre a gravidade: “[...] Luciane, que tinha todos os documentos em mãos no momento do [quarto] parto, o que houve por parte do Hospital Marieta foi negligência com a vida dela [...] tanto o hospital quanto o município deveriam ser indiciados por essa negação do atendimento correto a ela” (Morgani Guzzo, 2021).

Estamos em 2024 e não encontramos nenhum encaminhamento a respeito do acesso a laqueaduras no hospital citado e as mulheres e pessoas que gestam da região provavelmente seguem sem o recurso.

**GINECOFOBIA** – Segundo o Portal Catarinas, a advogada Rosane Magaly Martins “foi processada em 2017 por cinco estudantes de Medicina da Universidade Regional de Blumenau (FURB), ao criticar uma foto em que os alunos posam simulando uma vulva com as mãos”. A advogada republicou essa foto nas redes sociais após os alunos colocarem em suas próprias redes. Na publicação ela questiona o compromisso destes estudantes com os corpos com os quais decidiram trabalhar e investir suas carreiras.

Num primeiro momento, os estudantes entraram com ação contra Martins pedindo indenização por danos morais e por ela, a advogada, ter ultrapassado o seu direito à liberdade de expressão. Porém, a advogada apelou e a ação foi invertida. O relator do processo isentou a advogada e inverteu a pena contra os agora médicos em exercício, registrando nos autos que a “[...] discordância frente a uma gesticulação, social é notoriamente ginecofóbica [sic], realizada por um grupo de futuros médicos que livremente a praticaram e compartilharam na internet está longe de difamação ou calúnia” (Iraci Falavina, 2024).

Neste caso, uma vitória diante de tantos percalços que as mulheres enfrentam diante da busca por justiça. Veremos também nos demais casos a complexidade e as sucessivas violências experimentadas por mulheres e meninas na busca por seus direitos.

**#JUSTIÇAPORMARIFERRER**<sup>61</sup> – Mariana Ferreira, conhecida como Mari Ferrer, *promoter* de festas, fez uma denúncia onde relatou ter sofrido estupro em uma casa de shows, em Jurerê internacional, Florianópolis, em 2018, onde estava trabalhando. Segundo a denúncia, ela teria bebido um drinque e, depois disso, apenas se recorda de acordar em um quarto com as roupas brancas ensanguentadas. Foi a partir das imagens de câmeras de monitoramento no local e dos exames médicos que Mariana compreendeu o que havia acontecido naquela noite.

Nas redes sociais houve muita manifestação por justiça. Movimentos feministas e pessoas famosas de todo o Brasil se sensibilizaram com o abuso sofrido e questionaram como o processo estava sendo conduzido. A jovem mulher, de apenas 21 anos, estava sendo revitimizada, inclusive teve suas redes sociais bloqueadas por clamar por justiça.

A jornalista Schirlei Alves, que acompanhou o caso, segundo matéria do Portal Catarinas, também foi perseguida nas redes sociais e dentro do próprio trabalho que fazia há 10 anos em jornais de circulação nacional e internacional. Alves questiona a decisão de absolvição do acusado e a forma como tudo isso se deu, abrindo precedentes para a absolvição de possíveis estupradores em casos semelhantes. Em matéria escrita após a decisão judicial, a jornalista usa o termo “Estupro Culposo<sup>62</sup>”, que ganhou repercussão nacional e rendeu novas perseguições. Em entrevista ao Portal Catarinas, Alves explica como chegou no termo utilizado na matéria que escreveu para o jornal independente The Intercept Brasil.

O erro de tipo ocorre quando o autor do crime não tem consciência que está cometendo o delito. Um exemplo é quando você pega uma bagagem de outra pessoa por engano no desembarque do aeroporto. Você sabe que subtrair coisa alheia é crime. Mas você pegou a mala achando que era sua e não de outra pessoa. No caso da Mariana, o erro de Aranha [o acusado], segundo a tese, seria o de não saber que a vítima não tinha o necessário discernimento para a prática do ato e acreditou que estava mantendo uma relação sexual consentida. Ele tinha conhecimento de que manter conjunção carnal com pessoa em situação de vulnerabilidade é crime, mas, segundo o entendimento do MP, ele não tinha o conhecimento de que ela estava dopada ou sem a possibilidade de consentir. Como a própria análise jurídica descreve, o erro de tipo exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo. Não existe, porém, no ordenamento jurídico brasileiro, a punição por estupro na modalidade culposa (sem intenção), apenas na modalidade “dolosa” (com intenção de praticar o crime). O pedido é de absolvição, pois não seria possível condená-lo na modalidade culposa, uma vez que ela não existe para esse tipo de crime. Na sentença, o juiz afirma que “não há possibilidade de condenar quando o representante do MP requer a absolvição” e cita também a argumentação do erro de tipo que afasta o estupro de vulnerável (Juliana Rabelo, 2020).

Neste sentido, a jornalista também aponta o que já ocorria em outros casos em relação a estupros cometidos contra vítimas menores de 14 anos, onde a defesa alega “erro de

61. Adotamos a mesma *hashtag* que foi utilizada nas redes sociais durante o julgamento do caso.

62. ALVES, Schirlei. O caso Mariana Ferrer e o inédito “Estupro Culposo”. The Intercept Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>> Acesso em: 22/03/2024.

tipo”, ou seja, o acusado desconhecia a idade da vítima.

O caso se estende para uma audiência onde houve humilhação pública da vítima diante do segundo promotor (o primeiro foi trocado durante o processo) e do juiz pelo advogado de defesa do acusado e nada foi feito, nenhuma interferência diante das humilhações que a vítima sofria. Ela era a única mulher na audiência.

O resultado da audiência com a absolvição do acusado gerou protestos por todo o país. Mulheres e diversas organizações protestaram contra a força do patriarcado e da misoginia materializado neste caso.

A mulher denuncia e perde a ação, tendo sua intimidade exposta durante a sessão pelo advogado de defesa. Fotos de suas redes sociais foram usadas para justificar toda a violência que sofreu e que continuou sofrendo. Até sua virgindade foi questionada, pois a jovem declarou que nunca havia se relacionado sexualmente antes.

Nas imagens, a vítima, a *influencer* Mariana Ferrer, é humilhada e vulgarizada pelo advogado de defesa Cláudio Gastão da Rosa Filho – que apresenta fotos de Mariana, faz julgamentos desrespeitosos classificando as imagens como “ginecológicas” e afirmando que “jamais teria uma filha do nível dela”. De vítima, Mariana torna-se julgada (Portal Catarinas, 2020).

Após ter passado por esta situação e ter perdido a ação, é sancionada a Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021, intitulada *Lei Mariana Ferrer*, que protege vítimas de crimes sexuais em julgamentos. É uma atualização da Lei 13.869, de 5 de setembro de 2019, que trata sobre abuso de poder de autoridades.

Art. 3º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 400-A e 474-A:

“Art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:

I – a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;

II – a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.”

“Art. 474-A. Durante a instrução em plenário, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz-presidente garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:

I – a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;

II – a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.” (Brasil, 2021).

Em 2021, foi publicado o “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero”, que é composto por diretrizes para coibir preconceitos e discriminação de gênero durante julgamentos. Em março de 2023, o Conselho Nacional de Justiça tornou o protocolo padrão para todo o Poder Judiciário nacional (Portal Catarinas, 2023).

Em sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023, a Ministra Rosa Weber foi voto de desempate pela instalação de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para investigar a conduta do juiz que deveria conduzir a audiência de julgamento do caso Mari Ferrer – a ação foi movida pela União Brasileira de Mulheres. Em agosto de 2024, o PAD foi arquivado pelo CNJ.

**O MÉDICO: NÃO EXISTEM MONSTROS!** – Em 2019, ficamos estarelecidas sobre o caso de abusos sexual contra pacientes, divulgados pela imprensa, cometidos por médico clínico-geral que atuava em Itajaí, Navegantes e Joinville. Ele foi preso, suspeito de estuprar pacientes, “[...] após um denunciante anônimo enviar um CD com vídeos dos abusos. Essas filmagens eram feitas pelo próprio médico, de acordo com o delegado responsável pelo caso, Alexandre de Oliveira” (Portal G1, 2019).

Na sequência, trazemos um trecho da matéria do Portal Catarinas sobre os casos. Pois, no mesmo período, outro médico foi acusado de abuso contra mulheres em Santa Catarina durante exames ginecológicos.

Dois casos de violência sexual durante atendimento médico vieram à tona na última semana, em Santa Catarina. Na sexta-feira (15), o Conselho Regional de Medicina de SC abriu processo para investigar um ginecologista e obstetra, coordenador do departamento de obstetrícia e ginecologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), depois de tomar conhecimento de denúncias de abuso sexual contra ele pela imprensa. Pelo menos cinco pacientes relataram abusos que aconteciam durante o atendimento ginecológico. Em Itajaí, um clínico geral que atuava em vários hospitais do estado foi preso temporariamente no último sábado, depois que vídeos contendo cenas de violação sexual foram entregues à polícia. Dezesesseis mulheres aparecem nos vídeos gravados durante atendimento médico (Portal Catarinas, 2019).

Matéria divulgada no mesmo ano pelo jornal de circulação local Diarinho, de Itajaí, informa que o médico foi solto meses depois por *habeas corpus* impetrado pelo mesmo advogado que defendeu o acusado de estupro no caso Mariana Ferrer.

Por unanimidade, os desembargadores votaram pela substituição da [prisão] preventiva pelo uso de tornozeleira eletrônica, bem como determinaram ao médico o comparecimento mensal em juízo, a proibição de manter contato com as vítimas e de frequentar bares e boates. Ele também terá que ficar em casa à noite e a suspensão

do registro profissional e do exercício da medicina junto à secretaria de Estado da Saúde. O advogado diz que no momento não existiriam mais riscos pra ordem pública e a nem a instrução do processo, fundamentos que justificaram a decretação da prisão preventiva (Diarinho, 2019).

**#CRIANÇANÃOÉMÃE E #GRAVIDEZAOS10MATA**<sup>63</sup> – Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), no Brasil, mais de 19 mil nascidos vivos por ano são de gestações de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos, ou seja, provenientes de estupro. O documento ainda aponta que o Brasil é o 4º no ranking mundial em casamentos infantis e com números alarmantes de gravidezes precoces. As informações da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos do Paraná, divulgadas em 2021 pelo Portal Catarinas, mostram que, entre 2010 e 2019, 252.786 meninas de até 14 anos pariram no Brasil, ou seja, um parto a cada 20 minutos (Daniela Valenga, 2021).

O Anuário traz registros retirados das secretarias de segurança públicas dos estados, que informam que, no Brasil, em 2022, dos casos de estupro contra meninas e adolescentes de até 13 anos, que “podem gestar”, 44,4% são cometidos por pais e padrastos, seguidos de outras pessoas da família, vizinhos e conhecidos e, destes, apenas 4,1% são estranhos. O Anuário aponta que 71,5 % dos casos de gestação precoce são provenientes de estupro cometido por alguém da família, grupo que deveria proteger estas crianças.

Como exemplo, citamos casos de meninas de até 14 anos de idade, engravidadas em Santa Catarina. Casos em que há previsão legal ao aborto em qualquer fase de gestação, por se tratar de estupro de vulnerável. Matéria lançada pelo Portal Catarinas em 2022, aponta que 4.463 crianças e adolescentes de até 14 anos deram à luz no período entre 2011 e 2020. Porém, segundo a jornalista Jess Carvalho, apenas 29 abortos legais foram realizados.

Falamos aqui de aproximadamente 36 mil casos de estupro de vulneráveis no Brasil somente em 2021 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), um caso a cada 10 minutos. As matérias citadas denunciam moralismo no atendimento de casos de aborto legal em geral. As pacientes encontram dificuldades para acessarem o direito ao aborto legal em casos de estupro quando atendidas nos hospitais credenciados. Segundo o Portal Catarinas, no ano de 2022 existiam, em todo o estado de Santa Catarina, apenas seis hospitais de referência, mas somente quatro estavam em atividade. Segundo a matéria, “o estado mantém meninas, mulheres e outras pessoas que gestam à margem de seus direitos” (Carvalho, 2022).

Em junho de 2022, o tema aborto teve repercussão nas mídias e redes sociais no

---

63. Como no tópico anterior, utilizamos as *hashtags* criadas pelos movimentos sociais nas redes para alcançar os usuários e informar as violações de direitos.

Brasil, depois de casos de estupros seguidos de engravidamentos pelas vítimas. Um dos casos foi o de uma menininha engravidada com apenas 10 anos, onde houve tentativa de convencimento, por parte da juíza, durante a audiência: “suportaria mais um pouquinho?”, indagou a magistrada à criança. A mãe da menina buscou o serviço de abortamento legal dois dias após descobrir a gravidez, porém a criança foi impedida de acessar o direito no Hospital Universitário (HU) da UFSC. “É recorrente que mesmo sendo expressamente permitido, os médicos recusam-se de realizá-lo sob alegação de divergência moral”, conforme aponta Morais (2008), mas outros fatores são apontados por especialistas, como perseguições aos profissionais. No Brasil, admite-se duas espécies de aborto legal: o terapêutico ou necessário e o sentimental ou humanitário, segundo Morais (2008).

A justificativa do HU foi que o período para que a menina pudesse acessar o direito seria de, no máximo, vinte semanas. Como havia excedido duas semanas, segundo suas próprias regras, o direito então foi negado pelo hospital. Trechos da matéria apontam que a alegação não está em conformidade com a legislação e que diverge do protocolo de atendimento apresentado para casos como este.

O Código Penal permite o aborto em casos de violência sexual, sem impor qualquer limitação de semanas de gravidez e sem exigir autorização judicial, principalmente contra vulneráveis. A equipe médica, no entanto, se recusou a realizar o abortamento permitido legalmente. Pelas normas, o hospital só atende as gestações até as vinte semanas. Em 12 de maio de 2022, o juiz Mônani Menine Pereira, da Comarca de Florianópolis, autorizou o aborto. Mas a menina foi impossibilitada de ir, porque já havia sido encaminhada para abrigo, afastada da mãe. No dia seguinte, a decisão foi revogada pelo próprio juiz a pedido do Ministério Público da comarca de Tijucas, segundo informações da jornalista Jess Carvalho (2022).

A criança foi retirada do convívio com a mãe pela promotoria e pelo Conselho Tutelar, sendo mantida em abrigo por dois meses, sem acessar a escola, para que a gestação fosse mantida. Em outra matéria jornalística investigativa do Portal Catarinas, podemos acessar vídeos da audiência onde a mãe da criança, diante da juíza e da promotora, implora para que a criança permaneça com ela. O desespero da mãe se justifica diante da possibilidade da menina ser mantida afastada. Diante da pressão da promotora e da juíza, a mãe se compromete em manter a gestação acatando o que as duas servidoras públicas, que deveriam proteger a criança de toda e qualquer violência, pediam: que a criança de 10 anos mantivesse a gravidez (Paula Guimarães; Bruna de Lara; Tatiana Dias, 2022).

As advogadas da menina foram acusadas de violar o sigilo do inquérito e viraram

rés do caso, assim como as próprias jornalistas por terem divulgado todo o processo. A publicização dos fatos e a pressão social sobre a condução da audiência levou a criança, posteriormente, a ter acesso ao direito. Essas mulheres foram perseguidas por exigir que direitos fossem cumpridos, mas acabaram inocentadas.

Faz um ano que denunciamos a maneira como uma menina estuprada e engravidada aos 10 anos, em Santa Catarina, foi pressionada pela juíza Joana Ribeiro Zimmer e pela promotora Mirela Dutra Alberton a desistir do aborto legal, em uma audiência marcada por irregularidades. Foi só com a repercussão da reportagem que a criança conseguiu a interrupção da gravidez. Mesmo assim, a polícia de Santa Catarina está empenhada em caçar as fontes que nos permitiram o acesso ao processo judicial – o último passo foi o indiciamento, em 16 de maio, das duas advogadas que atuaram na defesa da menina (Guimarães, 2023).

No dia 03 de julho de 2023, o Ministério Público pediu arquivamento do inquérito. A justificativa consiste na falta de provas que comprovem crime de quebra de sigilo por parte das advogadas (Valenga, 2023).

A antropóloga Débora Diniz, em uma entrevista concedida para a Globo News em 2023, apela para que profissionais da saúde façam o enfrentamento necessário para exercer sua função de cuidado nestes casos. Diz ainda que esses profissionais são intimidados pelo judiciário, que violenta e permite as violências. Mas o apelo é justamente para que esses profissionais façam garantir os direitos de suas pacientes para além das imposições e pressões advindas pelo conservadorismo/fundamentalismo/patriarcalismo que agem dentro e a partir das instituições e do Estado.

Em artigo intitulado *Uma menina na casa*, Diniz traz o relato sobre outra menina de 10 anos, no Espírito Santo, que fugiu de casa durante a pandemia e, junto com sua avó, experimentou mais violência para além do que já vivia dentro de sua própria casa.

De casa, foi a avó da menina quem falou por ela, como tutora legal e cuidadora. Sua avó-guardiã ofereceu fotos de bichos de pelúcia à imprensa; eles pareciam novos – talvez fossem transitórios, parte de sua viagem de ida de casa para o hospital. Os médicos em seu estado natal citaram “[...] objeção de consciência [...]” (CASO..., 2020, não paginado) para negar o direito ao aborto legal. A menina viajou 1.450 quilômetros para chegar a um centro de saúde que finalmente realizou o aborto. Sua chegada ao hospital foi clandestina; escondida no porta-malas de um carro, como uma refugiada passando por uma sentinela de fronteiras. Gritos como “assassina” podiam ser ouvidos do lado de fora (TATSCH, 2020). Depois do aborto, nem a menina nem a avó voltaram para casa. Eu as chamo de desterradas em seu próprio território. O agressor foi preso e a casa abusiva foi aberta por estranhos em busca de evidências materiais da violência que existe apenas no corpo da sobrevivente (Diniz, 2023, p. 9).

Trouxemos estes casos para pensarmos no Estado e na sua obrigação de proteção

a crianças e adolescentes. Esse mesmo Estado que causa traumas ainda maiores às vítimas. Neste caso, crianças de apenas 10 anos vítimas de estupro.

**“NEM O DIREITO DE ESCOLHER O NOME DA MINHA FILHA EU TIVE”:** CASO ANDRIELLI – “Jovem preta é afastada de bebê após nascimento em maternidade de Florianópolis”. Esta é a chamada da matéria que o Portal Catarinas publicou em 2021. Houve manifesto em frente à maternidade que afastou Andrielli da filha na hora do nascimento. As duas tiveram o direito da amamentação somente após o parto: “Suzi, que nasceu com mais de 4,2 kg, [...] foi levada à UTI neonatal” (Guimarães, 2021). Depois disso, toda a história se desenrola com a separação de mãe e filha.

Segundo consta em depoimentos recebidos pela matéria, integrantes dos movimentos sociais que acompanharam Andrielli desde a gestação e que estavam presentes no momento do parto, questionam os motivos que levaram os conselheiros tutelares a afastar o bebê, sem sequer conhecer a situação atual de Andrielli, que foi pessoa em situação de rua e, devido ao seu passado, sequer teve direito de defesa.

O caso de violência obstétrica vai além da separação da filha e da recusa da amamentação por parte do hospital devido a medida protetiva. Os relatos dão conta de que Andrielli recebeu anestesia em excesso e ouvia conversas insensíveis a seu respeito e de sua filha entre profissionais responsáveis por realizar o parto e cuidar da jovem. Neste momento tão delicado e importante para um corpo que gesta, diziam: “este é o bebê que precisa ser retirado” (Guimarães, 2021).

Além disso, foi feita uma laqueadura compulsória na jovem de 21 anos, contrariando os protocolos de autorização para estes procedimentos.

Não bastasse a separação compulsória de sua filha recém-nascida três horas após o parto, Andrielli Amanda dos Santos, 21 anos, foi esterilizada durante a cesariana, sem ao menos ser consultada ou, mesmo informada, antes do procedimento definitivo que a impedirá de gerar outros filhos biológicos. O caso ocorreu em 28 de julho, no Hospital Universitário, em Florianópolis, quando a mãe foi separada da recém-nascida por uma conselheira tutelar. Não havia decisão judicial no momento do acolhimento de urgência da criança (Guimarães, 2021).

A matéria do Portal Catarinas ainda pontua que, no Brasil, a esterilização “tem a marca de uma política eugenista, de controle de natalidade de populações negras, indígenas e de pessoas em situação de pobreza” e recorda de uma esterilização em massa executada nos anos 1970 e 1980, “como denunciou a chamada CPI da Esterilização, instalada em 1991” e que traz um relatório final, em 1993, sobre a esterilização em massa de mulheres negras no

Brasil.

A menina Andrielli engravidou aos 13 anos. Assim como as meninas que anteriormente trouxemos, ela também foi uma vítima de estupro de vulnerável. Andrielli recebeu a informação de que tinha direito ao aborto legal? Segundo informação do Portal Catarinas, ela não recebeu orientação a respeito. Engravidou novamente aos 16 anos e o bebê veio a óbito depois do parto. Aos 18, teve uma terceira filha. Agora, a jovem mulher Andrielli, com 21 anos, diante de todas as ausências de cuidado a que tinha direito, tem seu passado usado para julgá-la e condená-la de forma arbitrária. Corpo este marcando profundamente, mais uma vez, como coisa passível de ser manipulada, sem consentimento.

Segundo o que consta, Andrielli não teve o direito de registrar a filha, como trouxemos no título do tópico e que é destacado pelo Portal Catarinas.

Procuramos a advocacia da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Defensoria Pública para saber quem foi responsável pelo registro da criança no cartório, mas ninguém soube responder. A Defensoria, no entanto, explicou que o registro é feito por meio de ofício expedido pelo juiz seguindo a certidão de nascido vivo. A Vara da Infância e Juventude, por sua vez, disse que não poderia responder em decorrência do segredo de justiça que envolve o caso (Guimarães, 2021).

Os casos que apresentamos são emblemáticos para as mulheres de Santa Catarina. Somente com muito enfrentamento e apoio, como neste último, é que os direitos vão sendo restabelecidos, porém os danos causados seguem. Cadê o direito que “tava” aqui?

Não há lugar seguro para mulheres e meninas, seja em casa com familiares, nas ruas ou no consultório médico. Estes casos ilustram o quanto Santa Catarina é uma sociedade ancorada em hábitos sexistas, misóginos e violentos contra a existências de mulheres e meninas. Um ponto importante que merece reflexão é que, além das questões relacionadas à justiça, a medicina esteve envolvida em todas as violações aqui relatadas.

**SÔNIA MARIA DE JESUS: 40 ANOS EM SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO EM SANTA CATARINA** – O caso de Sônia Maria de Jesus foi veiculado nacionalmente em junho de 2023, quando resgatada da casa do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) Jorge Luiz de Borba, em Florianópolis (SC). “Ele e a esposa, Ana Cristina Gayotto de Borba, são investigados por supostamente terem submetido Sônia à condição análoga à escravidão por 40 anos. Ambos negam a acusação e sustentam que Sônia é uma pessoa da família” (Lucas Pordeus León, 2024).

O início deste caso se dá quando Sônia frequentava uma creche e sofreu violência

do pai, o que teria feito com que a menina perdesse a audição, ainda na infância, aos 5 anos. Sônia nasceu em São Paulo, próximo a Osasco. Quando criança, entre 8 e 9 anos, foi levada pela psicóloga Maria Leonor Gayotto, sogra do então desembargador, mãe de Ana Cristina, em 1982. Segundo matéria do Portal Catarinas, e em outros veículos de comunicação, o acordo com a família se deu verbalmente devido à situação de violência sofrida pela criança.

Deolinda Ana de Jesus, mãe de Sônia, decidiu confiar temporariamente sua filha à psicóloga, que estava envolvida em um projeto social da PUC na creche frequentada por Sônia em Vila Dalva. A motivação para esse arranjo, estabelecido por acordo verbal, teria sido uma situação de violência doméstica contra a criança pelo pai de Sônia (Paula Guimarães, 2024).

Quando o desembargador e a esposa tiveram a primeira filha, levaram Sônia para morar com a família em Florianópolis.

Conforme registro do jornal universitário de novembro de 1983, Leonor liderava o projeto “Socialização em creche de periferia”, cujo objetivo era “lançar uma compreensão sobre a criança e os moradores da favela na complexidade de seu cotidiano em suas relações sociais, visando criar propostas alternativas de ação”. Maria Leonor trabalhou na PUC e na UFSC. Não há registros de trabalho de sua filha Ana Cristina, com quem Sônia foi morar posteriormente (Guimarães, 2024).

Mesmo vivendo em um condomínio de luxo com a família Borba, as investigações dão conta de que Sônia não é tratada “como se fosse filha”, como alega o desembargador. Os atendimentos médicos dirigidos a Sônia eram feitos por uma das filhas dos Borbas. Segundo as matérias, ela não nunca teve atendimento odontológico. Ainda segundo o Portal Catarinas, Sônia só teve registro formal de sua existência em 2019, quando fez a Carteira de Identidade (RG) e, em 2021, o Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Sônia, que vivia na casa de luxo do casal desde os 9 anos de idade, foi resgatada após uma denúncia anônima. Sua saúde bucal estava deteriorada e ela sofria com um tumor no útero. As investigações apontaram que trabalhava como doméstica sem salário nem descanso, dormia em um quarto mofado e foi privada de educação e documentação pelos quase 40 anos que permaneceu em condições análogas à escravidão (Guimarães, 2024).

Cláudia Fonseca e Irene Rizzini, em estudo feito para a Organização Internacional do Trabalho, destacam que “o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Trabalho Infantil (1998), consistiu quase inteiramente de denúncias e relatos sobre crianças que trabalhavam na agricultura, na indústria carvoeira, etc., deixando para o trabalho doméstico apenas dois parágrafos” (2002, p. 8). A história do trabalho doméstico, como coloca Hildete

Pereira Melo nos coloca diante de uma continuidade ao trabalho escravo de meninas, principalmente, por suposta “ajuda”.

A história do serviço doméstico no Brasil não difere muito da acontecida nos Estados Unidos. Aqui como lá, antes da abolição da escravatura, escravos domésticos eram encarregados das tarefas do lar. Ao longo do século XIX, as famílias tinham além das escravas domésticas a possibilidade de contar com mocinhas para uma espécie de “ajuda contratada”. Essa era uma fonte adicional de trabalho doméstico que no Brasil e nos Estados Unidos, depois da Abolição, tornou-se a maior fonte de trabalho feminino. A ajudante era enviada pela sua família para outra casa, como um passo intermediário entre a casa de sua família e o matrimônio. A industrialização e a urbanização, com a expansão da classe média, transformaram a chamada “ajuda” em serviço doméstico — realizado sobre as bases de casa e comida — para a população migrante de mulheres jovens brancas e não-brancas nascidas no campo (Hildete Pereira Melo, 1998, p. 6).

Como apresentado pela família, o acordo era de ajuda para a menina, para afastá-la da violência doméstica e não ao contrário. Sônia foi submetida a trabalho doméstico infantil ao acompanhar o desembargador na ocasião do nascimento de sua primeira filha? Sônia não frequentou escola, não viajou com a família, que repete que ela é “como se fosse filha”. Aparece em foto publicada nas redes sociais do desembargador como “funcionária”.

As denúncias anônimas desde 2020 culminaram em uma ação conjunta, segundo Carlos Juliano Barros e Marina Rossi (2023), realizada por órgãos como a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, e a Polícia Federal. Sônia foi encontrada e resgatada aos 49 anos, sendo encaminhada para um abrigo para fazer o processo de reaproximação com a família. Sônia, uma mulher surda e sem ser alfabetizada na língua de sinais, precisaria de todo um cuidado para preservar sua saúde emocional diante das mudanças que estavam por vir, principalmente o retorno ao convívio familiar.

A irmã mais nova de Sônia de Jesus, Marta de Jesus, fala da dificuldade de sua mãe em encontrar a irmã e a frustração em acreditar que nunca mais veria a filha. Ela só viu a filha uma vez na adolescência depois da separação.

Essa era a busca constante. Dava o endereço que não existia, e aí nós íamos até o endereço e não tinha ninguém. Dava o telefone que não existia. E assim foi a saga da minha mãe até a morte dela. A minha mãe dizia, eu vou morrer e não vou rever a minha filha. E assim aconteceu, lamentou Marta. A mãe da Sônia morreu em 2016 (León, 2024).

Segundo o Portal Catarinas, no dia 06 de setembro de 2023, depois da visita do casal ao abrigo, Sônia volta para a casa do desembargador, que usou toda a influência da

única família que Sônia conhece para convencê-la a voltar. Além de uma equipe de advogados, que alterou todas as regras da visita. Segundo a matéria, Sônia não se manifestou em momento algum. As profissionais ali presentes, como a própria psicóloga surda e a intérprete, foram ignoradas pelo casal.

Este caso é emblemático de profunda violação dos Direitos Humanos<sup>64</sup>. Trata-se de uma mulher negra, surda, vítima da violência física cometida pelo “pai” ainda na infância. É também um caso de escravização contemporânea. Violência que a deixou à margem da sociedade, isolada do convívio comunitário e da própria família, sem condições de se comunicar adequadamente e de construir autonomia, que se confirma com a condução do caso. Sônia está separada de sua mãe e de sua família há mais de 40 anos. Identificamos opressões ligadas a gênero, raça, classe e capacitismo, havendo um aprofundamento com a relação de poder presente. Observamos também, que este caso denota migração forçada na infância.

Encerramos com a memória da mãe de Sônia, Dona Deolina, mulher trabalhadora doméstica, que passou a vida tentando levar Sônia de volta ao convívio familiar e morreu em 2016 sem ter podido reencontrar a filha. A educação negada a Sônia desde sua infância é perseguida em solo catarinense, como veremos no próximo tópico.

#### 4.3 GÊNERO-DIVERSIDADE X FUNDAMENTALISMO: ATAQUES À EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

Rememoramos a violência sofrida pela professora Marlene de Fáveri<sup>65</sup>. “Reconhecida nacional e internacionalmente nos estudos de gênero e feminismo, a historiadora e professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)” (Portal Catarinas, 2017a) sofreu processo de acusação de perseguição religiosa contra mestrandia do programa de pós-graduação em História na UDESC, em 2013. A aluna havia escolhido a professora Marlene como sua orientadora.

Em entrevistas ao Portal Catarinas em 2017, Marlene diz que, desde a entrada da aluna no curso, ela gravava as aulas da professora e usava essas gravações para fazer postagens nas redes sociais e dar entrevistas desqualificando a disciplina que cursava, a

<sup>64</sup>. Em 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania se une às mobilizações por justiça a Sônia. Cf. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Caso Sônia: Direitos Humanos se une à campanha em defesa dos direitos de mulher com 40 anos em situação análoga à escravidão**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/caso-sonia-direitos-humanos-se-une-a-campanha-em-defesa-dos-direitos-de-mulher-com-40-anos-em-situacao-analoga-a-escravidao>> Acesso em: 02/11/2024.

professora e toda o conhecimento acumulado sobre gênero e feminismo.

Marlene, ao se dar conta do movimento da mestrandia, entende que não seria possível continuar a orientação da aluna por não haver afinidade de posições e, então, a estudante passa a ser orientada por outro professor do curso. O último contato direto entre as duas se dá no final de 2013, com o término da disciplina. Na ação que a aluna move contra a professora, mais de dois anos depois das aulas, ela relata ter sido humilhada e só então passa a gravar as aulas, o que é refutado pela professora.

Professora na área de *gênero*, Marlene diz que a gravação das aulas pela estudante já vinha causando incômodo entre os alunos há algum tempo. Segundo a jornalista e antropóloga Sônia Weidner Maluf<sup>66</sup>, em entrevista ao Portal Catarinas, “a professora Marlene está sendo perseguida politicamente”. A antropóloga argumenta os questionamentos feitos pela então aluna.

O campo de estudos de gênero e da própria teoria feminista é reconhecido na academia, as pessoas recebem bolsas para estudar, dão aula e ministram disciplinas, não só na UDESC como na UFSC em várias áreas. Uma coisa é questionar modelos e conceitos – e sugerir outros – dentro do campo de estudos. Outra coisa é entrar com o objetivo de destruir o conhecimento. Imagine em uma aula de evolução, no curso de Biologia, um aluno dizer que aquilo é absurdo, que o que vale é a teoria criacionista e querer colocá-la na mesma simetria que as de evolução. A teoria criacionista é considerada credo religioso, ou seja, não reconhecida cientificamente. Quando a aluna parte do questionamento de pressupostos e verdade acadêmica construída ao longo de anos para trazer uma verdade que não sei qual é, ela estava confrontando não do campo acadêmico. Ela não estava ali para produzir teoria, acumular conhecimento e aprender a pesquisar. Estava justamente para enfrentar, combater o conhecimento e a ciência. Quando fica evidente que o papel da aluna é de ataque à própria docência, não é mais possível manter a orientação (Portal Catarinas, 2017b).

65. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983) e em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1994). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Trabalhou como professora-associada e passou a Titular na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde lecionou nos cursos de Graduação e Pós graduação em História – História do Tempo Presente, com as disciplinas de História e Relações de Gênero, História das Américas, Metodologia com ênfase em História Cultura. Participa do Grupo de Pesquisa Relações de Gênero e Família (CNPQ) e do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF). Membro do Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Nacional de História (ANPUH), do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e é membro da Associação de Jornalistas e Escritoras – AJEB e Mulherio de Letras SC. Publicou livros, capítulos e artigos com os temas feminismos, mulheres, masculinidades, relações de gênero, divórcio, mídias, mercado do sexo, segunda guerra, educação. Em 2005, recebeu o prêmio Lucas Alexandre Boiteux História, concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGB/SC), pelo livro *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Foi indicada para o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação/2017, recebendo Diploma de Mérito, e recebeu a Comenda do Legislativo Catarinense em 2017. Está aposentada desde janeiro de 2020. Publicou dois volumes de *Crônicas da Incontingência da Clausura – cotidianos na pandemia*, em 2021, *O Ultrarrealismo na cena literária de Itajaí*, e *Se Pulsa, arde e resiste*, ambos em 2022, *Um corpo que goza não envelhece*, em 2023, de poemas feministas. É também poeta, escritora e cronista, dedicando-se à literatura e à poesia. Informações retiradas da plataforma Lattes.

66. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC.

A autora da acusação, desde 2013, o início do processo, segue se colocando como conservadora e antifeminista, participa de palestras do Escola Sem Partido (ESP) e inclusive da audiência feita no Congresso Nacional contra a chamada “doutrinação de gênero” pelos grupos conservadores. Neste espaço, ela apresenta áudio com recortes das aulas da professora Marlene, sem citar o nome dela. A audiência se dá em 13 de junho de 2016, depois de a mestranda ter sido reprovada no mestrado já sob a orientação de outro professor (TV UFSC, 2017).

Na ação, ela relata que “em meio a esse estresse emocional e sofrimento psíquico, situação de humilhação e sensação de cerceamento, que a autora ao perceber o que acontecia, resolveu iniciar uma gravação de áudio no seu celular”. Professora titular da disciplina “História e relações de gênero”, Marlene argumenta, porém, que a gravação das aulas [...] já era rotina a ponto de causar incômodo entre os alunos (Portal Catarinas, 2017a).

A autora do processo diz ter sofrido perseguição religiosa no espaço da academia pela professora, alegando ter “sua ‘vida pessoal e publicações particulares vasculhadas’, além de sofrer perseguição por ‘ser cristã e suas convicções pessoais não afinarem com a ideologia feminista’” (Portal Catarinas, 2017). Já Sônia Maluf afirma que sua atuação militante junto ao ESP já vinha acontecendo há algum tempo.

O papel que o Escola Sem Partido quer cumprir é exatamente esse, só que o modo de proceder é diferente. Não são policiais na sala de aula, são militantes desse movimento. [...] é militante antiga desse movimento, tem vídeos dela participando de mesas e fóruns do movimento [...] junto com militantes de direita como Olavo de Carvalho e o próprio Miguel Nagib, o mentor do programa, mas que não tem relação nenhuma com a educação (Portal Catarinas, 2017b).

Hoje a aluna em questão é deputada estadual em Santa Catarina e segue perseguindo outras professoras estado afora. Em matéria publicada com o título “Deputada que criou canal contra ‘doutrinação’ posou para foto com camisa do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro em escola” a jornalista Dagmara Spautz (2018) relata que a agora deputada e professora de História havia tirado foto com a camiseta do então presidente eleito dentro de uma escola e junto a alunos da rede pública.

Ainda em 2018, a ação contra a Prof.<sup>o</sup> Marlene de Fáveri foi julgada e dada como improcedente pelo juiz.

A ação por perseguição religiosa e ideológica movida por uma aluna contra a historiadora e professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Marlene de Fáveri, foi julgada improcedente por falta de provas. Em sentença

proferida na última terça-feira (5), o juiz André Alexandre Happke, do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Chapecó, atenta para o uso parcial e descontextualizado de provas fonográficas pela autora do processo, além da ausência de provas testemunhais do fato. Conforme a sentença, o desempenho acadêmico da aluna não foi prejudicado pela decisão da professora de abrir mão da orientação. “Evidencia-se que a autora não sofreu prejuízos em decorrência das condutas da ré, pois a mesma elevou a nota quando solicitada a revisão e submeteu seu pedido de troca unilateral de orientação ao Conselho do Mestrado, que o deferiu”, afirma o juiz na sentença (Portal Catarinas, 2018).

Mais tarde, o resultado do processo provaria a inocência de Marlene e, por consequência, a perseguição diante de tanta exposição sofrida.

Desde 2010 vimos um arsenal de projetos de lei, inspirados no ESP, serem apresentados nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional (Graziela Rinaldi da Rosa; Alessandra da Silva, 2020). Esses projetos tinham como objetivo impedir que termos como *gênero*, *sexualidade* e *diversidade* fossem temas desenvolvidos e aplicados na educação.

[...] as forças antigênero fizeram do gênero e sexualidade na educação seu principal alvo desde início da década de 2010. A ofensiva que transcorreu no âmbito dos debates sobre o PNE 2014-2024 culminaram na eliminação dessas pautas do documento final, remetendo-se a inclusão deste conteúdo para decisões dos legislativos estaduais e municipais. Essa recomendação se desdobraria, posteriormente, em uma avalanche de projetos de lei visando a eliminação do termo gênero nos planos educacionais estaduais e municipais. Essa trata dessas iniciativas legislativas e das respostas a elas, mas também inclui informações sobre novos desenvolvimentos, tais como as novas modalidades de educação – educação domiciliar e Escolas Cívicas Militares – alterações nos conteúdos dos livros didáticos e o repúdio à linguagem neutra de gênero (ABIA *et al.*, 2021, p. 31).

A partir disso, a perseguição a professores e professoras e a suas práticas pedagógicas passou a ser constante.

As disposições legais contra o gênero na educação têm sido, de um lado, julgadas inconstitucionais e, de outro, continuam a surgir novos tipos de PLs. nos níveis estaduais e municipais. Uma nova tendência se observa desde 2019: a proliferação de propostas legislativas que visam a criminalização das abordagens de gênero e sexualidade na educação, mas também em outras áreas, como a saúde. Na educação, uma delas caracteriza a abordagem de gênero e sexualidade um incentivo à pornografia infantil (os grupos que impulsionam estas disposições se identificam como “Escola sem Pornografia”), ou então, como observado acima, argumentam que a propagação da “ideologia de gênero é violência institucional (ABIA *et al.*, 2021, p. 31).

Em seu artigo no Portal Catarinas, Maria Elisa Máximo (2024) coloca que foram muitas as professoras perseguidas, “as Marlenes, as Márcias, as Maria Elisas, as Julianas, as Ibrielas, Medianeiras e Carolinas”. Carolina foi a última professora de que se tem notícia até o

momento desta pesquisa a sofrer perseguição política em sua atuação profissional, tendo sido afastada de suas funções pelo governador de Santa Catarina após uma aula sobre *fake news*<sup>67</sup>.

Maluf (Portal Catarinas, 2017b) segue dizendo que essas professoras são “assediadas, processadas, afastadas ou demitidas no pleno exercício correto e ético da atividade docente”. O ataque ao pensamento crítico na educação em Santa Catarina é inaugurado pela perseguição sofrida pela professora Marlene de Fáveri no exercício de sua função. A principal perseguidora de professores, mas principalmente de professoras, no estado é uma deputada-mulher, que silencia e incentiva vigilância constante entre colegas e por estudantes, tornando o espaço das escolas e universidades insalubre para quem exerce a profissão.

#### 4.4 OVM: OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Sob a Lei de nº 16.620 de 2015, de autoria da então deputada estadual Ana Paula Lima (PT), instituiu-se o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, denominado Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina (OVM/SC)<sup>68</sup>. As diretrizes são vinculadas ao que se propõe a Lei Maria da Penha e o Pacto Estadual Lei Maria da Penha<sup>69</sup>, que envolve a Secretaria do Estado de Assistência Social, Mulher e da Família, Assembleia Legislativa, Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, Casa Civil, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e Federação Catarinense de Municípios.

Somente em 2020 é que a proposta foi retomada pelas então deputadas em exercício, sob proposta da deputada estadual Luciane Carminatti (PT), presidenta da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O trabalho se inicia com grupo

67. “Meu nome é Carolina Merenda Puerto, sou professora de Filosofia efetiva na rede estadual de Santa Catarina e faço parte da coordenação do SINTE Regional Florianópolis, como diretora de organização. Escrevo este relato no 11º dia meu do afastamento da sala de aula. No dia 28 de maio último – vinte dias após o término da greve do magistério estadual – por volta das dezesseis horas, eu estava na sala de aula quando fui chamada para uma reunião ‘surpresa’ com três representantes da Coordenadoria Regional de Educação. [...] a partir de um áudio gravado sem a minha prévia autorização e enviado de forma ‘anônima’ para a SED. Em nenhum momento tive acesso ao tal áudio, mas fui informada que se tratava de uma aula sobre *fake news* e que eu teria falado do governador Jorginho Mello”. (Relato da Professora Carolina M. Puerto. **Disponível em:** <<https://www.humanizasc.com.br/post/sc-afasta-mais-um-professor>> **Acesso em:** 02/11/2024.

68. Sistema integrado de informações de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina: O “GT”, sob a coordenação das Prof<sup>as</sup> Teresa Kleba Lisboa (IEG/UFSC) e Fabiana de Souza (SAS/SC), ficou constituído de uma representante titular e uma suplente das seguintes instituições: Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC); Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM); Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC); Defensoria Pública; Ministério Público de Santa Catarina (MPSC); Ministério Público de Contas (MPC/SC); Ordem dos Advogados do Brasil; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina (SDS); Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/CEVID) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

69. Aos moldes do que propõe o Pacto Nacional pelo Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres.

composto por diversas instituições apontadas na lei de criação<sup>70</sup>. Essa retomada leva à efetivação de um trabalho de grande importância que reúne informações e dados, que eram de difícil acesso para movimentos sociais e ONGs que desenvolvem trabalhos sociais no estado. Em 2021, foi colocado à disposição da comunidade o site com compilados de informações disponíveis por diversas instituições sobre violência contra mulheres em Santa Catarina. O OVM se mostra como importante ferramenta para contribuir na construção de políticas públicas, pois ao conhecer e quantificar as violências, dimensionamos a gravidade que se apresenta, um sistema de violências estabelecido contra mulheres e meninas.

Segundo informações encontradas no site do OVM na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foram registrados 57 feminicídios no estado em 2020, sendo 55 em 2021, 57 em 2022 e 57 em 2023, num total de 226 casos entre os anos apontados.

As políticas públicas de gênero no estado de Santa Catarina, como em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, em grande parte, obedecem às leis e políticas federais. No entanto, nada impede, pelo contrário, que políticas específicas sejam elaboradas a partir da realidade se adequando às demandas locais dos estados e municípios. Em Santa Catarina, temos três importantes órgãos para a construção, fiscalização e execução das políticas públicas de gênero. São eles: Diretoria da Mulher, dentro da pasta da Assistência Social; o Conselho Estadual do Direitos da Mulher, como controle social; e o OVM, na Assembleia Legislativa. Dentro da ALESC, temos a Procuradoria Especial da Mulher. No Poder Judiciário, temos a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID).

A Lei Complementar n.º 358, de 04 de maio de 2006, criou a Coordenadoria do Estado da Mulher, com o objetivo de assessorar o então governador em exercício Eduardo Pinho Moreira (MDB). Esta lei foi revogada no ano seguinte e diversas alterações na estrutura do governo foram proposta nos anos seguintes. Em 2019, a *Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação* passa a ser chamada de *Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família* (SAS/SC), agregando responsabilidades sobre políticas para mulheres no estado. Na nova estrutura proposta em 2019 pelo então governador, o coronel militar Carlos Moisés (PSL), criou-se a *Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos* dentro da estrutura da SAS/SC. Oficialmente, esta mesma estrutura foi mantida durante o atual governo de Jorginho Mello (PL), porém não encontramos indícios de verbas/fundos específicos destinados a políticas públicas de gênero e para mulheres no

---

70. Lei n.º 16.620, de 7 de maio de 2015 – Institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência Contra a Mulher – SC. Disponível: <[https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/16620\\_2015\\_lei.html](https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/16620_2015_lei.html)> Acesso: 15/11/2024.

território de Santa Catarina nos documentos acessados até então.

Segundo Sheila Regina Sabag (2016, p. 15), o Conselho Estadual de Direitos das Mulheres (CEDIM), foi “criado em 20 de julho de 1999, pela Lei nº 11.159, revogada em 08 de junho de 2016 pela Lei nº 16.945”. A composição do conselho se dá por entidades governamentais e não governamentais, é o órgão que propõe, fiscaliza, delibera e monitora as políticas públicas para as mulheres no estado. A autora pontua que até 2015 poucos avanços foram registrados nesta perspectiva, o que soma 17 anos de atuação, não havendo registros da trajetória histórica deste período. Em 2016, iniciava-se uma nova tentativa de fortalecer o CEDIM e as políticas públicas de gênero.

Sabag destaca que o CEDIM busca debater questões que não se limitam às políticas específicas para mulheres, mas, de forma transversal, busca atuar para contribuir com a cidadania das mulheres no território catarinense de forma global, combatendo as violências de toda ordem, sociais ou econômicas.

O CEDIM/SC enquanto organismo de controle social da Política da Mulher no Estado de Santa Catarina, de maneira democrática, situa responsabilidades entre as políticas públicas, dentre elas, a Política de Educação, de forma que às questões referentes à equidade de gênero, raça/etnia, e orientação sexual aparecem nas deliberações do Conselho, nos relatórios das conferências, nas demais políticas públicas estaduais, para ampliação do debate e subsídios aos movimentos sociais de mulheres, de direitos humanos, técnicas(os), gestoras(es), legisladoras(es) entre outras. (Sabag, 2016, p. 16).

A CEVID, atualmente sob o comando da Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho, foi criada a partir da Resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça. Tem por finalidade desenvolver “políticas institucionais e públicas de forma autônoma ou por meio de parcerias com outros órgãos, visando o enfrentamento à violência contra a mulher, de modo a dar efetividade aos preceitos da Lei Maria da Penha e demais normas relativas ao tema”<sup>71</sup>.

OVM e CEDIM, articulados com diferentes conselhos sociais e de direitos e também com a CEVID, são agentes importantes para se avançar na elaboração e continuidade das políticas públicas de gênero e para mulheres no estado de Santa Catarina. O que se deseja, para além de ações paliativas e punitivas, é a construção de políticas de emancipação para mulheres e meninas, que transversalmente atinjam toda a sociedade, transformando o imaginário social do povo catarinense. O debate social sobre a cidadania das mulheres

---

71. Definição retirada da página do CEVID na internet: <<https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/coordenadoria-da-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica-e-familiar-cevid>> Acesso em: 20/11/2024.

perpassa pela educação e precisa ser consolidado para superarmos esse “estado” de perseguição de gênero, ainda presente em espaços públicos, privados e institucionais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta pesquisa temos ainda mais presente o entendimento de que a educação não pode prescindir de refletir sobre a problemática *mulheres, gênero e educação*. Diversos importantes temas foram abordados ao logo da escrita. Compreendemos o termo *mãe solo* como categoria êmica, ou seja, categoria que se constitui a partir de reivindicações políticas deste grupo social e, portanto, com significado no mundo prático destas mulheres que se autodenominam. No decorrer do processo de escrita, refletimos sobre as realidades das mães solo e suas famílias, que chegaram até nós a partir do estado do conhecimento e do trabalho de pesquisa em campo. Os trabalhos encontrados nas buscas demonstraram que o termo passou a ser utilizado na academia a partir de 2010.

Propomos duas categorias para iniciar o debate: *mãe solo em família monoparental* e *mãe solo em família nuclear e demais arranjos*. Nossa defesa se ampara no argumento de que, quando tratamos de mãe solo, estamos falando da sujeita, e quando tratamos de sua família, falamos do arranjo familiar a que esta mulher está inserida, que pode ser diverso. Mas a questão deixada é: se a única responsável ou responsabilizada por educar e cuidar de suas crias é essa mãe, com pouca ou nenhuma participação de terceiros, ela é ou não uma *mãe solo*? Acreditamos que sim.

Nosso objetivo geral buscou analisar, por meio das narrativas, como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas de Santa Catarina, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe e gênero e demais atravessamentos. A partir das histórias narradas pelas entrevistadas, foi possível entender as realidades destas mulheres e suas relações ao longo da vida até se tornarem professoras; as influências que tiveram neste devir, neste tornar-se, que não se resume à formação acadêmica, mas que é resultado de toda a trajetória experienciada, principalmente na relação com suas famílias, com suas mães solo.

Traçamos objetivos específicos para conhecer os contextos nos quais as participantes estavam inseridas. Buscamos compreender como a legislação sobre gênero e para mulheres foi construída no Brasil e no estado de Santa Catarina ao longo dos últimos 50 anos, período estabelecido para esta pesquisa. Buscamos discutir as estatísticas nacionais e locais sobre mães solo, que especificamente começam a surgir somente na segunda década dos anos 2000. E que começam a se aprofundar somente agora no início da terceira década do milênio, com políticas públicas focadas especificamente para esta população, como a inclusão

deste público nos dados do Censo 2022, pois anteriormente não encontramos informações específicas. A linguagem e termos adotados nesta pesquisa demonstram alinhamento com as novas formas de se fazer censo no país, como, por exemplo, quando mencionamos e questionamos a expressão *chefe de família*, termo que representa o masculino. No Censo 2022, passou a ser utilizada a expressão *responsável pelo domicílio*, forma que entendemos respeitar as mulheres.

Registramos as memórias das experiências das filhas de mães solo que se tornaram professoras e os significados construídos a partir do processo vivido. Elas trouxeram em suas narrativas suas memórias sobre o tempo, as presenças-ausências – como nomeamos as formas que as mães encontraram de estar sempre presentes na vida das filhas, mesmo que estivessem submersas por trabalhos necessários para a sobrevivência de suas famílias de mulheres. Suas memórias afetivas dessa relação. Sobre como a educação atravessou suas vidas, surgindo como caminho importante para a superação das dificuldades encontradas por suas mães e as gerações de mulheres de suas famílias.

Caracterizamos o que é ser filha de mãe solo a partir das memórias das professoras participantes. Essas características se deram por experiências semelhantes, encontradas em suas narrativas. O assistir as mães cansadas, preocupadas em garantir o sustento diário, ocupando mais de um posto de trabalho. O estarem sozinhas ou na companhia de uma irmã, quando tinham. Não terem identificado preconceito nos espaços de convivência com pessoas desde a infância devido a serem filhas de mãe solo – ou, à época, como frisaram, *mães solteiras*. De terem acesso a uma alimentação simples, ou não muito variada, pelo fato de terem que cozinhar sozinhas ou pela condição financeira. Por não sentirem solidão, apesar das ausências-presenças. Pelas inúmeras mudanças que precisaram fazer por falta de moradia, renda insuficiente e violências. Suas mães trabalhando remuneradamente em empregos relacionados ao cuidado doméstico, principalmente cozinhando ou fazendo limpeza na casa de outras famílias. Mulheres que não foram mães muito jovens, nascidas, em média, entre as décadas de 1950 e 1960. Estas foram características comuns encontradas neste recorte. A princípio, não é possível saber se outro recorte de filhas de mães solo apresentaria características semelhantes. Importante considerar as características das professoras que alcançamos com esta pesquisa. Mulheres cisgênero, duas brancas e uma negra de pele clara, como se autoidentificam. Das mães, duas são identificadas pelas filhas como mulheres brancas e uma delas afirma que a mãe nunca expressou qualquer autodefinição sobre sua raça ou etnia. Com o recorte definido para a pesquisa não encontramos participantes transsexuais, com deficiências e com outros atravessamentos presentes na sociedade brasileira.

Com todas estas informações levantadas, conseguimos problematizar como os mecanismos de opressão e poder influenciaram/afetaram as trajetórias e a construção do devir mulher das filhas de mães solo que se tornaram professoras. Identificamos que tiveram que optar por escolhas acadêmicas que, em suas percepções, estavam mais próximas de suas realidades. Escolhas que as levaram a ser-professora, diante das possibilidades apresentadas. O abandono parental por parte do genitor esteve presente em suas narrativas. Entendemos que esse comportamento está relacionado diretamente à estrutura patriarcal, tão presente na sociedade brasileira.

Inicialmente, havíamos suposto que seriam encontrados relatos de memórias de situações de preconceito nas narrativas das filhas, seja na relação com sua família estendida, em comunidades religiosas ou na escola. Porém, não foi o que encontramos. Por outro lado, supomos que, mesmo que não tenham percebido as situações de preconceito por suas condições de filhas de mães solo, não significa que isso não tenha acontecido, pois coletamos apenas as narrativas das filhas e não das mães. Interessante destacar que os artefatos históricos apresentados, pelas participantes como pequenos retratos de suas memórias, estavam muito mais relacionados às memórias das mães do que das próprias filhas, com exceção de Sallas, que teve uma “relação de amor e ódio” com sua mãe, como ela mesma definiu. Ter perdido sua mãe muito cedo fez com que os artefatos herdados por ela carreguem forte simbolismo sobre essa relação.

Entendemos que a contextualização do período histórico, político e social, do território, dos afetos que construíram, assim como com a relação com o trabalho e o tempo, marcaram a vida das filhas quando adultas, influenciando em suas decisões e escolhas. Entendemos ainda que esta pesquisa traz contribuições importantes para problematizar gênero e diversidade na educação.

Buscamos atrair um olhar sensível de leitoras e leitores, pesquisadoras e pesquisadores que terão acesso a esta publicação para que compreendam que a política pública *Educação*, tripé da Ordem Social na Constituição Federal de 1988, precisa ser considerada de forma mais relevante no combate às desigualdades de gênero. Mas não somente, é preciso também avançarmos no debate étnico-racial, de classe, sobre as deficiências e outros marcadores de poder ou de dominação, deste país. Essa transformação é esperada com a chegada de uma educação baseada pedagogicamente no respeito às diferenças, transgredindo a forma obedecida até então e que não trouxe efeitos concretos para uma sociedade mais democrática e humana. A academia já produz muitos trabalhos e pesquisas que apontam a necessidade de um projeto pedagógico sensível e baseado nas

diferenças, mas queremos celebrar avanços concretos nas políticas públicas de gênero na educação.

Enquanto escrevíamos os resultados desta pesquisa, foi aprovado (na terça-feira, 12 de novembro de 2024), na Câmara das Deputadas e dos Deputados, o Projeto de Lei 2762/24, que institui a Política Nacional de Cuidados, com relatoria da Deputada Benedita da Silva (PT). Esta política traz avanços no compartilhamento dos cuidados, já que as mulheres foram historicamente responsabilizadas por este trabalho sem remuneração no interior de suas famílias. Teria feito a diferença na vida das filhas-professoras, participantes da pesquisa, e de suas mães-mulheres, políticas que garantissem “tempos”: para cuidar de si, para estudar, estar com suas filhas, para se relacionar? Esperançamos que faça diferença a partir de agora na vida das milhares de mulheres e crianças deste país.

Importante destacar todo o estudo sobre as políticas públicas para mulheres e de gênero que realizamos no processo de escrita. Sendo esta uma pesquisa da grande área das Ciências Humanas entendemos nunca estar totalmente fechada. Enquanto realizávamos os últimos ajustes deste texto, novas e importantes informações sobre avanços para a cidadania de mulheres estavam sendo divulgados, como a Lei 14.994/24 que amplia de 20 para 40 anos a pena para o crime de feminicídio.

As universidades UFSC e UDESC têm história consolidada na pesquisa de gênero e diversidade em Santa Catarina. Porém, ao final desta pesquisa, recebemos a informação de que outra ameaça se levanta contra a ciência e os estudos de gênero no estado. O Instituto de Estudos de Gênero da UFSC (IEG), em nota de repúdio, denuncia que a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado Santa Catarina (FAPESC) cortou bolsas de incentivo à pesquisa para trabalhos relacionados a gênero e diversidade em diversas áreas, como aponta trecho da nota.

Nos seus últimos editais de bolsas de pós-graduação, de números 18, 19 e 20/2024, para bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, vários projetos selecionados foram negados sob a alegação de que não haveria “correlação direta entre o tema proposto pelos projetos e o desenvolvimento regional do Estado de Santa Catarina, de modo a possibilitar o alcance pleno dos objetivos do certame.” Os projetos negados, de várias áreas do conhecimento, têm em comum temáticas concernentes a gênero, sexualidades, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, feminismos ou estudos de movimentos sociais ou representações antifascistas (IEG, 2024).

Somente com sociedade e instituições, privadas e governamentais, comprometidas com a *educação crítica*, seremos capazes de dar fim ao feminicídio e demais violências socialmente incentivadas contra mulheres e meninas. Educar meninos e homens e a sociedade

em geral para que deixem de normalizar o abandono, a violência contra as mulheres e meninas, a falta de responsabilidade com o trabalho de cuidados e com os trabalhos domésticos, é humanizar relações, um direito negado.

Humanizar o imaginário social é preciso. As mulheres-professoras, maior parte dentre as pessoas que trabalham na educação de Santa Catarina e do Brasil, têm histórias subjetivas, de jornadas de trabalho docente, de cuidados, de trabalho doméstico, remunerado ou não. Entendemos que somente seremos capazes de educar para a não-violência, crianças, alunas, alunos da educação básica, da educação superior e suas diversas modalidades, tratando seriamente destes temas e conhecendo o público que circula nos espaços da educação formal. Conhecer e reconhecer a história destas mulheres na educação é reconhecer parte da estrutura social que compõe o Brasil.

Como pauta para pesquisas futuras, para desdobrar a perspectiva de gênero na área da Educação e em outras áreas que coadunam com a temática que apresentamos entendemos alguns temas, ou, caminhos, importantes. Temas que envolvam políticas municipais e estaduais que garantam os direitos das servidoras públicas e suas crianças. Como as mães solo estão colocadas em políticas públicas locais de desenvolvimento humano? Quem são elas em cada município e estados brasileiros, para a economia e para os diversos setores?

Por fim, a partir das questões levantadas com a pesquisa, entendemos que outros estudos podem avançar pensando as políticas públicas educacionais em gênero e diversidade e as dificuldades de se implementar na prática estas políticas, seja na educação infantil, na educação de jovens e adultas/os ou nas demais modalidades de ensino. Com nossos apontamentos junto a outras autoras esperamos avançar na perspectiva proposta sobre o conceito e definição de *mãe solo*, categoria social historicamente presente e invisibilizada na sociedade brasileira. Refletir sobre a relação com a diversidade de famílias que compõem as comunidades escolares é fundamental para avançarmos criticamente sobre a função social da escola e da educação, que deve estar direcionada para o desenvolvimento integral do ser humano.

## REFERÊNCIAS

- ABIA *et al.* **Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social.** Relatório Submetido ao Mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <<https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relato%CC%81rio-ofensivas-final.pdf>> Acesso em: 15/08/2023.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG). Letramento: Justificando, 2018.
- ARAÚJO, Maria Paula de; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS. Desirrée dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.** 1ª ed. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. UFRJ – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- ARRAES, Jarid. **Corpo desfeito.** Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2022.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis.** São Paulo: Pólen, 2017.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: O Mito Do Amor Materno.** Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: A mulher e a mãe.** Trad.: Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados.** *In:* Pensamento feminista hoje: formação e contexto, p. 206-214. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Secretaria de Educação. **Chamamento público para seleção de instituições educacionais privadas: edital de chamamento público municipal nº 04/2023.** Balneário Camboriú: Diário Oficial do Município, 2023. Disponível em: <<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/4802385>> Acesso em: 05/08/2024.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **A transversalidade de gênero nas políticas públicas.** *In:* Revista do CEAM, vol. 2, n. 1, p. 35–46. Brasília: UNB, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>> Acesso em: 01/10/2024.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. **As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil.** *In:* Uso do Tempo e Gênero, p. 43-60. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- BARAJAS, Maria de la Paz López. **Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres.** *In:* Uso do Tempo e Gênero, p.2-42. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BARROS, Carlos Juliano; ROSSI, Marina. Repórter Brasil. “**Ela tem família**”: irmãos buscam reencontro com doméstica apontada como escravizada em SC. Matéria publicada em 2023. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2023/09/ela-tem-familia-irmaos-buscam-reencontro-com-domestica-apontada-como-escrava-em-sc/>> Acesso em: 12/11/2024.

BASTERD, Leila de Andrade Linhares. **Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993**. In: Revista Estudos Feministas. Nº Especial. 2º sem./94 – Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. Florianópolis: UFSC, 1994.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. V. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. 2. ed.; 5ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BENTES, Renata do Socorro dos Anjos. **Famílias chefiadas por mulheres, política social e pobreza em tempos de pandemia: uma análise das condições de sobrevivência das mães solo na cidade de Belém/Pará**. Dissertação. Universidade Federal do Pará. Belém: 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

BLAY, Eva Alterman. **8 de março: conquistas e controvérsias**. In: Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>> Acesso em: 09/06/2023.

BRASIL. [Código Civil (1916)]. **Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Coleção de Leis do Brasil. Ministério da Justiça. Brasília: 1916.

BRASIL. [Código Penal (1940)]. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. D.O.U de 31/12/1940, pág. nº 23911. Brasília: 1940.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. D.O.U de 05/10/1988, pág. nº 1. Brasília: 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **LDB – Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U de 23/12/1996, pág. nº 27833. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: INEP, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 18 de dezembro de 2003**. Convoca a I Conferência Nacional de Política para Mulheres. D.O.U de 19/12/2003, pág. nº 5. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Anais da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b.

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. D.O.U de 08/08/2006, pág. nº 1. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação / Ministério da Saúde. **Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o programa saúde na escola - PSE, e dá outras providências. D.O.U de 06/12/2007, pág. nº 2. Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Legislativo. **Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009**. Altera o título VI da parte especial do Código Penal. D.O.U de 10/08/2009, pág. nº 1. Brasília: 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Anais da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Programa: Mulher Viver sem Violência**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei Mariana Ferrer. **Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021**. D.O.U de 23/11/2021, pág. nº 1. Brasília: 2021.

BRASIL. Lei do Feminicídio. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. D.O.U de 10/03/2015, pág. nº 1. Brasília: 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Portaria Nº 7 de 18 de janeiro de 2021**. Aprova o Regimento da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. D.O.U de 25/01/2021, pág. nº 117. Brasília, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico do estado de Santa Catarina: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: INEP, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Dados revelam perfil dos professores brasileiros**. Brasília: INEP/MEC, 2022. Disponível

em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores-brasileiros>> Acesso em: 27/10/2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Autonomia econômica e enfrentamento à violência: 100 dias de retomada dos direitos das mulheres**. Notícias. Abril de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/abril/autonomia-economica-e-enfrentamento-a-violencia-100-dias-de-retomada-dos-direitos-das-mulheres>> Acessado em: 29/05/2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília: 2024.

CAMPOS, Ana Cristina. **Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>> Acesso em: 15/08/2024.

CARVALHO, Jess. Portal Catarinas. **Nove horas de viagem para fazer o aborto legal em Santa Catarina**. Disponível em: <<https://catarinas.info/nove-horas-de-viagem-para-fazer-o-aborto-legal-em-santa-catarina/>> Acesso em: 18/11/2024.

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. **O Conceito de adultocentrismo na História: Diálogos Interdisciplinares**. In: *Fronteiras: Revista de História*, vol. 23, n. 42, p. 196-215, 2021.

CHAUVIN, J. P. **Anticolonialismo**. In: *Revista de Estudos de Cultura*, p. 49–55. Nº 03. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.32748/revec.v0i03.4773>> Acesso em: 17/11/2024.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa; MINELLA, Luzinete Simões. **Infâncias decoloniais, interseccionalidades e desobediências epistêmicas**. In: *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 7, n. 1, p. 99–117. UFBA: 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43661>> Acesso em: 13/06/2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como Teoria Social Crítica**. 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo. 2022.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Movimento feminista e estado: demandas, conquistas e desafios**. In: *Políticas e Fronteiras: Desafios Feministas*, p. 167-182. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

DIARINHO. **Justiça manda soltar médico acusado de molestar pacientes em Itajaí**. Matéria publicada em 2019. Disponível em: <<https://diarinho.net/materia/566447/justica-manda-soltar-medico-acusado-de-molestar-pacientes-em-itajai>> Acesso em: 01/03/2024.

DINIZ, Débora. **Uma menina na casa: estupro, aborto e a pandemia de COVID-19 no Brasil**. In: *Argumentum*, v. 15, n. 1, p. 8-11. Vitória: Editora da UFES, 2023.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo: uma história a ser contada**. *In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, p. 25-47. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

EXAME. **Mourão diz que família sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados** **General da reserva afirmou que o Brasil vive uma crise de valores e que famílias desestruturadas causam o ingresso “em narco-quadrilhas”**. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>> Acesso em: 26/10/2023.

FALAVINA, Iraci. Portal Catarinas. **Médicos terão que pagar por custas processuais após gesto misóginos, decide TJSC**. Matéria publicada em 2024. Disponível em: <<https://catarinas.info/medicos-terao-que-pagar-por-custas-processuais-apos-gesto-misogino-decide-tjsc/>> Acesso em: 21/03/2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. *In: Revista Estudos Feministas*, v.12, n.1, p. 47-71. Florianópolis: 2004.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de; AVELAR, Ediana Abreu. **Ser Mulher na Contemporaneidade: Contribuições da Teoria do Imaginário Social**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, 2007.

FARIA, Nalu. **Por onde passa a história da luta das mulheres**. Sempreviva Organização Feminista: S/D (2014?). Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Por-onde-passa-a-historia-da-luta-das-mulheres-Nalu.pdf>> Acesso em: 05/06/2023.

FÁVERI, Marlene de. **Crônicas da Incontingência da Clausura: Cotidianos na Pandemia**, vol. 1. Florianópolis: Letras Contemporâneas: 2021.

FERNANDES, Priscila da Silva. **Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo**. Dissertação. Universidade Estadual Paulista. Araraquara: 2022.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. **Categorias Empíricas e Analíticas: Mães-Solo e Monoparentalidade Feminina**. *In: Mediações*, v. 27, n. 3, p. 1-19, set.-dez. Londrina: 2022.

FINCO, Daniela. **Redes feministas na universidade: compromisso político e acadêmico na defesa dos direitos das mulheres e das crianças pequenas**. *In: Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de*

responsabilidade de toda a sociedade! Prefácio, p. 9-13. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

FONSECA, Claudia. RIZZINI, Irene. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais.** Organização Internacional do Trabalho. Escritório Regional para América Latina e Caribe. Brasília: OIT, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>> Acesso em: 03/03/2024.

FRIEDAN, Betty. **A mística Feminina**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa do Tempos, 2022.

GALVÃO, Lize Borges. **Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina.** In: Revista Direito e Sexualidade, n. 1. Bahia: UFBA, 2020.

GARCÊZ, Layane. **Dia Internacional da Mulher marca a luta histórica das mulheres por igualdade de gênero.** Notícias. Universidade do Maranhão – UFMA, 2023. Disponível em: <<https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/dia-internacional-da-mulher-marca-a-luta-historica-das-mulheres-por-igualdade-de-genero>> Acesso em: 26/11/2024.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala.** 1. ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: América Libre, 2013.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUZA, Lúcia Aulete Búrigo. **Políticas públicas de gênero no campo da educação.** In: Gênero e Diversidade sexual e religião: As diferenças de gênero no espaço escolar. Livro II. Módulo II. p. 71-110. Florianópolis: IEG/UFSC, 2015.

GEROLETI, Luciana Carlos. **Mulheres nos bancos: caminhos da profissionalização e lutas por direitos (1960-2000).** Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Paula. Portal Catarinas. **Justiça catarinense nega direito de Andrielli de exercer a maternidade.** Matéria publicada em 2021. Disponível em: <<https://catarinas.info/justica-catarinense-nega-direito-de-andrielli-de-exercer-a-maternidade/>> Acesso em: 24/02/2024.

GUIMARÃES, Paula. Portal Catarinas. **Ofensivas Conservadoras. Sem provas, polícia indicia advogadas da menina de SC que conseguiu aborto legal após estupro.** Notícias Políticas. Matéria publicada em 2023. Disponível em: <<https://catarinas.info/sem-provas-policia-indicia-advogadas-da-menina-de-sc-que-conseguiu-aborto-legal-apos-estupro/>> Acesso: 07/11/2023.

GUIMARÃES, Paula. Portal Catarinas. **Desembargador denunciado por trabalho escravo usou ‘manipulação psicológica’ para vítima voltar à sua casa, revelam laudos.** Publicado

em 2023. Disponível em: <<https://catarinas.info/desembargador-denunciado-por-trabalho-escravo-usou-manipulacao-psicologica-para-vitima-voltar-a-sua-casa/>> Acesso em: 20/11/2024.

GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS, Tatiana. Portal Catarinas. “**Suportaria mais um pouquinho?**” **Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto.** *Matéria Especial*, 2023. <Disponível em: <https://catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/>> Acesso em 15/08/2023.

GUZZO, Morgani. Portal Catarinas. **Hospital de Santa Catarina nega realização de laqueaduras por razões religiosas.** *Matéria publicada em 2021.* Disponível em: <<https://catarinas.info/hospital-de-santa-catarina-nega-realizacao-de-laqueaduras-por-razoes-religiosas/>> Acesso em: 01/03/2023.

HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HOLANDA, Chico Buarque. **O meu guri.** *In: Almanaque.* Disco de Vinil. Lado A, faixa 3. São Paulo: Ariola/Phillips, 1981.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista: Psicanálise e políticas de reprodução.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14/01/2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022.** Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18/11/2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** *Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 38, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022.** Publicado em 2023. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf)> Acesso em: 23/01/2024.

IEG. Instituto de Estudos de Gênero. **Nota de Repúdio.** Florianópolis: UFSC, 2024.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Depois do desmonte: balanço do orçamento geral da União 2022.** Brasília, 2023. Disponível em: <[https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/depois\\_do\\_desmonte-bogu\\_2022.pdf](https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/depois_do_desmonte-bogu_2022.pdf)> Acesso em: 29/05/2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório econômico.** Brasília: IPEA/IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/267-retratos-indicadores/retratos-indicadoresfamilias>> Acesso em: 09/09/2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÓN, Lucas Pordeus. Agência Brasil. **Caso Sônia é desastroso para combater trabalho escravo, alerta auditor**. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>> Acesso em: 11/11/2024.

LIMA, Taiane Alves de. **Mãe Solo é Mãe Sozinha: Tecendo Vivências de Mães Negras em Fortaleza – CE e Região Metropolitana**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2021.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas**. In: REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Ano 14, n. 26/27, p. 151-166. 2006. Disponível em: <<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>> Acesso em: 13/08/2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: História das mulheres no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Contextos, 2022.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARREIRO, Flávia. **Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais**. El País: São Paulo, 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097\\_657541.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html)> Acesso em: 15/08/2023.

MÁXIMO, Maria Elisa. **Não foi por um tuíte: a luta de professoras sob ataques políticos em Santa Catarina**. Florianópolis: Portal Catarinas, 2024. Disponível em: <<https://catarinas.info/nao-foi-por-um-tuite-a-luta-de-professoras-sob-ataques-politicos-em-santa-catarina/>> Acesso em: 01/10/2024.

MELO, Hildete Pereira. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil. MICT/DIPES/IPEA. Rio de Janeiro, 1998.

MONTAÑO, Sonia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Tereza. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar: o caso do Brasil**. In: Série Mujer y desarrollo, CEPAL/ECLAC. Chile: 2003.

MORAIS, Lorena Ribeiro de. **A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher**. In: Senatus, v. 6, n. 1, p. 50-58. Brasília: Senado, 2008. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131831/legisla%C3%A7%C3%A3o\\_a\\_borto\\_impacto.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131831/legisla%C3%A7%C3%A3o_a_borto_impacto.pdf)> Acesso em: 03/03/2024.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. **Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família**. In: Que mulher é esta?, p.55-66. Cadernos UniFOA, n. 32. Volta Redonda, 2016.

MULHERES BRASILEIRAS. **Carta das Mulheres aos Constituintes**. Câmara dos Deputados. Brasília, 1987. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf)> Acesso em: 28/04/2023.

NSC TOTAL. Site de notícias. **Hospital de Itajaí se recusa a fazer laqueaduras por motivos religiosos**. Matéria publicada em 2016. Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/noticias/hospital-de-itajai-se-recusa-a-fazer-laqueaduras-por-motivos-religiosos>> Acesso em: 29/02/2024.

NUNES, Maria José Rosado. **Freiras no Brasil**. In: História das mulheres no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Contextos, 2022.

OYEWUMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Delfini Capistrano de. **Agendas de gênero nas Políticas Públicas no Brasil (1980-2016)**. In: Revista Feminismos, vol. 5, n. 2 e 3, Maio-Dez. UFBA: 2017.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes. **Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: História: v. 41, 2022.

PINTO, Céli. **As Conferências Nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública**. UFRGS. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pinto\\_celi\\_conferencias\\_nacionais\\_governo\\_lula.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pinto_celi_conferencias_nacionais_governo_lula.pdf)> Acesso em: 13/06/2023.

PITANGUY, Jacqueline. **A carta das mulheres brasileiras à constituinte: memórias para o futuro**. In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto, p. 81-96. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PORTAL CATARINAS. **Médicos são investigados por violência sexual durante consulta em Santa Catarina**. Matéria publicada em 2019. Disponível em: <<https://catarinas.info/medicos-sao-investigados-por-violencia-sexual-durante-consulta-em-santa-catarina/>> Acesso em: 31/03/2024.

PORTAL CATARINAS. Notícias. **CNJ abre PAD para investigar omissão de juiz do caso Mariana Ferrer**. Matéria publicada em 2023. Disponível em: <<https://catarinas.info/https-catarinas-info-cnj-abre-pad-para-investigar-omissao-de-juiz-do-caso-mariana-ferrer/>> Acesso em: 22/03/2024.

PORTAL CATARINAS. **“Não posso orientar quem não acredita naquilo que estuda”, afirma Marlene de Fáveri**. Florianópolis: Portal Catarinas, 2017a. Disponível em:

<<https://catarinas.info/nao-posso-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/>> Acesso em: 01/11/2024.

PORTAL CATARINAS. **Marlene de Fáveri sofre perseguição política, afirma antropóloga.** Florianópolis: Portal Catarinas, 2017b. Disponível em: <<https://catarinas.info/marlene-de-faveri-sofre-perseguiacao-politica-afirma-antropologa/>> Acesso em: 01/11/2024.

PORTAL CATARINAS. **Ação contra professora da UDESC por perseguição religiosa é julgada improcedente.** Florianópolis: Portal Catarinas, 2018. Disponível em: <<https://catarinas.info/acao-contra-professora-da-udesc-por-perseguiacao-religiosa-e-julgada-improcedente/>> Acesso em: 01/10/2024.

PORTAL G1. Site de notícias. **Médico que atua em Itajaí é preso suspeito de estuprar pacientes na região.** Matéria publicada em 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/02/16/medico-que-atua-em-itajai-e-preso-suspeito-de-estuprar-pacientes-na-regiao.ghtml>> Acesso em: 29/02/2024.

PORTAL G1. Jornal das Dez. **Não precisamos de fanáticos na porta do hospital intimidando a menina. Ela precisa da nossa decência.** Entrevista com Débora Diniz. Globo News, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/nao-precisamos-de-fanaticos-na-porta-do-hospital-intimidando-a-menina-ela-precisa-da-nossa-decencia-diz-debora-diniz-10689644.ghtml>> Acesso em: 29/02/2024.

PORTAL G1. Site de notícias. **Pacientes de Itajaí precisam ir para outras cidades para fazer laqueadura.** Matéria publicada em 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/05/pacientes-de-itajai-precisam-ir-para-outras-cidades-para-fazer-laqueadura.html>> Acesso em: 29/02/2024.

QVORTRUP, Jens. **A infância enquanto categoria estrutural.** *In:* Educação e Pesquisa, v. 36, n. 2, p. 631-643, São Paulo: 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVv9wZS3Pf/>> Acesso em: 15/06/2024.

RABELO, Juliana. Portal Catarinas. **Caso Mari Ferrer e “estupro culposo”: Schirlei Alves fala sobre ataques após reportagem.** Matéria publicada em 2020. Disponível em: <<https://catarinas.info/caso-mari-ferrer-e-estupro-culposo-schirlei-alves-fala-sobre-ataques-apos-reportagem/>> Acesso em: 22/03/2024.

RAMOS, Anne Caroline. **Famílias Contemporâneas: lugares de avós e crianças.** *In:* Lugar de Criança na escola e na Família: a participação e o protagonismo infantil, p. 71-88. Porto Alegre: Mediações, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil.** 2ª. ed. Florianópolis: Cruz e Souza, 2023.

ROSA, Graziela Rinaldi; SILVA, Alessandra da. **“Ô Profe, Tu é de Deus ou do Diabo?”.** *In:* 13º Encontro sobre o poder escolar. Pelotas: Editora da UFPel, 2019.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa Social Interpretativa**. Uma Introdução. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

SÁ, Natália Nigro; SZYLIT, Regina. **Cisheteronormatividade e luto na experiência da pessoa não-cisgênero**. V. 07. Nº 1. Panthos: Revista brasileira de práticas públicas e psicologia, 2021.

SABAG, Sheila Regina. **O conselho estadual dos direitos da mulher do estado de Santa Catarina: análise entre as conjunturas políticas de diferentes momentos e os entraves na política da mulher no estado (2010-2015)**. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 2016.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTA CATARINA. Portal do Estado De Santa Catarina. **História de Santa Catarina**. S/D. Disponível em: <<https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/historia/>> Acesso em: 23/01/2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*, p. 42-82. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, Joan. **A Invisibilidade da Experiência**. In: *Revista PUC: Projeto História*. V. 16. São Paulo, 1998.

SILVA, Caroline Guimarães. **Maternidade, cultura e redes sociais: análise da interação social de mães solo através de netnografia e mineração de dados no Instagram**. Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2020.

SILVA, Tufano. **Zé Bettio: Histórico radialista**. S/D. Disponível em: <<https://terceirotempo.uol.com.br/que-fim-levou/ze-bettio-4887>> Acesso em: 10/02/2024.

SINGER, André *et al.* **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SORJ, Bila. **O movimento feminista no Brasil e a redemocratização**. Fundação FHC, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KQiL3YYmYME&t=313s>> Acesso em: 20/05/2023.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

SOUZA, Elen Alves de; SIMÕES, Eleonora das Neves; YORK, Sara Wagner. **TRANSversas: gênero e educação**. In: *Sociologia da Infância no Brasil II em tempos de pandemia e necropolítica: pedagogias descolonizadoras reinventando novas formas de vida*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SPAULTZ, Dagmara. NSC Total. **Deputada que criou canal contra “doutrinação” posou para foto com camisa de Bolsonaro em escola.** Matéria publicada em 2018. Disponível em: <<https://www.nscotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/deputada-que-criou-canal-contradoutrinacao-posou-para-foto-com-camisa-de>> Acessado em: 01/11/2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de, (Orgs.). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

TEMER, Renata. **Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver.** *In:* Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>> Acesso em: 05/11/2024.

TV UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Diálogo com Marlene de Fáveri.** Parte 2. Vídeo publicado em 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CSomcczFU74>> Acesso em: 01/11/2024.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Gênero.** *In:* Glossário da Diversidade. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <[https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio\\_vers%C3%A3ointerativa.pdf](https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3ointerativa.pdf)> Acesso em: 13/06/2023.

VALENGA, Daniela. Portal Catarinas. **Uma criança é mãe a cada 20 minutos no Brasil.** Matéria divulgada em 2021. Disponível em: <<https://catarinas.info/uma-crianca-e-mae-a-cada-20-minutos-no-brasil/>> Acesso em: 28/04/2024.

VALENGA, Daniela. Portal Catarinas. **Ministério Público arquiva inquérito contra advogadas da menina de Santa Catarina.** Notícia Política. Disponível em: <<https://catarinas.info/ministerio-publico-arquiva-inquerito-contradvogadas-da-menina-de-santa-catarina/>> Acesso em: 15/08/2023.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** *In:* Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: p. 81-103. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/>> Acesso em: 20/10/2024.

WELTER, Tânia. **Ensino, religião e educação.** *In:* Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, Livro II – Módulo II. Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2015.

WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher.** *In:* Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais, p. 83-92. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

## APÊNDICE

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA**

Prezada Professora,

Convidamos você para participar da pesquisa que resultará na dissertação de mestrado, cuja temática se constitui da discussão e reflexão sobre “EXPERIÊNCIAS DE FILHAS DE MÃES SOLO QUE SE TORNARAM PROFESSORAS”. O objetivo geral do estudo proposto é “analisar, por meio das narrativas, como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas da Região da Foz do Rio Itajaí, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe e gênero e demais atravessamentos”.

Este projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-la. O CEPSH do IFC está localizado no IFC – Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico: [cepsh@ifc.edu.br](mailto:cepsh@ifc.edu.br).

O convite às participantes acontecerá presencialmente e caso aceite participar, antes de responder às questões da entrevista com roteiro semiestruturado e de grupo focal, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir a anuência das participantes da pesquisa. Será garantido à participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. A participante da pesquisa terá acesso ao teor do conteúdo do instrumento de coleta de dados (roteiro semiestruturado de entrevista e de grupo focal) antes de responder as perguntas, para a tomada de decisão da sua participação. A participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tiver o seu consentimento.

A participante da pesquisa será convidada a participar e, caso concorde, será considerada anuência quando responder à entrevista da pesquisa. Serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, sem custo para as participantes.

### **Objetivo Geral:**

Analisar, por meio das narrativas, como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas da Região da Foz do Rio Itajaí, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe e gênero e demais atravessamentos.

### **Objetivos Específicos:**

- Compreender como a legislação nacional sobre gênero tratava/trata o tema no período proposto;
- Discutir as estatísticas nacionais e locais sobre mães solo no período proposto;
- Registrar memórias das experiências das filhas de mães solo que se tornaram professoras e os significados construídos a partir do processo vivido;
- Caracterizar o que é ser filha de mãe solo a partir das memórias das professoras participantes;
- Problematizar como os mecanismos de opressão e poder influenciaram/afetaram as trajetórias e a construção do devir mulher das filhas de mães solo que se tornaram professoras.

Utiliza-se como recurso metodológico a abordagem qualitativa de viés interpretativo. A presente pesquisa será desenvolvida entre os meses de novembro de 2022 a dezembro de 2023 e está dividida em três fases principais: a) fundamentação teórica b) estudo de campo por meio da realização de entrevista e grupo focal guiados por roteiros semiestruturados com as participantes selecionadas; c) transcrição e tratamento dos dados, apresentação e discussão dos dados organizados em forma de texto dissertativo.

Os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa serão a entrevista e grupo focal guiados por roteiro semiestruturado produzido e adequado pela pesquisadora conforme a realidade das participantes selecionadas. As entrevistas serão desenvolvidas com

agendamento prévio e participação direta das pesquisadoras do projeto, não havendo necessidade de deslocamento. Haverá gravação de voz para posterior transcrição e análise das informações.

A referida pesquisa se propõe realizar entrevista e grupo focal guiados por roteiro semiestruturado. Portanto, podem ser considerados riscos o fato das mesmas provocarem algum tipo de desconforto (de ordem subjetiva), entre os quais podemos mencionar: invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados; tomar o tempo para responder a entrevista. Nesses casos, as medidas/providências tomadas serão: a garantia do acesso aos resultados da produção de dados decorrentes da participação na pesquisa. Esta garantia ocorrerá por meio da disponibilização de forma impressa, digital e/ou adaptada, da tabulação das respostas das entrevistas em arquivo Excel, e do texto final da dissertação. A minimização de desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras. A pesquisadora estará preparada para a aplicação de técnicas de produção dos dados. Ficará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto. A pesquisadora garantirá a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras) caso sejam entregues pelas entrevistadas. A pesquisadora assegurará a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico/financeiro.

Quanto aos benefícios, entende-se que a presente pesquisa oferecerá subsídios importantes para analisar, por meio das narrativas, como as experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo, que se tornaram professoras das redes públicas da Região da Foz do Rio Itajaí, nascidas entre 1970 e 2000, afetaram suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, classe e gênero e demais atravessamentos.

Neste sentido, os resultados dessa pesquisa fornecerão às participantes da pesquisa, à educação, à academia e à sociedade em geral, a possibilidade de refletir sobre os processos que estruturam a formação destas sujeitas sociais e, por sua vez, da própria sociedade. Formação esta que perpassa pelas experiências individuais e coletivas. Além de contribuir com o registro das experiências destas mulheres em relação ao devir mulher e professora e às suas trajetórias como filhas de mães solo.

Será garantido o acesso aos resultados da produção de dados decorrentes da sua participação na pesquisa. Esta garantia ocorrerá por meio da disponibilização de forma impressa, digital e/ou adaptada, da tabulação das respostas das entrevistas e do texto final da dissertação.

As informações coletadas neste estudo serão armazenadas em uma base de dados acessível apenas às pesquisadoras envolvidas. Se as informações adquiridas a partir das entrevistas forem publicadas, você não será nominalmente identificada, a menos que autorize tal publicação. Ao conceder a entrevista, você autoriza a pesquisadora responsável por este estudo a disponibilizar os dados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para fins de estudos científicos. As pesquisadoras garantem a confidencialidade dos dados pessoais. Manteremos os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa não gerará remuneração ou custo às mesmas, uma vez que o local da entrevista será selecionado pelas pesquisadoras e por você, não havendo necessidade de deslocamento.

Haverá garantia às participantes de indenização e ressarcimento pelo eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você possui autonomia para desistir ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum, além de poder acessar o consentimento sempre que solicitado. Em caso de consentimento livre e esclarecido registrado por escrito, uma via e não uma cópia, assinada pela participante e pela pesquisadora responsável, será entregue à participante da pesquisa.

A sua participação é fundamental como sujeito da pesquisa em razão de oportunizar o registro de suas memórias narradas quanto às experiências nos diversos contextos e atravessamentos que marcaram suas vidas e assim contribuir com muitas outras mulheres pertencentes ao grupo proposto. A professora responsável por esta pesquisa é a Professora Pesquisadora XXXXXXXXX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú (SC). A professora acima mencionada estará disponível para esclarecer qualquer dúvida sobre a participação neste estudo. Para maiores informações, é possível entrar em contato com a mesma por meio do telefone número: (00) 0000-0000 ou pelo e-mail:

Eu li as informações acima e, ao assinar, concordo em participar desta pesquisa e afirmo ter recebido uma via deste TCLE, assinada pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável.

Camboriú, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura da participante/entrevistada:

---

Assinatura das pesquisadoras coletoras dos dados:

---

Assinatura da professora responsável pela pesquisa:

---